



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
***CAMPUS* UNIVERSITÁRIO DE PALMAS**
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE

CIDICLEI ALCIONE BIAVATTI

**A AMAZÔNIA NO ANTROPOCENO:
DESENVOLVIMENTO OU DEVASTAÇÃO? DA PROPAGANDA OFICIAL (1970-
1979) À CRÍTICA AMBIENTAL ATRAVÉS DA CHARGE (2016-2022)**

Palmas, TO
2025

Cidiclei Alcione Biavatti

**A Amazônia no Antropoceno: Desenvolvimento ou devastação? Da propaganda oficial
(1970-1979) à crítica ambiental através da charge (2016-2022)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências do Ambiente da Universidade Federal do
Tocantins, como requisito para obtenção do grau de
Doutor.

Linha de pesquisa: Natureza, Cultura e Sociedade.
Orientadora: Profa. Dra. Marina Haizenreder Ertzogue

Palmas, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B579a Biavatti, Cidiclei Alcione.

A Amazônia no Antropoceno: Desenvolvimento ou devastação? Da propaganda oficial (1970-1979) à crítica ambiental através da charge (2016-2022). / Cidiclei Alcione Biavatti. – Palmas, TO, 2025.

250 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Ciências do Ambiente, 2025.

Orientadora : Marina Haizenreder Ertzogue

1. Amazônia. 2. Antropoceno. 3. Análise de Discurso Ecológica. 4. Devastação ambiental. I. Título

CDD 628

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

CIDICLEI ALCIONE BIAVATTI

A Amazônia no antropoceno: Desenvolvimento ou devastação? da propaganda oficial (1970-1979) à crítica ambiental através da charge (2016-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente. Foi avaliada para obtenção do título de Doutor em Ciências do Ambiente e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data da aprovação: 29/09/2025

Banca Examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Marina Haizenreder Ertzogue**, Servidor(a), em 03/10/2025, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Profa. Dra. Marina Haizenreder Ertzogue - Orientadora - CIAMB-UFT



Documento assinado eletronicamente por **Elineide Eugênio Marques**, Servidor(a), em 23/10/2025, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Profa. Dra. Elineide Eugênio Marques - CIAMB-UFT



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Paulino de Araújo**, Usuário Externo, em 21/10/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Prof. Dr. Gilberto Paulino de Araújo - UFT/Minc



Documento assinado eletronicamente por **Idelma Santiago da Silva**, Usuário Externo, em 13/11/2025, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Profa. Dra. Idelma Santiago da Silva - PDTSA/UNIFESSPA



Documento assinado eletronicamente por **Michel Justamand**, Usuário Externo, em 20/10/2025, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Prof. Dr. Michel Justamand - PPGSCA/UFAM

Palmas/TO, 29 de setembro de 2025

Dedico este trabalho à minha mãe, Iria Dall’Agnol Biavatti, mulher de fibra que enfrenta mais uma batalha, agora para que as suas ricas memórias não se apaguem.

Dedico também às populações amazônicas, sobretudo aos povos indígenas que resistem bravamente, lutando contra uma invasão que iniciou há mais de 500 anos e se renova diariamente, como ameaça.

AGRADECIMENTOS

Finalizar esse trabalho só foi possível pela ajuda e compreensão de pessoas que nos apoiam diariamente. Por isso, gostaria de agradecer, primeiramente minha família, Alessandra, Lara e Davi e Magda.

Aos meus pais, Iria e Zeferino.

Aos meus irmãos e irmãs João, Sandra, Joe, Tatiana e Maikel.

Aos meus avós (*in memoriam*) Ernesta Marcante, João Biavatti, Oliva Richetti e José Otávio Dall'Agnol.

Aos amigos, em especial à Leni, Alecsandre, Celina e Maíra, sempre a postos para uma conversa, um ajuda, um abraço.

Aos colegas, especialmente Mariana, Juliana, Súsie, Pedro, Valcir e Fábio.

Agradeço aos professores e servidores do PPGCiamb, em especial minha orientadora Professora Marina Haizenreder Ertzogue, que me deixou à vontade para trabalhar e com sua experiência e diligência estava sempre disponível para me auxiliar nessa caminhada.

Às professoras Elineide Eugênio Marques, Idelma Santiago da Silva, Patricia Martins Guarda e Cynthia Mara Miranda, e aos professores Gilberto Paulino de Araújo, Michel Justamand, Héber Rogério Grácio e Dernival Venâncio Ramos Júnior, que em momentos distintos avaliaram e colaboraram para a conclusão exitosa dessa pesquisa.

À todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram nessa empreitada.

E, por fim, à Universidade Federal do Tocantins e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

*“Luto para defender as terras onde sempre
vivemos.”*

(Raoni Mētyktire)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a ocupação da Amazônia brasileira promovida pela ditadura militar no período de 1970-79, por meio da propaganda oficial, e como as charges com temática ambiental produzidas entre 2016 e 2022 se posicionam criticamente diante da devastação do meio ambiente provocada por essa ocupação intensiva. Para tanto, apresentamos os antecedentes históricos da ocupação amazônica, suas fases de exploração econômica, os projetos desenvolvimentistas da ditadura militar e os desdobramentos ambientais, que resultaram em devastação ambiental. Exploramos, também, o conceito do antropoceno, de suas descrições iniciais até o período conhecido como a grande aceleração, iniciado em 1950. São apresentados também, nessa investigação, a história da propaganda, seu uso como ferramenta oficial de persuasão e manipulação, e os primórdios da charge como caricatura, e seu desdobramento como instrumento de crítica política, social e ambiental. A análise das propagandas e das charges será feita à luz da Análise Ecossistêmica do Discurso (ADE), que parte de uma visão ecológica do mundo, almejando identificar o apagamento discursivo da natureza e suas categorias: o vazio, a máscara e o traço.

Palavras-chave: Amazônia. Propaganda oficial. Charges ambientais. Discurso. Devastação Ambiental.

ABSTRACT

This research aims to understand the occupation of the Brazilian Amazon promoted by the military dictatorship in the 1970-79 period, through official propaganda, and how environmental cartoons produced between 2016 and 2022 take a critical stance towards the environmental devastation caused by this intensive occupation. For this purpose, we present the historical antecedents of the occupation of the Amazon, the phases of economic exploitation, the development projects of the military dictatorship and the environmental consequences, which resulted in environmental devastation. We also explore the concept of the Anthropocene, from its initial descriptions to the period known as the great acceleration, which began in 1950. Also presented in this investigation is the history of propaganda, its use as an official tool of persuasion and manipulation, and the beginnings of the cartoon as a caricature, and its development as an instrument of political, social and environmental criticism. The advertisements and cartoons will be analyzed in the perspective of Ecosystem Discourse Analysis (EDA), which starts from an ecological view of the world, aiming to identify the discursive erasure of nature and its categories: the empty, the mask and the trace.

Keywords: Amazonia. Official publicity. Environmental cartoons. Discourse. Environmental degradation.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo comprender la ocupación de la Amazonia brasileña promovida por la dictadura militar en el período 1970-79, a través de la propaganda oficial, y cómo los dibujos animados ambientales producidos entre 2016 y 2022 adoptan una postura crítica hacia la devastación ambiental causada por esta ocupación intensiva. Para ello, presentamos los antecedentes históricos de la ocupación de la Amazonia, sus fases de explotación económica, los proyectos de desarrollo de la dictadura militar y las consecuencias ambientales, que resultaron en la devastación ambiental. También exploramos el concepto de Antropoceno, desde sus descripciones iniciales hasta el período conocido como la gran aceleración, que comenzó en 1950. También se presenta en esta investigación la historia de la propaganda, su uso como herramienta oficial de persuasión y manipulación, y los inicios de la viñeta como caricatura, y su desarrollo como instrumento de crítica política, social y medioambiental. Los anuncios y las caricaturas se analizarán a la luz del Análisis del Discurso Ecosistémico (AED), que parte de una visión ecológica del mundo, con el objetivo de identificar el borrado discursivo de la naturaleza y sus categorías: el vacío, la máscara y el trazo.

Palabras clave: Amazonia. Publicidad oficial. Cartones ambientales. Discurso. Degradación ambiental.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A pesquisa

Figura 2 – Percurso metodológico

Figura 3 – Capas da revista o Cruzeiro - Revolução de 1930 e o golpe militar de 1964.

Figura 4 – Capa da revista Manchete por ocasião do golpe militar de 1964

Figura 5 – Capa da revista Realidade Especial Amazônia

Figura 6 – Print da página inicial da plataforma Cartoon Movement

Figura 7 – Print da aba *Cartoonists* com alguns cartunistas brasileiros.

Figura 8 – Print da pesquisa com termo Amazônia.

Figura 9 - Ecossistema Integral da Língua

Figura 10 – Apontamentos metodológicos

Figura 11 – O curso do Rio das Amazonas, elaborado pelo cartógrafo francês Sanson d'Abbeville, baseado na descrição do padre Cristóbal de Acuña.

Figura 12 – Curso do rio Amazonas, com detalhe para a futura capital do Pará, Belém (1720).

Figura 13 - Árvores queimando à noite em Fordlândia (1929).

Figura 14 – Manaus-AM (1910).

Figura 15 – Cartazes do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.

Figura 16 – O presidente João Goulart no encerramento do Comício da Central.

Figura 17 – A Terra fotografada pelo satélite TIROS-I em 1960 e pela Apollo 8, em 1968.

Figura 18 – Escala do tempo geológico.

Figura 19 – Disposição de estratos sedimentares no Morro do Chapéu, Chapada Diamantina.

Figura 20 – Toca do Boqueirão da Pedra Furada – Datada com ^{14}C em cerca de 12.000 anos

Figura 21 – Eventos de extinção em massa

Figura 22 – Cena do filme *The Great Gatsby*

Figure 23 - Emissões totais líquidas antropogênicas de GEE, 1990–2023

Figura 24 - Gráfico do desmatamento na Amazônia Legal de 2018 a 2024.

Figura 25 - Roça Yanomami, aldeia Yaritha, na fronteira do Brasil com a Venezuela.

Figura 26 - Gado da Fazenda Theresina, Ilha do Marajó, 1908.

Figura 27 – Principais rodovias abertas na Amazônia

Figura 28 – Mina principal na Serra do Carajás, Parauapebas-PA.

Figura 29 – Formigueiro humano em Serra Pelada, 1986.

Figura 30 – Garimpo no leito do Rio Parima, TI Yanomami.

Figura 31 - Índice de emissão (toneladas de carbono por megawatt-hora)

Figura 32 - Barragens na bacia do rio Xingu.

Figura 33 - Tuire Kayapó e seu facão.

Figura 34 – Pescadores arrastando canoa durante estiagem na Volta Grande do Xingu (2022).

Figura 35 – Diagrama esquemático de hidrelétricas da bacia hidrográfica do rio Tocantins

Figura 36 – Queimadas na Amazônia

Figura 37 - Propaganda estadunidense da I Guerra Mundial (1917)

Figura 38 - Cartaz 1 - *Jews are lice; They cause typhus*; Cartaz 2 - *Frontline City Frankfurt will be held!*

Figura 39 – Cartaz da Antiga União Soviética durante a Guerra Fria. *‘Us’ We convert the desert into a blooming land. ‘Them’ They convert cities and villages into a desert.*

Figura 40 – *Is This Tomorrow: America Under Communism!*

Figura 41 – Adesivo criado na ditadura militar

Figura 42 – Ilustração *Sheet of Caricature Heads* – Agostino Carracci (1594)

Figura 43 – Ilustração Les Poires – Charles Philippon (1831)

Figura 44 – Ilustração Gargantua – Honoré Daumier (1831)

Figura 45 – Ilustração - Capa de O Carcundão (1831)

Figura 46 – Ilustração A Campainha e o Cujo – Manuel de Araújo Porto-Alegre (1837)

Figura 47 – Ilustração Edições Nº 1 e Nº 739 da Revista Ilustrada (1876-1898)

Figura 48 - Chuva - Revista Ilustrada

Figura 49 - Ilustração – Discurso

Figura 50 – A charge e seus elementos

Figura 51 - Sudam e o Imposto de Renda

Figura 52 - Fuscão VW 1500 na Transamazônica

Figura 53 - Construtora Mendes Júnior e a Transamazônica

Figura 54 - Volkswagen e o chamamento estatal

Figura 55 - Chega de lendas!

Figura 56 - A Amazônia já era!

Figura 57 - VW *made in Amazônia*.

Figura 58 - A carne é forte!

Figura 59 - A boiada e o progresso.

Figura 60 - O boi é o melhor amigo do empresário.

Figura 61 - Volkswagen Sudam, modelo 77

Figura 62 - Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM.

Figura 63 - Pedra fundamental.

Figura 64 - Coração.

Figura 65 - União de Bancos.

Figura 66 - *Bolsonaro and the Amazon.*

Figura 67 - *Amazonian Tour.*

Figura 68 - *Deforestation...*

Figura 69 - *DIY - Do it yourself.*

Figura 70 - *Brazilian flag.*

Figura 71 - *Bolsonaro don't need the help.*

Figura 72 - *Bolsonero.*

Figura 73 - *Rainforest on fire.*

Figura 74 - *Deforestation in Brazil.*

Figura 75 - *Amazon forest: Buy here!*

Figura 76 - *Jungles of America.*

Figura 77 - *Amazon Burger.*

Figura 78 - *Pray for Amazonia.*

Figura 79 - *Amazon Covid-19.*

Figura 80 - *Killer parasite.*

Figura 81 - *Violence suffered by indigenous peoples.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Busca de dissertações e teses

Tabela 2 - Propagandas

Tabela 3 - Evolução do rebanho bovino nos estados e Amazônia Legal entre 2000-2022.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAD - Análise Automática do Discurso
ABLE - *Amazon Boundary Layer Experiment*
AD - Análise de Discurso
ADC - Análise de Discurso Crítica
ADE - Análise do Discurso Ecológica
AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas
ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ARP – Assessoria de Relações Públicas
BASA – Banco da Amazônia S/A
CERN - Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CM - Cartoon Movement
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CVRC - Companhia Vale do Rio Cristalino
DAP – *Deutsche Arbeiterpartei* - Partido dos Trabalhadores Alemães
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
EIA - Environmental Investigation Agency
FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia
FPA - Frente Parlamentar da Agropecuária
IAN - Instituto Agrônomo do Norte
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGBP - *International Geosphere-Biosphere Program*
IIRSA - Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*
IPEAN – Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte
ISA - Instituto Socioambiental

JK – Juscelino Kubitschek de Oliveira

LC - Linguística Crítica

LSF - Linguística Sistêmico Funcional

MPF - Ministério Público Federal

NASA - *National Aeronautics and Space Administration*

NOAA – *National Oceanic and Atmospheric Administration*

NSDAP – *Nationalsozialistische Deutscher Arbeiterpartei* - Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PIN – Plano de Integração Nacional

PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade

PRA - Programa de Regularização Ambiental

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STF - Supremo Tribunal Federal

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

UDN - União Democrática Nacional

USDA – *United States Department of Agriculture*

VW – Volkswagen

WEB - World Wide Web

IUGS - *International Union of Geological Sciences*

ICS - *International Commission on Stratigraphy*

GSSPs - *Global Boundary Stratotype Sections and Points*

GEE - Gases do Efeito Estufa

UNEP - *United Nations Environment Programme*

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

TI - Terra Indígena

PGC - Programa Grande Carajás

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

UDR - União Democrática Ruralista

FAAB - Frente Ampla da Agropecuária Brasileira

PROCAMBIX - Programa de Compensação Ambiental Xerente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
1.1	A experiência pessoal como motivador: porque pesquiso charges.....	23
1.2	A pesquisa e seus arranjos.....	24
2	DA PROPAGANDA OFICIAL À CHARGES AMBIENTAIS: PERCURSOS METODOLÓGICOS	27
2.1	As revistas	34
2.2	As charges do <i>Cartoon Movement – Your daily dose of satire</i>	39
2.3	Análise do Discurso Ecológico	42
3	ANTECEDENTES HISTÓRICOS PARA UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA... 50	
3.1	Antes da Amazônia	50
3.2	Primeiro ato: As expedições europeias e os olhares sobre os tesouros da floresta.....	52
3.3	E fez-se a borracha. E seus ciclos	56
3.4	Nordestinos na Amazônia: A seca como fator migratório	61
3.5	Migrantes ou soldados?	63
3.6	A Amazônia no Plano Nacional de Integração: A Ditadura Militar invade a floresta....	66
4	O ANTROPOCENO E A GRANDE ACELERAÇÃO.....	71
4.1	Uma breve história da Terra	71
4.2	Enfim, o Holoceno	76
4.3	O Antropoceno.....	78
4.4	Os vazios aumentam em um planeta que encolhe.....	81
4.5	A Grande Aceleração.....	84
5	A AMAZÔNIA NA GRANDE ACELERAÇÃO.....	88
5.1	A faísca	88
5.2	Desmatamento: causas e consequências	88
5.3	Mineração.....	94
5.4	Exploração dos recursos hídricos: as hidrelétricas na Amazônia	103
5.5	Fragmentação e fogo na floresta	113
5.6	Enfim... ..	116
6	PROPAGANDA E A CHARGE PELAS VEREDAS DO DISCURSO.....	118
6.1	A propaganda - construindo mundos coloridos.....	118
6.2	Propaganda oficial – versão guerra e ditadura	119
6.3	Entre a crítica e o humor	125

6.4	A caricatura/charge aporta no Brasil	128
6.5	A charge como crítica ambiental.....	130
6.6	Nas veredas do discurso	132
7	A AMAZÔNIA COMO PERSONAGEM: ANÁLISE DAS PROPAGANDAS E DAS CHARGES AMBIENTAIS	137
7.1	Vamos para o divã?	137
7.1.1	O vazio nas propagandas.....	137
7.1.2	A Máscara	149
7.1.3	O traço.....	159
7.2	Analisando as charges.....	163
7.2.1	As charges e o desmatamento.....	163
7.2.2	As charges e as queimadas na Amazônia.....	169
7.2.3	As charges e a Amazônia como vetor econômico	175
7.2.4	As charges e a violência contra os povos amazônicos	182
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	193

CAPITULO I

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é a maior floresta tropical do planeta, com cerca de 8.515.767,049 km² e ocupando cerca de 61% do território brasileiro (IBGE, 2019). Habitada desde muito antes do aporte dos navegadores portugueses, foi a partir da década de 1970 que sua exploração, incentivada pelo governo federal, acelerou-se. Há época, o Brasil estava sob a vigência da ditadura militar. Hasteou-se então, de maneira incisiva, a bandeira da soberania, da defesa incontestada do território nacional. Patrimônio pouco explorado, a Amazônia despontava como o maior alvo de pretensa invasão estrangeira.

Diante de tal *ameaça*, o governo militar lançou, em 1970, o Plano de Integração Nacional (PIN), que incluía “a ambiciosa meta de identificar as potencialidades econômicas gerais da Amazônia, procurando-se incorporar as riquezas naturais dessa imensa região à economia brasileira” (Brasil, 1973, p. 6). O programa previa a construção de rodovias que interligassem o Brasil. Kohlhepp (2002, p. 38) destaca que a meta era “estabelecer corredores de 200 quilômetros de extensão para colonização estatal”, às margens das novas rodovias, onde seriam assentadas 100 mil famílias, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Região de interesse mundial, a Amazônia suscita não só a exploração de seus recursos, mas também de seu simbolismo. E, tal investida investigatória, desafia pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, por muitas vezes promovendo a interdisciplinaridade, aspecto que caracteriza a relação do ser humano com o meio ambiente. Assim, nessa proposta se entrecruzam as questões ambientais e a comunicação, que normalmente são carregadas de intencionalidade em seu discurso, componente da informação que se disponibiliza à população. *Integrar para não entregar*. Esse seria o mote para o projeto de ocupação da Amazônia Legal brasileira. O presidente, General Emílio Garrastazu Médici, que havia tomado posse em 30 de outubro de 1969 deu início, em 09 de outubro de 1970, ao que deveria ser o símbolo dessa imensa conquista brasileira: a BR-230, ou simplesmente Transamazônica¹. Essa enorme cicatriz na floresta, corta também a caatinga nordestina e o cerrado, deveria promover o desenvolvimento da região amazônica, colonizando as margens da rodovia.

¹ O percurso da rodovia Transamazônica corta longitudinalmente o norte do Brasil, de Cabedelo-PB e projetada para chegar à cidade de Lábrea-AM (Souza, 2020).

Legitimar essa empreitada hercúlea necessitava de apoio. Principalmente popular. Isso somente seria possível se a população se sentisse envolvida no projeto. Fico (2007, p. 196) menciona que, com a posse de Médici, a comunicação no governo federal é fortalecida, buscando “motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento”, fortalecendo o caráter nacionalista da população. Surgem, então, as propagandas oficiais, que envolviam a estrutura federal, com suas autarquias e estatais. Tal campanha massiva oficial recebe o aporte da publicidade da iniciativa privada, de empresas que já estavam instaladas e de outras, que se uniam ao projeto oficial de explorar a Amazônia Legal brasileira.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966, era quem coordenava a ação federal na região amazônica brasileira e o Banco da Amazônia (BASA), criado na década de 1940, passa, em 1966, a ser o agente financeiro oficial para projetos na Amazônia brasileira (Lira, 2005). Tanto a SUDAM como o BASA, subordinadas ao Ministério do Interior, produziram inúmeras propagandas de incentivo ao investimento na colonização da Amazônia brasileira, usando anúncios publicitários em revistas e jornais de circulação nacional. frases como “toque sua boiada para o maior pasto do mundo”, “chega de lendas, vamos faturar” e, como referência a transamazônica, “pista para você encontrar a mina de ouro”.

E como o projeto de colonização da Amazônia brasileira, intensificado em 1970, reflete em nossa contemporaneidade? Antes do programa de ocupação da Amazônia brasileira promovido pelo Estado, a floresta era basicamente habitada por povos indígenas e tradicionais (Souza, 2019). Saltando quase meio século à frente, para as décadas de 2010/2020, os problemas ambientais enfrentados pela Amazônia brasileira, são perceptíveis. De acordo com Fearnside (2005, p. 1) “os impactos do desmatamento incluem a perda de biodiversidade, a redução da ciclagem da água (e da precipitação) e contribuições para o aquecimento global”, além de favorecer o surgimento de queimadas. Segundo o INPE (2022), entre os anos de 2010 e 2019, o desmatamento na Amazônia brasileira atingiu a marca de 67.604 km², uma área equivalente a soma dos territórios dos estados do Espírito Santo e Sergipe.

Os anos iniciais da década de 2010 apresentaram, de acordo com o INPE (2023)², uma redução no desmatamento em comparação com a década de 2000. Entretanto, o final da década voltou a registrar aumento no desmatamento, com um acréscimo de 32% entre os anos 2016 e 2022. Fearnside (2020), observa que a floresta amplia a relação do ser humano com o meio ambiente, já que dá suporte às comunidades e suas culturas, que dela dependem para sobreviver.

² Em nota técnica emitida pelo INPE em 09/11/2023, há o registro de um decréscimo de 22,37% no desmatamento entre 01/08/2022 e 31/07/2023 (INPE, 2023).

Esse avanço da devastação ambiental no bioma amazônico, tem uma série de agentes e práticas que se relacionam em diferentes graus. O desmatamento é fator de grande preocupação na análise da devastação ambiental da Amazônia. Ribeiro (2021) é enfático em apontar como principal causa do desmatamento, a enorme quantidade de terras carentes de titulação, o que serve de incentivo para a tomada ilegal dessas áreas e ocasiona a derrubada da vegetação nativa, como forma de tomar posse destas. Ainda de acordo com o autor, a exploração madeireira, legal ou ilegal, também é causa de importância na implementação do desmatamento na Amazônia, que traz consigo outros efeitos nocivos, como o acréscimo no número de queimadas. Outra dinâmica de avanço sistemático sobre a floresta, é a expansão das atividades agropecuárias, no que se convencionou chamar de fronteira agrícola. Não por acaso, a história se não se repete, ao menos se aproxima no discurso, especificamente na deliberada incitação pelo poder público para a exploração intensiva da Amazônia, retomada em anos recentes pelo governo federal (Araújo; Vieira, 2019; Ribeiro, 2021).

A mineração ilegal, sobretudo do ouro, coloca a Amazônia no centro de uma nova busca pelo *El Dorado*. Segundo dados do MapBiomass, em 2020, a Amazônia concentrava 93,7% dos garimpos no Brasil, incluindo os legais e ilegais, o que em termos de área, representa mais de 100 mil hectares de terra. O avanço do garimpo ilegal é concomitante com a exploração do ouro em terras indígenas e áreas de conservação ambiental. As Terras Indígenas Kayapó, com 7.602 ha, Munduruku, 1.592 ha, ambas no Pará, e Yanomami, com 414 ha, no Amazonas e Roraima, concentravam a maior área da atividade ilegal de garimpo (MapBiomass, 2023). A devastação socioambiental provocada pelo garimpo ilegal está relacionada à violência a que são submetidas as populações indígenas e comunidades tradicionais, incluindo a contaminação de águas, animais e grupos humanos que residem próximas aos locais explorados (Neves; Folly, 2021).

Preocupados com o avanço sistêmico da devastação da Amazônia, estudiosos de várias áreas se posicionam, há tempos, criticando a condução pública da proteção ambiental, bem como o envolvimento de grupos empresariais que pressionam pelo afrouxamento da legislação (Araújo; Vieira, 2019; Jacobi; Barcellos, 2021). A devastação impede que a floresta seja explorada de maneira sustentável, promove a perda da biodiversidade, desconsidera completamente a presença de povos autóctones e converte a região em área de exploração e conquista, em detrimento do equilíbrio holístico dos ecossistemas (Fearnside, 2005; Ribeiro, 2013; Jacobi; Barcellos, 2021).

Em nossa contemporaneidade, diante da devastação ambiental provocada pela ocupação intensiva e desordenada da floresta pela expansão da pecuária, madeireiros e garimpos ilegais, como descrito acima, uma ferramenta aborda de maneira crítica as questões ambientais e o

ataque aos povos indígenas e tradicionais da Amazônia brasileira: a charge com temática ambiental. Podemos, em um exercício de reflexão, entender que a crítica da charge anseia despertar o sentimento de cicatrizar a floresta, que sofre ações de corte de maneira intensa e contínua.

Para Gawryszewski (2008, p. 12), a charge tem conceito “cristalino, pois se trata de um desenho com humor que retratava fato recente em vários ramos da sociedade”. Biavatti (2019, p. 84) entende que “desde seus primórdios, como ferramenta de informação, comunicação e confrontação, a charge foi se consolidando como o espírito da crítica satírica na comunicação jornalística”, impondo ao chargista se posicionar.

1.1 A experiência pessoal como motivador: porque pesquisa charges

Na minha infância, por volta dos cinco anos, conheci os quadrinhos. Meus pais, Iria Dall’Agnol Biavatti e Zeferino Henrique Biavatti, frequentemente traziam para casa revistas dos personagens de Mauricio de Sousa e Walt Disney, que me auxiliou sobremaneira na alfabetização. Desde então, sou apaixonado por narrativas gráficas, o que inclui não só os quadrinhos, mas também as tirinhas e as charges. Essa última, conheci lendo os jornais que meu pai comprava, principalmente a Zero Hora, de Porto Alegre. Em determinado momento, os caricatos personagens da charge se transformaram em atores discursantes, quando percebi a importância da crítica bem humorada no trato de temas sensíveis da sociedade.

Na graduação, não trabalhei com charges, mas pude ter contato com outra manifestação que conheci na infância: as pinturas rupestres. Nessa época, relatei as pinturas com o cinema, explorando o caráter documental das duas formas de arte. O trabalho de conclusão de curso, intitulado *Pinturas rupestres: o cinema na pré-história*, se transformou em livro, publicado em 2020. Senti que minha relação com a imagem, seja da charge, das pinturas rupestres e outras narrativas imagéticas, estava apenas se iniciando. Foi então que fui selecionado para o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM), da UFT.

Minha proposta ao ingressar no PPGCOM, era trabalhar com charges com temática política. Com o tempo, em um processo de amadurecimento como aspirante a pesquisador, percebi a viabilidade em se trabalhar as charges e as pinturas rupestres. Eis que então conheço um cartunista estadunidense, Dan Piraro, que produz charges ambientadas em um cenário que representa a pré-história, mas que discute assuntos contemporâneos, o que cria interação entre mundos absurdamente paralelos, ao mesmo tempo concretos e distópicos. Dessa pesquisa se

origina a dissertação intitulada *Stone after stone: a desconstrução da charge rupestre de Dan Piraro*. O termo charge rupestre foi cunhado para estabelecer a relação entre a obra de Piraro e sua *pedra* de pintura. Ao ingressar no PPGCiamb, para cursar o doutoramento, optei por continuar pesquisando as charges, por entender que a pesquisa não se faz de maneira aleatória, mas sim com continuidade. Segui, dessa forma, investigando essa ferramenta que é ao mesmo tempo comunicacional e artística, bem humorada e ácida, mas sobretudo, crítica.

1.2 A pesquisa e seus arranjos

Pesquisar as propagandas que promoveram a exploração da Amazônia brasileira no período compreendido entre 1970 e 1979, e a charge ambiental produzida entre 2016 e 2022, justifica-se pela configuração política implementada nos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), em que o governo federal replicava as mesmas ideias do regime militar, com um discurso de invasão à Amazônia, sobretudo as áreas protegidas, fato que incide diretamente nas posições oficiais e no trato da iniciativa privada com as questões ambientais da Amazônia brasileira.

Uma vez que para compreender os problemas ambientais atuais requer imergir nas decisões anteriores do poder público, nesse arcabouço emerge o problema de pesquisa: De que modo a charge ambiental produzidas entre 2016 e 2022 se relaciona com as propagandas oficiais de incentivo à ocupação intensiva da Amazônia brasileira no período compreendido entre 1970 e 1979?

Para responder à questão norteadora, designamos como *objetivo geral*, analisar como as charges produzidas entre 2016 e 2022 problematizam a devastação ambiental decorrentes da ocupação intensiva da Amazônia brasileira e investigar os **antecedentes** dessa devastação – veiculada em anúncios publicitários – no contexto da política desenvolvimentista do governo militar, na década de 70, para a Amazônia brasileira, seccionado nos *objetivos específicos*: compreender como o Estado, por intermédio de propaganda oficial e de publicidade de empresas alinhadas com o governo militar, motivou a ocupação intensiva da Amazônia brasileira no período compreendido entre 1970 e 1979, e como e como as charges produzidas entre 2016 e 2022 se postam criticamente diante das consequências negativas ao meio ambiente, como ferramenta reflexão e conscientização social; analisar o discurso na propaganda oficial do governo federal e nas charges com temática ambiental produzidas entre 2016 e 2022, à luz da Análise do Discurso Ecológico; e descrever como a charge ambiental, produzida

entre 2016 e 2022, se relaciona com a propaganda oficial de incentivo à ocupação intensiva da Amazônia brasileira no período compreendido entre 1970 e 1979.

Esse trabalho está estruturado em oito seções, sendo o primeiro capítulo a **Introdução**, em que é apresentado o tema da pesquisa, acrescido dos tópicos *A experiência pessoal como motivador: porque pesquiso charges*, em que estão expostos os motivos da escolha da charge como ferramenta de pesquisa e *A pesquisa e seus arranjos*, apresentando a pergunta norteadora e os objetivos geral e específicos da tese.

No capítulo 2, **Da propaganda oficial às charges ambientais: percursos metodológicos**, traçamos a trajetória da pesquisa, arquitetada em três momentos: primeiro, *As revistas*, em seguida, vem *As charges do Cartoon Movement – Your daily dose of satire* e, por último *Análise do Discurso Ecológico*. Nesse espaço, discorremos sobre o método e os caminhos da pesquisa quanto a sua abordagem, natureza, objetivos e metodologia adotada, descrevendo o percurso de cada etapa e fases.

Na terceira parte, **Antecedentes históricos para uma revisão bibliográfica**, são narrados os antecedentes históricos que promoveram as transformações ambientais na Amazônia. O capítulo 3 está estruturado em seis temas, que são *Antes da Amazônia*, seguido por *Primeiro ato: as expedições europeias e os olhares sobre os tesouros da floresta*, em seguida, *E fez-se a borracha. E seus ciclos*. Na sequência, discorremos sobre os *Nordestinos na Amazônia: A seca como fator migratório*. A quinta parte da seção é *Migrantes ou soldados?*, e, por fim, *A Amazônia no Plano Nacional de Integração: a Ditadura Militar invade a floresta*.

No capítulo 4, intitulado **O Antropoceno e a Grande Aceleração**, contamos *Uma breve história da terra*, sobre como o planeta surgiu e se transformou durante 4,5 bilhões de anos, até, *Enfim, o Holoceno*. Na sequência, discorremos sobre *O Antropoceno*, como *Os vazios aumentam em um planeta que encolhe* e, como chegamos até *A Grande Aceleração*.

A parte 5, **A Amazônia na Grande Aceleração**, narra como as transformações e agressões ambientais estão afetando o equilíbrio da região Amazônica, de seus ecossistemas e de suas populações. Para tanto, dividimos esse capítulo em seis partes: *A faísca*, depois *Desmatamento: causas e consequências*, seguida por *Mineração, Exploração dos recursos hídricos: as hidrelétricas na Amazônia, Fragmentação e fogo na floresta*, e, por último, um subtítulo que remete a uma constatação de que mesmo apesar de toda sua importância, a floresta continua sendo agredida, chamado *Enfim...*

O capítulo 6 é **Propaganda e a charge pelas veredas do discurso**. Dividido em seis seções, conta a história da propaganda e da charge, e, como suas nuances discursivas são

construídas e utilizadas para convencer ou criticar situações cotidianas. As partes são: *A propaganda – construindo mundos coloridos; Propaganda oficial – versão guerra e ditadura; Entre a crítica e o humor; A caricatura/charge aporta no Brasil; A charge como crítica ambiental* e, finalmente, *Nas veredas do discurso*.

A penúltima seção, ou número 7, se chama **A Amazônia como personagem: análise das propagandas e das charges ambientais**. Esse é o capítulo reservado para as análises do *Corpus Documental*. Está estruturado da seguinte forma: *Vamos para o divã?; O vazio nas propagandas; A Máscara; O traço; Analisando as charges; As charges e o desmatamento; As charges e as queimadas na Amazônia; As charges e a Amazônia como vetor econômico; As charges e a violência contra os povos amazônicos*.

Por fim na última parte, 8, estão contidas as **Considerações finais** sobre nossa pesquisa, as impressões sobre a mobilização para invadir a Amazônia

CAPÍTULO II

2 DA PROPAGANDA OFICIAL À CHARGES AMBIENTAIS: PERCURSOS METODOLÓGICOS

Pesquisar é tecer uma rede. Ou construir uma peça de retalhos, que se encaixam, dando vida e sentido para as questões da sociedade. O vasculhar humano, em busca de compreender o mundo que o cerca, extrapola as balizas, por vezes invisíveis, dos inúmeros povos que habitam os diferentes rincões do planeta. Isso porque a inerência da inquietude, não permite ao ser humano simplesmente abdicar de permear por entre as distintas estruturas de conhecimento. Muitas são as tentativas de se conceituar o conhecimento. Platão, classifica o conhecimento em sensível – *Crença e Opinião*, e inteligível – *Raciocínio e Intuição Intelectual* (Chauí, 2002). Já para Aristóteles, o conhecimento se estabelece em sete níveis: *sensação, percepção, imaginação, memória, linguagem, raciocínio e intuição* (Chauí, 2002). Assim, enquanto Platão vê o conhecimento como uma escada, que se galga de estratos inferiores para superiores, Aristóteles compreende que diferentes elementos vão interagindo, agregando novas camadas em que o conhecimento se acumula (Chauí, 2002).

Distante, espacialmente, das inquietudes filosóficas gregas, o conhecimento era percebido de maneira diversa em outras partes do mundo. Grupos sociais estavam organizados e mantinham seu acervo de saberes circulando entre seus membros. Para as bandas do sol poente, muito antes de virar América, os habitantes desta terra já enunciavam suas percepções sobre os elementos que compunham o cenário de sua existência. Jecupé (2020), descendente do povo Txukarramãe, descreve o conhecimento como o agrupamento primevo de compreensões sobre a natureza que o cerca, o que inclui a sua própria singularidade. Para acessar esse acervo ancestral, o indivíduo passa por iniciações, rituais que permitem sua conexão com os antepassados, os que residem em seu mundo e os que o instruem nos sonhos.

Para Morin (2005) e Canguilhem (2011) o conhecimento converge para a organização das informações as quais o sujeito é constantemente exposto, ou tocado. Surge, desta forma, no entendimento dos autores, o método. É por intermédio dele que o ser humano encontra soluções para a resolução de seus conflitos com o universo em que está inserido e busca respostas para as diversas questões cotidianas. A definição etimológica de método pode ser encontrada em inúmeros dicionários. Do grego *methodos*, significa caminho que se trilha para atingir um objetivo (Brugger, 1969; Japiassú; Marcondes, 2008). Em pesquisa científica, é a maneira como

o investigador organiza as informações e como percebe o mundo que o cerca, olhar pelo qual se relaciona com seu objeto de estudo (Gatti, 2012).

Já há algum tempo, algumas estruturas metodológicas cristalizadas da pesquisa científica são questionadas. Feyerabend (2011) argumenta que o avanço científico depende mais da inquietude do pesquisador que não se limita à rigidez do método. O autor acrescenta que o campo a ser perscrutado nas pesquisas, de modo geral, se apresenta como uma incógnita. É imprescindível, portanto, que a metodologia seja concebida como algo plural, que se aproxime de outros saberes e conhecimentos. Para Smith (2018) delimitar o entendimento do mundo apenas em procedimentos pré-concebidos, impõe que a análise que se faça dos fenômenos sociais seja direcionada apenas em validar tais objetos. Esse processo é parte do que a autora descreve como ideias ocidentais da pesquisa, vistas como exclusivamente assertivas, onde a condição humana é explicada em seus vários aspectos. É também um dos expedientes utilizados para se aproximar de povos originários, tratando sua organização como inferior, incapaz de evoluir social, intelectual e economicamente (Smith, 2018).

Denominado *Anarquismo Epistemológico*, o caminho proposto por Feyerabend (2011), não está ligado ao anarquismo político³, mas sim propõe que o pesquisador tenha sensibilidade para perceber em que bases teóricas poderá responder suas interrogações, esquivando-se, por assim dizer, de padrões epistemológicos fechados, que não atentem para outros fenômenos que se relacionam com seu objeto de estudo. Isso nos induz a refletir que estudar a Amazônia, mesmo que em um dos incontáveis recortes possíveis, *impõe* que o holismo seja o centro da trajetória metodológica. Ciente de que não há pesquisa indissociável de regras, faz-se oportuno comungar do pensamento de Smith (2018), para quem, embora inteligíveis, as estruturas que condicionam os estudos científicos não são imutáveis, gerando novas ideias e bases epistêmicas.

Invocando a *desobediência epistêmica* de Mignolo (2008), essas novas bases de conhecimento ou compreensão, necessitam avançar para além dos limites propostos nas múltiplas teorias que abarcam a trajetória humana em seus diversos contextos (filosóficos, sociológicos, econômicos – apenas para citar alguns exemplos). Quijano (1992), já apontava que a produção do conhecimento é sustentada sob a ótica da estrutura ocidental, que não tem presunção de estimar essa construção como coletiva, mas sim como propriedade do indivíduo em relação ao seu objeto de estudo. Os dois autores deixam claro que *transpor* certos feudos

³ “Concepção que - exaltando uma liberdade total, com o autogoverno do indivíduo - preconiza a supressão da autoridade e das leis, bem como a socialização dos bens de produção. Para os anarquistas, cada qual é a lei de si próprio” (SOUSA, 1998, p.18-19).

paradigmáticos na pesquisa, não significa descartar sistematicamente os chamados pilares já estabelecidos mundialmente. Mas sim, abarcar em suas construções epistemológicas, saberes, cosmovisões e heterogeneidades que estão à margem do epítome do conhecimento colonizador do ocidente (Mignolo, 2008; Quijano, 1992).

As inquietações provocadas pelas leituras, apontaram caminhos *alternativos* para a construção metodológica, sem, no entanto, desprezar os usuais arranjos sistematizados na pesquisa científica. Dessa forma, a instrumentação da coleta, análise e descrição dos resultados se guiou metodologicamente pela sistematização dialética. Com raízes que remontam à Grécia antiga, a dialética era definida como a habilidade em se dialogar, de onde emergiria a verdade. Ao percorrer longa jornada, a dialética em nossos dias, é compreendida como a maneira que percebemos as contradições e metamorfoses da realidade (Konder, 2008).

A dialética incita. Astrada (1956), atribui isso ao “dragão” dialético, que se espalha e abre novos canais de interlocução, novas pontes entre as áreas do conhecimento humano. Reforçando a percepção do autor, alguns temas, como por exemplo, o desenvolvimento, proposto por Furtado (1964) e Marini (2000), e a colonização, por Bosi (1992), tem suas contradições descritas com base na dialética. É oportuno esclarecer que contradição aqui, está além da definição etimológica, que remete ao ato de contradizer, em que uma ação anula ou exclui outra (Michaelis, 2023). De forma abrangente, como esclarece Konder (2008), a contradição aplicada à dialética, permite que se perceba em que grau os acontecimentos do cotidiano social se relacionam. Lefebvre (1991) descreve que a dialética busca apreender essas ligações entre os contraditórios, tornando concretas suas implicações ou contrastes, seja nas relações do homem com a natureza ou nas disparidades econômicas e sociais.

Portanto, as contradições propostas nessa pesquisa – a exploração da Amazônia brasileira na década de 1970, idealizada na propaganda oficial da ditadura militar, e os problemas ambientais, retratados nas charges com temática ambiental produzidas entre os anos 2016 e 2022, colidem nesse movimento dialético, que se locomove na linha do tempo e na narrativa histórica.

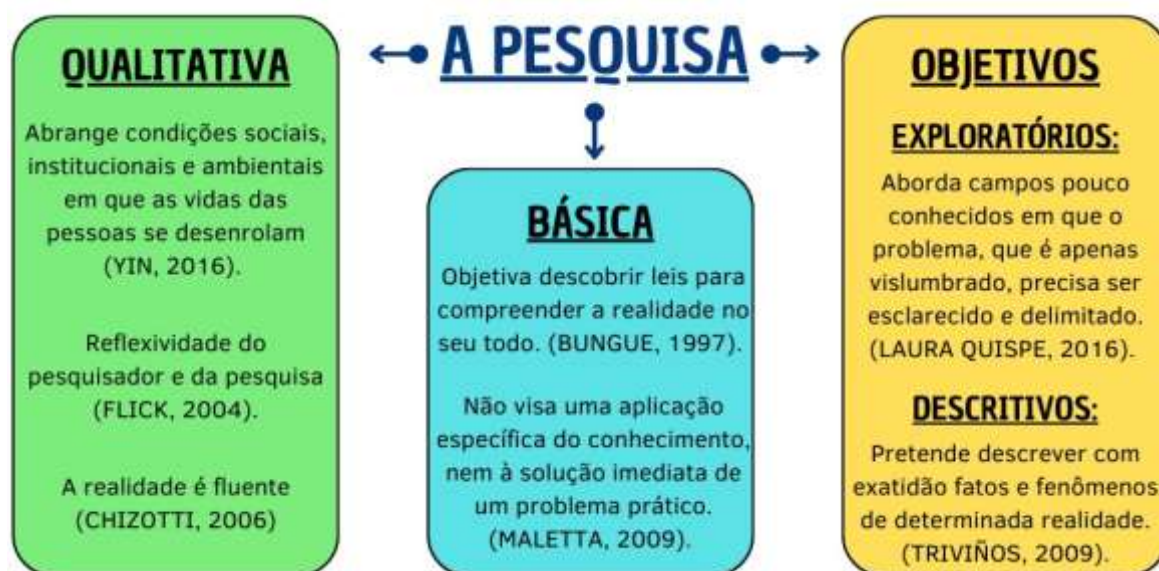
A pesquisa tem abordagem qualitativa, que se caracteriza por permear em diversas áreas do conhecimento humano, permitindo ao pesquisador se utilizar de ferramentas, materiais e métodos distintos na construção de uma imagem da realidade (Denzin; Lincoln, 2005). No entendimento de Flick (2009), a pesquisa qualitativa é relevante por sua abordagem dos fenômenos sociais, já que considera em suas bases a diversidade dos indivíduos e das relações coletivas. O pesquisador qualitativo não se posta inerte diante do processo de pesquisa, mas o constrói de maneira dinâmica, na relação pessoal com o campo pesquisado, na forma como

utiliza a subjetividade para compreender as interações sociais à sua volta (Denzin; Lincoln, 2006; Flick, 2009; Pesce; Abreu, 2013; Minayo; Costa, 2018).

Os objetivos da pesquisa remetem à pesquisa exploratória e descritiva (Figura 1). Se consideradas literalmente, pesquisar e explorar são termos equivalentes. Então, antes de estabelecer um trabalho científico como pesquisa, há um processo de exploração que deve ser cursado. Advém desse primeiro movimento a clareza com que o pesquisador escolherá suas estratégias de aproximação com o tema. Para que essa aproximação seja eficaz, Stebbins (2008) pondera que a abordagem exploratória do fenômeno pelo pesquisador deve ser flexível em perscrutar as informações, além deste se manter receptivo e atento às fontes onde irá captá-los. Swedberg (2014) depreende que os estudos exploratórios podem ser considerados essenciais para a execução satisfatória de uma pesquisa científica, já que tem a capacidade de agregar novos conhecimentos ao campo de estudo, permitindo que a ciência avance.

A investigação descritiva tem como características a observação, registro, análise e ordenamento das informações coletadas, exigindo que o pesquisador seja capaz em determinar de maneira clara o que será mensurado e a respeito do que ou quem as informações serão apanhadas (Hernández Sampieri; Collado; Lucio, 2013). Na ponderação de Triviños (2009), na pesquisa descritiva, se objetiva detalhar de maneira precisa os acontecimentos e eventos que constituem a natureza de certa representação social e seus entes.

Figura 1 – A pesquisa



Fonte: Adaptado pelo autor.

Documentar é promover a preservação da essência de um determinado fenômeno, da particularidade da existência humana e de seu percurso social. Porém, não haveria sentido em

se produzir um acervo documental sem que fosse possível socializar suas informações. Assim, a pesquisa documental se insurge como meio de investigação, análise e comunicação. Para Ortiz Uribe (2003) a coleta de dados documentais antecede a etapa de análise, quando o pesquisador precisa estar atento e focado em extrair as informações relevantes dos documentos, descrevendo as fontes e seu conteúdo de maneira precisa. Fachin (2006) inclui no inventário documental, informações reunidas via tradição oral, estruturada em escrita ou em acervo visual. Isso abarca jornais, revistas, fotografias, materiais audiovisuais e documentos históricos

A vista disso, utilizamos publicações de propagandas oficiais do governo federal e de empresas alinhadas com a ditadura militar em revistas no período compreendido entre 1970 e 1979, coletadas na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. Já para a coleta das charges com temática ambiental, charges produzidas entre 2016 e 2022, a primeira aproximação se deu pela busca no motor de buscas *Google*, que resultou no direcionamento para o acervo de revistas, jornais e em sítios pessoais de chargistas e cartunistas. O portal escolhido para a coleta das charges foi o *Cartoon Movement*.

A pesquisa se desdobrou em duas etapas. A primeira consistiu em levantamento bibliográfico sobre a exploração da Amazônia brasileira, sobretudo em sua intensificação na década de 1970, e nos problemas ambientais atuais, incluindo os que se relacionam às comunidades da região. Para compor um consistente referencial teórico, o arcabouço do estudo bibliográfico foi estruturado no levantamento de teses, dissertações, obras, artigos e revistas. As buscas foram processadas nas plataformas físicas e virtuais, respectivamente: bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins; e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculado à Plataforma Sucupira, base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação do Brasil. As produções pesquisadas foram produzidas entre os anos 2013 e 2023.

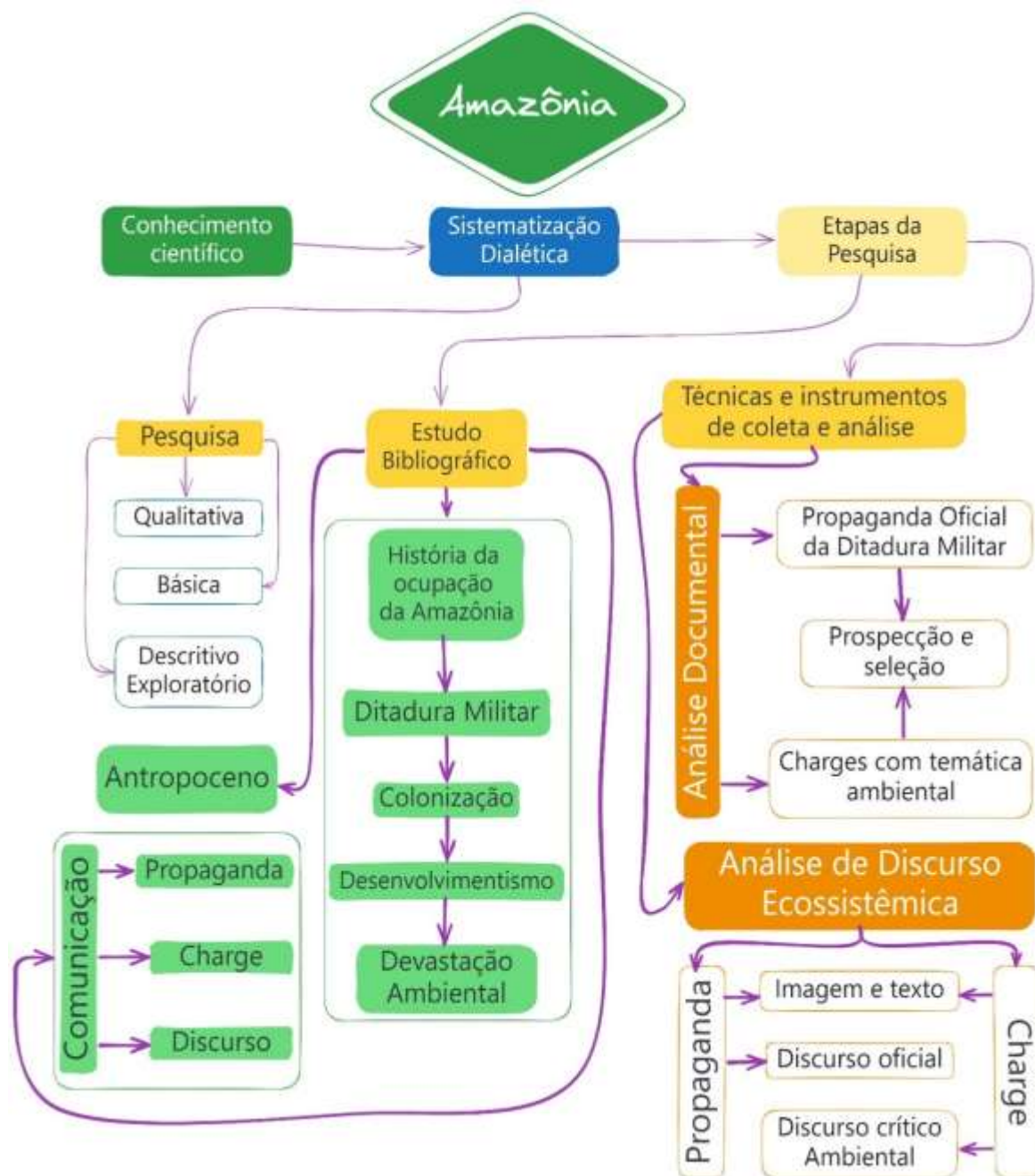
Ao realizar as buscas virtuais na CAPES, utilizou-se o operador booleano AND com os descritores “Amazônia AND Ditadura Militar”; “Ditadura Militar AND Propaganda Oficial” e “Charge AND Meio Ambiente”, resultando no quantitativo descrito na tabela abaixo (Tabela 1).

Tabela 1 – Busca de dissertações e teses

Descritores	Dissertações	Teses
Amazônia AND Ditadura Militar	30	23
Ditadura Militar AND Propaganda Oficial	03	0
Charge AND Meio Ambiente	10	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 2 – Percurso metodológico



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na segunda fase, processamos a busca pelos anúncios oficiais e de empresas alinhadas ao regime ditatorial militar da década de 1970 e das charges ambientais das décadas de 2016/2022. No caso das propagandas, a busca se concentrou em três revistas: revista *O Cruzeiro*, *Realidade* e *Manchete*. Já para as charges, a escolha foi pelo portal *Cartoon Movement*.

A busca por propagandas da década de 1970, produzidas oficialmente pela ditadura militar ou por empresas alinhadas ou financiadas com recursos públicos para a ocupação e

integração econômica da região amazônica ao restante do país retornou 68 anúncios, considerando que alguns foram reproduzidos simultaneamente em todas as revistas. Foram localizados 31 anúncios oficiais e 37 das empresas, conforme demonstrado abaixo (Tabela 2).

Tabela 2 – Propagandas

O Cruzeiro		Realidade		Manchete	
Oficial	Empresas	Oficial	Empresas	Oficial	Empresas
13	07	09	14	09	16

Fonte: Elaborado pelo autor.

Selecionamos 18 propagandas para análise, organizadas com sua relação com as ações instigadas pelo discurso oficial e de empresas subsidiadas pelo financiamento de instituições governamentais, afim de compreender como essas atividades impactam a realidade da Amazônia na atualidade:

- **Obras de infraestrutura viária;**

Propagandas em que o foco é visivelmente direcionado para a construção de estradas, com destaque para a BR-230, ou a Transamazônica.

- **Direcionamento de recursos para projetos na Amazônia;**

As propagandas produzidas, sobretudo pela Sudam, relatavam as vantagens de se investir na Amazônia, seja buscando convencer empresas ou os contribuintes, que poderiam investir parte do imposto de renda devido ao governo, em grandes projetos garantidos e financiados pela estatal, com recursos disponibilizados pelo BASA.

- **A natureza como desafio e fonte de renda;**

Nesse recorte, as propagandas produzidas retratam a Amazônia como uma enorme reserva natural, por vezes infinita e desafiadora, fato que eleva os exploradores modernos ao status de heróis, bravos corajosos que não se furtam em enfrentar todos os perigos e armadilhas que a floresta insiste em lhes apresentar.

- **Desmatamento para a implantação de grandes projetos agropecuários;**

Aqui, desmatar é mais que uma necessidade. É uma obrigação e motivo de orgulho, já que a partir dessa árdua empreitada surgirão as benditas pastagens onde serão criados os animais que alimentarão não só a grande nação que se constrói, mas a população mundial que cresce e vê na Amazônia o novo e definitivo provedor de proteína para a humanidade.

- **Invisibilidade de povos indígenas e comunidades ribeirinhas;**

Domar a Amazônia, desconstruindo a convivência milenar estabelecida entre os povos indígenas e a floresta, além da vida ribeirinha secular que se instalou em busca de riquezas em outros tempos, é demonstrar para o mundo que esses novos bandeirantes não se deixam

amedrontar pelas lendas e histórias fantásticas sobre seres que habitam e se escondem na mata densa ou nas águas de rios caudalosos. O momento agora é de desmistificar qualquer fantasia sobre a região e trazer para a realidade do mundo moderno apenas as riquezas que a Amazônia esconde em seu ventre.

Já o cômputo das charges sobre os problemas ambientais decorrentes da iniciativa oficial da ditadura militar em explorar a região amazônica, retornou 94 resultados. Foram considerados, para a seleção, fatores como o desmatamento, queimadas, a mineração ilegal, as atividades agropecuárias e a violência contra os povos indígenas, os pequenos agricultores e ribeirinhos. As charges foram selecionadas após pesquisa no endereço eletrônico <https://www.cartoonmovement.com>, utilizando os descritores “Amazônia”, “*burning coling*”, “*rain forest*”, “Bolsonaro”, “*indigenous peoples*” e “*deforestation*”. Para proceder a análise, foram selecionadas 16 charges, considerando críticas ao discurso econômico, o descaso com a preservação ambiental e a violência contra os povos indígenas.

O *Corpus Documental* – 18 propagandas e 16 charges –, foi analisado sob os preceitos da Análise do Discurso Ecológico – ADE, com ênfase na visão de Arran Stibbe sobre o apagamento da natureza, descrito um pouco mais a frente.

2.1 As revistas

A revista O Cruzeiro foi fundada em 1928, sob a inspiração do jornalista português Carlos Malheiro Dias, fundador da Empresa Gráfica Cruzeiro S.A., circulando até 1985. Dias não dispunha de recursos para levar adiante o projeto de criar uma revista de grande circulação, então, transferiu o controle para Assis Chateaubriand⁴. Com uma audaciosa proposta editorial e gráfica, O Cruzeiro se transformou em referência para revistas ilustradas, com circulação nacional e correspondentes nas cidades de Lisboa, Paris, Roma, Madri, Londres, Berlim e Nova Iorque. Chateaubriand integrou a revista ao seu conglomerado de comunicação, os Diários Associados, criado em 1924 (Sodré, 1999; Ferreira, 2010; Velasquez, 2023).

Desde seu surgimento O Cruzeiro manteve relações estreitas com a política. Chateaubriand, filiado à Aliança Liberal (AL), apoiou a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, colocando seu conglomerado de comunicação a serviço da revolução. Como resultado, viu aumentar o aporte de recursos, facilitados por integrantes da AL, adquirindo

⁴ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, (Umbuzeiro, 4 de outubro de 1892 – São Paulo, 4 de abril de 1968), foi um jornalista, escritor, advogado, professor de direito, empresário, mecenas e político brasileiro (Ferreira, 2010).

novos veículos de comunicação, e, conseqüentemente aumentando a visibilidade da chapa de Vargas. Já, a candidatura de seu opositor, Júlio Prestes⁵, é ignorada pelos Diários Associados. Mesmo assim, Prestes vence a eleição e é impedido de tomar posse pelo movimento militar armado, com ajuda de políticos da oposição. A capa da revista do dia 1º de novembro de 1930, mostra o General Menna Barreto (Figura 3), no dia 24 de outubro de 1930, chegando ao Palácio Guanabara, para a disposição do então presidente Washington Luís⁶ (Cazarin; De Menezes, 2015).

Em outro momento político, o golpe militar de 1964, novamente a revista se posiciona de maneira incisiva. Dessa vez, para defender a instauração da ditadura militar e suas principais pautas, como o anticomunismo, por exemplo. Em seu discurso, O Cruzeiro traça uma linha absolutamente clara em defesa do golpe, como forma de legitimar a investida ditatorial. Em seus editoriais, a postura da revista é situar uma nítida divisão das forças estabelecidas: se postam ao lado dos líderes do movimento, determinando a diferença de discurso com os opositores e, com a ameaça comunista. A capa do dia 10 de abril de 1964, em uma edição extra, traz a foto do então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (Figura 3), tratado como personagem fundamental para o início e a consolidação do movimento que culminou no golpe militar. (Cazarin; De Menezes, 2015).

Figura 3 – Capas da revista o Cruzeiro – Revolução de 1930 e o golpe militar de 1964.



Fonte: O Cruzeiro (2023)

⁵ Júlio Prestes de Albuquerque (15/03/1882 – 9/02/1946), político brasileiro (APESP, 2023).

⁶ Washington Luis de Souza (26/10/1869 – 4/08/1957), eleito presidente da república em 1926 (Bressanin, 2016).

A Manchete foi uma revista que circulou entre os anos 1952 e 2000. Fundada por Adolpho Bloch, um imigrante ucraniano. Sua chegada ao mercado editorial, a fez rivalizar com O Cruzeiro, por também apresentar um chamativo apelo visual. Entretanto, em seu período inicial, era impressa em material inferior ao da concorrente e carecia de anunciantes, para manter sua circulação. Em sérias dificuldades financeiras, Bloch tentou, de maneira infrutífera, encontrar um comprador para a revista. Não tendo êxito na iniciativa, decide convidar o ex-diretor de O Cruzeiro, Hélio Fernandes, que promove uma mudança profunda na linha editorial da revista, adotando uma postura crítica com relação às questões ligadas à educação particular e com manifestações contrárias aos militares na política. Embora a mudança tenha atraído novos anunciantes, o que resultou em aumento no volume de recursos oriundos da publicidade, a condução jornalística desagradou a Adolpho Bloch, o que culminou com a saída de Fernandes (Bloch; 2008; Nascimento, 2020; Brasil, 2023).

Figura 4 – Capa da revista Manchete por ocasião do golpe militar de 1964



Fonte: Manchete (2023)

Como ocorreu com O Cruzeiro, também a Manchete se posicionou ao lado dos militares em 1964 (Figura 4). A imprensa brasileira, que comungava da mesma ideologia da União Democrática Nacional (UDN), principal partido conservador do país e que fazia oposição ao

presidente João Goulart, produziu uma ferrenha cruzada contra o presidente e seu discurso populista. Esse ataque sistemático foi parte de uma elaborada mobilização civil-militar que resultou no golpe de 1964. Em suas páginas, a revista promovia a imagem dos militares, como homens diligentes que se debruçavam altruisticamente sobre as demandas nacionais. Seu apoio aos militares se manteve explícito até o fim de sua circulação, defendendo a tese de que somente um governo autoritário desenvolveria o país, ao mesmo tempo que evitava a ameaça comunista (Martins, 1999; Pádua, 2013; Nascimento, 2020).

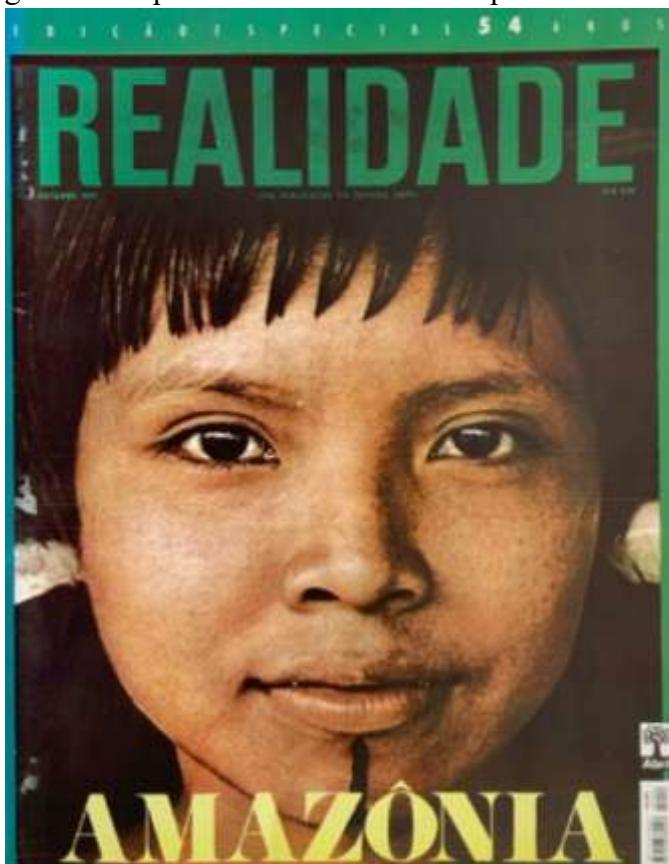
Sua postura diante dos governantes federais mostrou-se, majoritariamente, positiva. Foi assim com Getúlio Vargas, mesmo em meio à crise e a fragilidade de seus últimos atos, que culminaram com seu suicídio, a revista mantinha um discurso otimista, poupando-o de críticas mais fortes. Com Juscelino Kubitschek não foi diferente. A revista *Manchete* chegou a acompanhar JK antes mesmo de sua posse, em viagem a Paris. Em suas matérias, a cobertura por vezes se confundia com a assessoria de imprensa da presidência, evitando desaprovar as ações do governo em momentos delicados para a administração. A imagem construída pela *Manchete* sobre JK remetia à postura de um grande estadista, que por suas ações estava levando o país a um momento de grande desenvolvimento (Martins, 1999; Nascimento, 2020).

A revista *Realidade* circulou entre 1966 e 1976, editada mensalmente pela Editora Abril. Seu lançamento teve impacto imediato no jornalismo brasileiro, por apresentar em seu conteúdo grandes reportagens, valorizando o fotojornalismo e discutindo temas sensíveis à sociedade de maneira crítica (Kucinski, 2001; Brasil, 2021). Em janeiro de 1967, a edição nº 10, especialmente dedicada à mulher, foi recolhida sob ordem judicial, por trazer uma reportagem sobre aborto e fotos de um parto, o que não foi bem visto por autoridades conservadoras (Brasil, 2021). Como resultado, dos 475 mil exemplares, cerca de 200 mil chegaram às mãos dos leitores e o restante foi destruído. Esse episódio, em que a censura efetivamente chega à redação de *Realidade*, era o princípio de uma alteração profunda na linha editorial da revista, concretizada em 1969, logo após o AI-5 (Kucinski, 2001; Brasil, 2021). Desse ponto em diante, a revista amenizou suas reportagens, abrindo espaço em suas edições para os militares no poder.

Uma das características marcantes da *Realidade* eram as edições temáticas, onde explorava os assuntos em destaque com reportagens bem construídas e detalhadas. Uma dessas edições, a nº 67, de outubro de 1971, foi dedicada a Amazônia, em que as matérias sobre a região se mesclavam com os anúncios oficiais e de empresas (ocupando 124 páginas, de um

total de 342) voltados à exploração da Amazônia, estampando na capa (Figura 5), a foto do rosto de uma menina Yanomami, retratada por Claudia Andujar⁷ (Marcelino, 2023).

Figura 5 – Capa da revista Realidade Especial Amazônia



Fonte: Realidade (2023)

A escolha pelas revistas O Cruzeiro e Manchete se deu pelo fato de sua circulação ser semanal e as duas apresentarem linhas editoriais ideológicas semelhantes, com viés pró-ditadura e por seus acervos estarem integralmente disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, sem restrições de acesso. A revista Realidade tinha circulação mensal e uma postura inicial que refletia liberdade editorial, posteriormente alterada e convergendo, se não para o alinhamento, para uma atitude mais branda com a ditadura militar brasileira. Observar esse movimento justificou a escolha. Seu acervo também está disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, embora algumas edições estejam digitalizadas com baixa qualidade. Isso, no entanto, não prejudicou a coleta dos materiais utilizados nessa pesquisa.

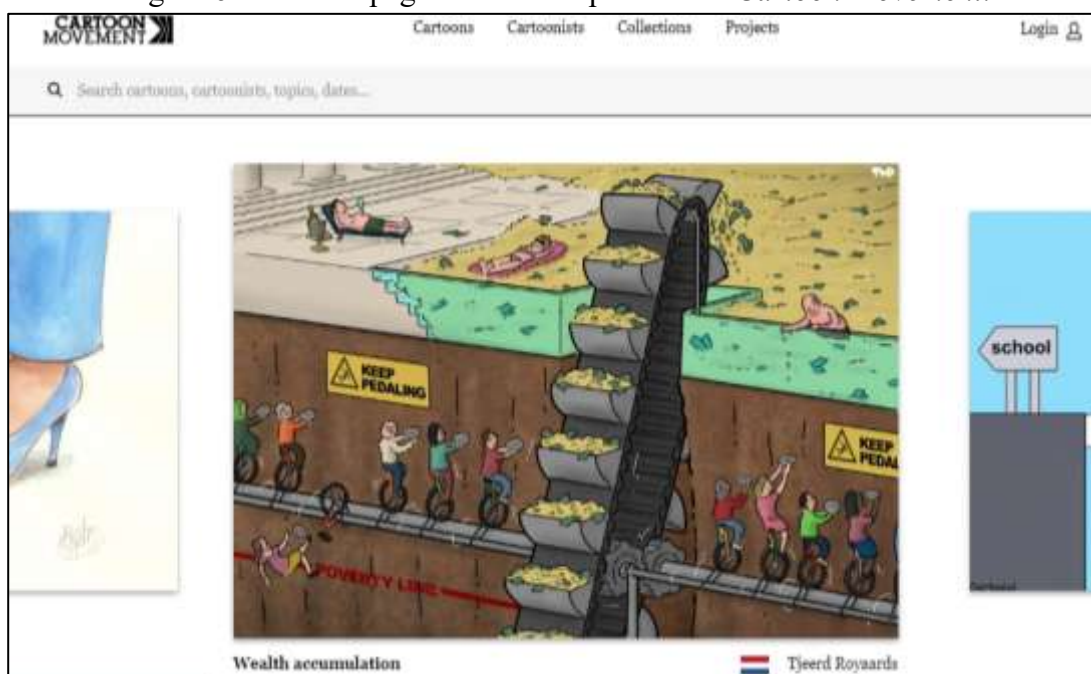
⁷ Claudia Andujar nasceu em Neuchâtel, na Suíça, em 1931. “É uma fotógrafa conhecida pelas suas fotografias dos Yanomami, grupo indígena que habita a região fronteiriça entre os Estados de Roraima e do Amazonas, e entre o Brasil e a Venezuela. É famosa também pelo seu ativismo em favor da demarcação das terras e de continuidade do modo de vida e da cultura dos Yanomami” (Hata, 2021, p. 17).

2.2 As charges do *Cartoon Movement* – *Your daily dose of satire*

Os anos 1990 modificaram definitivamente o compartilhamento de informações entre humanos. O principal responsável foi o físico britânico Tim Berners-Lee. Em 1989, Berners-Lee, que na época trabalhava no *Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire* (CERN)⁸, percebendo a dificuldade na circulação de informações científicas entre os pesquisadores, sugeriu a criação de uma ferramenta baseada em hipertexto que seria implementada na internet, surgindo assim a *World Wide Web*, ou simplesmente *Web* (World Wide Web Foundation, 2018). Para Crystal (2006) a *Web* impactou profundamente a comunicação, sendo merecedora da alcunha de aplicação revolucionária na linguagem, seja ela escrita, falada ou desenhada, dando origem ao que se denominou de ciberespaço.

Lévy (1999) define ciberespaço como o ambiente em que se processa a inter-relação entre computadores do mundo inteiro e suas informações armazenadas e disponíveis. O compartilhamento de dados nesse mundo virtual se traduz na inteligência coletiva, descrita por Lévy (1999), em que humanos dispersos geograficamente são parte de um movimento criativo comum, que resulta em projetos ligados pela afinidade ou pelo interesse em determinado tema, por exemplo na criação de *webcomics*, histórias em quadrinhos e charges hospedadas em determinada plataforma virtual, como, por exemplo, o *Cartoon Movement* (Figura 6).

Figura 6 – Print da página inicial da plataforma *Cartoon Movement*.



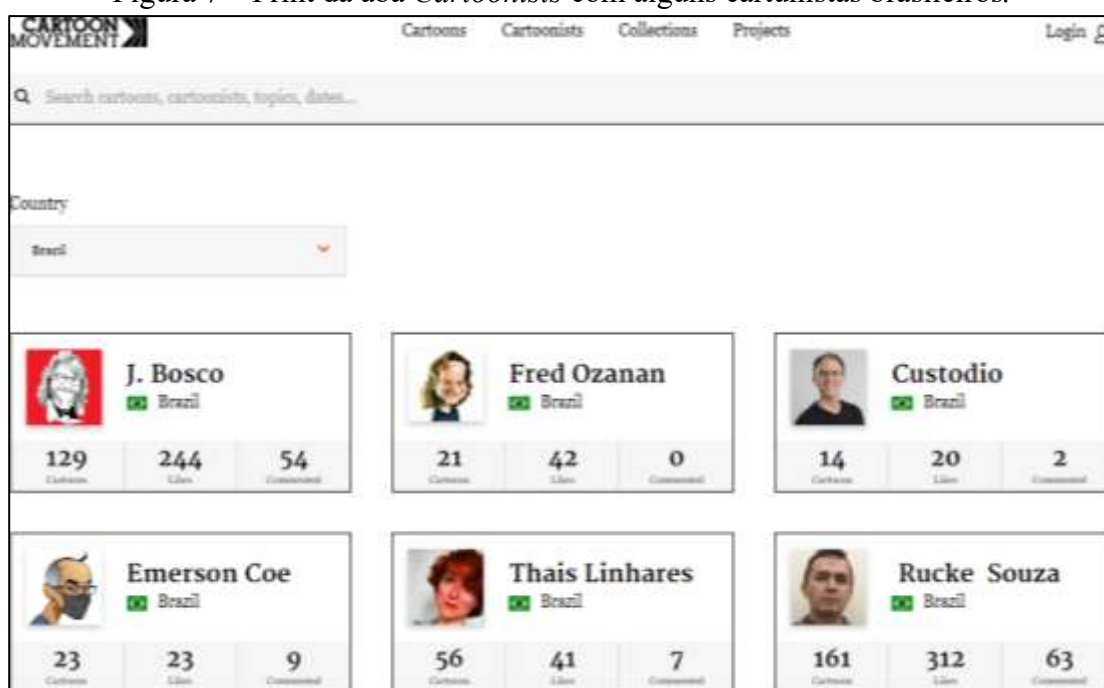
Fonte: Cartoon Movement (2023).

⁸ Criado em 1954, é o maior laboratório de física de partículas do mundo (CERN, 2024).

Criado em 2010, o *Cartoon Movement* é um portal online que reúne cartunistas e chargistas de todo o mundo, com a pretensão de dar visibilidade ao *cartoon* editorial profissional, permitindo aos autores se expressarem com liberdade. Diariamente, mais de 600 cartunistas associados ao portal, produzem obras que apresentam interpretações sobre acontecimentos globais. A plataforma é dirigida por Tjeerd Royaards, cartunista holandês, com trabalhos publicados no *New York Times*, *BBC*, *CNN*, *The Guardian*, *Le Monde*, entre outros. É conselheiro do *Cartoonists Rights Network International* e membro do *Cartooning for Peace*. (*Cartoon Movement*, 2023).

A página inicial da plataforma é atualizada diariamente, estampada com uma charge diferente e que aborda um tema em destaque. Na parte superior é possível navegar pelas abas *Cartoons*, *Cartoonists*, *Collections* e *Projects*, e, realizar buscas específicas em uma caixa de pesquisa logo abaixo do referido menu de abas. No rodapé estão localizadas as opções relacionadas ao conteúdo editorial do sítio, incluindo a disponibilidade de boletins diários e mensais com as publicações, bem como é facultada a doação financeira para a plataforma. Estão presentes também no rodapé informações sobre o CM, FAQ, termos de uso, cartoons sob encomenda, contato e localização da plataforma e as redes sociais de que participa. A aba *Cartoons* contém todos as charges disponíveis e pesquisáveis no CM. Em *Cartoonists* estão relacionados os chargistas que colaboram com a plataforma, sendo possível aplicar o filtro *País*, que lista somente os artistas do país selecionado (Figura 7).

Figura 7 – Print da aba *Cartoonists* com alguns cartunistas brasileiros.

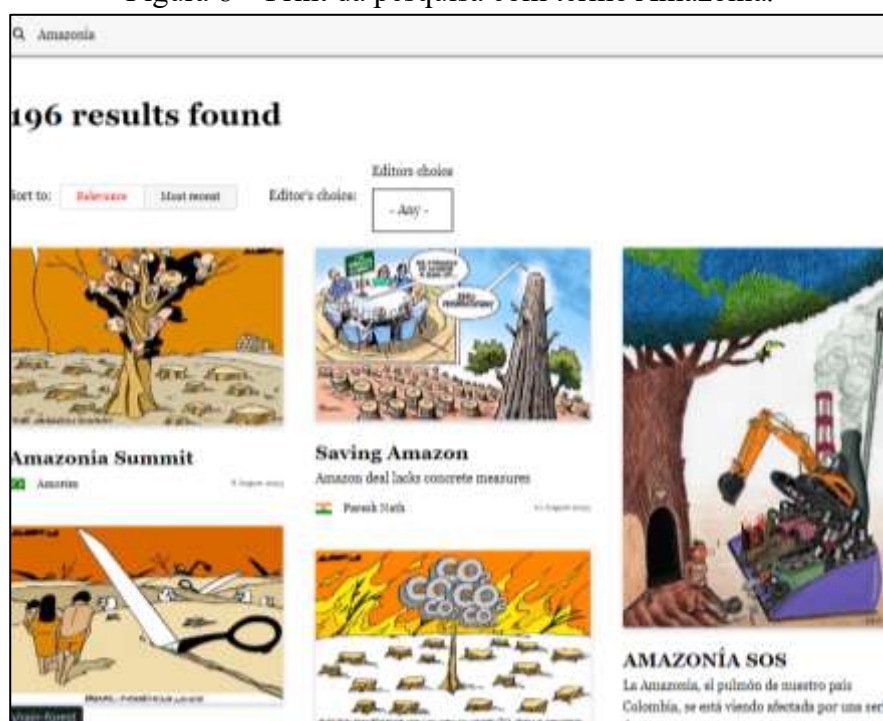


Fonte: Cartoon Movement (2023).

A próxima aba da página inicial, *Collections*, de acordo com o CM, busca agrupar as charges de acordo com sua temática, facilitando assim a pesquisa dos visitantes do site e demonstrando como diferentes perspectivas retratam os principais acontecimentos globais. A última seção, *Projects*, abarca as relações que o *Cartoon Movement* tem com outras organizações, sejam da mídia corporativa internacional ou entidades governamentais e intergovernamentais, como a ONU, além de organizações não governamentais, as chamadas ONGs. O caráter editorial das charges, de acordo com o *Cartoon Movement* (2023), propicia que em uma imagem se concentrem pontos multifacetados de determinada questão, induzindo ao leitor a reflexão sobre o mundo que o cerca. Nesses projetos cooperativos entre o CM e outras entidades, flui a construção de charges temáticas, sejam sobre as implicações climáticas ou a defesas de minorias e povos oprimidos.

Em suma, a iniciativa do *Cartoon Movement* se caracteriza pela produção colaborativa, em que um determinado tema ou personagem, como por exemplo a Amazônia (Figura 8), é representada por múltiplas visões, criando uma espécie de mosaico de como o mundo a enxerga. Outro aspecto relevante desse tipo de produção, é a liberdade editorial, já que não há uma pauta predefinida e os artistas podem produzir de acordo com suas próprias inquietações. E, em razão de haver a associação constante de novos cartunistas e chargistas, as ideias também se renovam (Gruszynski; Oliveira, 2015; Fernandes, 2020).

Figura 8 – Print da pesquisa com termo Amazônia.



Fonte: Cartoon Movement (2024).

A possibilidade de múltiplas visões, nos fez optar por não escolher chargistas em especial, mas sim vasculhar a plataforma CM em busca de charges que representem o período definido na pesquisa (2016-2022), época essa marcada pelo discurso da liberalidade econômica e do afrouxamento de leis ambientais, com o propósito de explorar recursos naturais, sobretudo na Amazônia, reverberando o discurso do governo federal da ditadura militar na década de 1970.

2.3 Análise do Discurso Ecológico

Após a seleção dos materiais, sua interpretação se procedeu à luz da Análise do Discurso Ecológico (ADE). Para entender a ADE, é necessário compreender como o discurso é analisado sob diferentes vertentes.

O termo Análise de Discurso foi utilizado pela primeira vez pelo linguista estadunidense Zellig S. Harris, em 1952, em um artigo intitulado *Discourse Analysis*, e, no entendimento de Brandão (2012), sendo incluído como parte dos estudos da linguística, sem intentar refletir sobre os termos de um enunciado e seus possíveis significados. Entretanto, Charaudeau e Maingueneau (2005) consideram tarefa complexa estabelecer o momento da criação da Análise de Discurso, já que esta é resultado da confluência de diversos estudos, antigos e recentes, sobre a interpretação do texto e de seus elementos. Assim, a Análise de Discurso não ocupa um espaço específico nas ciências humanas, transitando entre a sociologia, linguística e psicologia, por exemplo (Charaudeau; Maingueneau, 2005).

O fim da década de 1960 é considerado um ponto de ruptura nos estudos da linguagem, sobretudo na percepção do discurso, até então entendido como a projeção interna da língua basicamente como evento promotor da comunicação entre dois entes (Bonácio, 2017). Ao lançar Análise Automática do Discurso (AAD) em 1969, Michel Pêcheux contribui sobremaneira para estruturar a escola francesa de análise de discurso (AD), explorando as articulações presentes entre ideologia e discurso, descrevendo o sujeito como um indivíduo ideológico, com conexões sociais e históricas que dão sentido ao processo discursivo (Pêcheux, 1978; Brandão, 2012). Os estudos da AD se ampliam a partir da década de 1970, com a interação de outras disciplinas e ramificações da análise de discurso: o discurso como interação social; o discurso, seus gêneros e situações; o discurso influenciado pela produção de conhecimento e as influências ideológicas e, por fim, o discurso e a organização do texto e do enunciado (Charaudeau; Maingueneau, 2005).

Norman Fairclough, em 1985, no artigo *Critical and descriptive goals in discourse analysis*, publicado no *Journal of Pragmatics*, concebe o termo Análise de Discurso Crítica (ADC). Fairclough (1985) esclarece que a utilização do termo *crítica* tem relação aos estudos da Linguística Crítica (LC), desenvolvidos na década de 1970 por um grupo de linguistas da *University of East Anglia* na Grã-Bretanha, entre os quais Roger Fowler (1938-1999), Gunther Rolf Kress (1940-2019) e Robert Hodge. O início dos anos 1990 marcam a consolidação da ADC como disciplina de estudos do discurso. Em 1990, Teun van Dijk publica a revista *Discourse and Society* (1990), e, em janeiro de 1991, se reúnem para um simpósio de dois dias em Amsterdã, Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak, tendo a oportunidade de discutir métodos, teorias e, sobretudo, sobre a ADC (Wodak, 2004).

Wodak (2004) esclarece que durante algum tempo, os termos LC e ADC foram utilizados como equivalentes, sendo que posteriormente, a ADC se estabeleceu como disciplina de referência. As bases da LC foram calcadas na análise dos arranjos sociais, examinando a ideologia no discurso público e suas codificações inseridas de maneira velada na estrutura discursiva da linguagem (Fowler, 2004). Tais proposições tem como gênese a Linguística Sistemática Funcional (LSF), proposta por Michael Halliday, que influenciou as disciplinas de análise de discurso e a linguística textual (Mairal Usón *et al*, 2018). Na LSF a linguagem é compreendida como fenômeno social buscando elucidar como os grupos humanos se comunicam, individual e coletivamente, de que forma a linguagem transita no interior de seu território e qual sua relação com a língua (Barbara; Macêdo, 2009).

Das reflexões acerca da interação do indivíduo com língua e território, aqui visto de maneira mais abrangente como ambiente ou ecossistema, surgiu, na década de 1990, a Ecolinguística (Couto, 2018). Bem antes disso, em 1911, o linguista e antropólogo alemão Edward Sapir apresentou um trabalho chamado de *Língua e Ambiente*⁹, em que descreve sua compreensão sobre a influência do ambiente, sob os aspectos sociais, na conformação da língua (Sapir, 1969). Em 1970, durante a *Conference Toward the Description of the Languages of the World*, o linguista estadunidense Einar Haugen (1906-1994) utiliza a expressão *Language Ecology*, na qual delinea um espaço ecológico para as línguas, em que o meio ambiente da língua está contido na sociedade que a codifica (Haugen, 1971). Posto o entendimento de Haugen, a ecologia linguística se estabelece na codificação, interação, transmissão de

⁹ Conferência na Associação Americana de Antropologia.

determinada língua e sua relação com o ambiente, conceituando assim a Ecolinguística como disciplina científica (Haugen, 1971; Couto, 2018).

Couto (2018) esclarece que ao definir Ecolinguística, inevitavelmente emergem algumas indagações acerca do conceito de língua, seu meio ambiente e como língua e meio ambiente se correlacionam. Língua, na concepção de Saussure (2006), é, simultaneamente, um componente substancial da linguagem e o conjunto de códigos e práticas sociais que permitem a utilização da linguagem. Se insere em campos diversos, transitando entre as faculdades físicas, fisiológicas e psicológicas, remetendo-se aos âmbitos individual e coletivo (Saussure, 2006). Portanto, como aduzem Labov (2008) e Stibbe (2018), a língua é prática social que não é desagregada da sociedade, mas sim que reciprocamente se estruturam. Stibbe (2018) enfatiza que a Ecolinguística compreende a relação da língua e sociedade em um espectro que inclui o mundo natural e suas conexões, sendo, portanto, necessário incluir nesse encadeamento também a Ecologia e seus princípios.

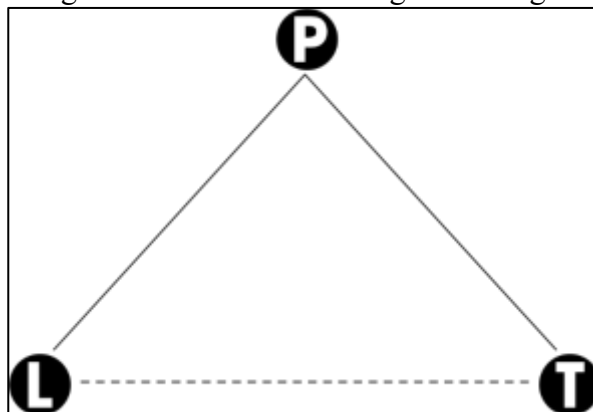
O termo Ecologia tem origem no grego *oikos*, que tem como significado casa ou lugar em que se vive (Lago; Pádua, 1985; Odum, 2001). Em 1866, o biólogo alemão Ernst Haeckel cunhou o termo *ökologie*, em que propunha o estudo ou conhecimento da casa, observando as interações dos seres vivos com o ambiente, seu comportamento e adaptação às condições orgânicas e inorgânicas (Haeckel, 1866). As condições orgânicas incluem, de acordo com Haeckel (1806), as associações entre os organismos vivos, o arranjo da cadeia alimentar e as relações ecológicas, como o parasitismo, por exemplo. As condições inorgânicas, que exigem adaptação do organismo ao ambiente, estão relacionadas ao clima e as características da água e do solo local (Haeckel, 1906).

Townsend, Begon e Harper (2008), depreendem que a ecologia opera em escalas (espaço, tempo e biológico), sendo que a escala biológica se estrutura em três níveis: o indivíduo, a população e a comunidade. O estudo do indivíduo ou organismo, almeja compreender como este afeta o ambiente e é também afetado por ele. A ecologia das populações diz respeito ao número de espécies presentes em determinado ambiente e a quantidade de indivíduos que as compõem. Ao tratar da comunidade, se avalia a presença de determinadas populações. Essas categorias estabelecem o ecossistema local, que organiza biologicamente determinado ambiente (Begon; Townsend, 2023; Odum, 2001).

Assim, por não se dissociar da trajetória humana, o ecossistema físico comporta também o ecossistema linguístico, que, como explica Couto (2007), é composto pela população (P) que fala determinada língua em determinado lugar, que se designa como território (T) e, por fim, caracterizando as correlações entre população e território, está a língua (L). Dessa forma, Couto

(2007) elaborou uma representação (Figura 9) para elucidar como os três elementos descritos acima se relacionam, que ilustra o Ecossistema Integral da Língua¹⁰.

Figura 9 – Ecossistema Integral da Língua



Fonte: Adaptado de Couto (2007).

De acordo com Couto (2007) e Araújo (2014), a leitura da representação acima deve levar em conta que a linha tracejada entre L e T indica que estes elementos não se relacionam diretamente, já que P, no papel de codificador e ente falante de determinada língua, é quem intermedia a relação entre eles. Dessa forma, o Ecossistema Integral da Língua se estrutura a partir da convergência dos Ecossistemas Natural, Mental e Social da Língua (Couto, 2015). O *ecossistema natural* se projeta na complexidade do meio ambiente, onde se insere também o ser humano e suas atividades antrópicas, em uma incessante dança que estabelece mútua interação entre este ambiente e seus elementos (Couto; Fernandes, 2021).

O *Ecossistema Natural da Língua*, como esclarece Couto (2015), se organiza na tríade população (P), que habita um território (T) e fala uma língua (L) específica. Para compreender o *Ecossistema Mental da Língua*, é necessário observar como as faculdades cognitivas, emocionais e de fala dos indivíduos de determinada população se arranjam, permitindo desta forma criar, armazenar e processar mentalmente sua língua, transmutando-a em ferramenta de linguagem (Couto, 2015; Araújo, 2014). Por fim, temos o *Ecossistema Social da Língua*, que como alude Couto (2015), é a interação entre P e T, indivíduos que ocupam um mesmo território e compartilham da mesma língua, costumes e organização social, enfim, a própria sociedade estruturada em comunidades.

Esposito (2003) discorre acerca de comunidade, partindo da origem etimológica do termo. De acordo com o autor, o vocábulo comunidade provavelmente deriva de *mínus*, do

¹⁰ Primeiramente nomeado de Ecossistema Fundamental da Língua, Couto (2014) argumenta que seria mais apropriado chamar de Ecossistema Integral da Língua.

latim, que significa obrigação ou dever, que conecta indivíduos com relações em comum, criando laços que os transformam em comunidade (Esposito, 2003). Para Tönnies (2001), comunidade é o afloramento das necessidades e características endêmicas que conectam indivíduos diversos, mas que depende de trocas entre si. Inclui-se nesse interim a língua, que sob a ótica de Saussure (2006), pela sua prática na comunidade, possibilita o acúmulo de conhecimentos coletivos, cria vínculos nos processos sociais e atinge sua plenitude, já que não se completa no exercício individual, mas sim nessa interação grupal.

Com foco na Ecolinguística, comunidade é equivalente ao *Sistema Integral da Língua*, decompondo-se em Comunidade da Língua e Comunidade de Fala (Couto, 2015). A Comunidade da Língua, conforme entendem Couto e Couto (2015) e Albuquerque (2021), se caracteriza pela não limitação territorial da língua. Assim, grupos de diferentes lugares dominam determinada língua, por exemplo, temos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), formada por nove estados-membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (CPLP, 2024). Na compreensão de Labov (2008), a Comunidade de Fala pode ser vista como um corpo social que comunga dos mesmos preceitos inerentes a língua falada, mas com características distintas, influenciadas por fatores como a localidade em que está inserido, inclusive a diferença de idade entre os falantes, podendo ser mais ou menos formal, em razão das transformações que a própria sociedade experimenta.

Dentre as diversas aproximações da Ecolinguística, Araújo (2014) destaca a *Ecolinguística crítica*, *ecologia das línguas*, *linguística ecossistêmica*, *Ecolinguística e etnociências*. Nossa vertente de interesse é a *Ecolinguística crítica*, que tem como abordagem, de acordo com Araújo (2014), a análise dos discursos relacionados aos temas ambientais, que emergem das ações políticas e ideológicas. Couto e Couto (2016) e Couto e Fernandes (2021), explicitam que a partir da Ecolinguística crítica, surgiu a Linguística Ecossistêmica Crítica, posteriormente chamada de Análise do Discurso Ecológica e, finalmente, Análise do Discurso Ecossistêmica.

A Análise do Discurso Ecológica foi proposta em 2013, pelo linguista Hildo Honório do Couto, pioneiro nos estudos da Ecolinguística no Brasil (Araújo, 2014). Em 2015, os ingleses Richard Alexander e Arran Stibbe descrevem a *Ecological Analysis of discourse* como sendo a própria Ecolinguística a partir do momento que se propõe ir além do *Analysis of ecological discourse*, que em suma seria analisar apenas o discurso ecológico (Alexander; Stibbe, 2014). Assim, a Análise do Discurso Ecológica se propõe a examinar como o discurso mobiliza as pessoas na conservação ou destruição ambiental, se utiliza de termos vagos ligados

aos processos econômicos para amenizar ou justificar suas ações e, de maneira incisiva, conclama à reflexão sobre o discurso e suas reais implicações nos ecossistemas reais (Alexander; Stibbe, 2014).

Entre 2018 e 2019, como descreve Couto (2020), é cunhado o termo Análise do Discurso Ecológico, adequado à vertente brasileira da Ecolinguística, a Linguística Ecológica, sem, entretanto, romper com os preceitos da Análise do Discurso Ecológica, com quem divide inclusive a sigla ADE. Na ADE, o discurso é explorado considerando o meio em que é construído, as estruturas sobre as quais se sustenta e a relação do sujeito com o ecossistema em que está inserido natural, mental e socialmente (Couto; Fernandes, 2021).

Por se tratar de uma abordagem recente nos estudos discursivos, a ADE se entrecruza com outras propostas, em particular com a Análise de Discurso Crítica (ADC) descrita por Norman Fairclough (2003). O aspecto relacional entre ADE e ADC, na descrição de Couto; Fernandes (2021) é conferir importância às particularidades orgânicas dos grupos sociais, levando em consideração suas relações históricas, políticas e econômicas com o meio ambiente em que estão inseridos. Além disso, a ADE incorpora em seu âmago preceitos contidos na Ecologia Profunda descrita por Arne Naess (1973; 2005).

Em linhas gerais, Naess (2005) salienta que a Ecologia Profunda deve ponderar sobre a lógica do equilíbrio entre os seres vivos, rompendo com a idealização de que o homem seja um ser superior na natureza e dela possa se utilizar apenas para suprir suas necessidades, sem se preocupar com as implicações ambientais negativas causadas por suas ações. Influência para as reflexões de Naess (2005) sobre a Ecologia Profunda, Rachel Carson, no livro *Primavera Silenciosa*, publicado em 1962, chama a atenção para a exígua ou total ausência de consciência sobre o comportamento humano diante dos processos naturais. A atividade agrícola, prática milenar que permitiu ao homem estabelecer-se e integrar-se ao biossistema, queda agora como agente de destruição. O equilíbrio natural estabelecido pacientemente ao longo de milhões de anos, sucumbe ante a capacidade humana em desfigurar a paisagem onde se instala (Carson, 1969).

Há uma interessante interlocução entre as premissas da Ecologia Profunda de Arne Naess e a ADE. Quando Naess (2005) chama a atenção para o fato de que até as campanhas educativas sobre a importância da conservação ambiental focam no bem estar humano, isso converge para os estudos de Arran Stibbe sobre a ADE. Stibbe (2021) entende que o discurso tem um componente que é intrínseco à sua construção: *o apagamento*. Desta maneira, fauna e flora passam a ser vistos apenas como meros coadjuvantes em um sistema concebido para garantir que a humanidade tenha vida longa e próspera.

O apagamento da natureza proposto por Stibbe (2021) é organizado em três níveis de intensidade, que são *o vazio*, *a máscara* e *o traço* (Figura 10). No *vazio*, utilizado com frequência em discursos sobre economia, o meio ambiente é completamente ignorado. A *máscara*, por sua vez, apresenta a natureza e seus componentes vivos em alegorias disformes, sendo sua importância direcionada para a satisfação das necessidades humanas. Exemplificando, sua presença é habitual em discursos do agronegócio que enaltecem a criação de animais para o abate como fonte de proteína, o avanço da pecuária e a exaltação da monocultura agrícola. E, por último, temos o *traço*, que se utiliza de termos genéricos como sustentabilidade, biodiversidade e impactos ambientais, para retratar o mundo natural (Stibbe, 2021; Borges, 2020).

Figura 10 – Apontamentos metodológicos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A ADE, enquanto ferramenta analítica, amplia as categorias discursivas analisáveis, já que se caracteriza pelo holismo, em que a dinâmica de inter-relações no ambiente não é concebida como estática e nem reduzida. Assim, o discurso não se concentra apenas na perspectiva enfatizada, ou focalizada em sua construção (Couto, 2020). É sim, parte de uma paisagem mais ampla que necessita ser desvendada para fazer sentido.

Nessa proposta, temos o discurso do estado, que simboliza a ocupação da Amazônia como um marco no desenvolvimento do país, e o discurso contemporâneo, que diante das consequências de tal ocupação, avalia os resultados, postando-se diante da problemática

ambiental acarretada. Ademais, considerando a Amazônia como palco onde se desenrolam os eventos investigados, utilizamos a Teoria do Antropoceno para desvendá-los, não nos colocando como personagem antropocêntrica, mas como observador diligente e integrante de um mundo natural freneticamente remodelado.

CAPÍTULO III

3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS PARA UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Antes da Amazônia

Embora o período de interesse na ocupação histórica brasileira tende a se estabelecer com a chegada dos colonizadores europeus, desde muito antes essa porção continental de terra já era habitada por grupos humanos distintos. Das bordas litorâneas, ao sertão coberto pela caatinga ou cerrado, até a densa floresta tropical ao norte, a atividade humana estava presente, estabelecida em sociedades organizadas que coexistiam entre si e que dos recursos naturais extraíam seu sustento.

Postava-se a densa floresta, posteriormente chamada Amazônica, imersa em suas metamorfoses, quando eis que uma nova espécie se estabelece em seus domínios: o ser humano. Tinha início então a mudança da paisagem, provocada pela ação antropogênica, bem como o estabelecimento de atividades rotineiras nos grupos humanos, o que gera vestígios que favorecem estudar o comportamento das sociedades que ali floresceram (Denevan, 1980). Assim, a mítica concepção de que algumas áreas do planeta são intocadas ou intocáveis, desconsiderando a existência e a relação dos humanos primevos com a natureza e seus recursos, se despe de sentido (Diegues, 2008). Isso mantendo a compreensão de que nos milênios anteriores à chegada e invasão dos exploradores europeus, as populações que habitavam estas terras eram menores e os processos adaptativos – do homem com os ecossistemas e destes com o ser humano – se desenvolviam em equilíbrio de forças (Meggers, 1987).

Para além de apenas existir, os povos da Amazônia constituíram a Cultura da Selva Tropical (Souza, 2015), baseada na convivência entre sociedades distintas, com diferentes níveis de organização social e política, mas com a associação em torno de elementos econômicos, sobretudo na produção intensiva de tubérculos e a exploração de recursos oriundos da pesca e da caça. Em Magalhães (2016), percebe-se que havia consciência no uso de material propagativo de espécies nativas para alimentação, bem como em ações de antropização das áreas ocupadas. Pensando-se em conceitos modernos, como colonização e ocupação, onde culturas heterogêneas se postam uma diante da outra, a Cultura da Selva Tropical é indício da circulação dos povos em diferentes ecossistemas, contributo ao desenvolvimento de atividades sociais e econômicas diversas, com reflexo no surgimento de sociedades posteriormente estabelecidas.

Os fatos acima narrados são datados desde cerca de 10.000 AP¹¹ (Souza, 2015, 2019), 9.000 AP (Magalhães, 2016), entre 8.000 e 10.000 AP (Roosevelt, 1992). Desta forma, errôneo se apresenta considerar que a região amazônica era um imenso vazio demográfico, desabitado e sem a presença de grupos humanos organizados e produtores de elementos baseados na capacidade intelectual. O estigma da imagem projetada dos povos indígenas amazônicos, como seres no limite da condição humana (Gomes, 1988), incapazes de integrar, interagir e cooperar com a sociedade considerada civilizada, foi alimentado por muito tempo.

Há na perspectiva da crônica colonizadora, que a chegada em terras que desconhecia representava ter a primazia sobre o novo território. Isso incluía não apenas a posse dos recursos, mas também a supremacia moral, intelectual e espiritual sobre os povos ali anteriormente estabelecidos. Ao aportarem nas atuais américas, o comportamento dos invasores europeus não foi diferente, promovendo, de norte a sul, sistemático ataque aos humanos naturais da região, dizimando populações, apagando conhecimentos e estruturas culturais e sociais.

O desaparecimento de sociedades complexas, incluindo povos indígenas, como entende Carneiro da Cunha (1992), é relativizado na atualidade como um simulacro histórico, descrito como *encontro*. Nesse acidental esbarrão migratório, sociedades do que se convencionou chamar Antigo e Novo Mundo, são postas como protagonistas em um episódio claramente assimétrico, díspar em aspectos culturais, mas principalmente na (in)compreensão eurocêntrica de alteridade.

Pela complexidade de se estabelecer cálculos precisos, a população estimada para as américas em 1492 tem números discrepantes. Para a América do Sul, Dobyns (1966) estima entre 9.000.000 e 11.000.000 de habitantes, Kroeber (1934) 4.200.000 e Rosenblat (1945) cerca de 6.785.000. O ano de 1500 é estabelecido oficialmente como a chegada dos navegadores portugueses à costa do atual território brasileiro. Quando da invasão, os habitantes nativos somavam 1.000.000, segundo Rosenblat (1945). Já Steward (1949) estimou esse número em 1.100.000. Ribeiro (2013) faz uso de alguns dados estatísticos recentes para projetar o número de indígenas no Brasil em 1500. A autora considera não a evolução populacional, mas a depopulação. Seguindo o exemplo de México e Peru antigos, em que a taxa decrescente da população nativa foi de 20 para 1 - onde havia 20 habitantes agora há apenas 1 -, e considerando a população indígena em 1980, estimada em 227.800 indivíduos, em 1500 teríamos 4.556.000 habitantes, distribuídos em cerca de 1.400 grupos tribais, como aponta o estudo do etnógrafo Curt Nimuendajú (1981), Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes.

¹¹ AP (Antes do Presente) [...], onde AP é definido como 1950 DC (Beta Analytic, 2025).

Para a população amazônica, a diferença no quantitativo de habitantes também apresenta números distintos. Denevan (1980) estima que no ano de 1500 viviam cerca de 5.000.000 de pessoas na região. Estudos arqueológicos recentes, que apontam a domesticação do arroz selvagem amazônico em cerca de 4.000 AP, sugerem que a população indígena na Amazônia, antes da chegada dos europeus, atingiu entre 8 e 20 milhões de habitantes (Hilbert *et al.*, 2017; Koch *et al.*, 2018).

3.2 Primeiro ato: As expedições europeias e os olhares sobre os *tesouros* da floresta

As relações homem/natureza na região da floresta amazônica foram modificadas de maneira abrupta no princípio do século XVI. No período compreendido entre 1500 e 1840, a região passa por um período de reconhecimento e ocupação territorial, desencadeado pela chegada e estabelecimento dos europeus no continente sul-americano (Salati; Oliveira, 1987).

Alguns meses antes de Cabral chegar ao Brasil, o espanhol Vicente Yanez Pinzon aportou em terras do novo mundo, provavelmente no atual estado de Pernambuco, rumando depois para a foz do Rio Amazonas, a quem chamou de Santa Maria de la Mar Dulce (Hemming, 1978). Nessa viagem, como descreve Loureiro (2002), Pinzon tem contato com os habitantes da Ilha do Marajó, e, apesar de ser recepcionado com cordialidade, aprisiona alguns indígenas e os leva para a Europa, para serem comercializados como escravo. Esse encontro registra o “primeiro choque cultural e o primeiro ato de violência contra os povos da Amazônia” (Loureiro, 2002, p. 108).

No ano de 1541, outra expedição espanhola adentrou os limites da imensidão verde da floresta. Gonzalo Pizarro, então governador da Província de Quito, e o explorador Francisco de Orellana, partiram em busca do país de la Canela e do El Dorado (Cúneo-Vidal, 1925). Junto dessa viagem exploratória seguia como cronista o frei Gaspar de Carvajal (1504-1584), que relatou os acontecimentos presenciados durante o percurso, desde Quito até a foz do Rio Amazonas, com ênfase no ocorrido após a separação de Pizarro e Orellana (Carvajal, 1941). Os fatos relatados estão pautados na busca de riquezas, desde a canela até o principal produto ambicionado pelos europeus: o ouro.

Estas narrativas deixam claro que o que se trata como descobrimento, é na verdade a ânsia de se apropriar das riquezas ocultas nas profundezas dessa terra tratada pelo invasor como inexplorada e mal aproveitada pelos habitantes originários. Em várias partes do relato de Carvajal está descrito o encontro com índios, que é como o cronista se refere aos habitantes dos diversos povoamentos encontrados à margem dos rios. Em sua grande maioria, esses contatos

são motivo de conflitos entre os forasteiros e os povos radicados na região. Firmes de que a busca por comida legitimava suas ações, os espanhóis invadiam aldeias, expulsavam os indígenas e tomavam para si os mantimentos destes. Quando havia resistência que ameaçasse a vida de seus soldados, Orellana ordenava que se incendiasse as casas (Carvajal, 1941).

Em 1637 é a vez de um português se aventurar nas águas do Rio das Amazonas e mergulhar no mundo fantástico da densa selva tropical. Pedro Teixeira, então Capitão-Mor do Grão-Pará, partiu de Belém com a incumbência de realizar um reconhecimento de maneira minuciosa dos rios no trajeto até Quito, no Peru (Figura 11). Um ano depois, Pedro Teixeira chegou ao seu destino, sendo recebido com entusiasmo por emissários da autoridade da Real Audiência de Quito (Souza, 2019). Cerca de um ano depois, Teixeira retornou em direção à Belém, acompanhado pelos padres Cristóbal de Acuña e André de Artieda. O primeiro relatou os fatos presenciados na viagem, tornando-se cronista desta parte da expedição.

Figura 11 – O curso do *Rio das Amazonas*, elaborado pelo cartógrafo francês Sanson d'Abbeville, baseado na descrição do padre Cristóbal de Acuña (1680)



Fonte: Nicolas Sanson - *Library of congress* (2023)

Acuña (1941) exalta as riquezas que se abrigam nas margens do Rio das Amazonas, de onde provém o sustento das populações ribeirinhas que nele se abastecem, com abundância de caça, pesca, aves e frutas. E, com o olhar que prevalece no espírito dos colonizadores, não se furta em mencionar os vastos recursos minerais encerrados no solo da floresta, que inclui ouro e pedras preciosas, depósito do “imenso Tesouro que a Magestade de Deus tem guardado para enriquecer com ele a do nosso grande Rei e senhor Felipe Quarto” (Acuña, 1941, p. 197).

Fato é que, desde que se espalhou a notícia do descobrimento da nova terra pelos navegadores lusitanos, outras nações intentaram se instalar e apropriar-se das prováveis reservas de recursos que aqui haveriam de existir. Além dos espanhóis, como exemplificado com Pinzon e Orellana, também franceses, holandeses e ingleses aportaram nessas paragens. Entre idas e vindas desde 1504, traçando rotas de norte ao sul do litoral brasileiro, em 1612, os franceses Daniel de la Touchev e François de Razily, com uma frota de três navios, aportam no Maranhão, na atual ilha de São Luiz (Puntoni, 1992). Tal investida pretende estabelecer nas terras equatoriais a França Equinocial. Antes disso, em 10 de novembro de 1555, Nicolas Durand de Villegaignon desembarca com alguns homens em uma ilhota na Guanabara tentando criar aqui uma colônia nomeada de França Antártica. A empreitada durou até 1560, quando os portugueses expulsaram os franceses (Holanda; Pantaleão, 2007).

No ano de 1599, outro país europeu tenta estabelecer uma colônia na Amazônia. Os holandeses navegam pelo Amazonas, atingindo o rio Xingu, e em suas margens estabelecem as fortificações chamadas de Orange e Nassau. Após se instalarem na região, iniciam o cultivo de cana-de-açúcar e tabaco. A relação com os indígenas que ali habitavam foi pacífica (Souza, 2019). Entre 1623 e 1625, tropas portuguesas expulsam os holandeses da região amazônica, tomando sob seu controle os fortes construídos por estes.

De acordo com Moraes (2011), no século XVII, os ingleses, seguindo a sanha de outros europeus, também circularam pelas terras do novo mundo, estabelecendo-se no delta amazônico, aparentemente sem ambicionar estender seus domínios territoriais nestas bandas. Bagú (1949), indica a presença dos ingleses em terras da América do Sul, mantida com financiamento de comerciantes britânicos, inclusive de traficantes de humanos escravizados, oriundos do continente africano. Assim, de acordo com o autor, as tropas mantidas tinham função de defender as embarcações, sem a intenção de fomentar ataques que desencadeassem conflitos, o que poderia atrapalhar suas atividades mercantis.

No primeiro período histórico da invasão amazônica pelos europeus, é perceptível que a busca por riquezas e especiarias alimentou a coragem e determinação dos ditos exploradores. O sonho do El Dorado, o reino das Amazonas, as cidades de ouro perdidas na selva, o país da canela. Esses são alguns dos fantásticos contos motivadores de aventureiros. Nessa fase, as consequências negativas para o equilíbrio ecológico, que pudesse ameaçar espécies tanto da flora quanto da fauna, foram de certa maneira, exíguas, graças a ainda insipiente presença de habitantes de origem europeia na área, bem como pelas limitações tecnológicas da época (Salati; Oliveira, 1987). Os desmatamentos eram localizados de maneira dispersa e isolada, às margens das principais vias de navegação, em áreas diminutas, onde posteriormente surgiam

pequenos núcleos populacionais, como é o caso de Belém, no Pará (Figura 12), que concentrava as atividades de derrubada da floresta nas suas proximidades (Prates; Bacha, 2011).

Figura 12 – Curso do rio Amazonas, com detalhe para a futura capital do Pará, Belém (1720)



Fonte: Chouppes de Salampar¹² - *The Bibliothèque nationale de France* (2023)¹³

Entretanto, a barbárie cometida contra as populações amazônica, que infelizmente se repete em dias atuais, pode ser descrita como a maior implicação para o ambiente na época. Grupos foram dizimados, seja pelas doenças contraídas no contato com os europeus, ou pela sua postura de resistência diante do invasor, e, diante da diferença brutal entre as armas utilizadas, só lhes restava fugir em busca de salvar-se (Lepargneur, 1975; Salati; Oliveira, 1987). A disparidade entre as culturas em choque opõe mais que a estranheza. Entrincheirados em suas próprias ambições, se postavam de um lado o indígena em uma terra sem fronteiras claras, e do outro, a pretensão de recém-chegados em expandir uma sociedade, uma nova nação.

Por isso mesmo, a presença indígena é um entrave para consolidar tal expansão, habitando as terras que o invasor considera suas por direito e conquista (Ribeiro, 1986). Euclides da Cunha, no alvorecer do Século XX, descreve a Amazônia como a derradeira página a ser escrita no Gênese, onde “entre as magias daqueles cenários vivos, há um ator agonizante, o homem” (Cunha, 2000, pg. 347).

¹² Cartógrafo francês do século XVIII.

¹³ Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b531216801/fl.item#>.

3.3 E fez-se a borracha. E seus ciclos

“O drama da borracha brasileira é mais assunto de novela romanesca que de história econômica.”

(Caio Prado Júnior)

No Século XVIII, outro produto recebe a atenção dos europeus, que àquela altura já transitavam com desenvoltura pelas terras ameríndias, marcando presença aqui não só aventureiros exploradores, militares ou religiosos. Cientistas também faziam suas expedições, interessados em novas descobertas para apresentar ao continente europeu. Nessa busca, a borracha se tornou uma matéria prima cobiçada. Conhecida desde muito antes da chegada dos invasores europeus, a borracha era utilizada desde o Golfo do México até as densas selvas da América do Sul, no fabrico de objetos recreativos, em cerimônias religiosas e na confecção de utensílios para uso pessoal (Tully, 2011).

No ano de 1744, o cientista francês Charles Marie de La Condamine (1701-1774), parte em expedição do Peru até o porto de Belém. Na viagem, observa o povo Omágua, que utilizava uma resina para produzir pequenas esferas ocas e um tipo rudimentar de seringa flexível, que usavam para colocar água (La Condamine, 2000). Em 1745, La Condamine fez um relato de sua expedição na Academia de Ciências de Paris, quando descreveu sua *descoberta* (Chevalier, 1936). Tratava-se da seiva da *Hevea brasiliensis*, chamada de caucho pelos indígenas da Amazônia.

Dean (1989) pontua que durante quase trezentos anos a borracha foi vista unicamente com curiosidade nas terras dos ditos conquistadores. O próprio Cristóvão Colombo (1451-1506) já presenciara a utilização da borracha pelos indígenas da Mesoamérica. Em 1839, com a utilização de enxofre e calor para tratamento da seiva, foi possível estender a duração de suas propriedades elásticas, o que potencializou a utilização e aumentou a busca por outras espécies vegetais que também fornecem a resina para o fabrico da borracha (Dean, 1989).

A novidade que ampliou as aplicações de uso da borracha é atribuída a Charles Goodyear, trabalhando em um laboratório improvisado nos Estados Unidos, e a Thomas Hancock, na Inglaterra, sendo patenteada por ambos entre 1839 e 1842 (Tully, 2011; Costa *et al*, 2003; Galeano, 2004). Com presença cada vez maior na produção industrial no Século XIX, para consumo doméstico, hospitalar, indústria bélica e na aplicação em pneumáticos, a demanda pela borracha tornou sua exploração uma grande oportunidade comercial, com abrangência internacional (Prado; Capelato, 2006).

Entre meados do Século XIX e a primeira década dos anos 1900, a exploração da borracha da Amazônia brasileira experimentou um crescimento vertiginoso, sendo responsável por cerca de um quarto do volume de exportações do Brasil (Souza, 2019; Salati; Oliveira, 1987). Já nessa época, alimentava-se a ideia da inesgotabilidade dos recursos naturais da Amazônia. Com preços no mercado internacional em alta, a certeza de exploração com expansão infindável e melhor qualidade do produto, mesmo considerando possíveis perdas de seringais, o futuro econômico da região era tido com garantido (Prado; Capelato, 2006).

Todavia, alguns acontecimentos, comprovados ou não, levaram à derrocada deste glorioso ciclo econômico da borracha brasileira. Dean (1989) descreve que os primórdios da perda brasileira da hegemonia mundial na produção de borracha tem início no ano de 1876, quando o inglês Henry Wickham, residente em Santarém-PA, contrabandeou cerca de 70.000 sementes de seringueira (*Hevea brasiliensis*) para o Jardim Botânico de Kew, em Londres, Inglaterra, que depois de germinadas, foram enviadas às colônias inglesas na Ásia.

Por seu turno, Santos (1980), avalia que, mesmo com o fato de as sementes de *Hevea* supostamente terem saído de maneira ilegal do país, persistia a impressão errônea de que os seringais naturais da Amazônia continuariam produzindo para manter o Brasil como maior produtor mundial. Os cultivos asiáticos eram considerados pequenos ante a imensidão da região amazônica. Aparentemente, passava despercebido o fato de que um hectare de floresta abrigava 1,5 plantas de seringueira, ao passo que em áreas cultivadas o número de plantas/hectare subia para 200 (Santos, 1980).

No princípio de 1910, como relata Weinstein (1993), o preço da borracha no mercado mundial atingiu seu maior valor, causando alvoroço na sanha capitalista mundial. Em quatro meses, o valor do kg de borracha quase dobrou, sendo comercializado por cerca de 3 dólares. A criação de companhias voltadas ao negócio da borracha explodiu. Em maio do mesmo ano, os preços pararam de subir, algo considerado normal pelo mercado. Aí começou a queda. O valor da borracha recua, chegando a cerca de 1,20 dólares/kg em dezembro (Weinstein, 1993).

Há consenso entre alguns autores para o fato de que para além da *exportação* das sementes de *hevea*, a atividade extrativista da borracha silvestre no Brasil não parecia demonstrar preocupação com a entrada no mercado da borracha produzida em cultivos, que contava com mão-de-obra abundante e logística menos complexa, o que impactava nos custos de produção (Weinsten, 1993; Santos, 1980; Dean, 1989; Prado; Capelato, 2006). Terminava o primeiro ciclo econômico da borracha no Brasil.

Em julho de 1925, um almoço em Deaborn, no estado do Michigan, principiou mais uma corrida pela borracha brasileira. Henry Ford ouviu de Harvey Firestone que Winston

Churchill, futuro primeiro-ministro britânico, propunha a formação de um cartel que controlasse os preços da borracha no mercado internacional (Grandin, 2009). Tal proposta desagradava os norte-americanos, importadores do material das colônias inglesas, francesas e holandesas do sudeste asiático. A demanda de Ford por borracha era grande, utilizada em seus carros. Dean (1989) descreve que Ford considerava atingir a autossuficiência na montagem de seus veículos, e para isso era necessário montar sua própria fábrica de pneus.

Ford decidiu buscar a borracha em sua origem: na Amazônia. No vale do rio Tapajós, distante mil quilômetros de Belém e 160 km de Santarém, surge Fordlândia. O núcleo urbano construído no meio da floresta logo se tornou a terceira maior cidade da Amazônia, com água encanada, energia elétrica, hospital e cinema (Dean, 1989). A concessão de 1.456.200 de hectares de terra na Amazônia paraense à Companhia Industrial Ford do Brasil, por parte do governo estadual do Pará, abriu caminho para a instalação do projeto alardeado como gigantesco por Henry Ford (Costa, 1981).

Como a intenção não seria extrair o látex de seringueiras silvestres, mas sim implantar 200.000 hectares de seringueiras cultivadas, a floresta deveria tombar. Os engenheiros da Companhia Ford definiram como plano para o cultivo das seringueiras, a derrubada de 21.000 hectares de floresta até o ano de 1935 (Costa, 1981). A chamada *limpeza* (Figura 13) começava com o corte da vegetação nativa por parte dos trabalhadores contratados pela Ford, que precedia queimadas descomunais (Damasceno Neto, 2019).

Figura 13 - Árvores queimando à noite em Fordlândia (1929)



Fonte: Einar Oxholm - Collections of The Henry Ford (2023).

A Companhia Industrial Ford do Brasil via na exploração da madeira encontrada nas áreas desmatadas a oportunidade de compensar, mesmo que parcialmente, os custos da

implantação dos plantios da *Hevea*. Mas, como explica Dean (1989), o custo de transporte, tanto dos equipamentos para serraria como do envio do material extraído, e as dificuldades dos trabalhadores em cortar a madeira, pela sua dureza, frustraram os planos da companhia.

A desistência da companhia em manter a produção em Fordlândia, e a implantação de cultivos em uma nova concessão, Belterra, também na margem direita do Tapajós, estava relacionada à dificuldade de cultivar as seringueiras. A topografia do terreno, o solo inapropriado, a ausência de profissionais especializados na cultura e o aparecimento do mal-das-folhas (uma doença fúngica que comprometia a produção dos seringais), eram alguns dos obstáculos, somados a relação conturbada com os trabalhadores, que protestavam contra a alimentação servida pela empresa, insurreição que ficou conhecida como a “Revolta de Quebra Panela” (Costa, 1981; Dean, 1989; Grandin, 2009; Damasceno Neto, 2019).

Era o prenúncio da derrocada em curso do que Dean (1989) descreve como a única iniciativa significativa de cultivo da seringueira no Brasil, com grandeza equivalente em tamanho e incertezas. Interrogações estas que afligiam não somente a verde vastidão tropical amazônica, mas um mundo em transição pós-guerra mundial, em crise econômica e já respirando novamente o odor de um novo conflito bélico de proporções globais. Antes de 1945, ano em que Ford devolveu oficialmente a concessão ao governo brasileiro, sem ter visitado a região uma vez sequer, outras batalhas foram travadas (Grandin, 2009). Pela borracha amazônica, inclusive.

Os anos 1930 terminam com parte do mundo em conflito. Outra vez a Europa se vê imersa em um cenário de confrontos, que opõem as grandes potências da época. O que principiou como uma contenda europeia, se transforma em conflito global nos primórdios dos anos 1940. Logo a guerra envolvia Europa, Américas, África e Ásia, transformando as relações e a geopolítica internacionais.

Em um mundo em crise, com a América Latina sofrendo as consequências econômicas da drástica diminuição das importações de produtos agrícolas pelos países europeus, surgiu o segundo ciclo da borracha na Amazônia Brasileira (Garfield, 2009). A tentativa de fazer ressurgir a importância da borracha amazônica no mercado internacional, entretanto, não foi uma iniciativa exclusiva do governo brasileiro. Com os estoques de borracha em baixa, insuficientes para alimentar a máquina de guerra estadunidense e manter seu poderio bélico, o governo dos Estados Unidos criou, no ano de 1940, a *Rubber Reserve Company*, delegando ao órgão a missão de comprar borracha, contando para isso com um aporte financeiro de US\$ 140 milhões (Secreto, 2011).

Antecipando dificuldades no fornecimento de borracha oriundas das colônias britânicas, holandesas e francesas do sudeste asiático, o *United States Department of Agriculture* (USDA), ou Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, concentrou seus esforços em ampliar a produção de borracha nas Américas Central e do Sul (Dean, 1989).

Em outubro de 1940, Elmer Brandes, patologista chefe do *Special Rubber Project of the Bureau of Plant Industry*, assinou um acordo com Ministério da Agricultura brasileiro, criando uma comissão de técnicos dos dois países responsáveis por implantar e manter um viveiro experimental em Belém-PA, em área do Instituto Agrônômico do Norte (IAN), para produzir mudas de *Hevea* resistentes ao mal-das-folhas. O acordo estabelecia um investimento de US\$ 500.000 por parte do governo estadunidense para subsidiar a pesquisa e as despesas no viveiro (Garfield, 2013; Dean, 1989).

Decorrido pouco mais de um ano da assinatura do acordo, em 7 de dezembro de 1941, os Estados Unidos entraram na guerra. O plano de ter plantas resistentes ao mal-das-folhas, projetado para ser atingido em um prazo mais dilatado, simplesmente deixou de fazer sentido. A necessidade de borracha era urgente. Os seringais nativos da Amazônia, calculados em 200 milhões de plantas, que estimava-se produzir até 667.000 toneladas por ano, são vistos como a solução para os problemas da falta de borracha (Dean, 1989). Em 3 de março de 1942, o Brasil assinou um acordo, em que se comprometia a fornecer com exclusividade para os Estados Unidos, a borracha produzida e que não fosse utilizada no mercado interno (Fonseca, 1950; Dean, 1989).

Durante cinco anos, entre 1942 e 1947, na vigência dos acordos assinados entre Brasil e Estados Unidos, mesmo que a quantidade produzida e exportada tenha sido muito aquém do que imaginavam brasileiros e estadunidenses, os preços estáveis estavam garantidos (A crise..., 1949). Em 1939 o Brasil produziu cerca de 16.000 toneladas de borracha e, destas, 3.500 foram utilizadas pela indústria nacional e o restante, 11.861 toneladas, foram exportadas (Brasil, 1943). Em 1943, já com o aporte dos dólares estadunidenses e com a mobilização do governo brasileiro, a produção dobrou, chegando a 32.000 toneladas, com as exportações demandando 14.575 toneladas (Brasil, 1944). No total, entre 1942 e 1945, o Brasil exportou 59.440 toneladas de borracha para os Estados Unidos, bem longe da expectativa de consumo da indústria estadunidense no período, que era pouco mais de 855.000 toneladas (Fonseca, 1950; Brasil, 1944).

Em 1945, ano em que a Segunda Guerra Mundial chega ao fim, os Estados Unidos, até então maior importador mundial de borracha, se tornaram o maior exportador, graças às reservas de borracha natural e do resultado do investimento em pesquisa da borracha sintética,

o que regulou seus estoques. Nesse ano, os Estados Unidos produziram 833.477 toneladas de borracha sintética (Fonseca, 1950). Apesar da expansão da indústria nacional, que absorvia quase a metade da produção, já em 1946 mais um ciclo produtivo da borracha nativa no Brasil se encerrou (Dean, 1989).

3.4 Nordestinos na Amazônia: A seca como fator migratório

A exploração da borracha implicou em fluxos migratórios de novos trabalhadores para a região amazônica. Nos primeiros anos de extração comercial, a mão-de-obra era formada de maneira ínfima por escravizados, sobretudo pelas rebeliões que ocorriam desde 1830, bem como pela Amazônia estar fora da rota habitual de mercadores de humanos cativos (Dean, 1989; Weinstein, 1993). A maior parte da força de trabalho era formada por indígenas, retirados brutalmente das aldeias, inclusive de povos localizados no Peru e Bolívia, situação que perdurou até aproximadamente 1877, quando migrantes oriundos da região nordeste foram recrutados para o trabalho nos seringais (Veríssimo, 1892; Santos, 1980; Dean, 1989; Weinstein, 1993).

Entre os anos 1877 e 1879, a região nordeste do Brasil foi assolada por uma grande seca, causadora de grande fome e mortalidade da população local, sobretudo no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (Balán, 1974). Fugindo das imensas dificuldades e privações e atraídos pela possibilidade de emprego na agricultura ou na construção de obras públicas, migrantes, ou seriam retirantes nordestinos, partiram para outras regiões em busca de trabalho, e mais que isso, em busca de sobrevivência. Na Amazônia, diante da pouca disponibilidade de trabalho, veem-se obrigados a se ocupar com a extração da borracha nos seringais (Barboza, 2015).

Furtado (2000), estima que entre os anos 1877 e 1900, cerca de 260.000 nordestinos tenham migrado para os estados da região amazônica. Admitindo que as estatísticas da época não apresentam grande confiabilidade, Benchimol (1965) aponta que no mesmo período, o número de migrantes nordestinos na Amazônia era por volta de 158.000.

A emigração dos flagelados pela seca suscitou diferentes posicionamentos. Na imprensa, as opiniões críticas sobre a emigração se alinhavam, mas por motivos diferentes. O jornal *O Cruzeiro* (1878), do Rio de Janeiro, em seu editorial do dia 29 de abril de 1878, criticava a iniciativa do governo imperial em deslocar milhares de nordestinos até a corte. Na perspectiva do jornal, corria-se o risco de criar uma nova classe privilegiada, alimentada com o dinheiro público e vivendo em melhores condições que trabalhadores com empregos menos nobres. Em 27 de julho de 1877, *O Retirante* (1877), autodenominado *Orgam das Victimias da*

Secca, argumenta que a emigração tem como efeito maléfico o despovoamento da região, o que implica em entraves para seu desenvolvimento.

Fato é que a economia da borracha, combinada com os efeitos climáticos e a busca por melhores condições de vida, favoreceu o aumento da população na Amazônia. No censo realizado pelo IBGE em 1872, a população da região amazônica, então formada pelas províncias do Amazonas e Pará, era de 332.847 habitantes (IBGE, 1874). Em 1890, outro levantamento censitário mostrou a evolução populacional da região, que no momento contava com 476.370 habitantes, aumentando para 1.217.024 em 1910, década de que marca o declínio econômico da borracha no Brasil, tendo com reflexo o crescimento mais lento da população, que atingiu 1.439.052 de pessoas em 1920 (IBGE, 1916; 1990). Importante ressaltar que até o censo demográfico realizado em 1991, as populações indígenas não eram computadas com nomenclatura clara, sendo consideradas e distribuídas entre as categorias pardos, caboclos e mestiços (Dias Júnior; Verona, 2018).

Figura 14 – Manaus-AM (1910)



Fonte: Huebner & Amaral (1909).

A movimentação de trabalhadores nesse período, fez com que centros urbanos, Manaus (Figura 14) e Belém principalmente, se desenvolvessem rapidamente, convertendo-se em movimentados centros comerciais, o que incluía a importação e exportação de produtos, o que

coincidiu também com o início da navegação com barcos a vapor e a construção de ferrovias (Salati; Oliveira, 1987). À medida que o povoamento ao longo dos rios se expandia, também aumentava o desmatamento de áreas de floresta, ocasionando deterioração ambiental, que impactaram severamente a flora e a fauna dessas regiões (Prates; Bacha, 2011; Meggers, 1987).

3.5 Migrantes ou soldados?

“A marcha para Oeste se realiza por muitas formas e feitios: pelas entradas, pelas migrações, pela expansão agropastoril, pela catequese, mas o seu processo original, característico, tipicamente nosso é o da "bandeira" que abrange todos os outros sem se confundir com eles”.

(Cassiano Ricardo)

Em 10 de novembro de 1937, comandado por Getúlio Dorneles Vargas (1882-1954) e sob a égide do exército brasileiro, é instaurado o Estado Novo, nos moldes de um regime autoritário e nacionalista, que buscava refundar o Brasil, tendo como um dos pilares a Marcha para Oeste, numa tentativa de recolonização do país (Gomes, 1982; Tota, 1994; Capelato, 2003). Principia então, ampla mobilização para fazer da Amazônia uma região desenvolvida, para que fosse definitivamente *inundada* pela civilização.

As intenções do governo federal são expostas durante o que ficou conhecido como O Discurso do Rio Amazonas, proferido por Vargas no dia 10 de outubro de 1940, em Manaus. Em sua fala, Vargas exaltou o potencial da região, que deve ser inserida no grande plano de desenvolvimento nacional. Para isso, é necessário organizar as atividades produtivas, ocupar o grande espaço vazio e direcionar a energia do nordestino nos seringais e dos moradores ribeirinhos para a produção além da subsistência básica (Vargas, 1944).

Consolidar a empreitada colonizadora necessitava de apoio popular. Assim como era importante que a população aprovasse as iniciativas do governo. Em 1939, é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O órgão era responsável por orientar e coordenar a propaganda oficial, além de servir de regulador dos meios de comunicação, atuando como censor do conteúdo produzido e veiculado (Secreto, 2007; Luca, 2011).

Uma ampla campanha de mobilização de trabalhadores para a Amazônia teve início. Em maio de 1940, conforme publicado na Revista de Imigração e Colonização de agosto de 1942, foram destinadas quatro mil passagens de maneira gratuita para trabalhadores nordestinos

interessados em trabalhar nos seringais do Amazonas e do Acre. Com o aumento da tensão mundial, alimentada pelo desenrolar de uma guerra com proporções globais que ampliava a demanda por borracha, é criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), em 30 de novembro 1942, por meio da Portaria nº 28 da Coordenação de Mobilização Econômica. O SEMTA deveria proceder o recrutamento dos trabalhadores e garantir as condições para sua chegada em segurança aos locais de trabalho (Revista de Imigração e Colonização, 1943).

Sob a coordenação do DPI, uma maciça cruzada publicitária teve início. A nação precisava do esforço de todos. Mas alguns deveriam mostrar sua boa vontade no front da borracha. No final do ano de 1942, o SEMTA contratou o artista suíço Jean-Pierre Chabloz (1910-1984), radicado no Rio de Janeiro desde 1940, egresso de uma Europa envolta pela guerra (Moraes, 2012). Chabloz se mudou então, para Fortaleza, onde enceta a criação dos materiais gráficos para a campanha do SEMTA, que consistia em cartazes, folhetos e até a personalização dos caminhões que transportariam os trabalhadores recrutados (Secreto, 2007).

Dentre as peças produzidas por Chabloz (Figura 15), algumas tinham como apelo uma bucólica paisagem, em que a Amazônia se mostrava farta e pronta a oferecer aos migrantes uma vida próspera, e o melhor, com todo o apoio e proteção do SEMTA, em contraste com a aridez da paisagem nordestina (Secreto, 2007; Moraes, 2012; Guillen, 1997). Mas além da promessa de dias melhores na Amazônia, a propaganda oficial do governo Vargas chamava também os brasileiros migrantes a cumprir seu papel de bom filho da pátria.

Figura 15 – Cartazes do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia



Fonte: Reis; Siqueira; Freitas (2022).

No pensamento de Ferraz (2005), seria mais assertivo considerar que a guerra chegou ao Brasil e não que o Brasil foi a guerra. De qualquer forma, ao renunciar à neutralidade no conflito, era necessário direcionar os esforços da nação para a vitória. Ao referendar os acordos com Washington, teve início a Batalha da Borracha. Desta maneira, migrar para os seringais da Amazônia, além da oportunidade de uma nova vida, também passou a ser um dever cívico. Mais do que seringueiros migrantes, os bravos trabalhadores são agora, soldados. Os Soldados da Borracha (Secreto, 2007; Garfield, 2013; Guillen, 1997).

O mote era estabelecer que todo brasileiro teria uma atribuição na defesa da pátria. Chabloz criou um cartaz com a frase “Cada um no seu lugar!”, em que situou onde cada tropa deveria se posicionar: soldados militares na defesa do litoral e os soldados da borracha extraíndo látex na floresta amazônica. É consenso entre alguns autores que a mobilização de trabalhadores para a Amazônia extrapolava os esforços de guerra. A marcha para o oeste encampada pelo governo federal objetivava também inverter o sentido dos deslocamentos migratórios, sobretudo no Nordeste, onde a fuga dos sertões motivada pela seca, levava os migrantes para o litoral (Secreto, 2007; Guillen, 1997; Garfield, 2013).

Dean (1989) compara a campanha de recrutamento dos trabalhadores ao alistamento militar, com promessas de salários compensadores, assistência médica e transporte até os locais de trabalho bancado pelo governo. No entanto, salários destinados às famílias que atrasavam ou nem eram pagos, assistência médica centralizada em centros urbanos, a exemplo de Manaus e Belém, e as inapropriadas condições de transporte oferecidas, eram a realidade (Dean, 1989). Ao todo, estima-se que 52.000 migrantes nordestinos, entre trabalhadores e familiares foram mobilizados para o trabalho nos seringais da Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial, dos quais, cerca de 26.000 morreram ou foram dados como desaparecidos (Garfield, 2010).

O final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, praticamente cessou mais um ciclo econômico da borracha amazônica, há tempos já cambaleante. O mercado exterior para a borracha natural brasileira no pós-guerra era totalmente imprevisível, com garantia de venda da produção até 1947, chancelada pelos Acordos de Washington. E mesmo com a industrialização interna em desenvolvimento, consumindo cerca de 45% da produção local, a incerteza quanto à manutenção dos preços praticados durante a guerra e a possibilidade da borracha sintética assumir seu lugar no mercado, geravam dúvidas sobre o futuro da atividade extratora do látex (Dean, 1989).

Fato é que ainda em 1944 o Programa de Migração havia sido extinto, praticamente cessando o deslocamento de novos trabalhadores para a Amazônia (Campos, 2006). Entretanto, nem só de borracha vive a Amazônia. Essa era a convicção do governo Vargas, que desde a

implantação do Estado Novo buscava promover a dispersão da população brasileira de maneira minimamente equitativa sobre o território nacional. Em uma cruzada patriótica e nacionalista, à população, principalmente aos trabalhadores rurais, era dirigida quase que como se fora uma súplica, a convocação para contribuir com o desenvolvimento do Brasil: a Marcha para o Oeste (Carvalho, 1941; Ricardo, 1970).

O empenho do governo federal em promover a Marcha para o Oeste, tentou comparar a movimentação de migrantes para essas paragens às bandeiras. Aos novos bandeirantes estava delegada a missão de expandir a colonização dentro das fronteiras brasileiras, afastando-se do litoral densamente ocupado. Comprovada sua determinação, seriam considerados heróis, assim como foram os espoliadores que invadiram a região séculos atrás e com quem o país tinha uma dívida de gratidão histórica, por ampliar as fronteiras das terras outrora portuguesas e que agora delineiam os contornos do mapa do Brasil (Carvalho, 1941; Ricardo, 1970).

Esse novo bandeirismo é descrito como estatal, com ações instigadas pelo Estado em que se almejava despertar ou incorporar ao seio da população a essência de uma nação que se pretendia soberana em seus limites geográficos e em sua conformação enquanto povo patriota (Davidoff, 1982). O bandeirismo estatal, como descreve Davidoff (1982), se explicita não só na Marcha para o Oeste, mas também na construção de uma nova capital federal, Brasília, erigida no sertão do planalto central, na implantação do Projeto Rondon e, o Plano de Integração Nacional (PIN), criado pela ditadura militar na década de 1970 e que permanece despovoando e abrindo cicatrizes no corpo e nos territórios de grupos indígenas.

3.6 A Amazônia no Plano Nacional de Integração: A Ditadura Militar invade a floresta

A dinâmica da exploração na região amazônica sofreu uma grande transformação a partir da segunda metade da década de 1950. A abertura de rodovias permitiu também o acesso terrestre, outrora quase exclusivamente feito por vias fluviais e aéreas. Na reflexão de Fearnside (1986), Moreira (2003) e Benchimol (1977), a integração nacional com base na implantação de redes de transporte rodoviário, era parte do plano desenvolvimentista do governo do Presidente Juscelino Kubitschek. A construção da rodovia Belém-Brasília, principiada no final da década de 1950, estabeleceu mais uma ofensiva estatal sobre o território amazônico brasileiro.

Belém-Brasília, Transbrasiliana ou BR-14. A também chamada *Rodovia da Unidade Nacional* era mais um braço pendendo a partir do que deveria ser o ponto de partida para o novo Brasil, um país finalmente desperto e ávido por abraçar seu promissor futuro (Kubitschek, 2000). Embora posta como idealização exclusiva de Juscelino, Souza (2002) alude que os

planos para a abertura de uma via que cruzasse os sertões em direção à Amazônia, em um movimento de conquista da região partindo do Sul, remonta ao período colonial, sendo atizado pelo povoamento goiano nas décadas de 1930 e 1940.

Kubitschek, movido pela mola desenvolvimentista de seu governo, entendia que rasgar o Brasil em direção ao norte, transpondo a floresta e o leito dos imponentes cursos d'água, era a melhor possibilidade de expandir a *civilização* para terras até então ocupadas apenas por índios (Kubitschek, 2000). Não por acaso, os cinco anos do governo JK marcaram o período com menor destinação de recursos para o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (Ribeiro, 1962). O dismantelo do órgão, não só financeiramente, mas também no sentido da compreensão das características dos povos indígenas, transformou-o em agente de massacre físico e cultural, dissimulado sob a bandeira da *pacificação* (Moreira Neto, 1959).

Criada em 1953, ainda no governo Getúlio Vargas, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), substituída em 1966 pela SUDAM, era o órgão oficial responsável pelo planejamento e subsídio das ações de avanço sobre a região amazônica e, juntamente com o BASA, facilitou a obtenção de crédito para investimentos na região. Com a construção da Belém-Brasília, o acesso às terras *virgens* nos estados da Região Norte foi facilitado, ameaçando a sobrevivência dos povos indígenas que habitavam o território e causando transformações ambientais profundas (Moreira Neto, 1959; Garfield, 2013).

O grande plano de integração da Amazônia ao território nacional por via rodoviária teve importante impulso entre os anos 1958 e 1961, iniciando no governo JK. A construção de grandes eixos interligando a nova sede administrativa federal, Brasília, às cidades de Cuiabá, Rio Branco e Porto Velho, além da já citada Belém-Brasília, alteraram não só a dinâmica dos transportes nos estados mais ao norte, bem como foram impactantes no povoamento da região, com o surgimento de novos núcleos urbanos e expansão daqueles já existentes (Salati; Oliveira, 1987).

Avanço rápido até o ano 1964. Ebulia politicamente o país, então governado por João Goulart, o Jango, sucessor de Jânio Quadros, eleito em 1960 e que havia renunciado em 1961. Desde antes de sua posse, Goulart convivia com a tentativa militar de destituí-lo do cargo de presidente (Chiavenato, 2012). Durante seu governo, Goulart desagradou à elite nacional, dominante dos meios de produção, dona de latifúndios e controladora de uma política encabrestada. O motivo: reformas que atingiam diretamente seus interesses e que englobavam esferas de poder como direitos eleitorais, composição tributária, urbanização, mercado financeiro, educação superior e reforma agrária (Chiavenato, 2012).

Essa última proposta causou muito alvoroço entre os latifundiários. Em 1964, a população brasileira era de cerca de 70 milhões de habitantes. Destes, apenas 3.500.000 eram proprietários de terras e, 58% destas áreas estavam sob o controle de pouco mais de 73.000 pessoas, o que representava cerca de 2% destes proprietários (Bandeira, 1978). A posição de Jango sobre a reforma agrária contrariava, de certa maneira, a posição estatal expansionista da *Marcha para o Oeste*. Em discurso na Central do Brasil (Figura 16), no dia 13 de março de 1964, João Goulart afirmou que a reorganização agrária, que considerava importante reforma de base, não deveria ter início na *longínqua* Amazônia, mas sim próximo a áreas valorizadas e já ocupadas, para facilitar o acesso aos mercados e favorecer o sucesso dos novos produtores (Marcelino, 2009).

Figura 16 – O presidente João Goulart no encerramento do Comício da Central.



Fonte: Arquivo Nacional.

Na teoria, as reformas propostas por Jango pretendiam oferecer melhores condições de vida a grande parcela da população brasileira. Na prática, colidiu com um fantasma alimentado pela guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética: o comunismo. Obviamente, esse não foi o único pretexto disseminado para abalar a claudicante democracia brasileira. Em manifestações populares, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em São Paulo no dia 19 de março de 1964 e que a organização estimou em 500 mil pessoas, bradava-se em favor do combate à corrupção, da defesa irrestrita da democracia e do

enfrentamento ao *Perigo Vermelho* comunista (Fausto, 2006; D'Araújo; Joffily, 2019; Motta, 2021).

Em 31 de março de 1964, a democracia é descontinuada por um golpe militar que depôs João Goulart e durou 20 anos. Durante a ditadura militar, teve início a maior investida colonizadora estatal contra a região amazônica. Chiavenato (2012), chama tal investida de “loteamento da Amazônia”, inclusive para empresas estrangeiras interessadas em explorar reservas minerais. Segundo o autor, em 1968, uma CPI na Câmara dos Deputados apurou que multinacionais eram proprietárias de mais de 50 milhões de hectares, nos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Pará, Amazonas e Amapá¹⁴.

A criação do PIN pelo Decreto-Lei nº 1.106/1970, é uma etapa crucial na determinação da ditadura militar em *ocupar* a Amazônia. Sob a configuração de que a região não passava de um imenso vazio demográfico, desprezando as atividades realizadas até então pelos povos originários e pelos migrantes incitados a se estabelecer pelas iniciativas estatais anteriores (Cavalcante Júnior, 2021). No discurso conhecido como *Sob o signo da fé*, proferido em 08 de outubro de 1970, em Belém-PA, durante a Romaria do Círio de Nazaré, o então *ditador-presidente* General Emílio Garrastazu Médici exortou aos brasileiros em conhecer a Amazônia. Sobre tudo os residentes na Amazônia. Ou quase todos, já que não há menção aos povos indígenas e seu lugar no plano de desenvolvimento para a região. A Amazônia aqui é descrita como parte de um roteiro totalmente incompatível com a grandeza histórica emoldurada no horizonte do Brasil do futuro: “homem sem terras no Nordeste e terras sem homens na Amazônia” (Médici, 1970, pg. 149).

O PIN estava fundamentado em dois pontos. O primeiro previa a construção de eixos de transporte rodoviário, prioritariamente a BR-163 ou Cuiabá-Santarém no sentido Sul-Norte e, a BR-230, conhecida como Transamazônica, de Leste a Oeste, que integraria a região Nordeste até a fronteira brasileira com o Peru e o Equador. A outra iniciativa estava ligada à colonização das margens das rodovias, sendo esse programa ideado como o propulsor do aumento da população e o desenvolvimento econômico da região (Davis, 1978; Mahar, 1978; Pandolfo, 1994).

O plano para operacionalizar a colonização da Amazônia a partir das áreas marginais aos eixos de transporte, estava sob coordenação do INCRA. De acordo com a descrição do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte – IPEAN (1971), a

¹⁴ Considerando o que define a Lei nº 5.173/1966, estão inseridos na Amazônia Brasileira os estados do Amazonas, Amapá, Pará, Goiás, a norte do paralelo 13°, Mato Grosso, a norte do paralelo 16°, Maranhão, a oeste do meridiano 44° e os então Territórios Federais do Acre, Rondônia e Roraima (Brasil, 2022).

configuração definida para o assentamento dos futuros produtores rurais estabelecia uma faixa de até 100 km de cada lado das rodovias situadas no perímetro da Amazônia Legal Brasileira, o que representa aproximadamente uma extensão de 17.500 km.

Os colonos seriam alocados em três estratos comunitários: as agrovilas, com cerca de 50 famílias, ensino primário, posto de saúde para atendimento básico e comércio de pequeno porte; as agrópolis, como ponto de suporte para 1000 famílias em média, residentes em 20 agrovilas localizadas em um raio de até 10 km da sede da agrópolis, onde se concentrariam escolas primárias e secundárias, posto de saúde e assistência social, escritório de assistência técnica, cooperativa e agroindústrias; e, as rurópolis, instaladas a cada 140 km, preferencialmente em núcleos urbanos já existentes, com possibilidade de desenvolvimento de atividades industriais e oferta de serviços com maior complexidade (IPEAN, 1971).

Os lotes individuais destinados aos colonos tinham 100 hectares de área, sendo que 50% dessa área deveria ser utilizada como reserva ambiental, e a previsão do PIN era instalar 100 mil famílias em três anos - 70 mil somente às margens da Transamazônica - número que efetivamente se resumiu a cerca de 7 mil famílias em meados da década de 1970 (Contini, 1976; Kohlhepp, 2002). A colonização promovida pela ditadura militar não era a única justificativa para o avanço sobre a selva amazônica. Junto a expansão da fronteira agrícola, o pensamento nacionalista que vertia das casernas militares fazia ecoar a defesa da soberania nacional a partir da Amazônia, de onde se alardeava, suas riquezas eram cobiçadas por países estrangeiros (Mahar, 1978; Pandolfo, 1994).

Entretanto, esse anteparo principiaria longe das cerradas matas amazônicas, como veremos mais adiante. As redações jornalísticas, agências de publicidade e a comunicação da ditadura militar, que desde 1968 estava institucionalizada na Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e, a partir de 1976, na Assessoria de Relações Públicas (ARP), encamparam a campanha estatal em defesa da ditadura militar e de seus projetos faraônicos para o desenvolvimento brasileiro, o que também incluía a Amazônia (Schneider, 2017; Fico, 1997).

CAPÍTULO IV

4 O ANTROPOCENO E A GRANDE ACELERAÇÃO

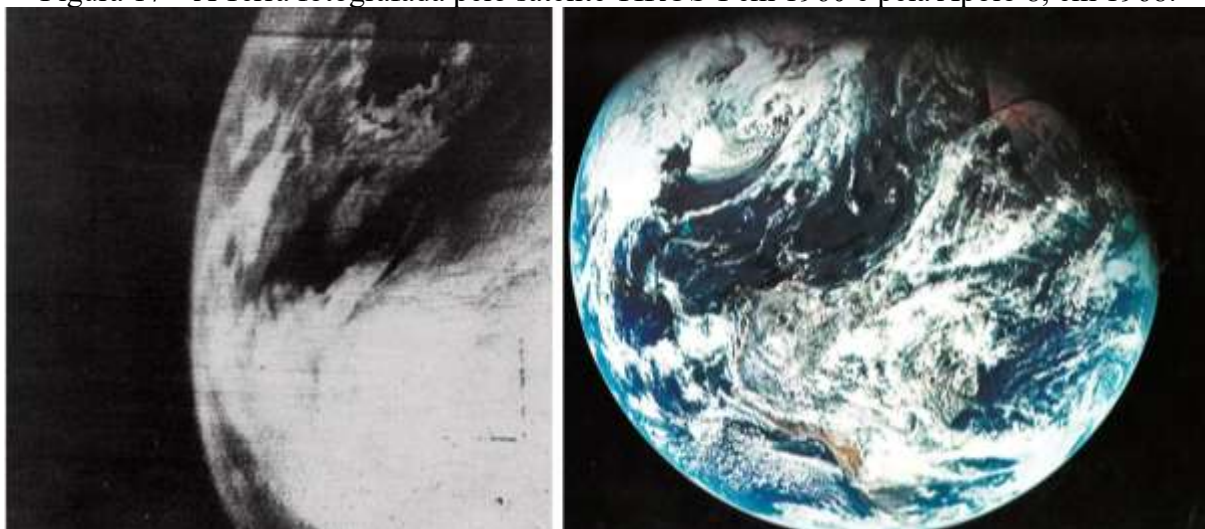
“Devíamos admitir a natureza como uma imensa multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós, que somos parte de tudo: 70% de água e um monte de outros materiais que nos compõem”.

(Ailton Krenak)

4.1 Uma breve história da Terra

Em 12 de abril de 1961, o cosmonauta soviético Yuri Gagarin proferiu a célebre frase “A Terra é azul”, inaugurando uma nova fase na compreensão de nosso planeta. Gagarin, o primeiro ser humano a ir ao espaço, orbitou a Terra durante 108 minutos, a uma velocidade de 28.968 km/h, em uma altura que variou de 181 a 327 quilômetros, fazendo história e ao mesmo tempo subjugando a força da gravidade que nos prende ao planeta (Livre..., 2001). Gagarin fez a primeira descrição da Terra vista do espaço captada pelo olho humano, incutindo sua cor na imaginação da humanidade. Cerca de um ano antes, em 1º de abril de 1960, o satélite meteorológico TIROS-I, da agência estadunidense *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) usando radiação infravermelha, registrara a Terra pela primeira vez, em preto e branco (Bonfiglioli, 2009). Finalmente em 1968 a humanidade pode ver seu planeta em cores (Figura 17).

Figura 17 – A Terra fotografada pelo satélite TIROS-I em 1960 e pela Apollo 8, em 1968.



Fonte: NASA (2009;2019).

Esse foi apenas um passo da humanidade em busca de compreender o próprio lar. Fairchild, Teixeira e Babinski (2009) apontam que a atração humana em desvendar as incógnitas que envolvem sua existência, levaram o ser humano a escrutinar a formação da Terra, principiando pela sua superfície e, finalmente, na pesquisa espacial. Um conceito está intrinsecamente ligado a toda essa jornada: o Tempo. Pela sua densidade, explorar o conceito de tempo seria uma tarefa hercúlea que nem mesmo seus teóricos conseguiram em sua totalidade. Assim, nos ateremos ao tempo geológico, unidade essencial para a Geologia compreender as mudanças pelas quais o planeta passou (Guerra, 1993; Tarbuck; Lutgens, 2005; Fairchild, Teixeira e Babinski, 2009).

A Geologia, em síntese, é definida como a ciência que estuda a Terra, sua composição atmosférica, hídrica e lítica (Yakushova; Gorshkov 1970; Guerra, 1993). Apesar de o interesse humano nos materiais da superfície terrestre ser antigo, o que remonta ao dito período pré-histórico, foi em 1780 que as bases da geologia convergiram para uma disciplina estruturada. O marco em questão é a publicação do livro *Theory of the Earth*, do britânico James Hutton¹⁵. Para Hutton (2004), o ambiente terrestre não é inerte, estando sua massa em constante transformação, seja pela sucessão de eventos naturais ou em razão da ação humana.

Até o século XVIII a criação da Terra era considerada obra divina, que não ultrapassaria cerca de 6.000 anos de idade (Fairchild, Teixeira e Babinski, 2009). Tais cálculos foram elaborados pelo arcebispo católico irlandês James Ussher¹⁶, no ano de 1654, em que este estabelecia, a partir de pesquisas cronológicas de narrativas bíblicas, que a Terra teria sido criada por Deus em 23 de outubro de 4004 a.C. (Fairchild, Teixeira e Babinski, 2009; Ussher, 2010; Teixeira, 2014). Em escritos anteriores aos de Ussher, a crença religiosa e a mitologia sobre as deidades criadoras, também estabeleceram datas sobre a provável criação desse mundo, como é o caso do livro de Gênesis, que remonta esse evento ao dia 6 de outubro de 3761 a.C., data essa ainda considerada atualmente pelos judeus ortodoxos, e a projeção dos maias, que datavam o início da aventura terrestre em 11 de agosto de 3114 a.C. (Tonelli, 2023).

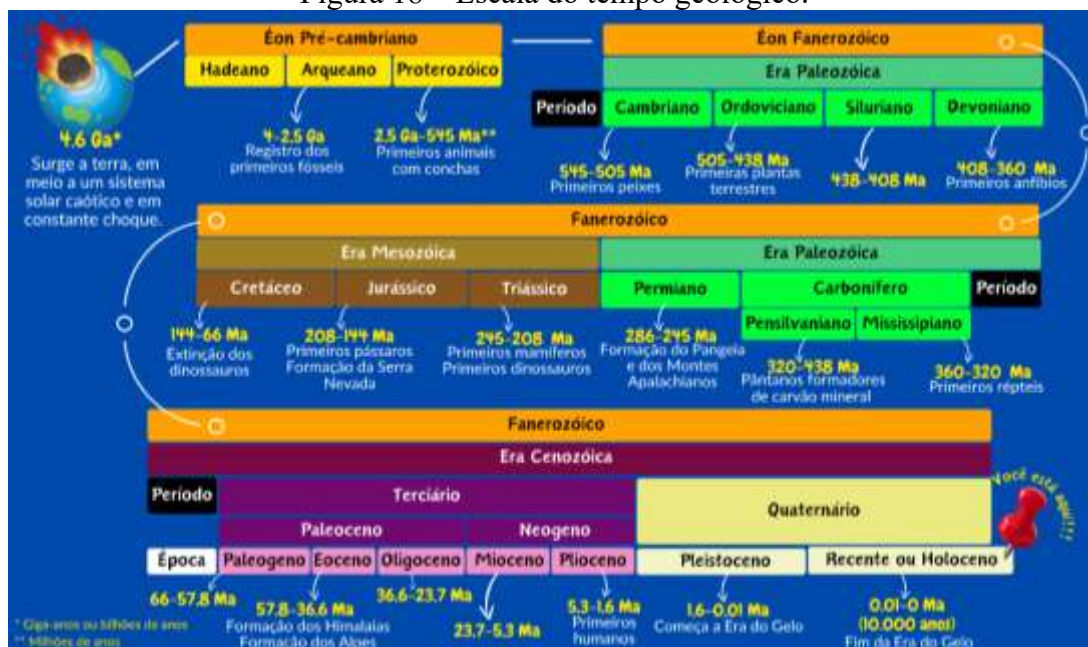
Estudos científicos recentes, estimam a idade planeta Terra, em 4,6 bilhões de anos (Fairchild, 2009). Nesse longo período, as transformações pelas quais passou converteram a Terra em um lugar onde a vida prosperou e uma espécie surgiu e se estabeleceu como importante agente de mudanças: a humana. Para gravar, ou pelo menos intentar compreender

¹⁵ James Hutton (1726-1797), geólogo escocês, agricultor, fabricante de produtos químicos, naturalista e médico. Frequentemente chamado de "Pai da Geologia Moderna". (The James Hutton Institute, 2024). <https://www.hutton.ac.uk/about/history/>

¹⁶ James Ussher (1581-1656), prelado anglo-irlandês da Igreja Anglicana com destacada atividade na política religiosa e em textos patrísticos, especialmente a cronologia do Antigo Testamento (Britannica, 2024).

como o planeta se transmutou, foi criada uma escala temporal. Os estudos de Nicolaus Steno¹⁷, James Hutton, Charles Lyell¹⁸, William Smith¹⁹, Charles Darwin²⁰, entre outros, estabeleceram os pilares para o desenvolvimento da escala de tempo geológica, que possibilitou dividir a idade da Terra em diferentes frações (Figura 18), por ordem de grandeza: éon, eras, períodos e épocas (Tarbuck; Lutgens, 2005; Teixeira, 2014).

Figura 18 – Escala do tempo geológico.



Fonte: Adaptado de Wicander; Monroe (2009).

Mas como é possível determinar a idade da Terra? Com o avanço dos estudos sobre a cronologia das transformações do planeta, se estabeleceram duas formas de estimar tal datação: a datação relativa e a datação absoluta. A primeira permitia que se elencassem os eventos geológicos em ordem sequencial, sem, no entanto, determinar em que época, em uma escala de tempo, aconteceram (Wicander; Monroe, 2009). Nicolaus Steno observou que a deposição sedimentar formava camadas, em que as mais antigas estavam sempre na parte inferior de

¹⁷ Nicolaus Steno (1638–1686), geólogo e anatomista dinamarquês, cujas primeiras observações avançaram muito o desenvolvimento da geologia (Britannica, 2019).

¹⁸ Charles Lyell (1797–1875), geólogo escocês que difundiu a ideia de que as características da superfície da Terra são o resultado de processos físicos, químicos e biológicos em longos períodos de tempo geológico. O conceito foi chamado de uniformitarismo, inicialmente estabelecido por James Hutton. Os estudos de Lyell foram primordiais para estabelecer as bases para a biologia evolutiva, bem como para que se compreenda o desenvolvimento da Terra (Macomber, 2019).

¹⁹ William Smith (1769–1839), engenheiro e geólogo inglês conhecido pelo desenvolvimento da ciência da estratigrafia. O grande mapa geológico de Smith da Inglaterra e do País de Gales (1815) definiu o estilo para os mapas geológicos modernos (Macomber, 2019).

²⁰ Charles Darwin (1809–1882), naturalista inglês cuja teoria científica da evolução por seleção natural se tornou a base dos estudos evolucionários modernos (Desmond, 2018).

determinado horizonte de solo, transformando-se em rochas (Wicander; Monroe, 2009; Fairchild, Teixeira e Babinski, 2009).

A partir dos estudos de Steno, alguns princípios da datação relativa se estabeleceram (Figura 19). O princípio da superposição, que permite identificar a ordem de depósito dos sedimentos e os fósseis que porventura se encontrem ali incrustados; no princípio da horizontalidade original, se observa como os sedimentos se acumulam horizontalmente, permitindo identificar deformações nos estratos; o princípio da continuidade lateral, em que é possível visualizar como os estratos sedimentares se estendem até a borda da bacia sedimentar, sendo testemunha da disposição geográfica e das intempéries pelas quais passou (Wicander; Monroe, 2009; Fairchild; Teixeira; Babinski, 2009).

Figura 19 – Disposição de estratos sedimentares no Morro do Chapéu, Chapada Diamantina.



Fonte: Luiza Braun (2023)

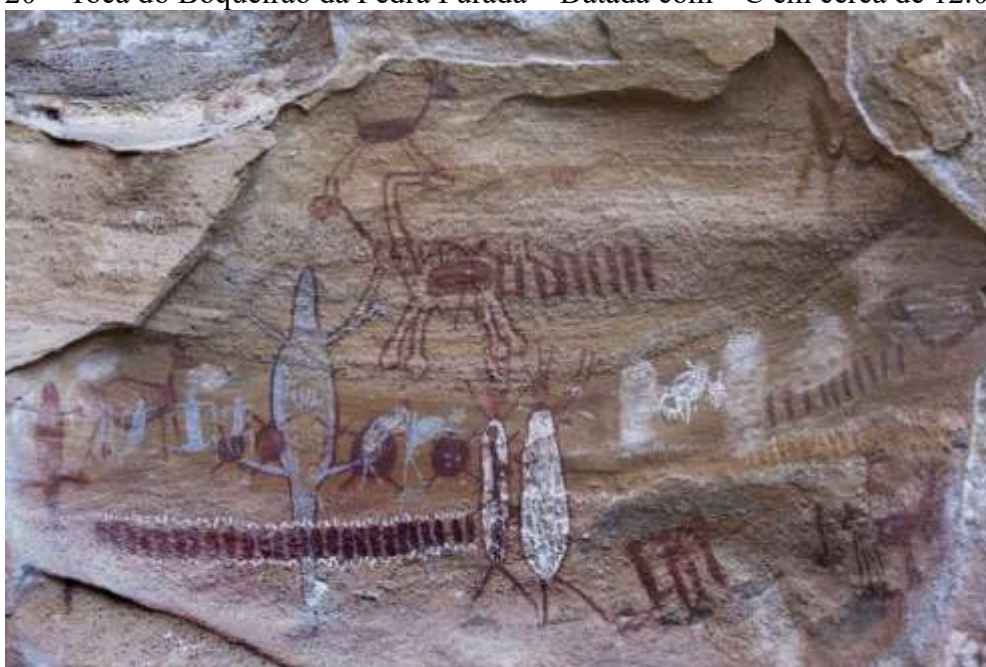
No relato de Teixeira (2014), ao findar do século XIX, mais precisamente em 1895, Wilhelm Conrad Röntgen²¹ fez uma descoberta que seria o prelúdio para a datação absoluta da idade da Terra: o raio X. Um ano mais tarde, Henry Becquerel²², utilizando uma chapa fotográfica revestida com sais de urânio, detectou a impressão desses raios X, abrindo caminho para o surgimento da geocronologia, ramo da ciência que, ao utilizar uma série de metodologias, é capaz de datar o momento em que os mais distintos episódios presentes em uma escala temporal se deram, incluindo a idade de camadas sedimentares e seus componentes, como fósseis e rochas (Fairchild; Teixeira; Babinski, 2009; Teixeira, 2014).

²¹ Wilhelm Conrad Röntgen (1845-1923), físico alemão laureado, em 1901, com o Prêmio Nobel de Física por sua descoberta de Raios X, estabelecendo o princípio da era da física moderna e revolucionando a medicina diagnóstica (Britannica, 2019).

²² Antoine Henri Becquerel (1852-1908) físico francês que em suas pesquisas com urânio, foi responsável pela descoberta da radioatividade. (Badash, 2018)

Partindo das pesquisas de Becquerel, os físicos Marie Curie²³ e Pierre Curie²⁴ sistematizaram seus estudos, e, ao observar que algumas rochas e minerais emanavam impressionantes quantidades de energia, chegaram à descoberta da radioatividade (Fairchild; Teixeira; Babinski, 2009; Teixeira, 2014). Por meio da radiometria é possível verificar o decaimento radioativo²⁵ de determinada rocha ou mineral, estimando assim sua idade, já os fósseis e outros materiais orgânicos são datados medindo-se o decaimento radiativo do carbono 14, método utilizado com frequência em pesquisas arqueológicas (figura 20) e em geociências (Macário; Alves, 2018; Teixeira, 2014).

Figura 20 – Toca do Boqueirão da Pedra Furada – Datada com ^{14}C em cerca de 12.000 anos



Fonte: Pessis (2003)

O avanço nas técnicas de datação, permitiu aos cientistas descobrir que a vida no planeta, desde seu advento, teve que conviver com eventos catastróficos que a remodelaram. Conhecidos como extinções em massa, há registros de que esses episódios ocorreram ao menos cinco vezes (Taylor, 2004; Barnosky *et al*, 2011). Converte para o consenso entre os estudiosos da área, que a extinção em massa se caracteriza pela perda de 75% das espécies existentes no momento no planeta, em um período de tempo considerado curto - cerca de dois milhões de

²³ Marie Curie (1867-1934), física francesa nascida na Polônia, se destacou por seu trabalho sobre radioatividade. Foi duas vezes ganhadora do Prêmio Nobel – Física em 1903 e Química em 1911 (Britannica, 2018).

²⁴ Pierre Curie (1859-1906), físico-químico francês, que ao lado de sua esposa Marie Curie, foram responsáveis pelo descobrimento dos elementos químicos rádio e polônio (Badash, 2019).

anos, diferente das extinções que naturalmente atingem determinados grupos de animais, mas que se processam ao longo de vários milhões de anos (Taylor, 2004; Barnosky *et al*, 2011). As grandes extinções ocorreram em razão de transformações físicas no planeta e da ocorrência de impacto com meteoros (Figura 21).

Figura 21 – Eventos de extinção em massa



Fonte: Adaptado pelo autor de Hautmann (2012).

Com as grandes extinções em massa dando um tempo, por volta de 7 milhões de anos, no Mioceno superior, surgia o primeiro hominídeo ancestral do *Homo sapiens*: o Homem de Toumaï (*Sahelanthropus tchadensis*), descoberto em 2002 em uma área deserta do Chade, na África Central (Brunet, 2016). Há cerca de 3,2 milhões de anos, no Plioceno, viveu Lucy, um exemplar feminino da espécie *Australopithecus afarensis*, considerado o esqueleto fossilizado mais antigo de um ancestral humano, encontrado na década de 1970, na depressão de Afar, Etiópia (Cadena Monroy, 2013). O *Homo erectus* surgiu há cerca de 1,8 milhões de anos. Produziu ferramentas para caça e defesa, dominou o uso do fogo e incluiu a carne em sua dieta, o que proporcionou um salto em seu desenvolvimento físico e cognitivo (Leakey, 1997; Steffen *et al*, 2011). Bem mais tarde, cerca de 200 mil anos atrás, surge o *Homo sapiens*, que nos trouxe até nossos dias e ao *Homo sapiens sapiens*.

4.2 Enfim, o Holoceno

Partindo do Pleistoceno, a espécie humana chega ao Holoceno, momento em que convive com um período climático pós-glacial de relativa estabilidade e floresce enquanto ser

dominante e transformador, causando a extinção de outras espécies e mudanças perceptíveis na paisagem e no clima (Condeimi; Savatier, 2019). O Holoceno, de acordo com a Comissão Internacional de Estratigrafia (2024), se inicia por volta de 11.700 A.P., estendendo-se até nossos dias, contendo em si as grandes metamorfoses da humanidade que se tem conhecimento.

O termo Holoceno, cujo significado se refere a *totalmente recente*, foi utilizado primeiramente por Paul Gervais (1869), sendo introduzido como termo científico no *Second International Geological Congress*, em Bolonha em 1882, e, posteriormente, proposta a inclusão de uma nova época geológica holocênica no *Third International Geological Congress*, realizado em Berlim, no ano de 1885 (Walker *et al*, 2018; Head, 2019). Em 2018, a *International Union of Geological Sciences* (IUGS) e a *International Commission on Stratigraphy* (ICS) definiram que o Holoceno se estrutura cronologicamente em três etapas: Greenlandiana (11,65 mil a 8,326 mil anos), Northgripiiana (8,326 mil a 4,2 mil anos) e Meghalayana (4,2 mil anos até o presente), após deliberação iniciada em 2015 (Head, 2019).

Os marcadores que definem os limites das etapas do Holoceno são chamados de *Global Boundary Stratotype Sections and Points* (GSSPs), pontos de referência localizados em seções estratigráficas de rocha perfuradas que apresentam traços biológicos ou não (International Commission on Stratigraphy, 2024). Os pontos que indicam o início das etapas Greenlandiana e Northgripiiana estão localizados próximo ao centro da Groenlândia, há 1.492,45m e 1228,67m de profundidade no núcleo de gelo, respectivamente e fazem parte do *North Greenland Ice Core Project* (NGRIP), programa internacional coordenado pela Dinamarca e com a participação da Alemanha, Japão, Bélgica, Suécia, Islândia, EUA, França e Suíça (Dahll-Jensen *et al*, 2002). A etapa Meghalayana, por fim, tem como parâmetro espeleotemas na Caverna Mawmluh em Cherrapunji, Meghalaya, nordeste da Índia (Head, 2019).

Para certificar os marcadores que delimitam as três etapas holocênicas, o grupo de trabalho da IUGS e ICS utilizou o registro de eventos climáticos, sendo que as duas primeiras - Greenlandiana e Northgripiiana - são decorrentes do aquecimento causado pelo final do período glacial e a última - Meghalayana - pela ocorrência de reorganização no nível dos oceanos e severa estiagem que afetou boa parte do planeta, principalmente a região da Mesopotâmia, Egito e Índia (Paasche; Bakke, 2009; Walker *et al*, 2018; Head, 2019).

Diamond (2010) destaca que a adaptabilidade é uma das características que explicam como o ser humano prospera enquanto espécie, habitando todos os continentes, ao contrário de outras espécies que são típicas de determinados lugares, conseguindo se reproduzir nos mais distintos ambientes do planeta. Porém, constantemente coloca sua existência em risco, por sua

belicoidade com outros humanos e com a destruição sistemática do ambiente em que habita (Diamond, 2010).

A revolução agrícola é considerada por muitos estudiosos como propulsor de uma profunda mudança na organização social da humanidade, favorecendo a estruturação de assentamentos cada vez maiores, surgindo assim as cidades em um primeiro estágio e, por fim, a organização de territórios com diversos assentamentos, configurando o aparecimento dos primeiros agrupamentos estatais (Guglielmo, 1991; Goudie, 2013). De acordo com Mazoyer e Roudart (2009) a população mundial entre os anos 10.000 A.P. e 5.000 A.P. passou de 5 milhões para 50 milhões, influenciada pela agricultura e pelo aprimoramento das técnicas predatórias de animais silvestres. As sociedades que se estabeleceram posteriormente incorporaram e aperfeiçoaram a sua relação com espécimes animais e vegetais que foram domesticadas, dispersando-as nos mais distintos ecossistemas por onde habitaram, convertendo estes ecossistemas em ambientes artificiais dissociados de sua natureza original (Mazoyer; Roudart, 2009).

As inúmeras pesquisas científicas de diferentes áreas conduzidas atualmente, permitem que se perceba como a ideia da natureza intocada é equivocada. Carvalho (2003) chama a atenção para a abstração que é conceituar natureza. Evidentemente, quando o ser humano surge, o conjunto de organismos que compõem o que chamamos de natureza aqui já estava, e a nova espécie viu-se integrada a esse mundo sem dissociar-se de sua composição, antes sim, se comportando como mais uma partícula que o compõe (Carvalho, 2003; Krenak, 2020). *Urihi a* – a terra-floresta – assim o povo Yanomami chama a natureza, entidade responsável pela vida de todos os seres, que provém as necessidades de seu povo e mantém o planeta vivo e saudável (Kopenawa; Albert, 2015).

4.3 O Antropoceno

No ano de 2000, o químico holandês Paul Crutzen²⁶, participava de um congresso do International Geosphere-Biosphere Program (IGBP) na cidade de Cuernavaca, no México, e, em uma discussão sobre as intensidades das mudanças ambientais provocadas pela ação humana, manifestou seu entendimento de que o planeta, geologicamente, já havia transposto o holoceno, iniciado a cerca de 12.000 anos, e encontrava-se em um novo estágio de sua

²⁶ Crutzen, em trabalho conjunto com o engenheiro químico mexicano Mario Molina (1943-2020) e com o químico estadunidense Frank Sherwood Rowland (1927-2012), foi laureado com o Prêmio Nobel de Química em 1995, pela pesquisa sobre a formação do buraco na camada de ozônio (Nobel Prize, 1995).

transmutação: o Antropoceno (Angus, 2016; Maldonado, 2018). Fato é que, embora bastante utilizado em estudos científicos atualmente, o Antropoceno não foi estabelecido como uma época geológica. No dia 4 de março de 2024, em votação na ICS, a proposta da foi rejeitada por 12 dos 18 membros da comissão, em uma decisão considerada definitiva (Voosen, 2024).

A expressão Antropoceno já era utilizada na década de 1980 pelo biólogo estadunidense Eugene F. Stoermer. Entretanto, seu aprofundamento conceitual somente ocorreu quando Crutzen contactou Stoermer para estruturar e formalizar o termo (Steffen *et al*, 2011). Revkin (1992) empregou o vocábulo *Anthrocene* para se referir aos efeitos colaterais da ação humana sobre o meio ambiente. Todavia, o próprio Revkin reconheceu sua imprecisão etimológica, admitindo que o correto é a utilização de Antropoceno.

Para Zalasiewicz (2013) a importância da ideia do antropoceno proposta por Crutzen é fornecer um panorama resumido das profundas modificações resultantes das inúmeras ações humanas sobre o ambiente terrestre, não apenas como um mural ilustrado, mas sim como um alerta de que tais impactos modificam o planeta em tal intensidade que o maior desafio seja, provavelmente, compreender como habitar esse novo e imprevisível mundo errante. A compreensão do Antropoceno enquanto era geológica não é possível de ser comparada com outras fases da história da humanidade, principalmente no alvorecer de seu desenvolvimento cultural e artífice, mas sim como outras épocas anteriores, com similaridades e disparidades, mas com a perceptível interferência humana (Zalasiewicz *et al.*, 2019).

Mas afinal, em que bases se sustenta o Antropoceno? É consenso entre os defensores dessa proposta de nova era geológica, que o ser humano se transmutou em mais que um simples passageiro vagando, há pelo menos duzentos mil anos, pelo universo de carona no planeta Terra. De seu surgimento até os anos 1800, o ser humano vagueou, depois transformou-se em sedentário, criou o conceito de urbanização e se desenvolveu tecnologicamente, se convertendo em um propulsor de mudanças geológicas planetárias (Crutzen; Stoermer, 2000; Steffen *et al*, 2011; Angus, 2016; Pádua, 2022).

Crutzen (2002), aponta que no século XIX, mais precisamente em 1873, o geólogo italiano Antonio Stoppani, em sua obra *Corso di Geologia* concebia as ações da humanidade sobre o ambiente como uma enorme força transformadora, ponto de partida para uma era antropozoica. Prova disso são os vestígios deixados nos estratos mais rasos da superfície terrestre (Stoppani, 1873), que denotam a ambição criadora e, ambigualmente, destruidora por parte da espécie humana.

As modificações ambientais promovidas nessa primeira fase da dispersão humana pelo planeta se processaram em baixa escala. Como descrevem Steffen *et al* (2011), Artaxo (2014)

e Pádua (2015; 2022), os grupos humanos, dispersos por vários ecossistemas, aperfeiçoaram suas técnicas de sobrevivência de acordo com o que o ambiente lhes oferecia. Pádua (2022), acrescenta que as sociedades humanas, nos últimos seis milênios, se estruturaram em torno de uma organização de poder hierárquico de estado e socialmente disposta em camadas. Como consequência, surgiram numerosos núcleos urbanos complexos, que ao produzirem efeitos ambientais com importância unicamente regional e local, não lograram modificar substancialmente as estruturas do Sistema Terra.

Para Crutzen e Stoermer (2000), definir com exatidão em que momento da história planetária tem início o Antropoceno, não parece ser razoável. Mas, ao se considerar a aplicação de inovações tecnológicas nas atividades humanas, dispersas pelo planeta nos últimos dois séculos, os autores apontam para o fim do século XVIII. A transição para o século XIX marca o início da Revolução Industrial, impulsionada pelo motor a vapor. McNeill (2019), relata que o termo Revolução Industrial foi utilizado pela primeira vez por observadores franceses e alemães em 1830, ao presenciarem a utilização da água e do vapor para alimentar máquinas industriais na Grã-Bretanha, ao invés da manufatura. Entretanto, a expressão foi incorporada à língua inglesa somente em 1880, difundindo-se globalmente como sinônimo de industrialização. Logo, a revolução estava em outros países da Europa, no Japão, Rússia e no leste da América do Norte (McNeill, 2019).

No princípio era o carvão. O combustível que alimentava as máquinas da revolução industrial britânica já era utilizado na China desde o ano 960, durante a expansão da indústria do ferro pelos chineses (Hartwell, 1962; Steffen *et al*, 2011). Na Europa do século XVI, a madeira era a principal fonte energética, sendo gradativamente substituída pelo carvão mineral. Forbes (1958), Fouquet; Pearson (1998); Hooke (2000) descrevem que a produção e consumo de carvão na Grã-Bretanha cresceu exponencialmente, com um volume de 50.000 toneladas em 1550, em 1700, já eram 2,6 milhões, 23,2 milhões em 1830 e, no limiar do século XX, atingiu 179 milhões de toneladas em 1903.

Na reflexão de Steffen *et al* (2007; 2011), a segunda fase do Antropoceno, ou a grande aceleração, que se principia após a Segunda Guerra Mundial, aparenta ter sido adiada em meio século em decorrência dos dois conflitos com implicações globais na primeira metade do século XX. Entretanto, algumas mudanças ocorridas nesse período impactaram sobremaneira a relação homem/meio ambiente. Uma dessas transformações começou de maneira lenta: a ascensão do petróleo. No internódio dos séculos XIX e XX, o petróleo não despertava grande interesse econômico e sua principal aplicação era como combustível para iluminação. Já nos anos 1930, substituiu o uso do carvão no transporte e, na década de 1950, na indústria (McNeill, 2000).

A busca por eficiência na produção industrial tem a ver também com a demanda. Alves (2022) chama a atenção para o fato de que o crescimento da economia mundial em 250 anos, foi de 135 vezes, enquanto a população cresceu 9,2 vezes e a média individual da renda, 15 vezes. Esta exponencial evolução conjugada entre demografia e economia suplantou os números estimados nos 200 mil anos que marcam a origem do *Homo sapiens*. A população mundial que era de cerca de 1 bilhão de pessoas em 1820, atingiu 2,5 bilhões em 1950 (Cohen, 1995). Deste total, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 733 milhões viviam em agrupamentos urbanos e 1,78 bilhões nas áreas rurais. No ano 2000, a população mundial já era superior à 6 bilhões de pessoas. As pessoas residentes em áreas urbanas eram em torno de 2,85 bilhões e 3,2 bilhões nas áreas rurais (ONU, 2005). Para 2022, a estimativa é de 7,94 bilhões de habitantes no planeta terra, podendo até atingir a marca de 8 bilhões (ONU, 2022).

Embora não estivesse se referindo ao Antropoceno, Milton Santos (1988) oferece uma análise que se aproxima bastante desta nova abordagem. O autor alude que o ser humano, desde seu surgimento, modifica a estrutura do orbe terrestre, e com o passar do tempo se autoprojeta como o elemento central do espaço que habita. Faz uso dos recursos naturais que encontra, transformando com a tecnologia que avança constantemente, modificando sua relação com a natureza e deletando as memórias de uma convivência outrora amistosa, concebendo a natureza como um macroorganismo infenso (Santos, 1988).

A ponderação sobre essa conturbada relação humano/natureza, converge no entendimento de Santos (1988), anterior ao uso do termo Antropoceno, e em Alves (2022), que avalia a ação humana já sob essa nova perspectiva. Os dois autores veem no aumento demográfico, ocupação dos espaços e concentração humana nos centros urbanos, alguns dos fatores prejudiciais ao equilíbrio do planeta, como por exemplo o aumento da emissão de gases na atmosfera, o ataque à camada de ozônio e a perda de biodiversidade terrestre e aquática. Para as sociedades humanas, acumular riquezas e progredir deu-se às custas de depauperar o meio ambiente (Alves, 2022). Esse avanço humano, que envolve o progresso tecnológico, promotor da aceleração das atividades e relações cotidianas, e que negligencia os aspectos ambientais, finda causando complicações sanitárias que afetam a humanidade, física e mentalmente (Santos, 1988).

4.4 Os vazios aumentam em um planeta que encolhe

A concepção do mundo como uma Aldeia Global foi proposta pelo teórico da comunicação canadense Marshall McLuhan, ainda na década de 1960. Para McLuhan (1972), o

desenvolvimento de tecnologias para a comunicação converteu o globo terrestre em uma aldeia, local em que a informação circula rapidamente com ampla acessibilidade por parte dos membros das diversas sociedades. Ampliando a concepção de McLuhan, a tecnologia passa a ser um complexo extensor do ser humano, que influencia seu comportamento, confundindo-se com o ambiente que o cerca e abarcando mais que simplesmente a identidade individual e coletiva, produzindo, sim, uma amálgama que encerra o ser orgânico e também a materialização dos processos tecnológicos comunicacionais (Smith, 1999).

A partir do exemplo da comunicação, é possível observar que o frenético ritmo de interação entre os humanos suscita convergências e rupturas. Como alude Castells (2005), a tecnologia converteu a humanidade em uma grande rede, que não se limita a configurações espaciais físicas, mas sim projeta-se em uma intrincada teia social coletiva. Ao mesmo tempo em que converge para a liberdade de se locomover sem realmente mover-se, a anulação das fronteiras, de acordo com Bauman (1999), inviabiliza, por outro lado, a equidade de significado entre os diferentes grupos e comunidades que passam a se relacionar, mantendo no ciberespaço as mesmas relações de poder do mundo materializado.

A ruptura entre homem e natureza se caracteriza como um processo construído em momentos distintos da história contada pela humanidade. As profundas mudanças nas relações sociais, na apropriação dos meios de produção e no estabelecimento do acúmulo de riquezas capitalista como sistema dominante baseado no fordismo, sobretudo até o findar da segunda grande guerra, foram determinantes para que a visão do homem como agente transformador dos espaços e *recursos* naturais se consolidasse (Ramalho; Santos; Lima, 2024).

As cada vez mais perceptíveis mudanças em curso na história da relação homem X planeta Terra, levaram à concretização de estudos ambientais cada vez mais profundos, a partir das reflexões decorrentes da experiência estadunidense, sobretudo no raiar da década de 1970, tendo como expoentes Donald Worster e Alfred Crosby (Drummond, 1991; Urquijo, 2022). Nas últimas décadas do século XX os estudos ambientais focados nas relações históricas chegaram à América Latina, sendo que no Brasil, especificamente a partir dos anos 1980, as obras de José Augusto de Padúa, Warren Dean e José Augusto Drummond serviram de ponto de partida para a História Ambiental brasileira recente (Franco, 2003).

Se considerarmos a construção da História Ambiental como um exercício incessante de reflexão, emerge oportuna a analogia de Worster (2016) entre a trajetória de Jay Gatsby, personagem central do romance *The Great Gatsby* (1925), do escritor estadunidense F. Scott Fitzgerald (1896-1940), e o antagonismo da díade sucesso x fracasso. Worster (2016) pontua que, assim como Gatsby ascende socialmente, mas não consegue deixar de ser assombrado

intimamente pelas lacunas não preenchidas por sua prosperidade, parte da humanidade se inquieta com o rumo para onde a exploração ambiental está sendo deliberadamente conduzida.

Fitzgerald expressa o varar do tempo de Gatsby em uma luz verde ao longe, amálgama de sonhos, onde se insere também toda a abundância natural, que a humanidade interpreta como a se oferecer de maneira altruísta e infinita (Figura 22). A luz verde, explorada por Worster (2016), é metáfora ou teoria? Simbolicamente, pelas convenções de ordem social, a cor da luz poderia ser um alento ou sinal de esperança. Mas, no despertar da metáfora, essa se entrecruza com a teoria que descerra a realidade de que vivemos um momento de retração ou encolhimento de recursos naturais, que abrevia também, de maneira óbvia e progressiva, a percepção do passar do tempo.

Figura 22 – Cena do filme The Great Gatsby



Fonte: Fontaine (2022)

Os navegadores europeus que cerca de seis séculos atrás lançavam-se ao mar, ávidos por esbarrar em novos mundos, ampliaram os limites do planeta. Cientes de que as águas e terras à oeste lhes eram oferecidas como uma dádiva, de pronto invadiram esses novos torrões, extraíndo-lhes mais que os recursos naturais pretensamente abundantes e infindáveis, propulsores de uma próspera revolução para a sociedade europeia ocidental. Aos povos que habitavam esses territórios no momento de sua atracagem, os abnegados exploradores europeus reservaram o registro em um capítulo execrável da história humana: o genocídio (Worster, 2016).

O que o ser humano modificou - construindo ou destruindo – na sucessão de suas gerações, é, como conceitua Worster (1991), parte de uma dinâmica de estudos que o situa na história, enquanto organismo inserido no mundo natural. Na primeira camada, o homem

interage naturalmente com o ambiente, transformando e sendo transformado, parasitando e hospedando outros organismos e sendo reabsorvido como matéria orgânica, indissociável da teia da vida que o cerca. Ao tomar consciência de sua organização social, o segundo estrato traz o ser humano enquanto consumidor de recursos naturais e transformador do ecossistema em que habita. A valoração dos bens derivados da exploração ambiental, interfere no estabelecimento das relações de poder, internamente ou entre grupos distintos. Finalmente, em uma terceira etapa, estão as construções intelectuais que regulam a interação humana, estabelecem regras de convivência, delineiam afinidades espirituais, projetam o sagrado e o mítico (Worster, 1991).

Toda a impressão histórica que aponta a presença humana no mundo natural considera, dentre outros aspectos, o espaço em que habita e as alterações que ali provoca, tendo o tempo simultaneamente como testemunha silenciosa e registro cronológico. Drummond (1991, p. 178) destaca o tempo como “construção cultural consciente” *sui generis*, prelúdio para a elaboração de suas estruturas sociais. Worster (1991) reflete que o tempo reservou para a aventura humana embates com o mundo natural, momentos em que modificou e também foi condicionado à metamorfose como premissa para estender sua existência.

A compreensão da convergência entre sociedade e natureza, tomada como um exercício de análise, é possível, na concepção de Pádua (2010), considerando o tempo como algo que flui e deixa marcas. O tempo, podemos refletir, por si só não é vetor de cicatrizes. Sinais dependem de agentes ativos para assomar espontaneamente ou serem gravados profundamente de maneira incessante. Desta forma, perscrutar o Antropoceno oportuniza que a natureza, suas representações e a marca da presença humana sejam realocadas na cronologia do tempo.

4.5 A Grande Aceleração

A metade do século XX chega e a humanidade já experienciara duas contendas e uma grande crise econômica de dimensões mundiais. Em meio a isso, invenções como o automóvel e o avião, ao mesmo tempo em que se converteram em expoentes da expansão da indústria, foram molas propulsoras para a efetiva concretização de guerras de amplo alcance, reduzindo de maneira evidente as limitações de deslocamento (Steffen *et al.*, 2011). Se por um lado tais eventos brecharam a tendência de aumento populacional e econômico iniciado ao findar do século XIX, o desenvolvimento e aprimoramento tecnológico propiciou o surgimento do que se chama de A Grande Aceleração (Steffen *et al.*, 2011; McNeill; Engelke, 2014).

Em termos gerais, é possível ver a Grande Aceleração como uma projeção global do ocorrido na Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX. Antes localizada, sobretudo na Inglaterra, a atividade industrial baseada no intensivo uso de energia, se espalhou pelo globo, porém sem o carvão como fonte primária, mas sim baseada no uso do petróleo, gás e na produção de energia elétrica (Steffen *et al.*, 2011; Artaxo, 2014; Steffen *et al.*, 2015).

Na esteira dessas mudanças nas fontes energéticas, a urbanização se consolidou enquanto tendência, sendo a população urbana mundial de 29,6% em 1950 e com projeção de 60,4% em 2030 (UN, 2024). Dessa forma, é possível perceber que a urbanização é uma das atividades humanas que contribuíram de forma relevante para estabelecer a Grande Aceleração, baseada na utilização de energia como combustível para mover veículos automotores e *encurtar* as distâncias dentro das cidades, o que na visão de Pádua (2016), foi decisivo para a expansão urbana.

O pós-guerra deixou como legado o cerceamento de cerca de 60 milhões de vidas humanas e uma paisagem marcada por ruínas e escombros materiais (O'Neill, 1999; Weinberg, 2010). Por outro lado, as tecnologias empregadas no conflito logo estavam à disposição da população mundial. Pérez (2002) destaca que, historicamente, a humanidade vive fases em que os aparatos tecnológicos passam por revoluções, quando surgem novidades que transformam as sociedades, como exemplo a inserção do automóvel como item de produção e comercialização em massa nos anos 1920 e o lançamento do microprocessador em 1971, que favoreceu o surgimento de microcomputadores e a popularização da informática.

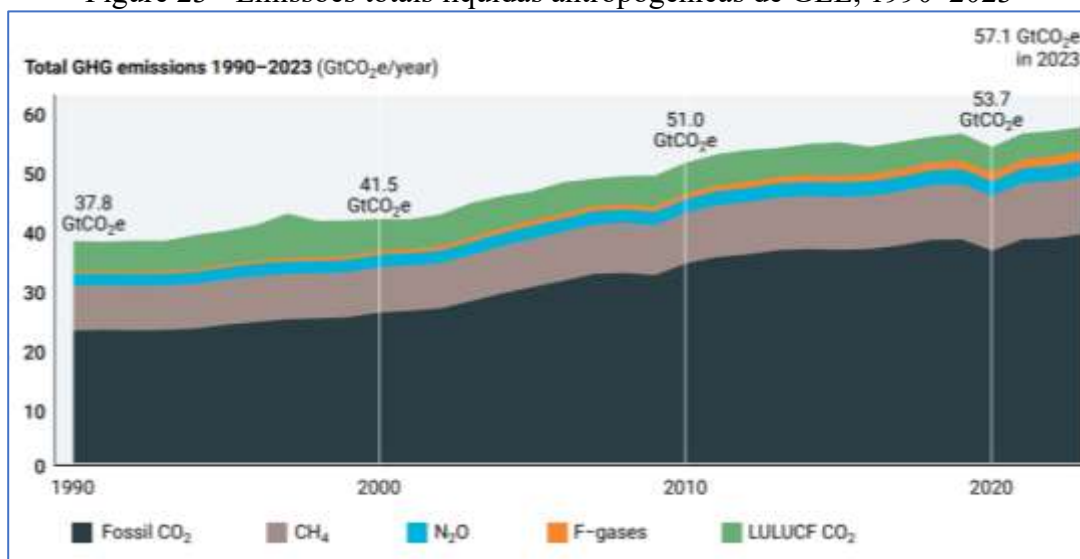
O automóvel de Henry Ford e o microprocessador de Bob Noyce e Gordon Moore, são exemplos de catalizadores que promovem transformações profundas na atividade industrial e nas relações sociais, tendo como característica a troca massiva de uma tecnologia existente por uma nova, bem como suplantando costumes e comportamentos (Pérez, 2002). Com a expansão industrial, se expande também a oferta de produtos e o consumo. Tudo isso implica em uso intenso de energia. McNeill e Engelke (2014, p. 7) entendem que “a energia não pode ser criada nem destruída, mas pode ser convertida de uma forma para outra”. Exemplo disso é a utilização de combustíveis fósseis como fonte de energia. Essa é causa dos principais impactos ambientais negativos, o que começa na extração, passa pela transformação e, finalmente, na sua aplicação energética (McNeill; Engelke, 2014).

De acordo com o *Energy Institute* (2025) o consumo mundial de energia primária, que são os recursos energéticos disponíveis na natureza e que não foram transformados, passou de

156,10 exajoules²⁷ em 1965, para 636,24 exajoules em 2024. Dentre as fontes primárias de energia estão os combustíveis fósseis, como o petróleo, o gás natural e o carvão mineral. Esses combustíveis, resultado da deposição de árvores sob o lodo de regiões pantanosas, precisaram de algo próximo de 300 milhões de anos para se formar (Carvalho, 2008). “Desde 1950, queimamos cerca de 50 milhões a 150 milhões de anos” dessas reservas (McNeill; Engelke, 2014).

A queima destes combustíveis fósseis acarretou em algumas consequências no cotidiano da humanidade. Como aludem McNeill e Engelke, (2014), a grande disponibilidade de energia com valores acessíveis, possibilitou que processos se acelerassem, ao mesmo tempo em que as atividades de extração, transporte e consumo desses combustíveis, que deram origem à *fossil fuel society*, se converteram na principal causa de poluição ambiental (ar, água e solo). A emissão de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera em 2023 atingiu 57,1 GtCO₂e (gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente), segundo o *United Nations Environment Programme* (UNEP), órgão da ONU para o meio ambiente, em seu relatório anual *Emissions Gap Report 2024*. Considerando o período entre 1990 e 2023, o relatório UNEP (2024) aponta que houve um acréscimo de mais de 20 GtCO₂e de emissões²⁸ (Figura 23).

Figure 23 - Emissões totais líquidas antropogênicas de GEE, 1990–2023



Fonte: UNEP (2024).

A geração de energia elétrica está entre uma das maiores causadoras do aumento nas emissões dos GEE's. Isso se dá pela queima de carvão, petróleo e gás natural – as fontes não

²⁷ 1 Exajoule = 25 Mtoe - *Million metric tons of oil equivalent* (Planète Energies, 2024),

²⁸ Fossil CO₂ (dióxido de carbono da queima de combustíveis fósseis); CH₄ (metano), N₂O (óxido nitroso), F-gases (gases fluorados), LULUCF CO₂ (Uso da Terra, Mudança no Uso da Terra e Florestas) refere-se ao setor que engloba a troca de dióxido de carbono (CO₂) entre as florestas e a atmosfera (SONWANI; SAXENA, 2022)

renováveis de energia - que respondem por 60% da geração mundial, sendo que o carvão é responsável por 36% das emissões, de acordo com a International Energy Agency (IEA, 2024). Apesar de ser um número elevado, esse é o menor indicador em 50 anos, de acordo com o relatório da IEA (2024), que aponta, também, um crescimento nas fontes renováveis, sendo que a energia eólica e fotovoltaica juntas fornecem 13% da geração, atingindo 30% quando se inclui a energia hidrelétrica. O resultado da soma da energia eólica com a fotovoltaica é o dobro do medido há cinco anos (IEA, 2024).

Um fato que merece atenção é o avanço da transformação ou domesticação de terras para atividades agrícolas. Entre os anos 1700 e 1850, a ocupação de áreas para agricultura e pecuária variou de 789,3 milhões de hectares (Mha) para 1.847,5 Mha (Goldewijk, 2001). Como efeito da Grande Aceleração, ao fim de 30 anos após 1950, ano em que 4.160,3 Mha eram utilizados para produção agropecuária, esse número atingiu 4.682,1 Mha, o que representa 25% da superfície do planeta (Goldewijk, 2001; Angus, 2016).

Nessa toada, as transformações sobre o ambiente se espalharam, afetando o planeta na totalidade. No Brasil, as políticas desenvolvimentistas iniciadas ainda por Getúlio Vargas antes da metade do século XX se consolidaram com as ideias e grandes projetos implementados por Juscelino Kubitschek, presidente entre 1956 e 1961. Com a ditadura militar implantada em 1964, os movimentos em direção ao Brasil *inexplorado*, sobretudo as porções oeste e norte brasileiras, se intensificaram, fazendo com que a Grande Aceleração invadisse definitivamente a Amazônia.

CAPÍTULO V

5 A AMAZÔNIA NA GRANDE ACELERAÇÃO

5.1 A faísca

Uma faísca antropocena que se converteu em um grande incêndio foi o prenúncio da profunda transformação pela qual a Amazônia foi submetida. Esse estopim, como narra Grandin (2009), é representado pela maior queimada que a região amazônica havia presenciado até o final da década de 1920. Foi quando começou a construção de Fordlândia, no Pará. Em 1927, o industrial estadunidense Henry Ford recebeu do governo paraense a concessão de cerca de 1,2 milhões de hectares de floresta no vale do rio Tapajós, onde seriam cultivadas seringueiras. Mais de 10 mil hectares foram desmatados até a década de 1940 para implantar o projeto de Ford (Fonseca, 1950). Essa foi a primeira grande investida do capital na região, que logo seria suplantada pelos grandes projetos estatais, principalmente após o golpe militar na década de 1960.

Embalada pelo Integrar para não entregar, aticou-se a sanha em conquistar a Amazônia e domar os inúmeros entes, naturais e sobrenaturais, que povoam o imaginário do humano que a observa do exterior de suas abstratas divisas. Ianni (2019) pontua que, mesmo diante do discurso de integração, passível de ser interpretado como invasão, a Amazônia em 1964, como já foi defendido aqui, não era um “mapa em branco”. A terra, que não representava grande preocupação para os que já se ocupavam dela, passou a ser palco de conflitos alimentados pela confusa delimitação das áreas, quanto à posse e titulação e, principalmente pela determinação federal em efetivamente atrair o grande capital, estrangeiro inclusive, para explorar a Amazônia, opondo o pequeno camponês e a estrutura latifundiária (Santos, 1981).

5.2 Desmatamento: causas e consequências

Na década de 1970 a política desenvolvimentista da ditadura militar, esteada na oferta de crédito e incentivos fiscais, abre definitivamente as portas da Amazônia para o capital. Fearnside (2005) aponta que desde a invasão portuguesa em 1500, o desmatamento na região amazônica até então havia sido o equivalente a área territorial de Portugal, cerca de 92 mil km². Entre 1970 e 1978, a área desmatada foi de 77.171,75 km², ou seja, em oito anos se atingiu 83% do desmatamento de todo o período anterior (Fearnside, 1986). No ano de 2018, de acordo com o INPE a área desmatada na Amazônia Brasileira foi de 7.096 km². De 2019, quando foram

desmatados 10.895 km², até 2022, em que dados consolidados indicaram 12.694 km², a área desmatada se manteve acima 10 mil km² por ano (Figura 24), com queda considerável nos anos de 2023 (8.023 km²) e 2024 (5.816 km²), representando uma redução de 54.18% do pico em 2022 ao ano de 2024 (INPE, 2025).

Figura 24 - Gráfico do desmatamento na Amazônia Legal de 2018 a 2024.



Fonte: INPE/TerraBrasilis (2025).

Historicamente, a derrubada de árvores é realizada para possibilitar atividades como o cultivo da terra, a utilização de madeira para construções e como gerador de energia (Arraes; Mariano; Simonassi, 2012). Na Amazônia, a prática de desmatar pequenas áreas para plantio remonta a milhares de anos, assim como em outras partes do mundo, recebendo o nome de agricultura itinerante, roça de coivara, roça de toco, corte e queima ou agricultura de subsistência (Neves *et. al.*, 2012; Silva e Rocha, 2022) (Figura 25). Sua dinâmica consiste no corte da floresta primária ou secundária, que depois é queimada e, posteriormente, empilhada para abrir espaço para o preparo de solo e cultivo (Mazoyer; Roudart, 2010).

Figura 25 - Roça Yanomami, aldeia Yaritha, na fronteira do Brasil com a Venezuela.



Fonte: François-Michel Le Tourneau (2006)

De acordo com a descrição de Neves *et. al.* (2012), a prática da roça de coivara se desdobra em três momentos distintos. No primeiro, uma área de floresta, geralmente em torno de um hectare, é convertida em roça mediante derrubada e queima dos restos vegetais, seguida do cultivo, normalmente por um ou dois anos, e finalmente o descanso da terra, que pode variar de acordo com as variedades de árvores que surgirão. Quanto mais demorado o crescimento das espécies, maior o tempo de descanso (Neves *et. al.*, 2012). Embora impacte em menor intensidade o ambiente, a roça de coivara ainda assim têm efeitos negativos sobre o solo, a biodiversidade e a qualidade do ar (Pedroso Junior; Murrieta; Adams, 2008).

Por outro lado, Chazdon (2013) compreende que a interação humana com a floresta cria condições para o manejo correto, possibilitando a recuperação da fertilidade do solo em razão do pousio de áreas cultivadas, o que permite o estabelecimento de espécies vegetais e animais no ambiente, e consequentemente, viabilizando o reflorestamento desses espaços. As roças, enfim, são vistas como mundos retirados da floresta de forma temporária, substituindo ecossistemas nativos por um ecossistema artificial, em um protótipo da floresta em miniatura (Descola, 1996).

Diferente da supressão seletiva, o corte raso, de acordo com o que conceitua a Portaria Nº 83 de 13 de setembro de 2022 (Brasil, 2022), remove a maioria da cobertura vegetal, aparando as árvores próximo ao nível do solo. A ação humana no desmatamento está ligada a exploração econômica, incluindo a atividade madeireira, a pecuária de corte, o cultivo de commodities agrícolas, especialmente a soja, a mineração e a especulação imobiliária (Fearnside, 2020).

A pecuária é apontada como a principal causa do desmatamento na Amazônia. De acordo com relatório divulgado pelo Projeto MapBiomas (2024), as pastagens na Amazônia cresceram 363% entre 1985 e 2023, passando de 12,7 Mha para 59 Mha. Já Barreto, Pereira e Rocha (2024) apontam para um número ainda maior, indicando que a pecuária ocupa, atualmente, 75 Mha da Amazônia Legal. Essa expansão é reflexo da trajetória histórica da chegada de migrantes e grandes corporações à região, estando a atividade presente em propriedades que vão de pequenas posses até latifúndios (Rivero *et. al.*, 2009). Há tempos a pecuária, obviamente integrada ao corte raso da floresta, é utilizada como estratégia para consolidar a posse de áreas na Amazônia (Margulis, 2003; Torres; Doblas; Alarcon, 2017; Wenzel, 2020).

Entre os anos 1600 e 1960 a pecuária na região amazônica era considerada insipiente, se concentrando principalmente na Ilha de Marajó (Figura 26), Baixo e Médio Amazonas, no Vale do Rio Branco (atual Roraima) e no litoral do Amapá, com rebanhos formados por animais

conhecidos como crioulos ou curraleiros, descendentes dos primeiros animais introduzidos no Brasil pelo colonizador português (Dias-Filho; Lopes, 2020). A atividade nesse período se caracterizava pela criação em áreas de várzea e pastagens naturais, em sistema extensivo e com práticas que voltadas à adaptação dos rebanhos ao ambiente (Guilherme Junior; Lobato; Rocha, 2022).

Figura 26 - Gado da Fazenda Theresina, Ilha do Marajó, 1908.



Fonte: Pará (1908)

Com a implementação do Plano de Integração Nacional (PIN), os anos 1970 marcaram a intensificação da atividade pecuária na Amazônia Legal, com a chegada de grandes empresas multinacionais como a Volkswagen, dona da Fazenda Rio Cristalino, com área de 140.000 hectares em Santana do Araguaia – PA, a Agropecuária Suiá-Missú, na região de São Félix do Xingu-PA, que já foi o maior latifúndio do Brasil, com 678.000 hectares, Swift-Armour-King Ranch, em Paragominas-PA, que tinha uma área de 72.000 hectares, entre outros (Bunker, 1988; Silva, 2019). A grande maioria dos empreendimentos realizados na Amazônia nessa época foram subsidiados pela ditadura militar, via Sudam.

De acordo com o IBGE (2023), o efetivo dos rebanhos bovinos na Amazônia Legal em 1974 era de 14.084.285 animais. Em 2000, 47,2 milhões e em 2022, esse número pulou para 103,8 milhões de animais, um aumento de 631% (IBGE, 2023). A participação do rebanho da

Amazônia Legal no total brasileiro era de 27,8% em 2000, alcançando 44,3% em 2022 (Tabela 2).

Tabela 3 - Evolução do rebanho bovino nos estados e Amazônia Legal entre 2000-2022.

Estados	Efetivo bovino (milhões de cabeças)				
	2000	2010	2020	2021	2022
Acre	1,0	2,6	3,8	4,0	4,6
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	0,8	1,4	1,4	1,5	1,6
Maranhão	3,7	6,5	7,8	8,0	8,8
Mato Grosso	18,9	28,8	32,3	32,4	34,2
Pará	10,3	17,6	22,4	23,9	24,8
Rondônia	5,7	11,8	14,8	15,1	17,7
Roraima	0,5	0,6	0,9	0,9	1,1
Tocantins	6,1	8,0	9,1	10,2	10,8
Amazônia Legal	47,2	77,4	92,8	96,3	103,8
Brasil	169,9	209,5	217,8	224,6	234,4
Efetivo bovino brasileiro oriundo da Amazônia Legal (%)	27,8	37,0	42,6	42,9	44,3

Fonte: Santos et al., (2024).

Alguns fatores estão no cerne do constante desmatamento causado pela pecuária. Embora possa se utilizar de tecnologias existentes para aumentar a produtividade, a grande maioria dos produtores as negligenciam, amparados em políticas que acabam por incentivar o desmatamento, como por exemplo, as frequentes regularizações de áreas griladas, estímulo para a falta de correto manejo e recuperação de pastagens (Barreto; Pereira; Rocha, 2024). Outro fator de relevância na relação pecuária e desmatamento, apontam Lima Filho, Bragança e Assunção (2021) está relacionado à regularização fundiária. Os autores destacam que em torno de 60% das terras da Amazônia são qualificadas como áreas públicas, contra 12% no resto do Brasil. Constantemente desmatadas ilegalmente, uma parcela significativa dessas terras está sendo registrada de maneira ilícita no Cadastro Ambiental Rural (CAR), como áreas particulares (Lima Filho; Bragança; Assunção, 2021).

Domingues, Bermann e Manfredini (2014) apontam que a dinâmica do desmatamento na Amazônia tem a pecuária como porta de entrada para a expansão da agricultura, principalmente a cultura da soja. Por isso mesmo, quando se relaciona o desmatamento diretamente à soja, tem-se a impressão de que não há muita relevância nessa relação (Rivero *et. al.*, 2009). Porém, ainda conforme Rivero *et. al.* (2009), a implantação de culturas como a soja,

faz com que a atividade antes instalada precise se mover para outros locais, culminando com o desmatamento de novas áreas.

A alta demanda internacional desencadeou um exponencial aumento das áreas cultivadas com soja no Brasil, em especial com o crescimento do consumo chinês, altamente dependente da produção de outros países (Fuchs, 2020). A autora destaca que entre 2000 e 2017, o consumo interno de soja pela China aumentou de 25 milhões para 109 milhões de toneladas. Desse montante, cerca de 70% foi importado do Brasil em 2024, o que gera uma pressão interna pelo avanço do cultivo da soja (CEPEA, 2024). A expansão do cultivo de soja na Amazônia Legal é reflexo dessa alta demanda, chegando a responder por cerca de 50% de toda a soja exportada pelo país (Fuchs, 2020).

A expansão da soja na Amazônia está diretamente ligada a construção de grandes obras de infraestrutura, como estradas e portos, o que facilita o escoamento da produção e o acesso às áreas de cultivo (Fuchs, 2020). Tais obras de infraestrutura, que tiveram início na ânsia colonialista da ditadura militar, são parte de uma política neoliberal implementada no Brasil durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, que anteciparam a nova geografia do cultivo da soja e a expansão da fronteira agrícola em direção ao norte do país (Oliveira, 2015).

Fearnside (2022) entende que a construção de novas estradas é vetor de avanço de atividades que colocam a floresta em risco, como o que ocorre no chamado *arco do desmatamento*. Com início no oeste do Maranhão e sul do Pará, o arco desmatamento, segue no sentido oeste, se estendendo por Mato Grosso, Rondônia e Acre (Oviedo; Lima; Augusto, 2019). Ainda segundo os autores, o ponto de partida para o estabelecimento desse arco foram as rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho, em um território que abrange 256 municípios, com uma concentração em torno de 75% da supressão vegetal de toda a Amazônia.

Estudo elaborado por Brasil *et al.* (2023), aponta que os maiores índices de desmatamento se dão em áreas distantes até 500 metros das margens de rodovias, com 52,1% de desmatamento até 250 metros e 46,0% na faixa entre 250 e 500 metros. Isso em razão do adensamento populacional na região, da implantação de atividades agropecuárias e da mineração (Brasil *et al.* 2023; Santos Júnior *et al.*, 2018). Estudo divulgado pelo Imazon, que leva em consideração imagens de satélite de 2020, estimou que existam 3,46 milhões de quilômetros de estradas, sejam oficiais ou não oficiais, na Amazônia Legal (Botelho Júnior *et al.*, 2022).

Figura 27 – Principais rodovias abertas na Amazônia

 BR-163 - Cuiabá-Santarém Inaugurada em 1976, tem 1870 km de extensão, concentra 60% de todo o desmatamento no estado do Pará, escoia 30% da soja brasileira e é foco de conflitos agrários, grilagem e violência no campo.	 BR-319 - Manaus-Porto Velho Aberta na década de 1970, tem cerca de 885 km de extensão, e apesar de trechos precários, concentra invasões de terras públicas, desmatamento e ameaça terras indígenas, como a Tenharim e Jacareúba/Katawixi.
 BR-230 - Transamazônica A BR-230, conhecida como Transamazônica, foi construída na década de 1970 e tem cerca de 4260 km de extensão, entre Cabedelo/PB e Lábrea/AM. Seu entorno registra cerca de 30 mil km² de desmatamento, cortando terras indígenas e unidades de conservação.	 BR-174 - Manaus - Boa Vista Construída no início dos anos 1970 é a única via terrestre que liga Manaus a Boa Vista, em Roraima. Tem 976 km, e atravessa a Terra Indígena Waimiri-Atroari e causa pressões com desmatamento em suas margens, registra ocorrências de roubo de cargas.
 BR-364 - Cuiabá - Rio Branco Com cerca de 2600 km de extensão, corta Rondônia e em suas margens mais de 50 mil km² de floresta foram desmatados. Corta as terras dos Paiter-Surui (RO) e Kaxinawá (AC). É foco de inúmeros conflitos agrários.	 BR-010 - Belém-Brasília Com 2020 km de extensão, liga a região Centro Oeste ao norte. Em suas margens mais de 18 mil km² de vegetação foi suprimida. Conflitos agrários constantes e pressão sobre as etnias Kayapó e Xikrin.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As principais rodovias abertas pelo governo federal (Figura 27), governos estaduais e municipais, são o ponto de conversão das estradas abertas clandestinamente, que emergem da Amazônia profunda como corredor de transporte de produtos nem sempre extraídos legalmente, cortando áreas de preservação e terras indígenas (Brasil *et al.* 2023; Botelho Júnior *et al.*, 2022; Fearnside; 2022).

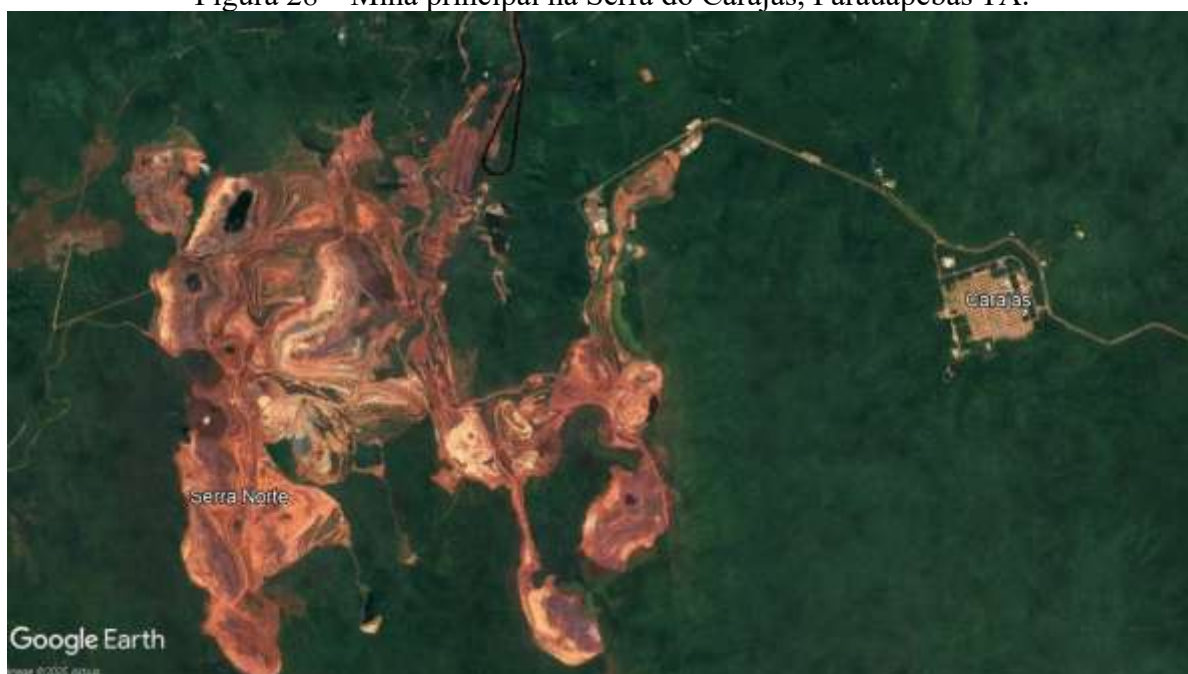
5.3 Mineração

No contexto da Grande Aceleração em que a Amazônia se insere, a exploração industrial de recursos minerais tem seu princípio ainda na década de 1950. No período de 40 anos, compreendidos entre 1958 e 1998, a Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI), realizou a extração de aproximadamente 60 milhões de toneladas de manganês de minas na Serra do Navio, no Amapá (Drummond, 2000). Para retirar todo esse minério, foi necessário deslocar mais de 120 milhões de toneladas de material inerte e mais de 26 milhões de toneladas de

rejeitos foram produzidos (Monteiro; Coelho; Silva, 2003). Para Drummond (2000), apesar de se projetar que esse tipo de empreendimento causaria grandes danos ambientais, na realidade se constatou que não houve desmatamento significativo. Houve, sim, mudança na paisagem pela escavação das minas e lagoas de deposição, remoção de morros para retirada do manganês e mudança do curso de riachos.

Está na Amazônia, mais precisamente no sudeste paraense, a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo. Descobertas ainda na década de 1960, as reservas minerais da Serra dos Carajás (Figura 28) começaram a ser efetivamente exploradas em 1985, quando o primeiro trem carregado de minério de ferro partiu em direção ao terminal portuário Ponta da Madeira em São Luiz, no Maranhão (Vale, 2012). No dia 1º de junho de 1942, em decreto assinado por Getúlio Vargas, foi criada a empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), afim de explorar as minas de ferro de Itabira-MG e fornecer minério de ferro para os Estados Unidos e Inglaterra, como forma de alimentar a indústria bélica aliada durante a Segunda Guerra Mundial (Coelho, 2014).

Figura 28 – Mina principal na Serra do Carajás, Parauapebas-PA.



Fonte: Google Earth (2025).

Em 29 de novembro de 2007, a antiga Companhia Vale do Rio Doce deu lugar à Vale, que opera o complexo minerário de Serra do Carajás, agora não mais como estatal estratégica, mas sim como uma empresa privatizada, multinacional e maior produtora de minério de ferro do mundo (Vale, 2012; Coelho, 2014). O Programa Grande Carajás (PGC), criado pelo Decreto-

lei Nº 1.813, de 24 de novembro de 1980, ocupa uma área aproximada de 900 mil km², tendo sido projetado para abranger porções do Pará, Maranhão e parte do norte de Goiás, que hoje pertence ao estado do Tocantins, conhecida como Bico do Papagaio (Barros, 2024; Congilio, 2019). Nos municípios de Parauapebas e Canãa dos Carajás, no Pará, estão localizadas as maiores frentes de extração de minério de ferro, sendo explorados também manganês, cobre, níquel, ouro, bauxita e cassiterita (Congilio, 2019).

Em seu primeiro ano de exploração, 1985, Carajás produziu 15 milhões de toneladas de minério de ferro, 20 milhões em 1986, atingindo 203 milhões de toneladas em 2024 (Vale, 2012; 2025). O funcionamento do complexo Carajás demandou a implantação de infraestrutura energética e de logística para que houvesse crescimento na produção. Embora não tenha sido construída como suporte exclusivo para o PGC, a Usina Hidroelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, foi pensada para fornecer energia às empresas que se instalariam na região (Andrade, 2016). Em seu escopo inicial, Tucuruí garantiria o fornecimento energético para os conglomerados exploradores de bauxita formados pela Companhia Vale do Rio Doce em parceria com empresas japonesas produtoras de alumínio, a Alumínio Brasileiro SA (Albrás), a Alumina do Norte do Brasil SA (Alunorte), em Barcarena-PA e o Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), constituído pela BHP Billiton e pela Alcoa, em São Luís-MA (Pinto, 2012).

A construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, de acordo com Monteiro (2005), demandou 7,5 bilhões de dólares em recursos públicos. A área alagada pela formação do lago chegou a 2.430 km² e forçou a retirada de 32.871 pessoas (Magalhães, 1990; Fearnside, 2015). Fato é que em seu relatório de avaliação de impactos na construção de Tucuruí, a Eletronorte, responsável pela obra, não realizou nenhum levantamento das implicações sociais, senão um relatório realizado pelo ecólogo canadense Robert Goodland, contratado para prestar consultoria ambiental, que, dentre outras indicações, relatava que entre um e dois terços das famílias removidas não teriam direitos, por não possuírem documentos de suas terras (Fearnside, 2015).

Dois povos indígenas foram diretamente afetados pela obra de Tucuruí. O povo Parakanã, cuja Terra Indígena (TI) se localiza na margem esquerda do Rio Tocantins, teve 38.700 hectares inundados e mais 56.968 hectares desapropriados de sua terra para o assentamento de famílias atingidas pela Usina Hidroelétrica de Tucuruí, além de duas aldeias que ficaram submersas (Programa Parakanã, 1988). Já o povo Gavião teve a TI Mãe Maria, próximo a Marabá-PA, cortada pela linha de alta tensão oriunda de Tucuruí, e depois, pela linha ferroviária que liga Carajás até São Luiz-MA (Barros, 2024).

Os esforços para concretizar a mineração na Amazônia se intensificaram com os projetos desenvolvimentistas da ditadura militar, embora a atividade já se fizesse presente muito antes disso na região, inclusive com o garimpo de ouro. Calógeras (1904) descreve que no início dos anos 1700, nas proximidades de Cuiabá, as primeiras lavras de ouro foram descobertas e exploradas pelo império português. No ano de 1731 o Brasil já era o maior produtor mundial de ouro, com uma produção de 12,7 toneladas, mesmo com os locais de mineração se concentrando na região de Minas Gerais (Iubel, 2020).

Em 1958, na região do rio Tapajós, no Pará, foram descobertas enormes reservas de ouro de aluvião, ou seja, depositadas no leito do rio, e isso modificou a dinâmica da exploração aurífera na Amazônia, estagnada há mais de 50 anos, então preterida pelo extrativismo da borracha, há época mais lucrativo (Feijão; Pinto, 1992). Feita de maneira artesanal, a garimpagem se caracterizava pela utilização de equipamentos rústicos e manuais, em que o material do leito do rio era peneirado e o ouro retirado de uma camada superficial (Feijão; Pinto, 1992; Instituto Escolhas, 2023). Com a mecanização da garimpagem na década de 1960 e a alta do preço do ouro, sobretudo nos anos 1970, a mineração aurífera entra em outro patamar. Isso se alia ao projeto de colonização da ditadura militar, que trouxe migrantes interessados em um pedaço de terra e junto com eles, investidores e empresas ávidas por descobrir o verdadeiro *el dourado* (Mathis, 1998; Furtado, 2020).

Talvez o mais emblemático evento da corrida do ouro para a Amazônia foi a descoberta do metal na região sudeste do Pará, no município de Marabá. Trata-se de Serra Pelada, que foi, no início da década de 1980, o maior garimpo a céu aberto do mundo e produziu, oficialmente, 42.837 kg de ouro até o ano de 1990 (Mathis, 1995; Cunha; Earp, 2022). Localizado entre Marabá, do qual dista 150,5 km, e a Serra do Carajás, estima-se que o garimpo de Serra Pelada em seu auge chegou a atrair 100 mil garimpeiros (Monteiro *et al.*, 2010). Embora haja versões divergentes, conta-se que em janeiro de 1980, um homem chamado Aristeu, então funcionário da Fazenda Três Barras, de propriedade de Genésio Ferreira da Silva, encontrou um metal reluzente e o entregou a Genésio, que levou a amostra encontrada para ser analisada em Marabá, o que confirmou ser ouro (Monteiro *et al.*, 2010; Veiga; Silva; Hinton, 2002).

A notícia correu e em março de 1980, de acordo com Veiga; Silva; Hinton, 2002, mais de cinco mil garimpeiros estavam revirando as terras da fazenda em busca de ouro. Com o aumento do fluxo de pessoas e com as informações positivas sobre a quantidade do metal, o governo federal resolve tomar para si a administração do garimpo, resguardando também os interesses da Companhia Vale do Rio Doce, a quem pertencia os direitos de exploração mineral na região (Mathis, 1995). Foi designado Sebastião Rodrigues de Moura, o Major Curió, para

ser o interventor, a fim de garantir que o garimpo funcionasse de maneira ordeira (Monteiro *et al.*, 2010).

Major Curió, membro do exército e servidor do Serviço Nacional de Informações (SNI), era profundo conhecedor da região, tendo comandado a repressão contra a Guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974 (Barbalho, 2023). Curió proibiu a entrada de armas, bebidas alcoólicas e a presença de mulheres no interior do garimpo, além de cercá-lo para evitar a entrada da enorme massa de garimpeiros, cerca de 12 mil, que aguardavam na fila para obter permissão para garimpar (Kotscho, 1983). Para alguns, Curió representava a esperança em dias melhores, enquanto para outros era a personificação do poder, da repressão e da autoridade forjada na força do medo, dissimulada em um comportamento carismático e controverso (Campos Filho, 2013). Sua fama foi tanta na região, que até uma cidade surgiu com seu nome, Curionópolis, onde se elegeu prefeito no ano de 2000 (Campos Filho, 2013; Nossa, 2012).

Figura 29 – Formigueiro humano em Serra Pelada, 1986.



Fonte: Salgado (1986).

Outro Sebastião, o fotógrafo Sebastião Salgado, registrou a movimentação nesse *formigueiro humano* (Figura 29), responsável pela desconstrução de uma montanha natural para extração do ouro e pela construção de outra artificial, só que de detritos da mineração (Gortázar, 2019; Mathis, 1995). A ambição em explorar esse monte de rejeitos foi responsável pela liberação, em 1984, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), da utilização

de mercúrio para extrair o ouro que se imaginava ainda restasse ali (Mathis, 1995). Esse processo de extração do ouro com a utilização do mercúrio se chama amalgamação, que consiste na mistura do mercúrio com material granular sólido que contém alguma quantidade de ouro, formando assim o amálgama, que após vaporizado, resulta na evaporação do mercúrio, restando o ouro impuro (Malm, 1998; Veiga; Maxson; Hylander, 2006).

O processo de vaporização do amálgama emite vapores de mercúrio que são inalados pelos mineradores envolvidos na operação, causando danos cerebrais quando em exposição prolongada e afetando os rins de maneira severa (Veiga; Silva; Hinton, 2002). Além disso, os vapores do mercúrio são transportados pelas chuvas até o solo, rios e lagos, sendo transformado por bactérias de inorgânico para orgânico – o metilmercúrio -, que é a forma mais tóxica do mercúrio e passa por um processo cumulativo contaminante em peixes e outros seres aquáticos, que depois são consumidos por humanos e outras espécies, causando sua contaminação (Lins, 1992; Veiga; Silva; Hinton, 2002). Em Serra Pelada, após sua liberação em 1984 até 1990, quando oficialmente são encerradas as atividades no garimpo, a estimativa do DNPM é de até 90 toneladas de mercúrio tenham sido utilizadas e lançadas no ambiente local (Mathis, 1995).

Levantamento realizado pelo Instituto Escolhas (2024) estima que 185 toneladas de mercúrio sem procedência conhecida tenham sido utilizadas para extração artesanal de ouro no Brasil entre 2018 e 2022. O número foi calculado considerando a utilização entre 1,3 e 2,0 g de mercúrio para a extração de 1,0 g de ouro, de acordo com relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNMUA) de 2015. A quantidade difere dos dados emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços sobre a importação de mercúrio entre 2018 e 2024

Conforme o garimpo avança pela Amazônia, deixa cicatrizes profundas na terra e, sobretudo, nas sociedades indígenas que encontra pela frente. Junto com a garimpagem ilegal, há uma rede de atividades ilícitas que promovem a recorrência de crimes ambientais, ligadas a grilagem de terras públicas, invasão de reservas ambientais e de terras indígenas, comercialização de madeira proveniente de desmatamento ilegal e ameaças às espécies da fauna (Neves; Folly, 2021). Segundo o MapBiomias (2023), entre 1985 e 2022 a área de garimpo em TIs avançou de 1.529 para 25.243 hectares, isso representa 10% do bioma amazônico. Três terras indígenas concentram a quase 90% dessas áreas de garimpo, sendo a maior concentração na TI Kayapó com 13,7 mil hectares, depois a TI Munduruku em que há 5,5 mil hectares de área garimpada e 3,3 mil hectares na TI Yanomami (MapBiomias, 2023).

Figura 30 – Garimpo no leito do Rio Parima, TI Yanomami.



Fonte: Kelly (2022)

As áreas de garimpo em TIs apresentam peculiaridades sobre sua localização e a infraestrutura criada para sua viabilidade. Segundo levantamento do MapBiomias (2024), 77% dos garimpos ilegais estão a menos de 500 metros de algum curso d'água, obviamente pela facilidade de deslocamento e transporte de equipamentos e da produção (Figura 30). Além disso, a construção de pistas de pouso clandestinas também favorece a chegada de garimpeiros ilegais às TIs e áreas de conservação. Potter (2022) relata a existência, em 2022, de 326 pistas clandestinas na Amazônia Legal. Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso, no Pará, concentram 234 destas pistas construídas sem autorização, com 224 delas localizadas a menos de 20 quilômetros de alguma área de garimpagem, o que representa 95,7% do total (Potter, 2022). Nas TIs com maior área de garimpos ilegais, existem 122 pistas de pouso e destas, 54 estão localizadas até 5 km de distância de garimpos (MapBiomias, 2024).

Em 1973, ainda sob a égide da Constituição Federal de 1967 e da ditadura militar, o então presidente, General Emílio Garrastazu Médici, publica a Lei Federal nº 6.001, também conhecida como o Estatuto do Índio (Cunha, 2018). Em seu artigo 65, a lei determinava que a totalidade de terras indígenas no Brasil deveria ser demarcada em cinco anos, garantindo com isso o direito exclusivo de exploração de recursos naturais ali presentes, sendo desautorizado o uso da terra para atividades econômicas e extrativistas por pessoas alheias à comunidade (Brasil, 1973). Obviamente, o prazo de demarcação não se cumpriu, sendo novamente estabelecido na Constituição Federal de 1988 (Cunha, 2018). O disposto sobre a vedação da exploração de terras indígenas continha algumas condições para intervenção federal, entre elas

para a extração de “riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional” (Brasil, 1973).

Dez anos mais tarde, 1983, em meio à corrida do ouro causado por casos como Serra Pelada, o governo federal, comandado pelo militar João Baptista Figueiredo, edita o Decreto nº 88.985, de 10 de novembro de 1983, que determina à Funai orientar a mineração em TIs, de maneira que as comunidades indígenas garantissem para si os lucros decorrentes da comercialização da exploração mineral (Brasil, 1973; Reginatto, 2022). O decreto estabelecia também que a licença para pesquisa seria de exclusividade de empresas estatais, mas, excepcionalmente, quando houvesse anuência da Funai e do DNPM, empresas privadas poderiam proceder pesquisas mineralógicas em terras indígenas (Brasil, 1973; Cunha, 2018; Reginatto, 2022).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, parágrafo 2º, referenda a condição de exploração da terra indígena e seus recursos como prerrogativa das comunidades que a habitam, porém, no mesmo artigo, parágrafo 3º, estabelece o Congresso Nacional como autorizador para pesquisa e lavra nessas terras, com participação das comunidades afetadas (Brasil, 1988). Embora a constituição tenha criado normas para a exploração mineral em TIs, a necessidade de regulamentação gerou pressão dos setores empresariais envolvidos e interessados em novas áreas de mineração, o que gerou cerca de vinte propostas de projetos de lei no congresso, afim de estabelecer tais regras (Reginatto, 2022).

Certamente, a proposta que mais causou furor sobre o tema foi o Projeto de Lei 191/2020, proposto pelo governo federal na gestão de Jair Bolsonaro (Wanderley, 2022). Protocolado no dia 06 de fevereiro de 2020, o objetivo do PL 191 era regulamentar o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição Federal, criando condições jurídicas para autorizar a exploração mineral em Terras Indígenas (Molina *et al*, 2021). A motivação de Bolsonaro está atrelada às promessas feitas em sua campanha para a presidência da república, em que sua agenda *ambiental* previa a extinção do Ministério do Meio Ambiente, que seria absorvido pelo Ministério da Agricultura, a flexibilização dos licenciamentos ambientais para empreendimentos degradantes e a expansão de atividades econômicas de maneira ampla na Amazônia, inclusive em unidades de conservação e terras indígenas, por exemplo (Menezes, 2018).

Para os garimpeiros da Amazônia, o aceno de Bolsonaro durante sua primeira campanha presidencial foi de um homem apaixonado pela atividade, já que seu pai, Percy Geraldo Bolsonaro, foi um dos cerca de 100 mil garimpeiros que se aventuraram em Serra Pelada, no princípio dos anos 1980 (Audi, 2018). Afim de demonstrar seu irrestrito apoio ao garimpo em

TIs, no dia 26 de outubro de 2021, ainda no exercício do mandato de presidente da república, Bolsonaro visitou um garimpo ilegal localizado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no município de Uiramutã-RR (Pontes, 2023). Como resultado, a presença de garimpos ilegais em TIs que em 2018 ocupava cerca de 9,5 mil hectares, passou para 25,2 mil hectares em 2022 (MapBiomass, 2023).

Vozes indígenas se levantaram contra as intenções do governo Bolsonaro. Davi Kopenawa, histórico líder Yanomami, coloca na conta de Bolsonaro as mortes de seus parentes causada pelo garimpo ilegal, que levou doenças, álcool, armas e violência contra indígenas para dentro da Terra Yanomami, além de atrair narcotraficantes, que usam a área para lavagem de dinheiro do tráfico (Kopenawa, 2023). Para o cacique Mëbêngôkre (Kayapó) Raoni Metuktire, Bolsonaro enquanto presidente tinha como meta acabar com os povos indígenas e explorar os recursos naturais, sem se preocupar com a destruição da natureza, o que, inevitavelmente, acarretará em consequências danosas para todos (Metuktire, 2021).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 49, XVI, estabelece que é competência exclusiva do Congresso Nacional “autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais” (Brasil, 2016, p. 46). A condicionante para a exploração é estabelecida no parágrafo 3º do artigo 231 da mesma constituição, que determina a oitiva das comunidades afetadas e, em caso de consentimento, que parte dos lucros lhe sejam devolvidos (Brasil, 2016).

Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), representantes das empresas de mineração tiveram passe livre no Ministério das Minas e Energia e o apoio público e irrestrito do presidente *garimpeiro* Bolsonaro (Castilho *et al.*, 2022). O resultado disso foi a criação, em 16 de junho de 2021, do GT Minera, um grupo de trabalho para revisar o Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967), estreitando ainda mais a relação entre parlamentares, mineradoras e garimpeiros (Castilho *et al.*, 2022). O GT teve alguns de seus membros substituídos em junho de 2022, com a relatoria do bolsonarista Joaquim Passarinho, deputado federal paraense eleito pelo Partido Liberal, defensor da mineração e garimpo em terras indígenas (Castilho *et al.*, 2022).

A atividade de garimpo é deveras agressiva, com a utilização de máquinas pesadas para desmatamento, abertura de grandes buracos às margens dos rios, bem como a alteração de cursos d’água e sua contaminação, principalmente com mercúrio (Basta, 2023). A alimentação das sociedades indígenas atingidas pelo garimpo é profundamente afetada. Contaminado, o rio se torna um ambiente inóspito para os povos indígenas, já que não pode ser considerado uma fonte segura de alimentos; as áreas para a roça são reduzidas pela degradação dos locais ora utilizados para cultivo e, a mudança de hábitos de outros animais, afugentados pela

movimentação, diminui as garantias alimentares dessas comunidades (Basta, 2023; Fellows, 2024).

Voltando à Lei 6.001/1973, o Art. 2º, Inciso IX determinava que cabia à União, Estados e Municípios “garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes” (Brasil, 1973). No dia 20 de outubro de 2023 o Congresso Nacional mudou essa redação, por meio da Lei nº 14.701/2023, em que a garantia dos governos, nas distintas esferas devem agora “garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição Federal, a posse permanente das terras tradicionalmente **ocupadas em 5 de outubro de 1988**” (Brasil, 2023). Trata-se da Lei do Marco Temporal.

Pela tese do marco temporal, os povos indígenas apenas poderiam pleitear a posse sobre territórios ocupados ou em disputa até o dia 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal em vigor atualmente (Sabaru, 2023). Para o autor, o marco temporal seria como se a história indígena anterior a essa data fosse simplesmente deletada, em mais um capítulo da constante busca de alguns setores da sociedade em extinguir direitos dos povos originários. Pela constituição de 1988, não há data determinada para qualquer ação que limite demarcação de TIs, o que fica explícito pelo enunciado no caput do Art. 231, em que são assegurados os “direitos originários” aos indígenas sobre os territórios que ocupam (Brasil, 2016, p. 133,).

A mobilização em favor da tese do marco temporal, seja na sociedade ou no Congresso nacional, parte principalmente de interesses econômicos, capitaneados pelo agronegócio, a indústria de mineração, garimpeiros e madeireiros. O grupo de parlamentares ligados a chamada Bancada Ruralista têm feito *lobby* há pelo menos três décadas, desde a criação da União Democrática Ruralista (UDR) e da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) na década de 1980, na flexibilização da legislação de proteção ao meio ambiente em favor de políticas voltadas à expansão agropecuária sobre ambientes sensíveis, incluindo territórios indígenas (Portela; Menezes Júnior; Silva, 2024; Sabaru, 2023)

5.4 Exploração dos recursos hídricos: as hidrelétricas na Amazônia

Anteriormente citamos a UHE de Tucuruí como exemplo de empreendimento impactante ao meio ambiente. O Plano 2010 ou Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, estabelecia as metas para geração de energia elétrica até o ano de 2010. Para a região amazônica,

que a esta altura não contava com o Estado do Tocantins, ainda não desmembrado de Goiás, era prevista a instalação de hidrelétricas de grande porte, que se somariam a pequenas centrais em outras regiões para garantir o atendimento da demanda nacional (Eletrobrás, 1987). Ao todo, a região amazônica teria 79 hidrelétricas, entre as já construídas e as sem data definida para implantação (Fearnside, 2015).

A primeira usina hidrelétrica construída na Amazônia foi UHE Coaracy-Nunes, localizada no rio Araguari, no estado do Amapá, com capacidade de produzir 78 MW, inundando uma área de cerca de 23km² e que entrou em funcionamento no ano de 1975 (Fearnside, 2015). Em 1981, nas águas do rio Uatumã, município de Presidente Figueiredo no Amazonas, teve início a construção da UHE Balbina, cujo objetivo era abastecer Manaus, cidade em franco desenvolvimento motivado pela industrialização da Zona Franca (Fearnside, 2015; Albuquerque, 2019). Projetada para produzir 250 MW, Balbina produz atualmente cerca de 112MW, fornecendo apenas 10% da energia consumida por Manaus (Fearnside, 2015; Albuquerque, 2019).

A construção da UHE Balbina é constantemente alvo de críticas, justamente por gerar pouca energia e ser vetor de enormes impactos socioambientais, já que inundou uma área de 2.360 km² e, quando comparada a UHE Tucuruí, tem praticamente a mesma área alagada e uma produção 32 vezes menor (Kishinami, 2007). Nessa área habitava o povo Waimiri-Atroari, que em 13 de julho de 1971, pelo Decreto Federal nº 68.907, teve criada a Reserva Indígena de mesmo nome do grupo (Brasil, 1971). Entretanto, o Decreto nº 85.898, de 13 de abril de 1981, assinado por Figueiredo, sob a alegação de utilidade pública, desapropria uma área de 10.344,90 km², onde estava localizada a Reserva Indígena Waimiri-Atroari para a formação do lago da UHE Balbina (Fearnside, 2015; Albuquerque, 2019).

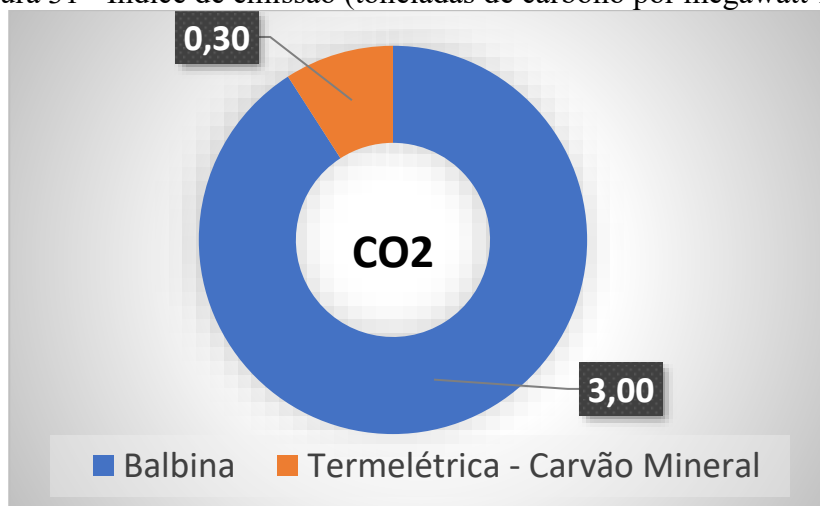
Alguns meses depois, em 23 de novembro de 1981, no Decreto Federal nº 86.630, é extinta a Reserva Indígena Waimiri-Atroari, sendo a área interditada e destinada para atração e pacificação dos indígenas (Brasil, 1981; Albuquerque, 2019). Duas aldeias – Taquari e Tapupunã – foram submersas pelas águas da barragem e 526.000 ha da reserva foram repassados para a Timbó Mineradora LTDA, do grupo Paranapanema²⁹, onde atualmente se encontra aquela que é considerada a maior reserva de estanho do mundo (Fearnside, 2015; Albuquerque, 2019).

Sob as águas de Balbina repousam cerca de 6,8 milhões de m³ de madeiras nobres, volume que não atraiu os madeireiros na época de construção da usina, resultando em um

²⁹ Para saber mais sobre as manobras da empresa Paranapanema na Reserva Indígena Waimiri-Atroari, ler Ramos, (1992), disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/WTD00096.pdf>.

enorme depósito de material em decomposição que gera, dentre outros gases, o metano (CH₄) e o dióxido de carbono (CO₂), também responsáveis pelo aumento do efeito estufa (Higuchi, 1983; Fearnside, 2015). Isso faz com que Balbina emita mais gases do efeito estufa que uma usina termelétrica movida por carvão mineral (Kemenes, 2006; Kemenes; Forsberg; Melack, 2008). Mais precisamente, a emissão de gases em Balbina é cerca 10 vezes maior (Figura 31).

Figura 31 - Índice de emissão (toneladas de carbono por megawatt-hora)



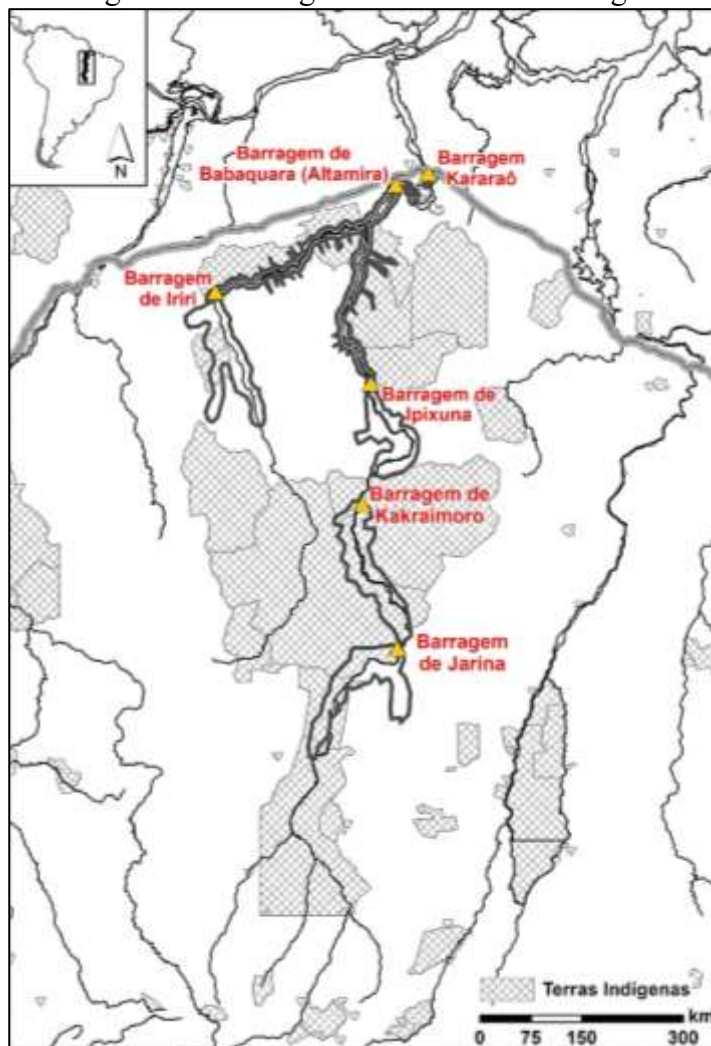
Fonte: Adaptado pelo autor de Kemenes; Forsberg; Melack (2008).

Entre 2005 e 2016, mais uma vez a Amazônia virou um canteiro de obras nas margens dos rios Madeira e Xingu. Distantes cerca de 1.500 km em linha reta, as UHE Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia e a UHE Belo Monte começavam a deixar as pranchetas e se revestir de concreto. As usinas de Santo Antônio (3.568,3 MW) e Jirau (3.750 MW) fazem parte do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, implementado entre 2000 e 2008, resultado de estudos de viabilidade técnica, sob a iniciativa de Furnas Centrais Elétricas S.A. e a Construtora Norberto Odebrecht S.A., parceiras desde a implantação do Aproveitamento Múltiplo de Manso (que culminou com a construção da UHE Manso), no Rio Cuiabá, Mato Grosso, ainda na década de 1990 (Monteiro, 2011).

A construção da UHE Santo Antônio teve início em setembro de 2008, entrando em operação em 2012, mas com conclusão total em janeiro de 2017, quando começou a operar com sua capacidade máxima (Eletrobrás Furnas, 2020). Já a UHE Jirau teve suas obras iniciadas em junho de 2009, operação comercial em setembro de 2013 e capacidade máxima de geração em junho de 2015 (Souza, 2023). As duas UHEs têm como característica a formação de pequenos reservatórios, 271 km² e 258 km² nessa respectiva ordem, menores que os lagos formados normalmente em grandes unidades geradoras de energia (Fearnside, 2019).

A formação de pequenos lagos é em razão do tipo de construção da UHE, chamada de “a fio d’água”, em que a capacidade de geração de energia tem como condicionante a vazão do curso d’água e não a emissão de água represada (Fearnside, 2019). Embora a instalação desse tipo de usina à primeira vista possa parecer ambientalmente positiva, sua influência sobre os processos naturais em seu entorno continua perceptível, já que a formação do reservatório acarreta no aumento do nível do lençol freático, impactando o nível de igarapés, impedindo o regime de inundações sazonal em áreas de várzeas, consequentemente causando a morte da vegetação nesses locais, não adaptada a ficar submersa durante o ano inteiro (Fearnside, 2019; Garzon, 2019).

Figura 32 - Barragens na bacia do rio Xingu.



Fonte: Adaptado de Fearnside (2019).

No período compreendido entre 1975 e 1980, estudos conduzidos pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. (CNEC), contratado pela Eletronorte, apontaram que o rio Xingu e sua bacia (Figura 32), se aproveitados para geração de energia, ofereceriam

ao país uma solução energética definitiva para a transição dos séculos XX e XXI (Eletronorte, 1988). Para tanto, iria surgir o Complexo Hidrelétrico de Altamira, capaz de gerar 20 MW, composto pela construção de duas novas UHEs – Babaquara (6.588 MW) e Kararaô (11.233 MW) (Eletronorte; CNEC, 1989). Assim começava a ser traçada a história daquele que é o mais polêmico empreendimento energético da história recente do Brasil. Entretanto, voltando ao Plano 2010, estava prevista a instalação de mais quatro UHEs na bacia do Xingu: Ipixuna (1.900 MW), Kokraimoro (1.490 MW), Iriri (770 MW) e Jarina (620 MW).

De todas, a que foi construída e está em operação é Kararaô. Mas com o bucólico nome de Belo Monte, sendo a maior usina totalmente nacional em geração de energia e de polêmicas e embates quanto a sua criação. O nome Kararaô faz referência a um grito de guerra da etnia Kayapó, e sua utilização para batizar a UHE foi considerado ofensivo pelos indígenas (Sevá, 2005). Em 1989, a alternativa utilizada pela Eletrobrás, então, foi declarar que nenhuma usina construída utilizaria termos indígenas para ser nomeada (Rosa, 2016).

O que se iniciou com uma constante movimentação de técnicos percorrendo o leito do rio Xingu, culminou com a publicização do seu eminente represamento para produção de energia, em meados da década de 1980 (Sautchuk, 1986; Ricardo, 1991; Fearnside, 2015). E desde que a imprensa começou a noticiar a construção da ainda UHE Kararaô, os movimentos de resistência de indígenas e não indígenas começaram a se organizar a fim de não permitir a concretização da usina, inclusive com viagens ao exterior de líderes indígenas, como fizeram Paulinho Paiakan e Kube-I, da etnia Kayapó (Rosa, 2016). As manifestações culminaram com a realização no 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu, na cidade de Altamira (PA), em fevereiro de 1989 (Fleury; Almeida, 2013). O evento mobilizou a imprensa brasileira e internacional, além lideranças indígenas, como o cacique Raoni Metuktire, Ailton Krenak, Davi Kopenawa, os irmãos Carlos e Marcos Terena e Paulinho Paiakan, grupos indígenas estrangeiros e celebridades como o cantor Sting (Sevá, 2005).

Em meio a discussões com representantes do governo federal e de defensores da usina, uma imagem rodou o mundo e virou símbolo da luta indígena contra a construção de Kararaô. O momento foi protagonizado por Tuíre Kayapó, uma das poucas mulheres presentes ao evento, que se aproximou do engenheiro José Antonio Muniz Lopes, diretor de planejamento da Eletronorte, e encostou seu facão nas faces do engenheiro (figura 33), gesto esse que espantou e ao mesmo tempo foi o ponto de partida simbólico para uma vitória, mesmo que temporária, dos povos indígenas do Xingu (Sevá, 2005; Ribeiro; Kayapó; Kayapó, 2023).

Figura 33 - Tuire Kayapó e seu facão.



Fonte: Nenê (1989).

Nos dezesseis anos entre o encontro em Altamira e a aprovação do licenciamento da UHE Belo Monte, que substituiu Kararaô, muitas batalhas foram travadas e muitas alterações no projeto para sua construção. Em uma das suas configurações, o antigo Complexo Hidrelétrico de Altamira previa a construção de sete usinas - Kararaô, Babaquara, Carajari, Iriri, Carajás, Kayapó e Gorotire - nos rios Xingu e Iriri, uma segunda possibilidade era a instalação de seis usinas - Kararaô, Babaquara, Iriri, Ipixuna, Kokraimoro e Jarina – e, finalmente, seriam construídas as usinas Babaquara, depois rebatizada de Altamira e Kararaô, em dois barramentos distintos que poderiam inundar até 7.300 km² e produziram entre 11.757 MW e 14.655 MW (Switkes, 2008). Se todas as UHEs fossem concretizadas as seis usinas previstas no inventário inicial do rio Xingu, a área inundada prevista era de 18.300 km², inundando ou afetando indiretamente TIs, como por exemplo a TI Menkragnoti, TI Capoto-Jarina, TI Kayapó, TI Apyterewa, TI Trincheira-Bacajá, TI Arara, TI Cachoeira Seca do Iriri, TI Kuruaya, TI Xipaya, TI Koatinemo, TI Araweté do Ipixuna, TI Kararaô, TI Arara, TI Arara da Volta Grande do Xingu e TI Paquicamba (Sevá, 2005).

Mesmo com a pressão contra a construção de Belo Monte, o projeto continuou a ser alterado, primeiramente com o cancelamento de Babaquara, depois com a redução do tamanho do reservatório de 1.225 km² para aproximadamente 516 km² e a construção de dois reservatórios: a UHE Pimental, com 359 km², e o reservatório intermediário, com 116 km² e um canal de derivação com 20 km de comprimento ligando os dois reservatórios (Fearnside,

2019). De qualquer forma, o projeto necessitava da aprovação do Congresso Nacional para ter continuidade em suas etapas, de acordo com previsto na Constituição Federal de 1988. Em 2005, a obra que tinha o *lobby* do ex-presidente José Sarney, transitou no senado, onde o próprio Sarney foi encarregado de ser o relator do Decreto Legislativo nº. 788, de 13 de julho de 2005, que tramitou em apenas três dias e aprovou o licenciamento para a UHE Belo Monte (Switkes; Sevá, 2005; Fearnside, 2019).

Enfim, para a felicidade dos defensores de Belo Monte, o projeto que se iniciou ainda durante a ditadura militar, é executado por governos democráticos, no caso iniciando no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, inaugurado pela Presidenta Dilma Rousseff e, em um irônico roteiro, finalizado por um presidente ex-militar, Jair Bolsonaro, ávido defensor da ditadura militar.

O principal trecho de influência da UHE Belo Monte no rio Xingu é conhecido com Volta Grande do Xingu, caracterizada por uma curva acentuada no curso do rio, que se inicia diante da cidade de Altamira, e como está descrito Relatório de Vistoria Interinstitucional Volta Grande do Xingu (RVGX), coordenado pelo Ministério Público Federal do Pará, “era até a primeira década do século XXI, um deslumbrante labirinto de ilhas, praias, pedrais e florestas alagáveis (Ministério Público Federal, 2019, p. 16). Nesses locais, habitam indígenas dos povos Yudjá (Juruna) e Arara da Volta Grande do Xingu, comunidades ribeirinhas, assentados da reforma agrária (Projetos de Assentamento Assurini, Morro das Araras, Ressaca e Pilão Poente II e III) e pequenos garimpeiros, todos com visões distintas sobre o simbolismo do Xingu, principalmente sobre a Volta Grande (Gonçalves *et al.* 2016).

Depois da construção da UHE Pimental, para servir de regulador de vazão para a UHE Belo Monte, a Volta Grande do Xingu perdeu até seu nome, sendo renomeada para Trecho de Vazão Reduzida da UHE Belo Monte, em uma clara estratégia de reafirmação do que foi divulgado à exaustão durante as etapas da construção da usina, de que nenhuma TI seria inundada (Pezzuti *et al.*, 2018.) Ao contrário, cerca de 80% da vazão do rio Xingu foi desviada para movimentar as turbinas de Belo Monte, e o restante continua a fluir em direção à Volta Grande do Xingu, que combinada com as constantes estiagens na região (Figura 34), se torna insuficiente para regular os processos socioambientais na região (Pezzuti *et al.*, 2018; Guimarães, 2024).

Figura 34 – Pescadores arrastando canoa durante estiagem na Volta Grande do Xingu (2022)



Fonte: Lalo de Almeida/Folhapress (2022).

“A Volta Grande do Xingu não é assunto apenas para nós que estamos lá, é assunto Yudjá e do planeta todo”, assim o cacique Gilliarde Juruna, da aldeia Mĩratu, na Terra Indígena Paquichamba, exprime sua preocupação com o futuro pós Belo Monte (Ministério Público Federal, 2019, p. 18). Essa reflexão é fruto da sua relação com o rio Xingu, que mais que um curso d’água é a própria existência Juruna, compartilhando entre si – rio e humano - inclusive a criação simultânea pelo artesão divino Senã’ã³⁰ (Ministério Público Federal, 2019; Pezzuti *et al.*, 2018). Relação essa que está mudando rapidamente, como exprime Dona Jandira Juruna, da Aldeia Mĩratu, ao dizer que o Xingu “agora é uma ameaça, por causa dessa situação da vazão e da maré. Imagine se as crianças estiverem nadando quando liberarem água? Não gosto nem de pensar nisso” (Pezzuti *et al.*, 2018, p. 13).

Na outra margem do Xingu, a direita, fica a TI Arara da Volta Grande do Xingu, ocupada pelo povo de mesmo nome, que habita a região desde meados do século XIX, oriundo do médio rio Bacajá (Arara *et al.*, 2020). Assim como os Juruna, o povo Arara sobrevive em razão do rio, para navegação e alimentação, o que está comprometido depois da construção de Belo Monte e do desvio da vazão na Volta Grande, já que a piracema não se processa adequadamente, o que diminui a quantidade de peixes e navegar pelo rio se tornou difícil e perigoso (Ministério

³⁰ Xamã criador do povo Juruna, autodenominado Yudjá (Lima, 2005).

Público Federal, 2019). Adauto Arara, cacique da Aldeia Terrawangã, relata no RVGX que os peixes estão cada vez mais magros por falta de alimentos na água, já que o nível do rio está muito baixo e não há cheias suficiente para fornecer comida aos peixes.

Em 22 de janeiro de 2025, uma forte tempestade causou a queda de cinco torres de transmissão da UHE Belo Monte, forçando a Norte Energia, concessionária da usina, a reduzir a produção de energia, isolando quatro das dezoito turbinas e aumentando a vazão de água para a Volta Grande do Xingu (Martins; Brum; Aguiar, 2025). Pela primeira vez em seis anos, peixes como trairão, curimatã, traíra e surubim encontraram local para fazer a piracema, em canais que permitiram a entrada de água em uma ilha (Seta, 2025). O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) determinou, então, que a vazão aumentada deveria permanecer até o dia 15 de março de 2025, o que foi derrubado na justiça em ação movida pela Norte Energia, que alegou prejuízo de dezesseis milhões de reais por mês, em razão da diminuição de geração energética (Martins; Brum; Aguiar, 2025; Seta, 2025).

Essa batalha pela água pende em favorecer sempre o lucro gerado pela energia, em detrimento à reprodução e manutenção da vida na Volta Grande do Xingu, destacadamente uma das áreas mais biodiversas da Amazônia. A área é habitada há séculos por povos originários e os chamados beiradeiros³¹, migrando entre atividades como a extração da borracha, pequenos garimpos, extrativismo e, principalmente, sobrevivendo do rio com a pesca e suas roças de vazante. Infelizmente, esse não é um problema exclusivo dos atingidos por Belo Monte.

Antes disso, em 01 de dezembro de 2001, no estado mais novo do país, o Tocantins, entrava em operação a UHE Luís Eduardo Magalhães/Lajeado, com capacidade de geração de 902,5 MW e área inundada pelo reservatório de 630 km² (Investco, 2025). A construção acarretou na relocação de 1.500 famílias (1.000 em comunidades rurais e 500 em núcleos urbanos), moradoras de fazendas e chácaras dentro da cota de inundação e, com a submersão total dos povoados de Canela, em Palmas, Lajeadozinho no município de Miracema do Tocantins e Vila Graciosa ou Vila da Balsa, em Porto Nacional (Celtins; Themag, 1996).

O Estado do Tocantins foi criado em 1988, fruto de uma ambição centenária do chamado norte goiano em conseguir sua autonomia ante o Estado de Goiás, acusado de relegar a região, mantendo uma relação apenas de exploração econômica e sem efetivamente realizar as ações sociais que pudessem melhorar a qualidade de vida da população *nortista* (Ribeiro, 2024). A criação do Tocantins foi calcada no discurso desenvolvimentista, sendo o ponto de partida para

³¹ “São chamados de “beiradeiros” aqueles que possuem uma origem histórica ligada aos antigos seringais e que permaneceram na região criando uma forma própria de ocupação e uso do território” (Villas-Bôas; Andrade; Postigo, 2017, p. 9).

emergência de uma região que enfrentava desde muito tempo uma realidade de atraso e, o rio Tocantins, visto como eixo de desenvolvimento, mas agora com o olhar voltado para a geração de energia, a partir da construção de usinas hidrelétricas que seriam movidas por suas águas (Parente; Miranda, 2014).

Em 2025, após 37 anos da criação do Estado, o rio Tocantins *finalmente* cumpriu sua vocação³², não só no estado homônimo, mas também com duas usinas em Goiás, a UHE Serra da Mesa (1998)³³ e a UHE Cana Brava (2002), três no Tocantins: UHE São Salvador (2008), UHE Peixe Angical (2006) e UHE Luís Eduardo Magalhães/Lajeado (2001), a UHE Estreito (2012) na divisa entre o Tocantins e o Maranhão e a UHE Tucuruí (1984), no Pará (Fioreza *et al.*, 2020; Zonta Neto; Peloso; Batista, 2024; Lima *et al.*, 2019; Silva, 2023) (Figura 35).

Figura 35 – Diagrama esquemático de hidrelétricas da bacia hidrográfica do rio Tocantins



Fonte: Adaptado de ANA, (2025).

A barragem da UHE Luís Eduardo Magalhães/Lajeado foi construída entre Miracema e Lajeado, com seu reservatório atingindo também os municípios de Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Aliança do Tocantins, Ipueiras e Santa Rosa (Aneel, 2002). Todas essas áreas, estão a montante da usina, com percentuais de inundação distintos, mas, mesmo quem está a jusante, sofre com os efeitos do barramento do rio Tocantins. Uma população em especial precisou alterar rotinas e sua relação secular com o rio: o povo Akwê Xerente.

Distante cerca de 70 km de Palmas, o povo Akwê habita a TI Funil e a TI Xerente, no município de Tocantínia, em uma área total de 183.846,70 ha, com uma população de aproximadamente 3.869 indivíduos (ISA, 2025). De acordo com Valcir Xerente (2020) e

³² O documentário Tocantins: Rio Afogado de João Luiz Neiva Brito e Hélio Brito traz relatos de atingidos pelos barramentos e está disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=c29L_aOj88Y.

³³ O ano entre parênteses indica o ano de início da operação.

Genivaldo Xerente (2021), tradicionalmente a alimentação Akwê provêm da pesca, da coleta de frutos, da caça e das roças de toco e vazante. Porém, com a usina, as roças de vazante ficaram prejudicadas pela ausência da alternância no aumento e baixa do nível do rio, agora regulada pelo barramento (Silva; Grácio, 2020; Venâncio; Chelotti, 2021). Já as roças de toco foram substituídas temporariamente por lavouras mecanizadas, como parte do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX), causando impactos ambientais e interferindo nos saberes ancestrais do manejo da roça de toco (Xerente, 2020).

A disponibilidade de peixes e animais para caça também se tornou escassa nas TIs habitadas pelos Akwê, após a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães/Lajeado. A busca por proteína animal se tornou árdua e, na maioria das vezes, frustrada, em contraste com a abundância vivenciada antes (Xerente, 2021). O PROCAMBIX, em seu escopo, projetava a implantação de unidades para criação de galinhas de granja e o desenvolvimento da piscicultura, como forma de gerar renda e alimentos para as aldeias, o que foi descontinuado em razão de alguns fatores, como o fato de essa não ser uma atividade tradicional Akwê, a falta de assistência técnica e a interrupção do fornecimento de ração para alimentar os peixes (Lima, 2016).

Assim como o povo Akwê, outras comunidades ribeirinhas abaixo da barragem também foram atingidas pelos impactos da construção da usina, que causou alteração nas características físicas da água, além de provocar processos erosivos nos barrancos do rio, prejudicando a pesca e o cultivo de vazante (Gomes; Marques; Parente, 2010). Prática milenar, a roça de vazante transmutou a relação do homem com o rio, sendo o último, visto com um ente sagrado, que garante o alimento e a consolidação das relações sociais entre os vazanteiros, que também são pescadores, sendo esse equilíbrio abalado pelo barramento do rio (Brito *et al.*, 2018). De maneira objetiva, é possível inferir que as implicações diretas sobre as populações causadas pelas barragens fazem parte de um processo de comoditização da natureza e de seus elementos.

5.5 Fragmentação e fogo na floresta

Assim como em outras florestas tropicais, a Amazônia perturbada em seu ciclo natural tende a sofrer cada vez mais o processo de fragmentação de sua área vegetal, como bem discutem Malhi *et al.* (2014). Os autores alertam que até aberturas consideradas pequenas, para construção de estradas ou passagem de redes elétricas, promovem perturbação na movimentação e interação de espécies da fauna. A fragmentação é o processo pelo qual uma

área, no caso específico aqui a Amazônia, é subdividida em parcelas cada vez menores pela intervenção humana (Batistella; Robeson; Moran, 2003).

Não é possível considerar a floresta como um ambiente inerte. Longe disso. Existe um equilíbrio dinâmico ocorrendo localmente. Esse ambiente se transforma de maneira natural, com a morte de espécies anciãs, ocorrências de fungos, eventos climáticos ou a propagação natural do fogo (Simula, 2009). A ação antrópica, por outro lado, geralmente ocorre com a supressão vegetal da floresta, a partir do corte seletivo das árvores mais valiosas comercialmente. Esse é o ponto de partida para que se estabeleça o processo de degradação florestal, quando se perde entre 20 e 40% da cobertura vegetal e se produz combustível para a disseminação de queimadas (Gerwing, 2002). Considerando a degradação florestal em uma gradação temporal, o processo pode se prolongar por anos e até décadas, condicionado pela intensidade e frequência das intervenções antrópicas (Lambin, 1999).

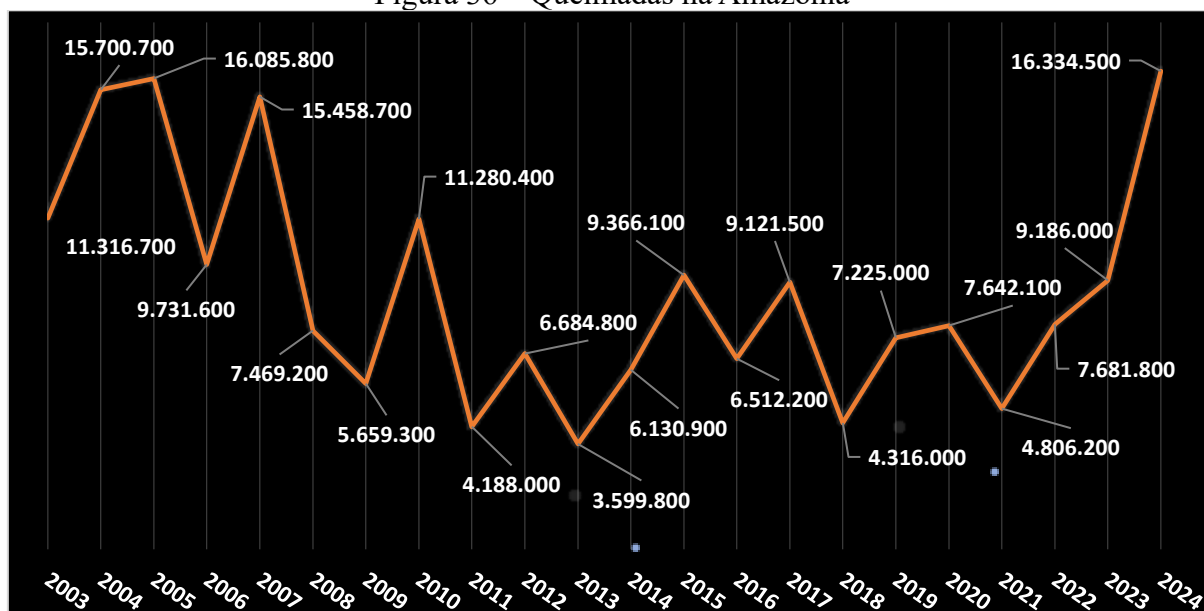
Árvores ao solo, outro ator entra em cena nesse episódio da saga transformadora da humanidade. Adicionado há milhares de anos aos recursos antropogênicos, o fogo é praxe na atividade agrícola amazônica, ardendo ao final da época de estiagem, à espera da chuva que irrigará as pastagens e cultivos da região (Seroa da Motta *et al.*, 2002; Fonseca-Morello *et al.*, 2017). Por se tratar de uma floresta úmida, a incidência de incêndios naturais, como os provocados por raios é reduzida e com pequena extensão. Durante toda a consolidação da floresta amazônica, esse baixo número de ocorrências não permitiu que a maioria das espécies da fauna e flora locais se adaptassem à atual presença recorrente do fogo. Como consequências, árvores morrem com mais facilidade e ocorre a destruição de sementes e mudas, o que altera o equilíbrio de todo o ecossistema (Fearnside, 1990; Pivello, 2011).

Entre julho e agosto de 1985, uma série de experimentos chamada de Amazon Boundary Layer Experiment (ABLE), foi realizada em conjunto pelo INPE, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e pela NASA, que consistia na realização de quinze sobrevoos sobre a Amazônia, na região entre Belém e Manaus (Andreae *et al.*, 1988; NASA, 2025). Como resultado, os dados obtidos indicaram que seria possível detectar, via imagem de satélite, pontos de queimadas ao invés de somente a fumaça dispersa (Andreae *et al.*, 1988; Setzer; Pereira; Pereira, 1992). A partir disso, em 1986, o INPE inicia o monitoramento de queimadas por satélites, e, em julho de 1987, foi criado o Sensoriamento de Queimadas por Satélite, responsável por processar as imagens e identificar os focos de incêndio (Setzer *et al.*, 1988; Setzer; Pereira; Pereira, 1992). Entretanto, os dados sobre queimadas disponibilizados oficialmente pelo INPE são somente a partir do ano de 1998.

Antes disso, desde a mobilização da Ditadura Militar em criar grandes projetos para o *desenvolvimento* da Amazônia, na década de 1970, a floresta amazônica queima de maneira intensa (Pereira, 2019). No ano de 1975, a estação espacial estadunidense Skylab detectou um enorme incêndio no sul da Amazônia paraense, com uma área queimada estimada em 11.000 hectares, nas proximidades de Santana do Araguaia (Pinto, 2021; Acker, 2014). Destes, 9.383 hectares estariam na fazenda Rio Cristalino, um latifúndio de 140.000 hectares pertencente a Companhia Vale do Rio Cristalino (CVRC), de propriedade da multinacional Volkswagen (Pinto, 2021; Acker, 2014). Pouco tempo antes, orgulhosamente a Volkswagen anunciou que havia desmatado e queimado mais de 4.000 hectares de floresta para implantação de pastos, o que considerava um feito sem precedentes considerando os empreendimentos similares na Amazônia da época (Casado, 1976).

Dados do INPE (2025), com informações de queimadas desde o ano de 2003 até o ano de 2024, indicam oscilações na área queimada na Amazônia, porém, depois de um período de relativa estabilidade, os números voltaram a crescer nos últimos anos (Figura 36). Além da influência do desmatamento, a seca extrema que assolou a Amazônia em 2023 e 2024, a pior em 125 anos, foi outro fator que alimentou o fogo na região (Alencar *et al.*, 2024). Estiagens com intensidade anormal estão relacionadas a fenômenos como o *El Niño*, evento recorrente com frequência entre dois e sete anos, causado pelo aquecimento das águas do Pacífico e do Atlântico tropical, atingindo, desta feita, a região sudoeste e norte da Amazônia (Alencar *et al.*, 2024; Espinoza *et al.*, 2024).

Figura 36 – Queimadas na Amazônia



Fonte: INPE (2025)

5.6 Enfim...

Considerando o pensamento de Nobre (2014), é razoável deduzir que parte da humanidade não percebeu ainda a verdadeira dimensão da importância das florestas no equilíbrio ambiental do planeta. No caso da Amazônia, outra particularidade escapa à percepção de quem a observa ao longe. Embora fronteiras políticas convencionam determinar a soberania sobre ela, a Amazônia não se deixa limitar. Ao contrário, interage com outros ecossistemas e biomas, ao mesmo tempo que resiste à ataques cada vez mais intensos. A floresta Amazônica, enquanto objeto de interesse científico, congrega diversas áreas que se enlaçam e aos poucos a dinâmica de seu funcionamento vai sendo compreendida, ou melhor, alguns enigmas milenares bem guardados são desvendados pela persistência dos pesquisadores (Nobre, 2014).

Valiosos, esses segredos não estão relacionados ao El Dourado ou as Guerreiras Amazonas, mas sim ao controle climático. Em 1970, o pesquisador Eneas Salati se debruçou sobre a relação entre a floresta amazônica e o regime de chuvas. Conquanto os ecossistemas se modifiquem naturalmente, em sucessivas alterações e interações recíprocas entre biosfera e atmosfera, a ação humana agressiva acelera a deterioração do equilíbrio ambiental, a partir das mudanças climáticas e da brusca oscilação do estoque de água (Salati; Ribeiro, 1979).

Nos estudos de Salati e Vose (1984), Nobre (2014), Marengo e Souza Jr. (2018), Marengo (2020) e Ampuero *et al.* (2020) fica evidente a importância que a floresta amazônica tem na regulação das precipitações pluviométricas, não somente na bacia amazônica, mas também em outras regiões do Brasil e da América do Sul. Cerca de 30% a 50% das chuvas na Amazônia resulta da reciclagem da umidade oriunda da evapotranspiração produzida pelas plantas, motivo pelo qual a redução da biomassa da floresta acarreta em diminuição do volume de chuvas na região e na formação dos rios voadores, correntes de ar que transportam vapor de água da parte tropical do Oceano Atlântico e da Amazônia. A umidade é direcionada para o leste, onde encontra os Andes, sendo forçada em direção ao centro sul do Brasil e a parte norte da Argentina (Marengo e Souza Jr., 2018; Marengo, 2020).

A perda de vegetação por desmatamento prejudica não somente a regularidade das chuvas, mas também é combustível para o aumento das emissões de gases do efeito estufa, como o CO₂. De acordo com o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), órgão da ONU para avaliação das mudanças climáticas, em 2019 as emissões mundiais de CO₂ atingiram 6,6 Gigatoneladas, ou 6,6 bilhões de toneladas (IPCC, 2022). Para compreender o ritmo da aceleração do Antropoceno, a National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), do

Governo Estadunidense, em medição de maio de 2022, detectou que as atuais emissões mundiais de CO₂, estão cerca de 50% maiores que no período pré-industrial (NOAA, 2023).

No Brasil, considerando como período de interesse a década de 1970, não há registro das emissões de gases ocasionadas por mudança no uso da terra que aponta como atividade principal o desmatamento. As atividades agropecuárias, no entanto, foram as principais fontes de emissão de gases, com 161 milhões de toneladas em 1970 (Observatório do Clima, 2022). Em 1990, ainda de acordo com o Observatório do Clima (2022), começam a serem registrados os dados da alteração do uso da terra, quando são emitidas 1,247 bilhões de GEE apenas por essa atividade. No âmbito do Antropoceno, a Amazônia está invertendo seu papel de sumidouro de carbono, se tornando um grande emissor em razão das alterações provocadas pelo desmatamento, fragilidade dos ecossistemas e a morte de árvores (Brienen, 2015; Hubau, 2020; Gatti, 2021).

As incertezas instigadas pelas mudanças climáticas e suas repercussões ambientais, fazem da Amazônia foco de atenção mundial. Regionalmente, os agentes antropogênicos originários, por milênios, comungaram dos recursos naturais de maneira equilibrada, conscientes que fazem parte do mundo natural, como algo que reciprocamente não se dissocia enquanto esteio de sua existência cultural e fisiológica. A invasão europeia aos multifacetados territórios localizados nas terras do sol poente, posteriormente nomeados de américas, é a ignição para uma série de processos de tutela, que principia pelas riquezas naturais abundantes, depois investe na salvação da alma dos pobres e primitivos habitantes locais e, por fim, como se fora o último esforço do compasso em fechar o círculo, se volta para o ambiente enquanto espaço coletivo de sobrevivência.

CAPÍTULO VI

6 PROPAGANDA E A CHARGE PELAS VEREDAS DO DISCURSO

6.1 A propaganda - construindo mundos coloridos

A origem da palavra *propaganda* remonta ao termo latim *propago*, que fazia referência ao ato de propagar ou multiplicar na atividade agrícola (Faria, 1962). Segundo Pavarino (2014), o alvorecer da propaganda, como ferramenta de disseminação de ideias ou crenças deu-se no ano 1662, quando o então líder da igreja católica, papa Gregório XV, funda a *Sacra Congregatio de Propagande Fide*. Tal congregação era incumbida de propagar a fé católica no *Novo Mundo* e, com isso, conter o avanço do protestantismo (Jowett; O'Donnell, 2012). Dessa forma, como alude Calazans (1992), comunicar é plantar mensagens nos receptores, se ramificando em promover produtos e sugestionar o público com foco na ideologia, o que inclui pensamentos políticos e de poder.

Conceitualmente, na definição de Smith (1968) e Sani (1998), a propaganda é a utilização proposital e ordenada de elementos persuasivos para influenciar determinado grupo social, em parte ou em sua totalidade. Esses elementos, que alimentam crenças e constroem modelos de controle da sociedade, são idealizados e mantidos por grupos que tem a posse da estrutura econômica e política (McQuail, 2016). Para Carey (1997) os efeitos da propaganda são possíveis em razão desta conferir à informação persistência e repetição. Se a propaganda se vale de estratégias persuasivas para convencer, como podemos compreender a persuasão? De acordo com Walton (2007), a persuasão se constitui em um momento interlocutório, em que um dos participantes argumenta com a intenção de persuadir sua plateia de que certa asserção se estabelece como verdade.

Viver no mundo da propaganda, geralmente, se mostra o mais próximo da felicidade que o ser humano pode almejar. Nesse ponto, é necessário que se traga outro personagem para a discussão: a publicidade. Pavarino (2014) chama a atenção para o fato de que publicidade e propaganda são, de maneira corriqueira, compreendidas como sinônimos. E, embora a autora aponte a publicidade para a promoção do mercado e a propaganda para a disseminação ideológica, ainda assim não há como dissociar as duas de sua relação com os sistemas econômico e político, que mantém elos indelévels entre si e na construção da estrutura de controle social (Pavarino, 2014). Toscani (1996) compreende que a publicidade, na verdade, não vende mercadorias ou ideais, mas sim, cria uma visão de mundo deturpada do que seria a felicidade, usando a riqueza material como modelo de vida e o supérfluo como essencial.

Avaliando a premissa expressa por Toscani (1996), o consumo como modo de vida suscita efeitos ambíguos para a sociedade. De um lado, a implementação de estruturas industriais, e de outro a exploração desordenada e intensiva dos recursos naturais, tendo como propulsora dessa dicotomia, a publicidade (Baudrillard, 2009). O ser social é, conseqüentemente, preparado desde o berço para se tornar consumidor, alude Krenak (2019), que salienta o fato de como o consumidor é bajulado, sentindo-se assim seduzido ao consumo, desvirtuando a imagem de um possível mundo diverso para uma visão de homogeneidade social. Vem de Naess (1989), a crítica à massiva propaganda econômica, que condiciona a avaliação positiva do crescimento econômico única e exclusivamente às riquezas produzidas industrialmente, descartando completamente a valoração da natureza enquanto riqueza.

A propaganda é hoje um fenômeno sem fronteiras. Staal (2018) argumenta que a realidade do século XXI é construída em grande parte pela propaganda. A sociedade contemporânea se abastece de muitos assuntos ao mesmo tempo, anulando limites temporais e territoriais. Nesse movimento, a propaganda circula com desenvoltura. Apanhando o pensamento de Bauman (1999), o rompimento dessas barreiras não democratiza a relação de troca entre comunidades, senão, destaca a impossibilidade de quem não detém o poder se mover ou espalhar sua própria autonomia cultural. Isso se aplica ao alcance da propaganda. Para Chomsky (2014) a propaganda política (ou de estado), é artifício para adentrar na estrutura social, diante do fenômeno da democratização. Nesse caso, compreende Chomsky (2014), a utilização da persuasão pela propaganda está para o regime democrático assim como a repressão está para o autoritarismo.

6.2 Propaganda oficial – versão guerra e ditadura

Empregada amplamente como estratégia comercial, a propaganda é igualmente aplicada como ferramenta ideológica na esfera pública. A propósito de comunicação pública, Suárez y Zuñeda (1999), McQuail (2003) e Brandão (2009), apontam para uma complexa rede comunicacional concebida para dialogar com o público, promover ações governamentais e estimular a formação de sentimento de coletividade. A comunicação pública estatal, dessa maneira, deveria postar-se como um serviço à sociedade, esclarecendo como a governança atende suas demandas, e não como ferramenta de autopromoção do governo (Bucci, 2015). Ledo engano. Ou simplesmente podemos apontar para a concentração do poder em benefícios próprios – da individualidade ou dos grupos políticos formalmente estabelecidos.

Chomsky (2014) aponta para o ano de 1916 como os primórdios da propaganda de governo, quando o então presidente estadunidense Woodrow Wilson, ávido por se envolver na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), cria uma comissão especial para promover a propaganda governamental (Figura 37), a Comissão Creel³⁴.

Figura 37 – Propaganda estadunidense da I Guerra Mundial³⁵.



Fonte: Flagg (2023).

Sua missão era transformar a população estadunidense, àquela altura pacifista, em uma população belígera, que defendesse os ritos democráticos que Wilson havia estabelecido como ideologia e bandeira (Axelrod, 2009). Ainda de acordo com Axelrod (2009), a tarefa da comissão era, primeiramente, conduzir a imprensa para que alimentasse a histeria ideológica na população. Mesmo após o final da guerra, o discurso ideológico demonizando ou criando inimigos, se manteve firme, em um modelo que serviu de exemplo para vários outros governos pelo mundo, incluindo o nazismo de Adolf Hitler (Chomsky, 2014).

Hitler ascendeu ao poder em 30 de janeiro de 1933, nomeado chanceler, cabendo a ele a formação do novo governo em uma Alemanha dividida e em crise econômica e política (Minerbi, 2009; Evans, 2010). Em 1919, Hitler se filiou ao Partido dos Trabalhadores Alemães, em alemão *Deutsche Arbeiterpartei*, ou DAP, pequeno partido de extrema direita e embrião do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, *Nationalsozialistische Deutscher*

³⁴ O *Committee on Public Information*, batizado Comissão Creel em alusão ao seu idealizador, o jornalista George Creel (Axelrod, 2009).

³⁵ Primeira chamada, preciso de você na Marinha neste minuto! Nosso país sempre terá mais orgulho daqueles que atenderam ao primeiro chamado (Tradução livre).

Arbeiterpartei em alemão, ou NSDAP – o Partido Nazista (Minerbi, 2009). No cerne de sua doutrina, o partido nazista preconizava o antissemitismo, o fortalecimento da estrutura militar e o cerceamento do posicionamento crítico pela sociedade, além de garantir a pureza da raça ariana (Evans, 2010).

Para chegar ao poder, o partido nazista se utilizou de uma forte estratégia de propaganda, cujo mentor foi o próprio Hitler, que o fez desde sua entrada no DAP (Fest, 2017). Em 1920, o partido compra um pequeno jornal antissemita que se encontrava em profundas dificuldades financeiras, o *Völkischer Beobachter*, que circulava duas vezes por semana (Shirer, 2008). O poder de convencimento em sua oratória fez com que Hitler aglutinasse em sua volta boa parte da elite burguesa alemã, descontente com os rumos que o país, ainda em crise pela primeira grande guerra, estava tomando. Shirer (2008) narra que parte dessa elite começa a injetar dinheiro no partido nazista, e com isso, o *Völkischer Beobachter* passa a circular diariamente, fortalecendo ainda mais a propaganda nazista.

Em novembro de 1923, Hitler, juntamente com seus seguidores do NSDAP, levam a cabo uma tentativa de golpe fracassado, que almejava tomar o poder (Shirer, 2008). Hitler é preso, julgado e condenado a cinco anos de prisão por traição à pátria. Durante os nove meses que fica confinado, Hitler escreve o livro *Minha Luta*, em que delineia como seria a Alemanha sob seu comando, enfatiza sua crença na condição superior da raça ariana, destila ódio aos judeus, a quem considera sub-humanos e se coloca como o futuro soberano do mundo (Shirer, 2008; Fest, 2017). Seu livro serviu de veículo para disseminar as ideias nazistas, como uma bem-sucedida campanha publicitária, lamentavelmente.

Longerich (2014) conta que com a chegada de Hitler ao poder, outro personagem emerge na cruzada propagandista nazista: Joseph Goebbels. Após ser nomeado chefe do Ministério da Instrução Pública e Propaganda, Goebbels passa a dirigir a propaganda nazista, reforçando a política antissemita e o forte apelo nacionalista do partido (Figura 38). De acordo com Shirer (2008) e Longerich (2014), Goebbels desde 1924 estava ligado ao NSDAP e era profundo admirador de Hitler. Sua atuação no partido nazista, ao lado da eloquência de Hitler, fizeram a humanidade conhecer um de seus momentos mais sombrios, pela influência de sua massiva produção persuasiva na propaganda.

Goebbels conseguiu despertar na sociedade alemã, pelo menos em grande parte, o espírito nacionalista radical, a aversão aos judeus e à miscigenação da raça ariana, considerada superior. Influenciando de crianças a idosos, a propaganda do partido nazista angariou apoio popular para que fosse deflagrada a segunda grande guerra mundial, a partir de 1939.

Figura 38 – 1 - *Jews are lice; They cause typhus*³⁶; 2 - *Frontline City Frankfurt will be held!*³⁷



Fonte: USHMM (2023).

Após o final da Segunda Guerra Mundial, poderia se pensar que o mundo viveria tempos de paz. Mas toda guerra deixa traumas e espólios. Durante a guerra, a União Soviética estabeleceu forte influência na Europa, principalmente na parte oriental. Hobsbawn (1995) capitula que entre o lançamento das bombas atômicas sobre o Japão, em 1945, e a queda do bloco comunista Soviético, o mundo viveu 45 anos de tensão bipolar, alimentada pela constante ameaça de conflitos nucleares entre as duas superpotências mundiais: os Estados Unidos e a União Soviética.

Capitalismo e comunismo, liberdade e ditadura. Sob o manto das justas causas, as peças se moviam no tabuleiro frio dessa *silenciosa* refrega. Como alude Hobsbawn (1995), apesar da verborragia de uma hecatombe eminente de lado a lado, com maior ênfase do lado estadunidense, a disputa geopolítica se mantinha em equilíbrio, com as duas superpotências mantendo sua influência em partes do mundo.

Nesse período, conhecido como *Guerra Fria*, novamente a propaganda é utilizada como estratégia de combate. E desinformação. No cerne desse conflito, aconteceu uma verdadeira guerra cultural, com esforço mútuo em deslegitimar e influenciar a população que estava sob controle do lado antagônico. Para Osgood (2006), vencer a guerra e garantir influência na

³⁶ Cartaz antissemita de 1941: "Os judeus são piolhos; eles causam tifo". (USHMM, 2023).

³⁷ Pôster de 1945 mostra uma família alemã proclamando: "A cidade da linha de frente Frankfurt será mantida!". Frontstadt era uma cidade que deveria ser defendida dos Aliados a qualquer custo (USHMM, 2023).

geopolítica, passava por estratégias psicológicas para promover a política, o modo de vida, e enfim, mostrar de que lado estava o *bem* (Figura 39).

Figura 39 – Cartaz da Antiga União Soviética durante a Guerra Fria³⁸



Fonte: Smoliak (2023).

Osgood (2006) descreve que o Estados Unidos, na ânsia de solidificar seu controle pelo mundo, apoiou governos autoritários que se postavam ao seu lado, seja com dinheiro, armas ou treinamento militar, além de intensificar a propaganda anticomunista (Figura 40). O autor acrescenta que em países com pretensa inclinação à esquerda ou comunistas, o governo estadunidense trabalhou para enfraquecer ou demover seus comandos.

Figura 40 – *Is This Tomorrow: America Under Communism!*³⁹ (1947).



Fonte: Catechetical Guild Educational Society (1947).

³⁸ ‘Nós transformamos o deserto em uma terra florida. ‘Eles transformam cidades e vilarejos em um deserto (Tradução livre).

³⁹ Será isto amanhã: a América sob o comunismo! (Tradução livre).

No Brasil, a ditadura pós-golpe de 1964, assim como acontecera no Estado Novo com Getúlio Vargas, se utilizou fartamente da comunicação como pretensa ferramenta de *pacificação* dos campos ideologicamente opostos. Criada com a função de relações públicas, a gestão da comunicação da ditadura intensificou o trabalho de construção da imagem do regime a partir de 1968 (Schneider, 2017). Em 1969, o general Emílio Garrastazu Médici assume a presidência da república e nomeia o coronel Otávio Costa para chefiar a AERP. Com uma equipe formada por jornalistas, psicólogos e sociólogos, principiouse a maior operação para criação e divulgação de propaganda política até então conhecida no país (Skidmore, 1988; Fico, 2007).

Explorando a popularização da televisão, a ditadura investiu pesado na produção de peças de divulgação, conseguindo grande revérbero diante da opinião pública, veiculando filmetes, documentários para cinema, adesivos, cartazes, discos e publicações em mídia impressa (Castro Netto, 2017). Com Médici foram criados *slogans* para representar o momento que o país atravessava, isso no que se refere à ideia de um crescimento econômico excepcional - o milagre -, que deveria contrapor as mazelas sociais que atingiam a imensa maioria da população, incluindo a desproporcional concentração de renda em uma pequena elite (Garcia, 2005).

Na euforia alimentada pela conquista do tri campeonato mundial de futebol pela seleção brasileira, a ditadura militar delineou algumas de suas estratégias para apregoar a imagem de um país que vivia uma transformação histórica, rumo ao Brasil do Futuro, expressada em *slogans* como Brasil: Ame-o ou deixe-o” (Figura 41), “Ninguém segura o Brasil”, “Ontem, hoje, sempre: Brasil”, “Você constrói o Brasil”, “O Brasil é feito por nós”, “O Brasil merece o nosso amor” e “Pra frente Brasil” (Castro Netto, 2017). Sem esquecer aquele que ameaçava a Amazônia como um velado *sopro de salvação*: “Integrar para não entregar”.

Figura 41 – Adesivo criado na ditadura militar



Fonte: CEMIP (2023).

A exploração da rede midiática como estratégia de coerção e formação de consenso é típica de regimes autoritários, entende Weber (2000). A autora acrescenta que durante o governo Médici, a comunicação foi efetivamente incorporada à gestão do Estado, sendo utilizada como tática de sustentação da ideologia política do regime. As reflexões de Fico (1997), Schneider (2017), Martins Cordeiro (2019), convergem no entendimento de que a construção da imagem do regime militar se dava no apelo discursivo que dialogava com o imaginário da população, apresentando o governo como agente de desenvolvimento, reconstrução moral e econômica da nação, contando com a participação de todos os cidadãos comprometidos com o Brasil. E sobretudo, democrático.

6.3 Entre a crítica e o humor

O desenho como discurso crítico nasceu em Bolonha, quando Agostino Carracci⁴⁰, no ano de 1594, caricaturou oitenta pessoas (Cotrim, 1965). Nascia a caricatura (Figura 42). Do verbo carregar, em italiano *caricare* – caricato, consiste em exagerar determinados traços de uma pessoa, ou apontá-los, quando estes já se fazem notar naturalmente (Cagnin, 1975). Para Biavatti e Ertzogue (2022), a caricatura faz parte de uma classe de representações gráficas em que as imagens tem sentidos independentes. Por sua concepção histórica, Arbach (2007) ressalta que a caricatura já surgiu imbuída de criticidade, apontando para a sátira de cunho social e político, dividindo-se em dois arquétipos: a caricatura, personalizada, e a charge, que retrata uma situação.

Figura 42 - Ilustração *Sheet of Caricature Heads* – Agostino Carracci (1594)



Fonte: (The Barber Institute of Fine Arts, 2023)

⁴⁰ Pintor e gravador italiano (Bolonha, 16/8/1557 — Parma, 22/3/1602 (WARBURG-UNICAMP, 2008).

Em 1830, surge na França a primeira publicação com circulação regular especializada em caricaturas: *La Caricature*, editada por Charles Philipon⁴¹. No ano seguinte, Philipon cria e lança uma caricatura que se tornou referência mundial na representação da crítica política, retratando, em um processo de refiguração, a cabeça do rei Luis Filipe de França⁴² se transformando em uma pera (Gawryszewski, 2008). Em francês, pera ou poire (Figura 43), é utilizada como uma gíria para definir a pessoa inepta ou tola (Delesalle, 1896).

Figura 43 - Ilustração Les Poires – Charles Philipon (1831)



Fonte: (Vessels, 2010)

Em 1831, Honoré Daumier (1808-1879) se juntou a Philipon e começou a desenhar para a *La Caricature*. Daumier é considerado um dos mais influentes caricaturistas da escola francesa, sendo descrito por Baudelaire (1988) como um dos principais nomes não só da caricatura, mas da arte moderna. Ávila (2014) chama a atenção para o fato de que Daumier

⁴¹ Caricaturista e editor francês (1806-1862) (Universalis, 2023).

⁴² Rei francês entre 1830 e 1848, alçado ao trono pelo movimento conhecido como *A Monarquia de Julho*, com o apoio da alta burguesia do país (Boxus, 2009).

dedicou parte considerável de sua criação para a crítica política. Para Cavalcanti (2012) a crítica política, que pensamos não pode ser dissociada da crítica social, era exibida nas obras de Daumier, no retrato que fazia da pobreza e exploração econômica da população francesa pela burguesia dominante. O posicionamento do artista, que ressaltava sua identificação com a parcela da sociedade menos abastada (Figura 44), permitiu largo alcance de suas manifestações críticas políticas e sociais, como fica evidente em uma das suas mais conhecidas caricaturas: *Gargantua* (Rosa, 2014).

Figura 44 - Ilustração Gargantua – Honoré Daumier (1831)



Fonte: (Childs, 1992)

A obra em questão retrata o Rei Luis Filipe como o Gargantua⁴³, um glutão insaciável e, de acordo com Childs (1992), a imagem criada por Daumier funciona como uma narrativa incessante, um movimento de ingestão e defecação contínuos. Se trata de uma metáfora em que o rei come o que é da população, enquanto a burguesia e membros do governo se alimentam do que seriam as fezes (privilégios) oferecidos pelo monarca (Biavatti; Ertzogue, 2022). Baudelaire (1918) foi quem cognominou a produção satírica de Daumier como “*comédie satanique*”, a comédia satânica, muito em função da perseguição da censura da imprensa que a França atravessava à época. Por conta dessa caricatura, Daumier foi condenado a seis meses de prisão e uma multa de 500 francos (Childs, 1992). Sua determinação em manter livre a manifestação pública crítica, era para Baudelaire (1918), a atitude de um artista que oferecia à população pitadas de humor e visão crítica, *alimentando-a* com ideais libertários.

⁴³ Gigante mitológico criado por François Rabelais. Gargantua significa grande goela e comilão (Rabelais, 1534).

6.4 A caricatura/charge aporta no Brasil

O século XIX, como ocorrera na França, marcou o surgimento da caricatura no Brasil, que já apresentava em sua construção, características mais próximas da charge como a conhecemos. Há divergência em definir qual a primeira caricatura/charge publicada no Brasil. Para Fleiuss (1917) e Cavalcanti (2005), *O Carcundão* (Figura 45), que circulava em Recife, é o mais antigo periódico do Brasil a publicar gravuras satíricas, sendo a primeira publicada em 25 de abril de 1831, com o detalhe de que a peça não identificava o autor. Supõe-se, em razão do sistema político há época apresentar uma postura repressora. Ramos (2009) explica que a imagem faz referência a renúncia de Dom Pedro I ao trono, retratado o monarca de maneira irônica, com a barriga proeminente, corcunda acentuada e o rosto de um camelo⁴⁴. Os textos do jornal eram sobretudo sarcásticos, ilustrados com figuras caricatas, e mesmo sendo produzido de maneira simples, quase artesanal, lograva êxito em propagar a crítica política ao público (Fleiuss, 1917).

Figura 45 – Ilustração - Capa de O Carcundão (1831)



Fonte: O Corcundão

Herman Lima (1963) em sua obra *História da caricatura no Brasil*, considera que a gênese do humor gráfico no Brasil aconteceu em 1837, na cidade do Rio de Janeiro, com a publicação de uma charge no Jornal do Commercio, atribuída ao jornalista e escritor gaúcho

⁴⁴ Atributos do português e de seus aliados, segundo os apelidos pejorativos da época (Ramos, 2009).

Manoel Araújo Porto-Alegre. Intitulada *A Campainha e o Cujo* (Figura 46), era parte de um conjunto de charges com críticas direcionadas ao jornalista Justiniano José da Rocha, representando episódios em que o mesmo recebe suborno, e de maneira satírica, marcou uma nova fase na imprensa opinativa, que não estava a serviço da coroa (Telles, 2010).

Figura 46 - Ilustração *A Campainha e o Cujo* – Manuel de Araújo Porto-Alegre (1837)



Fonte: Larée, 2019 - *A Campainha e o cujo*. Rio de Janeiro, RJ.

Em 1867, o ítalo-brasileiro Ângelo Agostini, que residia em São Paulo desde 1864, muda para o Rio de Janeiro. A chegada de Agostini se dá no momento em que imprensa ilustrada se consolida como gênero jornalístico (Oliveira, 2006). Já reconhecido pelos trabalhos anteriores, em 1876, Agostini lança a *Revista Ilustrada*, publicação que alcançou inédito respeito e reconhecimento popular para periódicos ilustrados da época (Cotrim, 1965). Para Oliveira (2006), Agostini tinha a capacidade como nenhum outro ilustrador da época para compreender os acontecimentos da Corte, retratando-os de maneira crítica e incisiva. Teixeira (2001) descreve Agostini como o chargista que primeiro discerniu sobre a necessidade de a sociedade modificar sua estrutura, se utilizando da charge como ferramenta ideológica e de crítica transformadora. Agostini defendeu pautas que eram extremamente delicadas de se tratar na época, empenhando-se ferrenhamente na defesa da abolição da escravatura e do fim da monarquia (Cotrim, 1965). A *Revista Ilustrada* (Figura 47) circulou por 23 anos, encerrando suas atividades em 1898, com 739 números editados.

Figura 47 - Ilustração Edições Nº 1 e Nº 739 da *Revista Illustrada* (1876-1898)



Fonte: Revista Illustrada.

O século XX trouxe mudanças importantes para a imprensa brasileira. Surge a grande imprensa, com o jornalismo se utilizando de melhores estruturas e se apropriando de novidades tecnológicas (Sodré, 1999). A fotografia, como informa Teixeira (2001), tem papel importante na mudança da charge, liberta da função de ilustrar textos e retratar o cotidiano. A charge, então, deixa de ser tratada como retrato, para ser vista como meio de comunicação (Biavatti; Ertzogue, 2022).

6.5 A charge como crítica ambiental

Nascida do grotesco⁴⁵ e se transmutando em singular ferramenta de informação, comunicação e confrontação, a charge expressa em nossa contemporaneidade o espírito da crítica satírica no jornalismo, não se furtando de ser instrumento de denúncia social. A charge não se limita a um suporte comunicativo, sendo publicada em veículos impressos (jornais e revistas, por exemplo), e, com o estabelecimento da internet, novos sítios foram disponibilizados para sua veiculação, ampliando seu alcance e firmando-se como testemunha da história (Miani, 2016). Conforme avança a linha temporal, a charge deixa gravada parte da

⁴⁵ “Não há definição para o grotesco. Seu caráter multifacetado o torna um elemento irresoluto, aberto, livre de conclusões. Por não se encaixar em categoria alguma, é desviante, utilizado como exemplo do que não é a norma” (Mello, 2020, p. 58).

trajetória da humanidade, seja seus conflitos íntimos, a relação com a política ou as mazelas sociais. Arbach (2007) chama a atenção para a característica factual da charge, o que exige ao leitor conhecer previamente o assunto abordado pelo chargista, caso contrário sua compreensão quedará incompleta.

Considerando a charge como ferramenta jornalística, Marques de Melo (2003) a insere no jornalismo de opinião por entender que seu modo de narrar os fatos, baseado na imagem, é bem recebido pelos leitores, manifestando as interações sociais cotidianas, reproduzindo e tecendo críticas à realidade. Medina (2001) entende que a charge faz parte de outro gênero jornalístico: O ilustrativo ou visual, o qual inclui também gráficos, tabelas, quadros demonstrativos, ilustrações e a fotografia, já que deriva da caricatura, que poderia ser utilizada para promoção pessoal.

Alguns temas são recorrentes nas páginas dos jornais, e essa assiduidade permite que um grande número de charges também seja criado. É o caso dos conteúdos ligados a temática ambiental. Embora não exista um conceito mais aprofundado, Bacchetta (2000), Girardi *et al* (2012) e Loose e Belmonte (2023) ponderam que o jornalismo ambiental difere do jornalismo convencional. Os autores argumentam que para se produzir jornalismo ambiental é necessário que o jornalista se deixe perceber como parte do ambiente em que está inserido, assimilando experiências e percebendo o mundo pela sua complexidade ecológica. Além disso, fazer jornalismo ambiental exige ao jornalista refletir sobre o holismo que envolve as questões ambientais, sem fragmentar sua percepção.

De maneira geral, Bueno (2017) destaca que a cobertura de pautas ambientais é influenciada por alguns fatores, com destaque para o interesse de empresas que estão ligadas aos impactos ambientais negativos, como mineradoras, indústrias químicas e parte do agronegócio, originando reportagens desconectadas das implicações nocivas ao meio ambiente. No outro extremo, é de praxe que a mídia desvinculada do jornalismo ambiental, opte por direcionar suas pautas para a cobertura de catástrofes ambientais, explorando o tema sem apresentar soluções e, como consequência, distanciando a responsabilidade desses problemas da solução política (Aguiar; Schaun, 2011; Girardi *et al*, 2012; Bueno, 2017).

O chargista, diante dos problemas ambientais (Figura 48), tem vasto material de trabalho, servindo de contraponto para a cobertura jornalística, já que *ilustra* o discurso, logrando êxito em se fazer entender e trazendo à tona personagens que se postam ocultos nas crises ambientais. Souza, Costa e Tavares (2008), destacam a capacidade que a charge tem de modalizar a linguagem científica, se fazendo compreender pelo desenho e utilizando o humor como ponto de atenção ao tratar com o leitor.

Figura 48 - Chuva - *Revista Illustrada*

Fonte: Revista Illustrada.

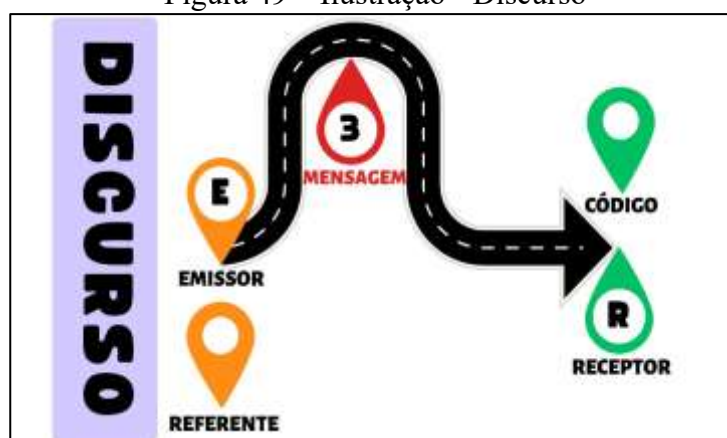
Para Todd (2022) a charge faz parte da cultura popular, que encerra em si a discursividade sociocultural, com quem o leitor tem familiaridade e, por isso mesmo, se torna acessível e contribui para que informações de relevância para a sociedade sejam entregues e compreendidas, a exemplo da comunicação do contexto ambiental.

6.6 Nas veredas do discurso

No discurso os signos são organizados de maneira coerente afim de oferecer sentido a determinado enunciado (González Reyna, 1999). Cria-se uma teia de informações, que alguém manifesta por meio da linguagem, de acordo com seu posicionamento diante de determinado assunto (Brait, 2013). Para Van Dijk (2001, p.1) definir discurso é uma tarefa complexa em razão de haver uma ampla quantidade de estudos sobre o tema, o que é característico de “fenômenos complexos”. Todorov (1996) agrega que não há só um discurso, mas sim múltiplos, em funcionalidades e métodos. Enfim, o discurso é atrelado a uma ação.

A estrutura básica do discurso é composta pelo emissor, receptor, código referente e mensagem (Figura 49). A mensagem ou informação, é enviada pelo emissor, elaborada por códigos que se relacionem com o real, formando o referente, e é recebida pelo receptor, que a decodifica (Orlandi, 2009). Essa interação cria o fenômeno da comunicação, entendida aqui, no pensamento de Marcondes Filho (2009), como a interação entre sujeitos ou grupo de pessoas, momento em que novos elementos cognitivos são incluídos, abrindo espaço para novas reflexões. O autor acrescenta que essa interação se faz valer de instrumentos ou meios para atingir seus objetivos. Nesses meios incluem-se a propaganda e a charge, que atuam como ferramentas ideológicas.

Figura 49 – Ilustração - Discurso



Fonte: Adaptado pelo autor.

É comum em debates sobre a condição humana surgir como tema a ideologia, não raramente conceituada de maneira depreciativa, agindo de forma a encabrestar o sujeito (Rüdiger, 2009). Em sentido contrário, Orlandi (2009) argumenta que a ideologia é requisito fundamental para criar sentidos, ponte para a conexão do homem à realidade ao seu redor, com o mundo e o posicionando na história. Chauí (2008) entende como conceito de ideologia o grupo de elementos representativos e de princípios que orientam e estabelecem como deve ser a conduta de determinado estrato social, relacionada ao comportamento moral, o posicionamento político e simulando igualdade entre as camadas da sociedade.

O sujeito no discurso se constitui a partir da conexão com o outro, constituindo-se em uma das partes do discurso (Ferreira, 2001). Se caracteriza por ser diverso, polifônico e possuir alocações diversas que produzem distintos enunciados (Charaudeau; Maingueneau, 2005). Do discurso, ou na formação discursiva, emergem sentidos expresso, inseridos no que foi dito e também no que não foi dito.

Propaganda e charge, pela sua característica comunicacional, inevitavelmente se encontram nas veredas discursivas, amparadas em suas particularidades construtivas e de estratégias. Sobre a propaganda, Charaudeau (2010) divide sua construção discursiva em duas classes: a propaganda tática e a propaganda profetizante. Na propaganda tática, deliberadamente é espalhada uma informação falsa ou que intenta propagar que determinada informação que circule no corpo social seja falsa, influenciando no julgamento da opinião pública. Sua intenção é, diante acontecimentos atuais, modificar de imediato a compreensão de determinado fato. Como exemplo, o autor cita a propaganda estadunidense que pretendia julgar falsa a declaração de Saddam Hussein de que o Iraque não tinha armas de destruição em massa, legitimando uma ação militar na área.

Charaudeau (2010) descreve a propaganda profetizante como instrumento de manipulação em massa, que trabalha com a intenção de convencer determinada população a aderir a uma proposta de *mudança* profunda na organização social. Para que seja eficiente, se utiliza da figura de um elemento alegórico, o ente visionário portador do discurso da mudança e da verdade libertadora, que é a personificação do *profeta* ou o *salvador da pátria*. Para ser concretizada, a propaganda profetizante precisa que os meios de comunicação, e, mais recentemente o fenômeno das redes sociais, atuem de maneira massiva na divulgação da estratégia manipuladora. A população precisa ser convencida que a mudança também é seu desejo, isso para legitimar o discurso e a ação do *profeta*. Exemplo recente é a ascensão de representantes da extrema-direita e direita conservadora, que pautam as questões religiosas, de costumes, da sexualidade e da corrupção do sistema, como temas que somente a mudança profunda e o *escolhido* podem resolver.

Para Stibbe (2012) o discurso na propaganda agrega em si carga ideológica que intencionalmente sugere e interfere na construção da realidade dos indivíduos, influenciando seu comportamento acerca de determinado assunto. Herman e Chomsky (2008) entendem que a propaganda segue um modelo pelo qual é definido o discurso a ser divulgado, inclusive sugerindo como se deve dar a sua interpretação pelo público. Para se consolidar modelo e discurso, os meios de comunicação devem estar atrelados à concentração de riqueza do seu dono e a orientação ideológica, a publicidade como fonte de renda dos meios de comunicação, a dependência dos meios do abastecimento de informações e receitas oriundas da estrutura governamental e a doutrinação dos meios pelos detentores do poder – político e econômico (Herman; Chomsky, 2008).

O discurso na charge, pela sua própria conformação, apresenta características singulares. Está situada no que Van Dijk (2009) descreve como formas de discurso não verbal, manifestadas

por desenhos, sinais, caretas e mímica. Isso não quer dizer que a charge se ampare apenas na imagem. Vanoye (2003) descreve o desenho humorístico como a criação composta por duas partes, sendo que uma é neutra e outra dissonante, onde se origina o humor. Cagnin (1975) compreende que a imagem se converte em unidade de discurso e comunicação, entretanto, em certos casos, não se comporta como texto, sendo complementada pela escrita textual.

Romualdo (2000) destaca a dubiedade do discurso chargístico, que se manifesta em ideias antagônicas, almejando que o leitor não apenas assuma uma opinião, mas que o faça ao após refletir e que essa reflexão culmine no questionamento aos paradigmas estabelecidos. E uma ferramenta fundamental da charge é a ironia, que necessita dos processos comunicativos para existir. Desta forma, os fatos com os quais a charge lida, que geralmente são contemporâneos à sua criação, são permeados de discursos que se entrecruzam, amparando-se na criticidade e no humor (Coutinho; Carlos, 2018). Na reflexão de Gruda (2011) o humor oferece novas perspectivas para a percepção das relações da sociedade e da construção do cotidiano. O discurso da charge, esteado no discurso humorístico, suscita ao leitor olhar para sua própria realidade de outro ponto de vista: da sua compreensão crítica.

Figura 50 – A charge e seus elementos



Fonte: Adaptado de Vanoye (2003).

Vejam os então a descrição de Vanoye (2003) (Figura 50): 1) a imagem-desenho pode ser autossuficiente, sem necessidade de texto para sua compreensão; 2) a imagem-desenho é

autossuficiente, mas uma legenda aparece, que não modifica a compreensão da charge; 3) imagem-desenho e legenda geram a ruptura, de onde emerge o humor. Aqui a dissonância pode ser tanto pela imagem como pela legenda; 4) a legenda é autossuficiente, sendo a imagem-desenho apenas uma ilustração da história cômica.

Podemos concluir que o encontro da propaganda e da charge no discurso se dá como um abalroamento. São duas forças discursivas que não se repelem, mas se questionam, se equilibram em manifestas contradições ideológicas, peleando em uma feroz contenda no campo da comunicação.

CAPÍTULO VII

7 A AMAZÔNIA COMO PERSONAGEM: ANÁLISE DAS PROPAGANDAS E DAS CHARGES AMBIENTAIS

7.1 Vamos para o divã?

A partir de agora vamos principiar a etapa de análises. Seguindo a descrição de Stibbe (2014) sobre o apagamento da natureza no discurso, analisamos quinze propagandas que exaltam o incontestado desenvolvimento econômico da Amazônia sem, no entanto, considerar os efeitos disso sobre o mundo natural e dezesseis charges com temática ambiental sobre a Amazônia. Vamos a elas:

7.1.1 O vazio nas propagandas.

O primeiro anúncio é da SUDAM, e foi publicado na revista O Cruzeiro na edição 049, no dia 08 de dezembro de 1971 (Figura 51).

Figura 51 - Sudam e o Imposto de Renda



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

A fotografia que ilustra o anúncio mostra a floresta sendo cortada pela construção de uma estrada, não especificada em seu texto. Apesar de demonstrar que existe uma natureza exuberante ali, o texto da propaganda faz questão de deixar claro que a Amazônia é somente mais um dos enormes obstáculos que a humanidade precisará transpor em sua trajetória. Para fins de comparação, são elencadas a viagem à Lua, a conquista da região antártica e os safaris africanos.

Conquistar a Amazônia é posto no anúncio como um desafio de todos, seja para quem deseja uma vida nova na região ou para os visionários que não perdem um grande negócio. As obras de infraestrutura em andamento são exaltadas como se já devessem estar lá há muito tempo. É perceptível a mobilização em atrair investimentos para projetos bancados pelo Estado, na forma de incentivos fiscais. Isso estava regulamentado na Lei n. 5.174, de 22/10/1966, exclusiva para estabelecer as regras de concessão de incentivos fiscais direcionados à região amazônica. Pela lei, empreendimentos que estivessem em funcionamento na Amazônia no dia 31 de outubro de 1966, seriam isentados em 100% para efeitos do imposto de renda, e, empresas de outras partes do Brasil receberiam dedução de 50% do imposto ao direcionar esse montante em projetos garantidos pela Sudam (Ferreira; Bastos, 2016).

Esse apagamento faz parte de um processo reforçado nas teorias econômicas neoclássicas dos anos 1970, que de acordo com Willians e McNeill (2005), aposta em um processo de crescimento econômico infinito, com o estabelecimento de recursos artificiais que compensariam o esgotamento de recursos naturais. Nesse contexto, o anúncio da Sudam ao mesmo tempo em que exclui a natureza de seu discurso, personifica o Imposto de Renda como um ente heroico que quer lutar ao lado do investidor nessa batalha pelo desenvolvimento da Amazônia, ambos prontos para fazer a história acontecer.

Dessa forma, embora o anúncio ilustre o discurso estatal com uma imagem da floresta, não há menção de sua importância e dimensão, o que transparece que conquistar a floresta é fator de relevância que se sobrepõe ao mundo natural, não estabelecendo atores definidos, senão o dinheiro que a ferramenta Imposto de Renda pode angariar para efetivar a empreitada, alocando a importância relativa do cenário – a Amazônia – em plano inferior ante a ânsia do desenvolvimento econômico (Stibbe, 2021).

O próximo anúncio é da Volkswagen, publicado na Edição 029 da revista O Cruzeiro, do dia 24 de julho de 1971, a Transamazônica é retratada como um desafio para poucos. Ou melhor, para um único valente e oponente: O VW 1500, ou simplesmente Fusção (Figura 52).

Mas o que está no cerne do desafio não é a natureza rasgada para construção da estrada, mas sim a rodovia em si, como se fora uma entidade devoradora de incautos desafiadores. A

propaganda se utiliza de dois símbolos. O Fusca foi projetado na Alemanha antes da Segunda Guerra Mundial por Ferdinand Porsche, por encomenda de Adolf Hitler, para ser um carro popular e acessível aos trabalhadores alemães, mas, no entanto, durante o período de guerra, seu projeto foi utilizado para desenvolvimento de veículos militares, sendo finalmente comercializado ao público somente em 1946 e chegando ao Brasil em 1950 (Calmon, 2011). A partir de 1953 o Fusca começa a ser montado no Brasil e, em 3 de janeiro de 1959, começa oficialmente a produção nacional do Fusca, na nova fábrica da Volkswagen do Brasil, em São Bernardo do Campo-SP (Kopper, 2017).

Figura 52 - Fuscão VW 1500 na Transamazônica



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Logo o modelo passou a ser considerado símbolo dos anos dourados brasileiros, sob a gestão de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que carregava como lema “50 anos em cinco”, promovendo transformações na infraestrutura do país e tendo a implantação de uma indústria

automobilística forte como uma das prioridades na consolidação industrial do Brasil (Pecora; Marques; Saggese, 2013). Já a Transamazônica simbolizava a iniciativa do regime militar em tornar o país cada vez maior, seja em importância mundial ou na integração definitiva da Amazônia como região economicamente ativa (Oliveira, 2014).

O discurso utilizado pela VW compara o Fuscão, ou melhor as cores em que é ofertado ao consumidor, às da bandeira nacional, reverberando em si uma posição patriótica alinhada com a postura da ditadura militar. O verde, a exemplo das matas que bem poderiam ser da Amazônia, em nada se remete à importância enquanto orbe natural das mesmas, já que empresta destas apenas a beleza da cor. O azul, é de um céu obviamente limpo, ainda livre de poluição e da fumaça das queimadas posteriores à *integração* da Amazônia. O branco foge ao preconizado nas aulas sobre as cores da bandeira, que conectam a cor ao desejo de paz. Aqui representa, confusamente, a areia das praias.

Podemos verificar, pelo apagamento da natureza proposto na ADE, que mesmo a utilização de termos que remetam ao mundo natural não é suficiente para que se perceba a natureza como importante no contexto do discurso aplicado na propaganda. Há nesse Vazio discursivo não uma disputa, mas sim a auto exaltação de um dos elementos presentes (o Fuscão) perante a incapacidade de outros veículos, inominados no texto, em subjugar a Transamazônica.

Nada no texto remete as implicações de se adentrar na floresta, mesmo descrevendo o espaço como carente de infraestrutura básica para os automóveis (postos de gasolina, oficinas mecânicas ou pavimentação das rodovias). Novamente são completamente apagados os elementos vivos do ambiente, *vítimas* de sua própria incapacidade em modificar a região e explorar suas riquezas em proveito de um mundo cada vez mais moderno e exigente de recursos (Stibbe, 2021; Mazza, 2024).

No anúncio a seguir, publicado na Edição 1017 da Revista Manchete, em 16 de outubro de 1971, a cicatriz na floresta é identificada. Trata-se da rodovia BR-230, a Transamazônica. A propaganda se utiliza de imagens da abertura da estrada, rasgando a floresta e, em primeiro plano, da estrada pronta, como um caminho que adentra a Amazônia por onde invariavelmente passarão o progresso e o desenvolvimento.

A frase em destaque chama a atenção para a consolidação de um sonho futuro que se inicia nesse momento: o desenvolvimento da Amazônia. A Construtora Mendes Júnior⁴⁶ foi

⁴⁶ Fundada por José Mendes Júnior como Construtora de Estradas Ltda., em 1942 e que, desmembrada em duas, deu origem à construtora José Mendes Júnior Ltda, em 1953. Participou de obras do DER-MG e, com a ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência da república, participou ativamente na construção de Brasília e, posteriormente, em obras de infraestrutura implantadas pela ditadura militar (Campos, 2019; 2021).

responsável por construir os trechos da Transamazônica entre Estreito, no Maranhão e Marabá (Figura 53), no Pará e Novo Repartimento e Altamira, também no Pará (Braga, 2020). Embora uma empresa privada, a Mendes Júnior destaca em seus anúncios, como no abaixo, seu alinhamento com o governo federal, para tanto, além de desenvolvimento, se utiliza de termos como progresso, otimismo, orgulho e milagre.

Figura 53 - Construtora Mendes Júnior e a Transamazônica



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

O termo desenvolvimento utilizado aqui não é conceituado, deixando apenas transparecer que se trata de seu aspecto econômico. Na visão de Bresser-Pereira (2003), por vezes desenvolvimento e desenvolvimento econômico são empregados como termos afins. Em geral, desenvolvimento implica em ruptura de uma situação em curso, o que em sua acepção econômica implica em modificações na distribuição do capital gerado pelas atividades produtivas e no acúmulo deste capital, o que utopicamente sugere melhores condições de vida para a população e, ao mesmo tempo, o surgimento de grandes empresas que dominam os mercados (Bresser-Pereira, 2006; Furtado, 1974). Deduz-se pela construção da propaganda que o caminho para o desenvolvimento está aberto. Para quem chega.

Adorno (1992, p. 217), alerta para o quão complexo é definir progresso, visto que é, por vezes e intencionalmente, empregado de maneira genérica, sendo apenas um termo desprovido

de sentido inteligível, ao não esclarecer “o que, para que, em relação a que” se progride. Progredir se apresenta então como um percurso antagônico para as visões de mundo do invasor e do habitante da floresta, que faz dela sua morada há milênios. Kopenawa (1999) e Kopenawa e Albert (2015) descrevem que a chegada do branco trouxe outra valoração dos recursos que a Amazônia oferece aos povos originários. A relação de respeito das diversas etnias com a floresta não demanda importância para os arautos do progresso, os “comedores de terra”, que rasgam o solo sagrado em busca de ouro, enchem os rios de lama, trazem a fome, doenças e a morte (Kopenawa; Albert, 2015, p. 337).

Outra expressão que poderia passar despercebido na propaganda da Mendes Júnior é *redescoberta*. Esse termo remete ao discurso cristalizado na história de que o Brasil foi descoberto pelos portugueses, ao invés de admitir com clareza que em 1500 haviam cerca de mil povos habitando o território outrora chamado de Pindorama (Jecupé, 2020). A Amazônia seria esse novo Brasil, rico e a espera de um novo processo de exploração de suas riquezas naturais, e, novamente, desconsiderando a presença de vida - humana, da fauna e da flora - estabelecida em suas relações ecossistêmicas, que é posto historicamente em contínua negação e destruição de suas características ancestrais (Iberê, 2015).

Em suma, novamente a utilização de imagens do mundo natural não é suficiente para caracterizar a natureza como personagem do anúncio, senão na dominação imposta pela *civilização* que está aportando na região, o que em termos de apagamento, quando do despertar crítico do leitor, permite desvelar o processo discursivo, momento em que se concebe a esses elementos, que embora presentes se situam no Vazio do discurso, a justaposição no contexto da narrativa (Stibbe, 2014; Mazza, 2024).

Na Edição 1255 da Revista Manchete, que foi publicada em 08 de maio de 1976, mais uma vez a VW demonstra seu alinhamento com a ditadura militar, já que está respondendo à convocação do governo federal. Nesse anúncio, há um chamamento ao empresariado brasileiro para que sigam o exemplo da VW, no auxílio ao regime em ocupar o território amazônico. O texto da propaganda chama a atenção para o fato de a empresa ser proprietária de um empreendimento agropecuário na Amazônia, mais precisamente na região sudeste do estado do Pará, resultado de incentivos fiscais gerenciados pela Sudam (Figura 54).

Figura 54 - Volkswagen e o chamamento estatal



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Ianni (1979) destaca o papel da Sudam em atrair investidores e o empresariado a fim de consolidar a empreitada de *ocupação* do alardeado vazio demográfico que caracterizava a Amazônia, esteando-se na implantação de grandes projetos agropecuários, de mineração e industriais. Já a disposição da VW em auxiliar a ditadura militar, se dava em razão de seu projeto ter sido aprovado mesmo com a resistência do Conselho Deliberativo da SUDAM, motivo pelo qual, após a implantação da CVRC em Santana do Araguaia-PA, a SUDAM solicitou que a VW produzisse anúncios publicitários que *inspirassem* outras empresas a investir na Amazônia (Acker, 2014; 2017).

Na primeira parte do anúncio a utilização da palavra plantar remete à uma ação que sugere cuidado com a natureza ou mesmo uma atividade produtiva para a agropecuária. Mas essa ideia plantada está relacionada aos negócios e retornos financeiros que outras empresas podem obter na Amazônia se seguirem o exemplo da VW. Já no texto que completa a propaganda, é utilizado um slogan estatal para reafirmar a sintonia entre empresa e governo

federal, no caso “integrar para não entregar” do Projeto Rondon⁴⁷. Integrar, sob a ótica da ditadura militar, remete a solução de futuros problemas quanto à segurança territorial de parte significativa da nação, supostamente ameaçada pela cobiça internacional, devido seu isolamento do restante do país (Souza, 2020).

No mesmo parágrafo, o anúncio chama a atenção para os vazios demográficos, espaços desocupados que para a VW despertam fascínio e ao mesmo tempo oportunidade de bons negócios, nesse caso oculto na expressão “promissor”. Entretanto, a ideia de que a Amazônia é um enorme espaço desocupado não é tão recente assim. Souza (2019) destaca que ainda no Século XIX, viajantes estrangeiros descreviam a Amazônia como um local altamente despovoado, cheio de adversidades aos visitantes e habitado por alguns povos em extrema condição de primitivismo, sem qualquer registro de sua história.

Na invasão promovida pela ditadura militar esse discurso é explicitado e direcionado. No dia 08 de outubro de 1970, em reunião extraordinária da SUDAM, realizada em Manaus-AM, o então presidente Emílio Garrastazu Médici, profere o discurso intitulado *Sob o Signo da Fé*. Nele, Médici diz crer que ocupar o espaço amazônico solucionará, ao seu ver, dois incômodos obstáculos ao crescimento econômico e à integração nacional: “o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia” (Médici, 1970, p. 149). Seguindo o pensamento de Stibbe (2021), em nome da modernização, que no caso da Amazônia remete a utilização dos recursos naturais, não raramente há o apagamento de populações originárias e pobres nos discursos. O anúncio faz do vazio demográfico um verdadeiro Vazio discursivo que omite esses povos e outras comunidades, que durante séculos migraram para a região e ali se estabeleceram.

O próximo anúncio é, provavelmente, um dos mais emblemáticos produzidos pela ditadura militar. A peça, assinada pelo Ministério do Interior, SUDAM e BASA, foi publicada na Edição 067⁴⁸, da revista Realidade, de outubro de 1971. A chamada principal já dá o tom da propaganda: *Chega de lendas, vamos faturar!* (Figura 55).

⁴⁷ “Criado nos anos iniciais da ditadura militar com o slogan “Integrar para não entregar” e com o duplo objetivo de afastar a “subversão” dos meios universitários e desenvolver o país pela via da “integração nacional”, o Projeto Rondon levou centenas de milhares de universitários para diversas regiões do Brasil enquanto generais se sucediam no cargo de presidente da República” (Amato, 2015).

⁴⁸ Edição Especial Amazônia.

Figura 55 - Chega de lendas!



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Na sequência do anúncio, algumas expressões são utilizadas para exaltar a iniciativa de algumas pessoas que já estão obtendo lucros com a exploração da Amazônia. A natureza da região, a julgar pelo discurso estatal, não passa de um grande mercado, que abre portas, ou no caso estradas, a espera de mais interessados em “tirar proveito das riquezas da Amazônia”. É importante ressaltar que o texto utiliza a expressão riquezas, que se pressupõe naturais, ao invés de recursos. Recurso natural, de modo simples, pode ser definido como “qualquer elemento da natureza que possa ser explorado pelo homem” (Venturi, 2021, p. 21). Tal conceituação nos induz a compreender que riqueza é o que se produz transformando esses recursos.

Araújo (2022) nos faz refletir em como o discurso estatal-desenvolvimentista da ditadura militar se reproduz nos dias atuais, na propaganda do chamado agronegócio, ou agro para os íntimos, ao questionar para quem se produz a tão propalada riqueza a ele atribuída. A

falácia discursiva do agronegócio como o grande produtor de riqueza no Brasil também é questionada por Silva (2024), para quem a partir de um mecanismo legal, a Lei Kandir⁴⁹, que cria uma série de isenções para a exportação de produtos primários, o que inclui os da agropecuária, concentre a riqueza apenas em um pequeno grupo de grandes produtores (pessoas e empresas). Imposto de Renda dedutível para o Brasil investir na Amazônia, diz o anúncio de 1971. Isenção de ICMS para os setores que exploram a Amazônia exportarem, garante a lei em 2025. Percebam que no anúncio o agronegócio está posto como uma oportunidade, ainda *arcaicamente* chamado de projeto agropecuário.

Mas, a riqueza amazônica pode ser representada também pelo sentido ambíguo atribuído a Transamazônica como “a pista da mina de ouro”. Pista pode ser tanto um local para pouso de aeronaves como a indicação de onde fica um tesouro, normalmente difícil de ser encontrado. Mas o momento não permite dificuldades, por isso, o governo federal está oferecendo não a pista, mas a localização precisa do tesouro. Um enorme tesouro que mesmo sendo dividido, pode te enriquecer se a oportunidade for aproveitada. A construção discursiva da propaganda de um modo geral, desconstrói a natureza amazônica, restando novamente o Vazio, desconsiderando a existência de seres vivos, apelando para a urgência que o momento econômico brasileiro exige. Couto (2020) por sua vez, chama a atenção para o fato de que a natureza tem seu próprio tempo, independente de nossa urgência, restando-nos utilizar de seus recursos racionalmente.

Hora de voltar ao texto em destaque do anúncio: Chega de lendas. As lendas são contos transmitidos oralmente por grupos humanos, esteados espacialmente em determinado lugar e na linha do tempo do povo que os criou e transmite (Câmara Cascudo, 1998). Para que se transmita, se faz necessário a existência de uma linguagem codificada. Na concepção da Linguística Ecológica (LE), a quem a ADE integra, a interação comunicativa ocorre em razão do ecossistema em que determinado grupo se encaixa e como as relações entre eles se processam (Couto, 2020). Ao pensar nas lendas, que são parte do patrimônio imaterial de determinada sociedade, podemos refletir, a partir da LE, que sua construção ocorre em um

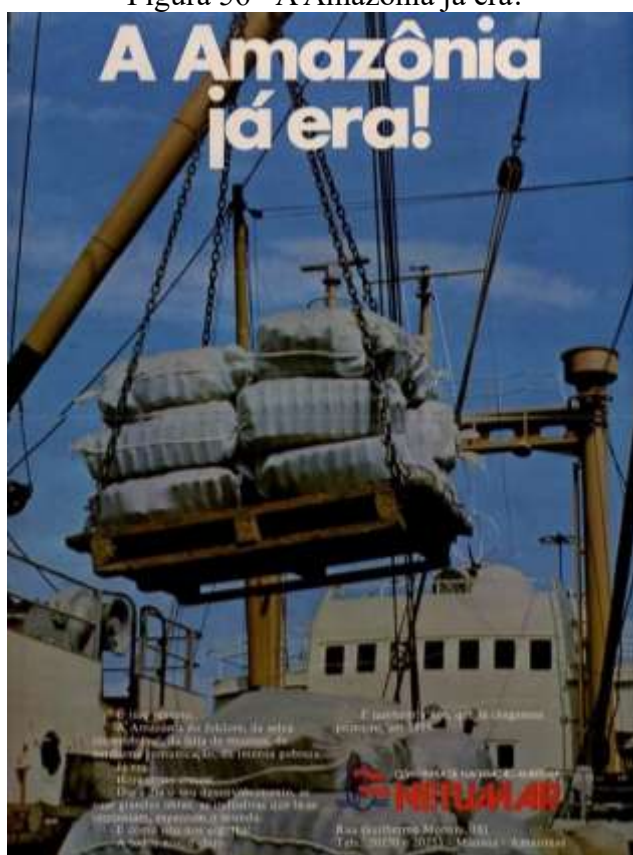
⁴⁹ “A Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996) isentou as exportações de produtos da cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que era feita pelos estados e pelo Distrito Federal. A isenção visa estimular as exportações do país, especialmente de produtos primários, como matérias-primas, e semielaborados, mas é criticada por governadores de estados exportadores, que alegam perdas na arrecadação. Inicialmente, a Lei Kandir garantiu compensações financeiras da União aos estados, mas, após 2003, esses repasses passaram a ser negociados anualmente, gerando incertezas quanto ao montante a ser transferido. Em 2020, a Lei Complementar 176 assegurou o repasse de R\$ 58 bilhões até 2037. A reforma tributária promulgada em 2023 elimina o ICMS e mantém a isenção para produtos destinados à exportação” (Agência Senado, 2025).

espaço ecológico, já que envolve sua relação com a natureza, seus elementos e enquanto comunidade, a partir de sua forma de ver o mundo (Couto; Fernandes, 2021).

Ao utilizar a expressão *Chega de lendas, vamos faturar!*, há uma clara intenção de se apagar a história ancestral de povos amazônicos, em favor da promoção da exploração econômica da região para geração de capital financeiro. O Vazio discursivo se caracteriza pela omissão da origem das lendas. Stibbe (2024) aponta que o apagamento faz parte da elaboração dos processos discursivos, na omissão ou distorção de ideias. Entre lendas e faturar se percebe uma relação desigual de valor entre os termos, explicitada pela utilização de *chega*, para o primeiro, e *vamos*, para o segundo, sendo que a condição para se faturar depende da exclusão das lendas e, implicitamente, de seus autores. Assim, euforicamente sob os aplausos e incentivos da SUDAM e do BASA.

Em fevereiro de 1973 a Revista Manchete lançou uma edição especial chamada *Amazônia: Um novo Brasil*. Nela, além de matérias sobre a região amazônica e a tenacidade dos pioneiros e governantes em dominar a floresta, alguns anunciantes também fizeram questão de demonstrar todo seu entusiasmo com a empreitada colonizadora. Um desses anunciantes é a Companhia de Navegação Marítima – Netumar (Figura 56).

Figura 56 - A Amazônia já era!



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

A Amazônia já era!, ostentava o anúncio da Netumar em grandes letras brancas sobre um céu azul. Essa expressão por si só já demonstrava a superioridade em que se colocava a empresa diante da Amazônia. Na sequência, como se reafirmasse seu discurso ao leitor, aparecia: *É isso mesmo*. E, similarmente ao que havia feito a SUDAM dois anos antes, no seu anúncio a Netumar também destaca a eliminação do aspecto folclórico da Amazônia. O termo folclore foi criado pelo escritor britânico William John Thoms (1803 – 1885), e nasceu como Folk-Lore, ou os saberes do povo, tradicionalmente absorvidas e replicadas (Brandão, 1982; Câmara Cascudo, 1998).

A utilização do termo folclore no anúncio aparenta estar mais ligada a visão exterior da época sobre a Amazônia, um lugar exótico, misterioso e perigoso, seja pela natureza, pela população inculta e *selvagem* e pela narrativa de criaturas monstruosas que habitam a profundidade de suas matas (Loureiro, 2015). A construção de um discurso basicamente desenvolvimentista pelo objetivo da acumulação de capital tem como objetivo imprimir à natureza local apenas como fonte de recursos transmutáveis em riquezas, o que em nosso cotidiano se faz uma narrativa ubíqua, a qual a sociedade urge repensar para novamente se conectar com o mundo natural (Stibbe, 2024).

O anúncio segue alardeando que a Amazônia já era também em sua selva impenetrável, na falta de recursos, na inexistência de comunicação e da imensa pobreza. Considerando o relato de Araújo (2014), podemos inferir que a selva impenetrável que não existe mais no discurso da propaganda, foi limpa, estando disponível para ser utilizada de maneira produtiva, porém, isso remete ao desmatamento da floresta, apagando completamente de seu discurso as consequências negativas à complexa rede de ecossistemas que ali se abrigavam.

Para a falta de recursos, isso obviamente não se refere aos naturais, mas sim aos que as obras de infraestrutura serão capazes de trazer para a região. Aqui se interliga a afirmação de que não há comunicação na Amazônia. Logicamente, o anúncio se refere às ferramentas tecnológicas que a humanidade já utilizava largamente nesse período. Porém, os povos da Amazônia sempre se comunicaram, existindo atualmente cerca de 193 línguas faladas na região (Rodrigues, 2013).

Na concepção de Couto (2017), à interatividade que resulta em comunicação ocorre em todos os níveis, desde a interação social (superorgânico) até o orgânico e inorgânico. Assim, não pode se considerar a ausência de comunicação como um fato concreto na Amazônia antes da investida capitalista iniciada na década de 1970, já que as comunidades ali existentes, embora falando línguas distintas, podiam se comunicar, a exemplo do encontro entre portugueses e Tupinambás em 1500 (Couto, 2017).

A menção à imensa pobreza da região reflete um longo processo histórico, baseado na exploração da Amazônia como forma de gerar riquezas para a corte, depois para o império, aos governos federais e estaduais e, logicamente, à uma elite baseada no controle econômico e político local (Loureiro, 2002; Souza, 2019). A tentativa de *integrar* a Amazônia pela ditadura militar com a criação de grandes projetos de infraestrutura não resultou em mudança de cenário, criando, ao invés disso, problemas de ocupação desordenada em núcleos urbanos, explosão do desmatamento e conflitos no campo (Loureiro, 2002; Souza, 2019; Nobre *et al.*, 2023). Faz parte dos princípios da Ecolinguística e da ADE observar de maneira holística os processos sociais, permitindo nesse caso, que a pobreza seja pensada não somente pelo aspecto econômico, mas também considerando dimensões culturais e ecológicas (Couto, 2020; Stibbe, 2024). Se na propaganda a essência da natureza amazônica foi posta no Vazio discursivo, hoje ela continua resiliente quase 50 anos, desafiando o *orgulho* da Netumar e seu falacioso *Já era*.

7.1.2 A Máscara

Esse anúncio é da Sudam, e foi publicado na revista O Cruzeiro, Edição nº 015, no dia 14 de abril de 1971. Mas, quem o protagoniza é um produto Volkswagen. Não se trata de um reluzente automóvel recém saído da linha de produção, mas sim de um belo exemplar VW Nelore, com a etiqueta *Produzido na Amazônia* (Figura 57).

Figura 57 - VW *made in* Amazônia.



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Em uma rápida leitura pelo texto do anúncio, é possível perceber um tom quase de súplica da Sudam aos possíveis investidores. Chama a atenção o fato de que se trata quase de uma liquidação de oportunidades. Não quer criar gado? Ótimo, temos minérios, inclusive o tão desejado ouro! Não quer garimpar ou minerar? Pois venha transformar essas matérias-primas em valiosos produtos. Não tem maquinários? Importe com isenção de impostos. Se seu problema é dinheiro, relaxa. O BASA te dá o dinheiro e o Governo Federal lhe isenta do Imposto de Renda por 10 anos. Não está convencido ainda? Pois se prepare. Escolha a região certa e fique livre de impostos estaduais e municipais. Quer mais? Que tal ganhar um belo pedaço de terra para chamar de sua? Duvido que você vai perder essa! Só o que você precisa é mostrar seu espírito pioneiro, pois esse a Sudam não pode te dar. Desculpem se a interpretação possa parecer um tanto caricata, mas somente reproduzimos o que está no texto.

Agora, para quem quer criar gado, a exemplo do que fez a VW, os maiores pastos do mundo estão na área de ação da Sudam. Esse é o produto de destaque do anúncio. O apagamento da natureza no discurso proposto por Stibbe (2021), em sua segunda forma aparece claramente nessa propaganda. Se trata da Máscara. Tudo no anúncio remete a oportunidades de negócios, em busca de lucros, mas o destaque fica pela objetificação do animal que aparece na imagem ao lado do texto. Mascaram o discurso é transformar os animais em meras mercadorias ou produtos úteis aos humanos, descartando a importância de suas existências enquanto seres vivos.

Alves filho e Piovezani (2024) relatam que a maneira como a humanidade se relaciona com os animais, de maneira geral, se modificaram significativamente. Os autores descrevem que diversas sociedades antigas estabeleciam que para que um animal fosse morto para garantir alimento, esse somente poderia ser consumido após a realização de certos rituais que garantissem o retorno de sua alma para o mundo natural. Em *A Política*, Aristóteles (2011) conjectura que os animais foram criados pela natureza unicamente para servir os humanos, noção essa que perdura com maior e menor intensidade até hoje (Alves filho; Piovezani 2024).

O animal apresentado de maneira majestosa no anúncio não passa de um produto que certamente teria um grande valor de mercado, seja para reprodução de outros exemplares de sua espécie, ou simplesmente, como fornecedor de carne para a alimentação humana, e, discursivamente há uma sinalização clara para quem deseja lucrar com a pecuária que esse é o caminho (Stibbe, 2012).

A propaganda abaixo foi publicada no dia 18 de abril de 1973, na Revista O Cruzeiro. Se pudéssemos utilizar um adjetivo para descrevê-la, esse seria confuso. Isso porque o anúncio inicia com o Grupo Silvio Santos defendendo investimentos na Agro Pecuária Tamakavy e por

Mesmo assim, segundo informação contida na propaganda, a quantidade de bovinos brasileira da época seria devorada em apenas um mês pela população mundial. Tal afirmação é utilizada como argumento para convencer novos investimentos em pecuária na Amazônia. E de que produzir carne é um grande negócio. Para reforçar tal discurso, no final do anúncio o possível investidor é chamado a dividir o *filé*, saboreá-lo e mandar a conta para o governo, na forma de incentivos fiscais.

No discurso do anúncio é utilizado o bife para valorar o negócio da carne pelo mundo. E dessa forma, o Brasil tem uma grande oportunidade econômica. Discursivamente falando, o rebanho bovino brasileiro é somente um estoque de proteína, e, quando visto pela ótica da ADE, elucida a estratégia em que o discurso distorce a realidade sobre a pecuária, focando apenas nos resultados econômicos, em detrimento da vida animal (Stibbe, 2012). Esse discurso é criticado tanto pela Ecolinguística quanto pela ADE, já que tem como praxe, além de inverter a lógica da defesa incondicional da vida, se valer de expressões como carne, bife e filé, mas oculta, por exemplo que a carne é de origem bovina (Stibbe, 2012; 2021; Couto, 2020).

O anúncio da Companhia Agropecuária do Rio Jabuti fez parte da Edição 067, Especial Amazônia da Revista Realidade, de outubro de 1971 (Figura 59).

Figura 59 - A boiada e o progresso.

A AGROPECUÁRIA JABUTI IMPÕE O PROGRESSO À AMAZÔNIA A boiada está modificando a paisagem amazônica, fazendo desaparecer a era das lendas, do exotismo, dos mistérios, das promessas. O Brasil dedica-se a conquistá-la. A firme orientação do Governo Federal, pelo seu Ministro do Interior, o apóio da SUDAM, os incentivos fiscais, a carência de carne no mercado interno e a proximidade dos grandes centros mundiais do consumo (Estados Unidos e Europa) oferecem excelentes perspectivas para o desenvolvimento. A Companhia Agropecuária do Rio Jabuti é o grande exemplo desta nova reali-	dade que se impõe à Amazônia. Localizada a 210 Km de Belém e a 6 Km da Belém-Brasília, às margens do rio Guamá, afluente do Amazonas, é responsável por mudanças radicais nos padrões econômicos e sociais da região onde se instalou. Elevou os salários, aumentou a oferta de emprego, construiu pontes, estradas na fazenda, campo de pouso, escola, ambulatório médico, casas para vaqueiros, armazéns, casa sede de administração, fonte geradora de energia. Estando em pleno funcionamento, com rebanho nerole e mestiço de 11.000 cabeças, 12.700 ha de pastagens artificiais de capim colômbio, capacidade de suporte para 20.000 reses, a Agropecuária Jabuti é, por outro lado, um empreendimento de alta rentabilidade para seus empreendedores e acionistas. Após 3 (três) anos de execução apresentou um balanço com lucro. Uma demonstração clara e objetiva de como o arrojo empresarial, o trabalho e o dinamismo efetivam o progresso amazônico e valorizam o homem da região. CIA. AGROPECUÁRIA DO RIO JABUTI (GRUPO VILELA E VILARES) AVENIDA PAULISTA, 2073 - TORRE II - 5.º ANDAR CONJUNTOS 511/512 - FONE: 287-0717 - SÃO PAULO
---	---

Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

O texto em destaque na propaganda chama a atenção para a atuação da Rio Jabuti e é imperativo em afirmar que suas atividades estão impondo o progresso à região Amazônica, uma tarefa muito bem executada em parceria com o Governo Federal e suas benesses: o suporte incondicional da Sudam e os incentivos fiscais.

Na sequência, surge um termo que recentemente esteve no centro de intensos debates ambientais, econômicos e éticos. Trata-se de boiada, que desde o governo de Jair Bolsonaro virou sinônimo de desrespeito e flexibilização à legislação ambiental, defendida com unhas e dentes pelo então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Em reunião ministerial no dia 22 de abril de 2020, momento em que o mundo inteiro vivia imerso na pandemia da Covid 19, Salles afirma que aquele momento, em toda a imprensa só falava da pandemia, era o momento certo de aproveitar e “ir passando a boiada”. A boiada a quem Salles se refere são legislações de diversas áreas, incluindo a agropecuária e meio ambiente, que deveriam ser simplificadas e desregulamentadas, sem, no entanto, passar por análise da opinião pública.

Como se percebe, tanto a propaganda da Agropecuária Rio Jabuti, na ditadura militar até a fala de Salles, no governo Bolsonaro, a boiada é sinônimo de mudanças, baseadas apenas na lógica do mercado e do capital, ignorando completamente as implicações ambientais, enraizadas em um imaginário colonial e desenvolvimentista. Krenak (2019) é categórico em afirmar que enquanto pensamos que estamos apartados da natureza, não conseguiremos retomar nosso próprio espaço no mundo natural. De volta ao anúncio, nele a natureza é projetada como se fora um espaço vazio, desprovido de vida, senão pelo fato de servir como um grande pasto para acomodar as boiadas em questão.

No caso da boiada da Rio Jabuti, são 11 mil cabeças de gado. Seu destino é abastecer os açougues e mercados pelo Brasil a fora, e também aos dos EUA e da Europa. Novamente, os animais são considerados meras mercadorias que servirão apenas de alimentos à uma legião crescente de consumidores, confortáveis em manter distância da fonte fornecedora primária de sua proteína, que é o próprio animal (Stibbe, 2012). O animal da boiada simboliza essa lógica: ele é o agente do *progresso*, mas também a vítima do sistema que o torna lucrativo.

Nessa lógica, a Rio Jabuti faz questão de elucidar que para além das já garantidas cabeças de gado informadas no parágrafo anterior, esse número pode chegar a 20 mil, já que suas pastagens artificiais implantadas garantem a expansão do rebanho. Nesse recorte do texto, fica claro que a Rio Jabuti está firme em seu objetivo de gerar lucro aos investidores e continuar *impondo* as mudanças econômicas que a Amazônia precisa para progredir. A alta rentabilidade e a ideia de progresso citadas mascaram as sequelas ecológicas oriundas da expansão do rebanho (desmatamento e intensa utilização de recursos naturais), o sofrimento infligido em

povos indígenas e comunidades limítrofes ao projeto e, os animais divididos em bandejas refrigeradas no mercado (Stibbe, 2021; Couto, 2020).

O anúncio abaixo traz novamente a assinatura da Sudam e do BASA, e foi publicado na Edição 072, de março de 1972, da Revista Realidade. É mais um exemplo de como a pecuária foi massivamente pautada na década de 1970 pelas empresas estatais que atuavam como promotores de investimento e crédito na Amazônia (Figura 60).

Figura 60 - O boi é o melhor amigo do empresário.



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

A chamada em destaque para a propaganda afirma que o boi é o melhor amigo do empresário, obviamente do que se dispõe a acreditar no glorioso futuro da região amazônica, que, de acordo com o anúncio, proverá toda a carne ausente nas mesas do mundo. O boi aqui é posto como um signo com múltiplas representações. Pode caracterizar a expansão da fronteira agrícola, a consequente conversão do mundo natural em mera mercadoria e o predomínio do agronegócio sobre as formas tradicionais de saberes dos indígenas, quilombolas e ribeirinhos da região.

Seguindo o pensamento de Stibbe (2012), a utilização da imagem do boi pode ser vista como o que restou do apagamento promovido pela propaganda. Um simulacro que justifica e mascara, em favor do desenvolvimento econômico, ações que gerem desequilíbrio ecológicos e sociais na região, já que o boi amigo é na verdade a materialização do lucro ao empresário (Baudrillard, 1991). De acordo com o anúncio, empresários estão plantando pastagens, como se essa ação ocorresse de maneira espontânea, sem mencionar que há perda de biodiversidade,

fruto do desmatamento e das queimadas, além recorrentes conflitos agrários na região, influenciados pela criação de gado, mas aspectos negativos tendem a ser mascarados afim de manter a aparente confiabilidade do discurso do agronegócio (Stibbe, 2012).

Se pensarmos no tamanho do grupo de amigos que o empresário vai encontrar na Amazônia, a propaganda garante que são pelo menos um milhão. Animais adaptados ao clima e a alimentação disponível, com carne apreciada no mundo inteiro e, detalhe, saudável. Isso fica claro quando no texto é citada a (des)preocupação dos consumidores com o colesterol do gado indiano criado na Amazônia. Essa estratégia tem como objetivo mascarar os problemas ecológicos decorrentes da criação e o sofrimento dos animais, colocando como ponto focal as vantagens em se consumir tal carne, por exemplo (Stibbe, 2012; 2021; Couto, 2020).

O anúncio em destaque foi publicado em 02 de abril de 1977, Edição 1302 da Revista Manchete (Figura 61). No anúncio, a empresa alemã Volkswagen apresenta sua incursão na agropecuária amazônica como algo natural e desejável, promovendo o boi como símbolo de inovação. A linguagem técnica - “modelo 77”, “incentivos fiscais”, “polos de progresso” - mascara os impactos ecológicos e sociais dessa ocupação territorial, representando o boi não como ser vivo, mas como tecnologia de produção. Tal discurso associa o desenvolvimento à dominação da natureza, sobrepondo-o aos seres não humanos e a diversidade de modos de vida local e caracterizando-se pelo enquadramento destrutivo (Stibbe, 2012; 2021).

Figura 61 - Volkswagen Sudam, modelo 77.



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Os referidos polos de progresso que a propaganda cita, eram uma ambição conjunta da Sudam e da VW, que ansiavam apresentar aos possíveis interessados em investir, uma estratégia de colonização da Amazônia pela utilização de tecnologia moderna na pecuária, transformando a Fazenda Rio Cristalino em uma *fábrica* apta a produzir o *boi do futuro* (Acker, 2014). Essa iniciativa conjunta conclama aos investidores que também exerçam seu patriotismo, já que investir na Amazônia é uma demonstração de amor ao Brasil.

Ao evocar a "linha de produção", o discurso extrapola tal expressão, que mais que uma forma de organizar as etapas em uma fábricas, passa a ser uma maneira de pensar e narrar o mundo, projetando que tudo que existe, no caso da Amazônia, é matéria-prima pronta para ser processada. Já o boi, ao ser chamado de "modelo", é inserido numa cadeia mecânica de produção, agora fruto de um projeto técnico e não de um processo vital. Refletindo com o entendimento de Stibbe (2012; 2021), tais discursos retiram relevância moral de seres não-humanos, apagando sua condição de ser vivo e senciente, e estabelecendo com a utilização dessa metáfora equivalência simbólica entre o boi e um produto industrial.

Por fim, o anúncio da VW Sudam torna natural a industrialização da vida, transformando a Amazônia em fábrica e o gado em produto. É uma narrativa que substitui o biológico pelo técnico e o relacional pelo lucrativo, resultando no apagamento não apenas da floresta, mas de toda uma cosmologia de cuidado, diversidade e interdependência. Em seu slogan, *A marca que conhece nosso chão*, a VW quer passar uma imagem de empresa preocupada com o Brasil, mas a história de seu envolvimento com os projetos da ditadura militar a partir da década de 1970 a contradiz. Não bastassem os grandes incêndios florestais, a VW patrocinou a ofensiva sobre a Amazônia e respondeu ainda por manter empregados em situação análoga à escravidão (Acker, 2014).

O anúncio abaixo foi publicado no dia 11 de junho de 1977, na Edição 1312 da Revista Manchete (Figura 62). Trata-se da promoção do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM)⁵⁰, criado para garantir o aporte de recursos, principalmente oriundos do Imposto de Renda, aos projetos sob a responsabilidade da Sudam inseridos na Amazônia Legal (BASA, 2025).

⁵⁰ “O FINAM foi criado pelo Decreto Lei nº 1.376, de 12.12.74, alterado pela Lei nº 8.167, de 16.01.91, regulamentada pelo Decreto nº 101, de 17.04.91. Complementam esses diplomas legais a Lei nº 9.808, de 20.07.99, a Lei nº 9.532, de 10.12.97, a Lei 6.404, de 15.12.76, alterada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001, a MP nº 2.199-14, de 24.08.2001, bem como normas emanadas do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e do Ministério da Integração Nacional. O FINAM tem como principal fonte de recursos as parcelas dedutíveis do Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas investidoras de projetos aprovados com base no art. 9º da Lei nº 8.167/91, até a implantação do projeto tributadas com base no lucro real, estabelecidas em todo o Brasil, que fazem opção em favor do Fundo. O repasse dos valores arrecadados é feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, com base em informações da Secretaria da Receita Federal” (BASA, 2025).

Figura 62 - Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM.

No FINAM
o seu dinheiro tem
mais espaço para crescer!

Ela vai crescer a cada nova cabeça de gado e a cada novo projeto aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

Após fazer a declaração de rendimentos de sua empresa, opto Sudam e deduzo 50% do imposto devido, 25% serão aplicados no Finam, o Fundo de Investimento da Amazônia.

Assim você estará criando condições para que seu investimento cresça.

De posse do Certificado de Aplicação da Lei da Amazônia, recebe no Banco da Amazônia para as suas cotas do Finam.

Imediatamente ele já começou a render.

Afinal, onde existe muito espaço e muitas alternativas para o seu dinheiro crescer, os lucros logo aparecem.

AMAZÔNIA. Uma grande área para o seu investimento!

SUDAM/FINAM/BASA

FE

Colaboração do grupo
A. J. JUNQUEIRA VILELA
Agro-Pastoril Ltda.
PECBRAS Cia. Pecuária Brasileira
Agro-Pecuária SANTA GERMEN S.A.
Agro-Pecuária VALE DO JURUENA S.A.

Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional/Adaptado pelo autor

Vincular crescimento ao “espaço” demonstra como foi recorrente nas propagandas da década de 1970 a Amazônia ser apresentada como terra vazia, desabitada e passível de ocupação econômica, exemplificando o que Stibbe (2021) denomina como apagamento ecológico-discursivo. Quando há a conversão da natureza em meras unidades de produção, no caso em questão a criação de gado convertida em projetos, emerge novamente o discurso desenvolvimentista extrativista. Kopenawa e Albert (2015) observam que esta é a lógica dos não-indígenas, para quem a floresta não é viva e se resume em um lugar para gerar lucro, que só adquire valor quando transformada em mercadoria.

A imagem utilizada no anúncio reforça visualmente o pasto sobrepujando a floresta. O gado domina o centro da foto, enquanto as árvores que restaram da mata estão ao fundo, poucas

e distantes. A estética que tal enquadramento sugere é de uma ocupação bem-sucedida da floresta, alçando o agronegócio a condição de símbolo do progresso na Amazônia. Em síntese, imagens narram histórias, sejam para sustentar a lógica de sistemas destrutivos, como o anúncio do FINAM, enquanto outras aventam possíveis reconexões com a natureza (Stibbe, 2021).

O quadro em destaque na propaganda é intencional, para justamente identificar quem colaborou com sua publicação. Se trata do Grupo A. J. Junqueira Vilela Agro-Pastoril LTDA, de propriedade de Antônio José Junqueira Vilela, pecuarista que atua desde 1967 na região amazônica, quando foi agraciado com a doação de 10 mil hectares de terra no Mato Grosso, vindo a ser posteriormente um dos introdutores do gado Nelore na região (Vital; Gatti, 2009). Nos anos 1970, segundo narra o próprio Antônio José Junqueira Vilela, este chegou a ter 200 mil hectares na Amazônia, fruto da especulação imobiliária (Vital; Gatti, 2009).

Constante personagem de matérias elogiosas, Junqueira Vilela foi acusado do assassinato de garimpeiros e indígenas isolados que viviam na área da Fazenda Yvypytã, em Colorado d'Oeste-RO, um terreno de 30 mil hectares de sua propriedade (Funai, 1986; Torres; Branford, 2017). Aparentemente, mesmo sendo alvo de denúncias, Junqueira Vilela foi beneficiário destacado dos projetos da Sudam, isso porque estava alinhado com a proposta da ditadura militar em *desenvolver* a Amazônia.

Seu exemplo de *desbravador* culminou com a prisão, em 2016, de seu filho Antônio José Junqueira Vilela Filho, o Jotinha, acusado de ser o maior desmatador individual de que se tem conhecimento na Amazônia, tendo desmatado uma área de 300 km², o equivalente ao tamanho da cidade de Belo Horizonte, no distrito de Castelo dos Sonhos, em Altamira-PA (Torres; Doblas; Alarcon, 2017). Além disso, desde 2011 os Junqueira Vilela também agiram para anular a lei de 2001 que criou o Parque Cristalino II, em Novo Mundo-MT, alegando que desde 1994 estavam criando gado em três fazendas afetadas pelo parque (Hofmeister; Campos, 2022). Considerado o mais rico em biodiversidade da Amazônia Brasileira, o Parque Cristalino II abriga 850 espécies de aves catalogadas na região, sendo 50 endêmicas, 43 espécies de répteis, 29 de anfíbios, 36 de mamíferos e 16 espécies de peixe (Unidades de Conservação no Brasil, 2025).

A iniciativa do grupo familiar Junqueira Vilela é pautada unicamente pelo discurso da exploração econômica da região, o que implica promover a ideia de que apenas atividades econômicas visíveis, como a criação de gado e o plantio de soja possam legitimar a posse da terra. A floresta em pé não é considerada produtiva - uma construção ideológica historicamente usada para justificar o desmatamento - o que na batalha entre o dinheiro e a preservação

ambiental, na busca de equilíbrio ecológico, aparentemente pende a balança para o discurso econômico (Stibbe, 2021).

Voltando à preservação do Parque Cristalino II, pelo menos uma batalha foi favorável à natureza. Em maio de 2025 a justiça do Mato Grosso rejeitou temporariamente, já que ainda cabe recurso, a extinção do parque, alegando que a Sociedade Comercial e Agropecuária Triângulo Ltda não apresentou documentos que comprovariam a posse de parte da área, já que não há registro da propriedade nos órgãos regulamentadores fundiários estaduais e federais (G1 MT, 2025).

7.1.3 O traço

O anúncio abaixo foi publicado na revista O Cruzeiro, em 01 de novembro de 1972, edição 044 (Figura 63). A empresa anunciante é a Vale, que na época ainda era a estatal Companhia Vale do Rio Doce. Nele, aparece em primeiro plano uma pedra, remetendo à sua atividade principal, que é a exploração de minério de ferro.

Figura 63 - Pedra fundamental.

UMA PEDRA FUNDAMENTAL

NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL

É minério de ferro, fundamental para o desenvolvimento
 Entre os maiores produtores de minério de ferro do mundo, a Vale do Rio Doce produz a melhor qualidade de minério de ferro, com altos índices de produtividade e qualidade. A Vale do Rio Doce é a maior produtora de minério de ferro do Brasil e a maior do mundo.

É essencial para uma ação mais intensa
 Com a Vale do Rio Doce, a construção civil tem à sua disposição o melhor minério de ferro do Brasil, com altos índices de produtividade e qualidade. A Vale do Rio Doce é a maior produtora de minério de ferro do Brasil e a maior do mundo.

É a origem de novas riquezas
 Com a Vale do Rio Doce, a construção civil tem à sua disposição o melhor minério de ferro do Brasil, com altos índices de produtividade e qualidade. A Vale do Rio Doce é a maior produtora de minério de ferro do Brasil e a maior do mundo.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

30

Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

O texto em destaque no anúncio, *Uma pedra fundamental*, aponta para os recursos minerais como base econômica na *Construção do Brasil*. Seguindo a reflexão de Stibbe (2021) as palavras *Fundamental* e *Construção*, são utilizadas no texto como a representação de algo positivo, como a concretização do trabalho da Vale enquanto vetor de desenvolvimento do Brasil, apelando para a edificação do otimismo da empresa e que reflete em toda a sociedade.

Apontando o *Traço* na propaganda da Vale, a natureza é apresentada como fonte *fundamental* de recursos para prover a necessidade de desenvolvimento do país, eco do discurso da ditadura militar que defendia o avanço do poder econômico na Amazônia como solução para os problemas do Brasil. O anúncio da Vale tenta estabelecer seu papel como ator determinante para que o país possa ser *construído* definitivamente, deixando subentendido que isso é avançar, diante de uma realidade supostamente incondizente com os anseios da nação (Stibbe, 2021).

Outro aspecto que se destaca no texto do anúncio é a ideia de que a expansão da produção mineral é algo normal e que se processa de forma ininterrupta, e a natureza favorece a diversificação das atividades da Vale, discurso que desconsidera os limites ecológicos e invisibiliza as comunidades atingidas pela mineração e os efeitos negativos aos ecossistemas locais. A natureza, desta forma, é representada pela pedra, de maneira que sua função é prover uma concepção tênue da complexidade do mundo natural (Stibbe, 2021).

O próximo anúncio é do Banco do Estado do Amazonas (BEA) e foi publicado na edição 927 da revista Manchete, no dia 24 de janeiro de 1970. A imagem em destaque é um enorme coração, com uma declaração de amor do BEA à Amazônia e a paráfrase de um fragmento de texto de Blaise Pascal, mas alterado em sua última parte.

A utilização da expressão “O Bea ama a Amazônia”, é, de acordo com Stibbe (2021) a tentativa de se construir uma narrativa ou história benéfica. Na propaganda, o banco é humanizado e se apresenta como agente que atua em prol da Amazônia, afirmando que o amor que o BEA oferece, se paga com amor. Pela maneira afetuosa com que o discurso é apresentado, mesmo citando as atividades econômicas às quais o banco está vinculado, não há menção ao mundo natural, aos ecossistemas atingidos e, o *homem* quando colocado no texto, é apenas agente transformador.

Abaixo do coração, um homem vestido de terno e gravata e carregando uma maleta, está postado sobre o mapa do Amazonas e remete à modernidade e credibilidade que o BEA pode oferecer para a Amazônia. Ao fundo, uma fotografia da floresta, símbolo da exuberância natural e também a fonte de recursos que o banco ama, ao mesmo tempo em que está disposto a apoiar os investimentos necessários para desenvolver a região. Essa ideia de valoração econômica,

que projetam crescimento infinito da economia, não levam em conta que os recursos naturais não são inesgotáveis, o que inevitavelmente afetará as condições sociais (Stibbe, 2021).

Figura 64 - Coração.



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

Por fim, o excerto de Pascal (Figura 64), *O coração tem razões que a própria razão desconhece* é substituído por “O coração tem razões que a própria razão reconhece”. É possível perceber que o BEA ama a Amazônia, mas baseia esse amor na razão, motivo pelo qual suas ações são reconhecidas pela população amazônica, e que lhe devolve esse sentimento em forma de amor.

O Anúncio a seguir foi publicado na edição 067 da Revista Realidade, em outubro de 1971. O anunciante em questão é o Grupo União de Bancos. Na propaganda, a empresa faz uma conexão com seu nome e os esforços empreendidos pela construção da Transamazônica, símbolo de *conquista* da região amazônica. Novamente, há o apelo pelo discurso da construção

do país, que será fruto da união de todos os brasileiros e mérito de quem se predispõe a ser pioneiro em uma região inóspita (Figura 65).

Figura 65 - União de Bancos.

A TRANSAMAZÔNICA SE FAZ COM UNIÃO.



UNIÃO DE BANCOS INSTALA A PRIMEIRA AGÊNCIA NA TRANSAMAZÔNICA.

Quem passar pela Transamazônica encontrará a agência da União de Bancos funcionando em plena selva, em Belo Monte, que ainda nem está no mapa.

Mais do que uma agência, ela é o símbolo do pioneirismo que enfrenta todos os obstáculos para a construção de um grande País.

E não foi por acaso que escolhemos o dia 7 de setembro para implantá-la.

Afinal, nós queríamos homenagear o Brasil e demonstrar que os brasileiros estão com o firme propósito de consolidar a independência conquistada há 149 anos.

Sabemos que é preciso fazer muita coisa ainda, a começar pela própria região Amazônica.

E lá estaremos dando a nossa contribuição, servindo aos colonos, financiando a lavoura e a pecuária, e ajudando os pioneiros sob




tôdas as formas ao nosso alcance.

Para que o País comemore os seus 150 anos de independência, mais independente do que nunca.

Mais uma agência do

GRUPO UNIÃO DE BANCOS

Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

De acordo com Stibbe (2021) o discurso econômico tende a ser explorado como algo apenas positivo, mesmo que para sua consolidação haja impactos ambientais negativos. No anúncio, fica claro que ocupar a Amazônia faz parte de um processo de independência para o Brasil. E a instalação de uma agência do banco na selva é um passo importante para concretizar esse ideal. A utilização de termos como união e independente, são exemplos do traço no discurso. Aparentemente, remetem a atitudes que beneficiam a população brasileira, mas na verdade legitimam as investidas sobre a região Amazônica e seus ecossistemas.

7.2 Analisando as charges

Para a análise das charges foram considerados fatores como o desmatamento, queimadas, projetos econômicos e a violência contra os povos indígenas e os pequenos agricultores e ribeirinhos.

7.2.1 As charges e o desmatamento

A autor da primeira charge é o holandês Tjeerd Royaards, cartunista e editor do *site* Cartoon Movement (Figura 66). A charge é intitulada *Bolsonaro and the Amazon*⁵¹ e foi publicada no dia 07 de janeiro de 2019.

Figura 66 - *Bolsonaro and the Amazon*.



Fonte: Royaards (2019).

Essa charge política apresenta uma crítica contundente e repleta de simbolismos às políticas ambientais do ex-presidente Jair Bolsonaro, com foco especial nos impactos devastadores sobre a Amazônia. Na imagem, Bolsonaro está incorporado a uma máquina trituradora. Ele está engolindo árvores inteiras, em uma representação da floresta amazônica, e

⁵¹ Bolsonaro e a Amazônia (Tradução livre).

expelindo fezes pela parte traseira da máquina. A bandeira do Brasil, estampando sua lateral, remete ao Estado Brasileiro.

Na charge, a figura de Bolsonaro acoplado à máquina estatal indica a presença de um discurso ideológico, em que o líder trabalha ativamente para a naturalização da devastação ambiental. Ao analisar tal ideologia pela ADE, não se parte da premissa se esta é portadora da verdade, mas sim se em seu cerne apela para a preservação ou destruição dos espaços ecológicos que garantem a perpetuação das espécies que os habitam (Stibbe, 2021).

Stibbe (2021) introduz o conceito de “*stories we live by*”⁵², narrativas culturais que tem o poder de moldar de maneira profunda como percebemos e interagimos com o meio ambiente. Na charge analisada, a história implícita está na floresta retratada como uma fonte de recursos para exploração. Bolsonaro representa a postura do Estado que promove a destruição e degradação ambiental sob a justificativa de progresso econômico. Um evidente discurso destrutivo.

Na imagem, a floresta é desprovida de voz, sendo silenciada e convertida em fragmentos. Stibbe (2021) entende isso como apagamento, uma prática discursiva que exclui simbolicamente os seres não humanos. Assim, a charge de Tjeerd Royaards atua como uma contra-narrativa que expõe uma história destrutiva e provoca a reflexão sobre possibilidades mais éticas e sustentáveis de habitar o planeta e nos relacionar com os ecossistemas.

Olhando sob a ótica de Couto (2007), a linguagem deve ser concebida como elemento constitutivo de um ecossistema abrangente, no qual seres humanos, meios comunicativos e o meio ambiente físico interagem de maneira contínua e interdependente. Quando discursos promovem a degradação da natureza, eles rompem com o equilíbrio essencial desse sistema simbiótico, desarticulando a harmonia entre linguagem e mundo natural. A charge evidencia essa ruptura de forma expressiva.

Ao representar Bolsonaro como uma máquina de destruição, a imagem explicita o colapso tanto do ecossistema comunicacional quanto do ecológico, alimentado por uma lógica dominante pautada na exploração e no poder político. Tal representação visual revela como determinadas construções discursivas e práticas simbólicas podem comprometer profundamente os vínculos entre humanidade e planeta.

A charge abaixo (Figura 67), publicada no dia 08 de outubro de 2019, foi criada pelo cartunista equatoriano Galo Paredes e é intitulada *Amazonian Tour*⁵³. Paredes é jornalista,

⁵² Histórias pelas quais vivemos (Tradução livre).

⁵³ Passeio amazônico (Tradução livre).

desenhista e ilustrador, tendo trabalhado em veículos e comunicação do Equador e do México, de acordo com seu perfil no CM.

Figura 67 - *Amazonian Tour*.



Fonte: Paredes (2019).

A charge se utiliza da ironia para destacar a situação da Amazônia, constantemente alvo de ações antrópicas altamente impactantes, retratando um turista usando máscara e carregando um extintor de incêndios, postado diante de uma floresta devastada. Pela representação da charge, a Amazônia como *pulmão do mundo* é satirizada, já que o turista está munido de uma máscara, denotando que a qualidade do ar ali não é boa. Fearnside (2013) esclarece que a floresta amazônica produz uma enorme quantidade de oxigênio diariamente, mas este é consumido quase integralmente pela sua biodiversidade. No entanto, ainda segundo o autor, quando queimada a floresta emite altos níveis de dióxido de carbono. O que se supõe seja a realidade na imagem da charge.

Partindo do pensamento de Stibbe (2021), a charge expõe narrativas que aparentemente justificam a exploração ambiental, como o turismo que mascara a destruição, já que deixa transparecer que a frustração estaria apenas na malsucedida viagem do turista. Por outro lado, devemos considerar perspectivas discursivas na imagem, que contrastam o letreiro turístico e a devastação ao fundo e oferecem ao observador a possibilidade de reconsiderar valores e prioridades, pontos para conscientização e reconexão com o mundo natural (Stibbe, 2021).

Couto (2015) defende que é preciso superar discursos antropocêntricos que silenciam a natureza, revelando as estruturas simbólicas que a colocam em segundo plano. Na charge, o turista recebe destaque - protegido com máscara e equipamentos - diante da floresta, reduzida a troncos carbonizados, sem sinal de animais ou comunidades humanas. Construindo uma relação crítica com algumas propagandas da década de 1970, a charge reflete a consequência da exploração predatória da Amazônia que opunha o ser humano dono do capital financeiro como sujeito ativo, agente do curso *natural* da história e a natureza como provedor de recursos.

E, se observarmos a utilização do termo “*tour*”, este estabelece a Amazônia como mercadoria, reduzindo o impacto da destruição ambiental, já que chama a atenção, ou projeta, a floresta como espaço de lazer ou lucro. Por fim, em um mundo caracterizado pela degradação ambiental crescente, no discurso é possível banalizar, questionar ou modificar as ações humanas diante da natureza. Reflita: De que lado você está?

Agora vamos ao olhar de um brasileiro. O artista em questão é Carlos Amorim, ou simplesmente Amorim, autor de charges, caricaturas e tirinhas e antigo colaborador de O Pasquim. A charge em questão é intitulada *Deforestation*⁵⁴, e foi publicada no dia 01 de dezembro de 2020 (Figura 68).

Figura 68 - *Deforestation...*



Fonte: Amorim (2020).

A representação de Bolsonaro, uma árvore mutilada com a bandeira brasileira na altura do peito, sugere a fusão entre a destruição e a política ambiental implementada em seu governo. Entre 2019 e 2022, a área desmatada na Amazônia foi de 45.800 km, um acréscimo de quase 71% quando comparação com o período 2015-2018 (INPE, 2024). A charge de Amorim, que

⁵⁴ Desmatamento (Tradução livre).

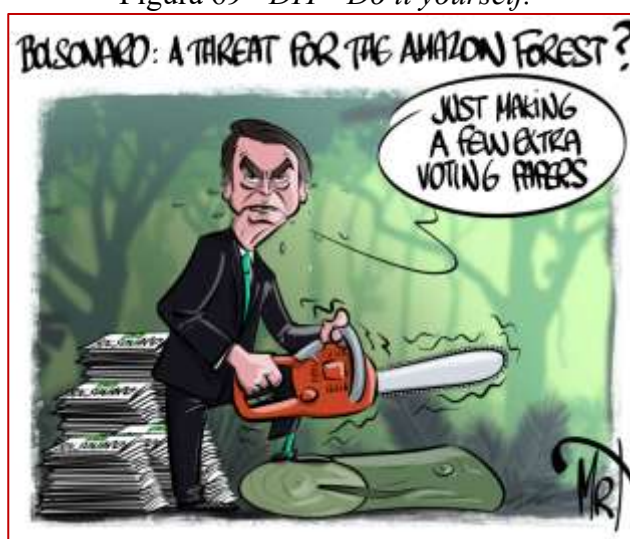
carrega o texto “Desmatamento na Amazônia atinge recorde novamente...” é do final do ano 2020, quando houve um aumento de quase mil km² desmatados (INPE, 2024).

Cremos ser necessário evocar o princípio nº 5 da ecologia profunda, formulado por Naess e Sessions (1984), que discute como as intervenções humanas em excesso sobre a natureza afetam outras formas de vida, como é nitidamente apresentado na charge, já que a única forma de vida presente é um humano em metamorfose e mutilado pela própria ação predatória que publicamente defende. Na imagem se percebe a aniquilação de ecossistemas antes existentes, com animais afugentados e a árvores transformadas em mercadoria embarcada para atender alguma necessidade comercial.

No caso da política ambiental de Bolsonaro, seu discurso sempre pautou a economia como fator de desenvolvimento, a exemplo do que se vivenciou na ditadura militar. Dentre outros episódios, seu governo ficou marcado pela expressão “ir passando a boiada”, proferida por Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, em alusão a flexibilização de leis e normas ambientais. Para Stibbe (2021) são cada vez mais frequentes campanhas de setores da economia que buscam demonstrar que regras ambientais estabelecidas por governos são excessivamente rígidas e por vezes descabidas.

A próxima charge é de autoria do cartunista francês Truant. Foi publicada em 29 de setembro de 2022 e é intitulada *DIY - Do it yourself*⁵⁵. Alguns dias depois, mais precisamente em 02 de outubro, ocorria o primeiro turno das eleições presidenciais no Brasil, fato que motiva um dos aspectos da charge de Truant.

Figura 69 - *DIY - Do it yourself*.



Fonte: Truant (2022)

⁵⁵ Faça você mesmo (Tradução livre).

Na ilustração aparece ao centro a figura de Jair Bolsonaro segurando uma motosserra e com o pé apoiado sobre um tronco de madeira. Ao fundo, uma floresta desfocada e atrás de Bolsonaro pilhas de papéis com seu nome e a bandeira do Brasil. No alto, duas frases, que remetem a um diálogo. Na primeira, se lê a interrogação *Bolsonaro: "A Threat for the Amazon Forest?"*, ou Bolsonaro: Uma ameaça para a Floresta Amazônica? (em tradução livre). Logo abaixo, *"Just making a few extra voting papers"*, o que em tradução livre significa "Só estou fazendo algumas cédulas de votação extras", proferida como uma resposta pela figura de Bolsonaro.

Aqui se pode inferir duas críticas ao comportamento de Bolsonaro. Primeiro suas atitudes em descredibilizar os problemas ambientais, sobretudo o desmatamento, que apresentou crescimento alarmante durante seu mandato. A segunda crítica diz respeito ao seu recorrente ataque às urnas eletrônicas e ao processo eleitoral democrático no Brasil. A ironia da charge consiste em colocar sua figura desmatando para produzir cédulas eleitorais de papel a partir de madeira florestal.

A votação eletrônica no Brasil teve início nas eleições municipais de 1996, sendo utilizada em 57 cidades, incluindo as capitais estaduais e cidades com mais de 200 mil eleitores, totalizando aproximadamente 32 milhões de eleitores (TSE, 2022). Bolsonaro foi eleito cinco vezes para a Câmara dos Deputados (nas eleições entre 1998 e 2014) e uma vez para presidente (2018), com a utilização da urna eletrônica (Ribeiro; Menezes, 2022). Em 1994, eleito pelo voto impresso, defendeu de maneira feroz a informatização das eleições no Brasil, em reunião do seu partido na época o Partido Progressista Reformador - PPR, alegando que sistema com voto impresso era repleto de fraudes (Roque, 2022). Seu discurso mudou quando foi eleito para o quadriênio 2019-2022, tendo feito nesse período, 183 ataques às urnas eletrônicas, questionando sua segurança (Silva, 2023).

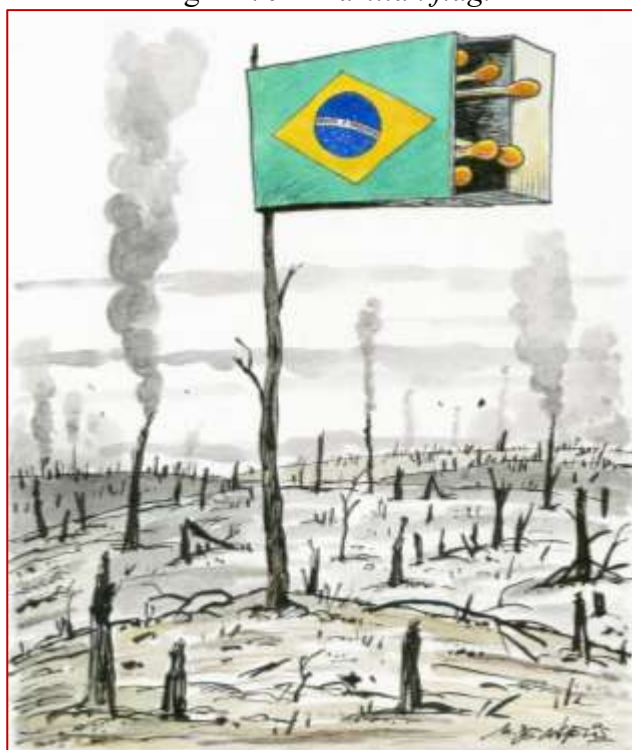
Há uma consistente ligação entre as duas frases da charge, relacionada com a *ameaça*. Em primeira análise, ao manejar a motosserra, Bolsonaro coloca em risco a floresta, pela sua visão da Amazônia como fonte de recursos. Em seguida, esse risco continuaria após sua reeleição, o que ele busca de maneira evidente pela fraude, ao *produzir* mais votos. De qualquer forma, sua postura representada na charge coincide com seu comportamento autoritário, que constantemente prega o uso da força. Tal atitude é descrita por Couto, Couto e Silva (2021) como a tentativa de sujeitar pessoas menos favorecidas às vontades de sujeitos dominantes, infligindo sua posição, desrespeitando as diversas formas de vida e comportamento, o que pode resultar em conduta totalitarista, que se impõe normalmente de maneira agressiva.

Em suma, partindo das reflexões da ADE proposta por Stibbe (2021), em sua charge, Truant, cria uma cadeia de reflexões sobre como a política, na figura de Bolsonaro, gera impactos ao mundo natural, nesse caso a Amazônia, e como se pode utilizar a ironia na linguagem para questionar ações destrutivas ou que rompam os sistemas de interação nos ecossistemas.

7.2.2 As charges e as queimadas na Amazônia

A charge abaixo (Figura 70) foi produzida pelo artista italiano Marco De Angelis e foi publicada no dia 22 de agosto de 2022. Intitulada *Brazilian flag*, ou Bandeira brasileira em tradução livre. Na charge aparecem restos de árvores queimadas, alguns ainda expelindo fumaça, e ao centro uma caixa de fósforo estilizada como a bandeira brasileira, com palitos de fósforos aparecendo por uma abertura.

Figura 70 - *Brazilian flag*.



Fonte: De Angelis (2022).

No site, a frase “a política do governo brasileiro responsável pelo desastroso incêndio na floresta amazônica” explica o contexto da charge (Cartoon Movement, 2025). Entre os dias 10 e 11 de agosto de 2019, ocorreu uma série de incêndios florestais, suspeitos de serem provocados intencionalmente, de maneira coordenada, por produtores rurais, madeireiros e

grileiros, principalmente nos municípios paraenses de São Félix do Xingu, Novo Progresso e Altamira, resultando na queima de cerca de 11,5 km² e que ficou conhecida como Dia do Fogo (Garrido, 2023).

Tal movimento havia sido denunciado dias antes pelo jornal Folha do Progresso, de Novo Progresso-PA. No dia 05 de agosto de 2019, o jornal publicou a fala de uma das lideranças da mobilização, que não foi identificada. “Precisamos mostrar para o presidente (Jair Bolsonaro) que queremos trabalhar e o único jeito é derrubando. E para formar e limpar nossas pastagens, é com fogo”, dizia a fonte no jornal (Piran, 2019). A declaração está alinhada com o discurso estatal da época, representado por Bolsonaro, sobre *desenvolvimento e progresso* na região amazônica.

Tais discursos são amparados pela visão ideológica de determinado grupo, nesse caso o discurso ideológico de direita. Stibbe (2021) entende que ideologias frequentemente se apresentam como verdades inquestionáveis, ocultando sua real essência: são construções discursivas moldadas por contextos históricos específicos. A caixa de fósforo na charge, ostentando a palavra *Progresso*, transparece mais do que um lema nacional. Dá a entender que a estrutura oficial da administração federal fomenta esse progresso, ao mesmo tempo em que é o agente que origina a destruição ambiental. Dessa forma, o discurso oficial, quando replicado por simpatizantes de determinada ideologia, se converte em discurso destrutivo, amparado pela narrativa econômica convencional como única forma de êxito (Stibbe, 2021).

A imagem criada por Marco De Angelis é carregada de simbolismo, que causa impacto e chama à reflexão sobre as políticas de Estado e suas implicações ao meio ambiente. Partindo da ADE, fica claro que algumas práticas ambientais são insustentáveis, já que desrespeitam o direito à vida, para todas as espécies e de maneira inflexível (Couto; Couto, 2015).

A charge de Marian Kamensky⁵⁶, publicada em 27 de agosto de 2019 com o título *Bolsonaro don't need the help*, retrata uma cena durante o episódio das intensas queimadas na Amazônia, em agosto de 2019 (Figura 71). Ao centro da imagem, Jair Bolsonaro, presidente do Brasil na época. Ao fundo, soldados postados diante de um incêndio florestal, que apontam suas mangueiras em direção ao fogo, mas destas não sai água. O motivo é que Bolsonaro está pisando sobre elas, impedindo o fluxo.

⁵⁶ Marian Kamensky nasceu em 1º de abril de 1957 em Levoca, Eslováquia. Aos 12 anos, mudou-se para a vila de Hrachovo, onde começou a desenhar. Em 2010, Marian Kamensky mudou-se para a Áustria, onde vive em Viena e continua seu trabalho criativo na área de ilustrações e desenhos animados (Cartoon Movement, 2025).

A imagem abaixo é uma sátira à intransigência do governo brasileiro, que na época recusou a ajuda do G7⁵⁷ para controlar as queimadas. O Governo Federal, em mais uma manifestação ultranacionalista de governo Bolsonaro, alegou que a suposta ajuda não passava de um pretexto de alguns países a fim de propagar que a Amazônia deveria ficar sobre o controle externo (Ayuso, 2019).

Figura 71 - *Bolsonaro don't need the help.*



Fonte: Kamensky (2019).

A fala de Bolsonaro na charge “*I don't need your immediate G7 help! My soldiers can do it easily!*” (em tradução livre: “Não preciso da ajuda imediata do G7! Meus soldados conseguem lidar com isso facilmente!”), dita a um grupo de bombeiros que representam o auxílio internacional, ilustra bem o comportamento federal durante a crise.

Analisando a linguagem expressa pelo personagem é ponto de contraste com o que o cenário construído na charge. Ao pregar que a situação está sob controle, é desconsiderado completamente o fato de a floresta estar ardendo em chamas e o trabalho dos soldados ser inútil, até pela atitude de Bolsonaro em pisar nas mangueiras, impedindo que a água flua. Essa postura tinha como objetivo alimentar o discurso que cativa sua base eleitoral, a quem esbravejava diariamente teorias conspiratórias sobre as ameaças à soberania nacional. Esse é o típico

⁵⁷ É o nome dado à reunião periódica dos sete países democráticos, entre os mais desenvolvidos economicamente. O grupo é formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. O G7 foi brevemente substituído pelo G8, com a entrada da Rússia. Esse arranjo se desfez a partir da invasão e anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014, quando o G7 voltou à composição original. O G7 se reuniu pela primeira vez em 1975, por iniciativa do então primeiro-ministro alemão Helmut Schmidt e do presidente francês à época, Valéry Giscard d'Estaing (<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/g7>).

comportamento político que Stibbe (2021) entende como movido unicamente para obtenção de vantagens pessoais, eleitorais ou financeiros.

Ainda na imagem, é possível perceber a presença de um osso. Isso representa que a devastação ambiental retratada na charge ceifou vidas. Pela postura do personagem Bolsonaro, isso não parece não lhe incomodar. Isso denota falta de consciência ecológica, além de outras falhas de caráter. Na perspectiva da ADE, os discursos são analisados como elementos que revelam rupturas no equilíbrio ambiental – gerando sofrimento não apenas para indivíduos, mas para toda a teia de vida que compõe um habitat (Couto; Fernandes, 2021). Evitaria isso as pessoas adotarem uma identidade ecológica, a fim de reconhecer os amplos sistemas ecológicos que sustentam a vida, desenvolver maior respeito e zelo por todas as formas de existência e, acima de tudo, serem movidas à ação (Stibbe, 2021).

No dia 02 setembro de 2019, enquanto a Amazônia ardia em chamas, o cartunista Rodrigo de Matos⁵⁸ publicou a charge *BolsoNero* (Figura 72), comparando o então presidente Jair Bolsonaro ao imperador Nero, que segundo a lenda, tocava lira enquanto Roma ardia em um incêndio que durou seis dias, devorando dez dos quatorze bairros da cidade (Tácito, 2022). Na charge, porém, a analogia pode ser analisada além da sátira política - no caso de Nero, uma história com muitas versões sobre seu comportamento – e, na realidade atual, um discurso ideológico e de poder, que normaliza ou minimiza a destruição ambiental.

Figura 72 - *Bolsonero*.



Fonte: Matos (2019).

⁵⁸ Rodrigo é um cartunista português de 37 anos. Faz charges editoriais para o "Expresso" (um dos principais jornais de Portugal) desde 2006. Rodrigo também tem uma charge semanal publicada no jornal diário "Ponto Final", de Macau (China), onde vive atualmente.

A lira na charge sugere um apelo econômico suplantando a situação ambiental na imagem, já que sua sonoridade, ou seja, o som que produz com suas cordas não é simbolizado como claves musicais, mas por cifrões, que representam o dinheiro. *BolsoNero*, é uma fusão de dois governantes que em momentos críticos se utilizaram de certos artifícios para encenar seu próprio esquete, com conotação heroica.

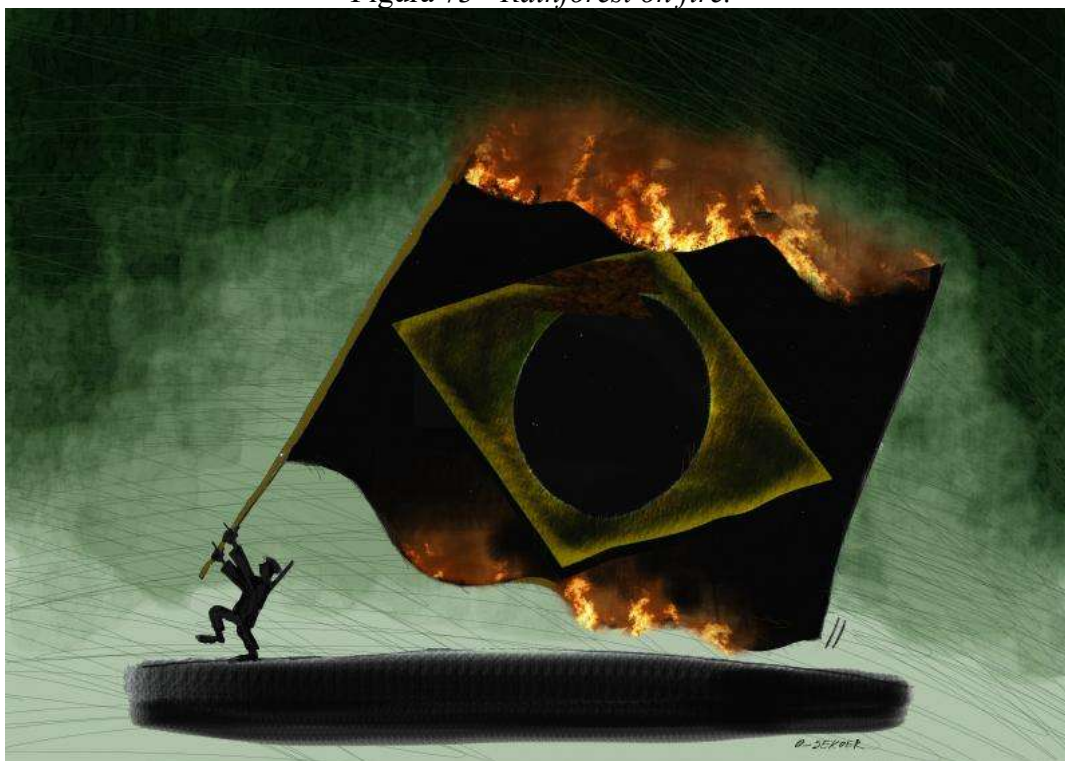
Tácito (2022) narra que Nero, ao perceber que o incêndio desabrigava grande parte da população romana, mandou abrir os portões de seu próprio palácio para abrigar os habitantes, fato que não resultou positivo diante do rumor espalhado de que este cantava em seu teatro particular enquanto Roma queimava. Já Bolsonaro vestiu a fantasia de salvador da pátria. Desde que essa pátria se restringisse aos seus apoiadores, arregimentando em sua volta, com um discurso de violência, religiosos radicais, *conservadores*, uma horda de racistas, preconceituosos e negacionistas de todas as áreas, o que obviamente inclui o negacionismo ambiental.

Em sua composição, a charge apresenta restos de árvores carbonizadas, uma cortina de fogo ao fundo e no céu, fumaça em forma de mapa mundial. A fumaça sugere que as decisões tomadas aqui, que não inibem as queimadas, afetam o mundo de uma maneira geral. Em outra perspectiva, o que não aparece na charge também chama atenção. Esse espaço desolado certamente seria o habitat de muitos animais e de comunidades humanas. Como afirma Stibbe (2021), esse apagamento tem como intenção alimentar uma narrativa. Nesse caso, a ausência provoca reflexão, sobre as consequências que o ataque à natureza produz nos ecossistemas e nas vidas que estes sustentam.

A charge a seguir é de Luc Descheemaeker⁵⁹, um cartunista belga que assina com o pseudônimo *O-Sekoer*. Foi publicada no dia 22 de agosto de 2019 (Figura 73). Na imagem, a figura de um soldado marcha sobre um pedestal. A figura do soldado, com dedos apontados para cima, carrega a bandeira brasileira em chamas, com as cores escurecidas e sem a frase *Ordem e Progresso*.

É, se dúvida, uma imagem com elementos carregado de simbolismo, que recorre a um símbolo nacional, a bandeira, para transmitir uma forte crítica e um alerta acerca da devastação ambiental, especialmente por que foi publicada no período crítico das queimadas na Amazônia brasileira em 2019.

⁵⁹ O cartunista belga Luc Descheemaeker utiliza o pseudônimo 'O-SEKOER' e já recebeu 250 prêmios internacionais de desenho animado, incluindo o 2º lugar no Prêmio Nações Unidas/Ranan Lurie de Caricatura Política Nova York (EUA) 2014 (Cartoon Movement, 2025).

Figura 73 - *Rainforest on fire.*

Fonte: Descheemaeker (2019)

Sobre a bandeira, esta simboliza para as nações, a afirmação de soberania. A brasileira aparece aqui chamuscada e ainda em chamas, retrato de um momento político cheio de incertezas e discursos destrutivos em diversas áreas. A cor verde, que remete às exuberantes matas e que ocupa normalmente a maior parte da bandeira, foi substituído por um tom escuro, quase preto. Além disso, a falta do lema na bandeira sugere que o país atravessa um período em que a *ordem* está ausente, e o *progresso*, constantemente evocado, tanto na ditadura militar quanto no governo de Bolsonaro (2019-2022) como projeto nacional, está sucumbindo. Mais que uma crise ecológica, a imagem sugere uma crise do país enquanto nação.

A gesto do soldado que transporta a bandeira é característico de Bolsonaro. Durante sua campanha, popularizou entre seus seguidores um gesto com o dedo polegar e indicador imitando uma arma de fogo. Mondzain (2015) descreve que imagem pode ser instrumentalizada para exercer dominação, como *arma* política, sendo utilizada não apenas para representar, mas também para comandar gestos, induzindo à sua repetição com o intuito de desencadear ódio ou até mesmo apagar a humanidade de quem não comunga de seus pensamentos.

Assim, a composição com o soldado remete justamente a postura militar, tanto defendida por Bolsonaro em suas campanhas como em sua gestão. A interpretação que se extrai de tal imagem, considerando a ditadura militar e o período da publicação da charge de *O-Sekoer* é que os discursos se alinham em relação ao desenvolvimento econômico e a visão da natureza

como estoque de recursos e mercadorias, com o apagamento discursivo de vidas não humanas (Stibbe, 2012; 2021). É sintomático, percebe-se revisitando Ianni (2019, p. 340), que a Amazônia, repleta e diversa “com suas populações indígenas, sitiantes, caboclas, de posseiros e outros trabalhadores rurais - abre-se ao capital monopolista como uma vasta *fronteira*; converte-se num espaço de grandes negócios fundiários”.

7.2.3 As charges e a Amazônia como vetor econômico

A charge de Gatis Sluka⁶⁰, intitulada *Deforestation in Brazil* (Desmatamento no Brasil, em tradução livre), foi publicada em 7 de março de 2018 (Figura 74). O contexto em que foi criada é o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrido em fevereiro de 2018, que julgou uma série de ações impetradas contra o Novo Código Florestal⁶¹, de 2012.

Figura 74 - *Deforestation in Brazil*.



Fonte: Sluka (2018).

Na imagem é retratada uma paisagem desmatada, com algumas árvores à esquerda da cena. Ao centro, restos de troncos de árvores em meio ao solo desprotegido, sugerindo um corte raso da vegetação, o que indica recente extração de madeira. Ao fundo, mais árvores alinhadas, passando a ideia de que existe ali parte de uma floresta inexplorada. O objeto que simboliza a

⁶⁰ Gatis Sluka é um chargista da Letônia e desenha charges para o jornal Latvijas Avize desde 1998. Trabalha como ilustrador e artista freelancer para veículos de mídia tradicionais e digitais (Cartoon Movement, 2025).

⁶¹ Lei 12.651/2012 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm).

atividade madeireira é uma máquina tipo escavadeira, que sugere que a extração se dá em escala industrial. No lugar da concha, a máquina usa uma bolsa ou carteira recheada de dinheiro, equipada com motosserras como se fossem dentes.

Sobre o Código Florestal e o julgamento do STF, o ponto mais polêmico foi a decisão de manter a constitucionalidade dos artigos 59 e 60. Esses trechos permitiam, de forma clara, uma anistia parcial para desmatamentos ilegais ocorridos antes de 22 de julho de 2008, desde que os produtores rurais se comprometessem a aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Essa decisão foi uma grande derrota para os defensores do meio ambiente, que argumentam que esses artigos poderiam incentivar a exploração ilegal de madeira e recompensar infrações passadas (Branford, 2018). Já para os ruralistas, principais interessados na manutenção dos artigos, o resultado foi satisfatório. O vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na época, Alceu Moreira, afirmou que “há um exagero quando se trata do meio ambiente frente ao progresso do país. Um nunca anula o outro. Eles são complementares. O ganho conquistado hoje mostra isso” (Moreira, 2018).

A voracidade com que se alimenta a máquina da charge remete ao acúmulo de riquezas, no caso oriundos da madeira que a floresta dispõe. Vemos no discurso da FPA, acima, que as tentativas em se garantir a preservação ambiental constantemente estão em choque com interesses financeiros, que não se rogam em invocar a efigie do progresso. Stibbe (2021) destaca que o discurso do ganho financeiro sempre está acima do economizar, quando essa *riqueza* é fruto de atividades que envolvam a exploração ambiental.

Produzir cada vez mais, então, está em desacordo com o que Couto (2020, p. 7) preconiza sobre encarar o ecossistema de maneira holística, que abarca “conceitos e propriedades, como interação, diversidade, adaptação, evolução, porosidade/abertura, redução/reúso/reciclagem e visão de longo prazo”. Essa visão de longo prazo é o que nos permite conviver com a natureza respeitando suas particularidades e noção de tempo.

Maarten Wolterink⁶² assina a charge *Amazon forest: Buy here!* (ou Floresta Amazônica: Compre aqui! em tradução livre), publicada em 6 de agosto de 2019 (Figura 75). Nela, um homem vestindo uma camiseta com a bandeira brasileira estampada e com as feições de Jair Bolsonaro aparece ao lado de uma série de plantas em vasos que formam o mapa da região Amazônica. O restante do mapa do Brasil aparece sombreado, com o personagem sentado em

⁶² Maarten Wolterink nasceu na Holanda em 1964. Após alguns anos na Academia de Artes Willem de Kooning, em Roterdã, começou a trabalhar como cartunista independente em 1992. Desde então, trabalhou para diversos jornais holandeses, cuja colaboração com o *Leidsch Dagblad* data de 1997. Seus trabalhos foram publicados na *France 24*, *Le Monde*, *Washington Post* e *Trouw*. Além de trabalhar em casa, ele faz stand-up comedy e ministra workshops (Cartoon Movement).

uma cadeira sobre ele. Em frente as plantas está uma faixa em que está escrito “Plantas Amazônicas” e, encravadas entre as plantas, três placas que ostentam as expressões “Promoção”, “Liquidação” e “Desconto!”.

Figura 75 - *Amazon forest: Buy here!*



Fonte: Wolterink (2019).

A charge serve para ilustrar pelo menos dois episódios em que Bolsonaro ofereceu a Amazônia para ser explorada pelos EUA. O primeiro aconteceu durante o Fórum Econômico Mundial de 2019, realizado em Davos, na Suíça. Nele, Bolsonaro, em conversa com o ex-vice-presidente estadunidense Al Gore⁶³, afirmou que na Amazônia “temos muitas riquezas. E gostaríamos muito de explorá-las junto com os Estados Unidos” (Sakamoto, 2020). A ironia é que Gore é um ambientalista reconhecido pela conscientização sobre as mudanças climáticas. Meses depois, numa entrevista à Rádio Jovem Pan, Bolsonaro confidenciou que em encontro com Donald Trump, lhe disse: “quero abrir para ele explorar a região amazônica em parceria. Como está, nós vamos perder a Amazônia, aquela área é vital para o mundo” (Deutsche Welle, 2019).

Bolsonaro ao *oferecer* a exploração da Amazônia representava o discurso oficial, passando a impressão de que esse era o desejo soberano da população brasileira. Na verdade, a retórica discursiva de Bolsonaro se utiliza da prática de difundir ameaças e interesses

⁶³ Al Gore é fundador e presidente do The Climate Reality Project, uma organização sem fins lucrativos dedicada a solucionar a crise climática, sócio-fundador e presidente da Generation Investment Management e cofundador da Climate TRACE (Al Gore, 2025 - <https://algore.com/about>).

estrangeiros nas riquezas da Amazônia, como ponto de apoio para explorar a região a qualquer custo. Basicamente uma política de estado, nos moldes do *integrar para não entregar* implementado pela ditadura militar a partir de 1970 (Ramos, 2021).

Utilizando a composição narrativa da charge de Wolterink, mais precisamente sobre as “Plantas Amazônicas”, é possível resgatar um episódio que envolve o ex-ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, que virou réu por ser suspeito de participar em uma organização criminosa que facilitava a exportação ilegal de madeira, conforme denúncia no processo 1002281-37.2021.4.01.3903, da 4ª Vara Federal/Criminal da Seção Judiciária do Pará, onde consta que “servidores do IBAMA, bem como ocupantes de postos de chefia e direção da autarquia ambiental, emitiriam certidões e ofícios em desacordo com as orientações técnicas da equipe da instituição, com o fito de liberar madeira apreendida nos Estados Unidos” (Brasil, 2023).

Esse fato é emblemático de como o governo Bolsonaro tratou as questões ambientais em sua gestão. Uma investigação da Agência de Investigação Ambiental (EIA, em inglês), revelou que nos anos de 2021 e 2022 a área explorada ilegalmente para retirada de madeira no Pará era de 17.800 hectares (Environmental Investigation Agency, 2025). Desde 2021, segundo a investigação do EIA, 53.000 m³ de madeira foram extraídas de cinco áreas licenciadas, com tamanho insuficiente para a produção de tal quantidade. Além disso, parte da madeira considerada ilegal foi exportada para os EUA e para a União Europeia como madeiral legalmente extraída (Environmental Investigation Agency, 2025).

Deixamos por fim o último *anúncio* do Bolsonaro sobre a Amazônia. *While supplies last* (Enquanto durarem os estoques, em tradução livre), reforça o discurso alimentado na gestão bolsonarista, de explorar como se isso representasse pegar o necessário sem se preocupar com as consequências para os habitantes da região. Discursivamente, transformar a Amazônia em uma espécie de mercado remete ao pensamento de Stibbe (2021), de que na perspectiva da política o argumento do mercado é um esteio sustentador do Estado, que se consolida na ação social da comercialização e consumo de mercadoria. E, na visão de Bolsonaro, *enquanto durarem os estoques* é apenas uma estratégia de propaganda, já que na Amazônia as mercadorias são infinitas.

A charge *Jungles of America* (Selvas da América em tradução livre), é assinada pela cartunista colombiana Elena Ospina e foi publicada no dia 27 de agosto de 2019 (Figura 76). Abaixo da charge, no Cartoon Movement (2019), Ospina escreve que *Many economic interests behind the deforestation of the Amazonas and many jungles of South America. S.O.S* (Muitos

interesses econômicos por trás do desmatamento da Amazônia e de muitas selvas da América do Sul. S.O.S., em tradução livre).

Figura 76 - *Jungles of America*.



Fonte: Ospina (2019).

Na imagem temos a substituição da floresta pela pecuária. A ação é representada com duas mãos, uma retirando árvores e a outra colocando uma vaca em um pasto. Na lateral direita, tocos de árvores e ao fundo uma imagem enevoada com desenhos que remetem a chamas de fogo.

A narrativa da charge remete ao ciclo de derrubada da floresta para a atividade pecuária: remoção da vegetação, fogo e a entrada do gado. Pádua (2021) descreve que desde a colonização o gado bovino foi utilizado como ferramenta para a exploração e consolidação territorial no Brasil. Inclusive, o boi não existia aqui antes da invasão, já que foi introduzido pelos portugueses, sendo, portanto, um animal estranho aos ecossistemas (Pádua, 2021). Com a ditadura militar, a invasão bovina avançou para a Amazônia, considerado um grande espaço vazio pelos militares, sujeito a invasões estrangeiras e, ao mesmo tempo, um grande pasto para sustentar a pecuária na região (Ianni, 2019).

Uma das abordagens da pecuária na Amazônia pode ser compreendida sob a ótica de Stibbe (2012; 2021), que trata do apagamento da natureza no discurso. Nesse caso específico, há uma substituição clara de elementos vivos: saem as árvores e entram os bovinos. Isso poderia ser encarado como apenas trocar uma forma de vida. Entretanto, para que o bovino (uma mercadoria) se estabeleça, é necessário a supressão florestal, que não se resume apenas ao corte

de árvores, mas sim a destruição completa de ecossistemas, que também inclui outros seres vivos e o próprio meio físico (Stibbe, 2012; 2021).

Naess (2004, p. 213) chama a atenção para o fato de que o ser humano é uma espécie que tem capacidade de conviver com outras espécies e de manter a sua própria em equilíbrio populacional, entretanto, direcionou seu futuro para a construção de uma sociedade “tecnointustrial” que está destruindo recursos naturais e a si próprio. Essa atitude impacta e destrói a diversidade ambiental para produzir itens com valoração mercadológica, ironicamente impondo valor também as espécies destruídas, pela escassez destas no ambiente (Naess, 2004). Por fim, refletindo sobre a compreensão de Pádua (2021) e retornando à charge e a Amazônia, é incompreensível com a riqueza ecológica da região, o Estado Brasileiro permitir que sua *ocupação* tenha o mesmo protagonista, que 500 anos atrás se espalhou do país com a invasão europeia: o bovino.

Amazon Burger, charge criada pelo cartunista finlandês David Kerr e publicada no dia 5 de setembro de 2019, “explora as ligações entre a indústria da carne bovina e o desmatamento” (Cartoon Movement, 2019). Sua composição central é um hambúrguer, que no lugar da carne tem uma árvore. Ao fundo, uma floresta em chamas e um bombeiro tentando apagar o fogo. Na parte direita, embaixo, a silhueta de duas crianças que aparentar estar saindo da cena. Ao seu lado, um tatu, ao centro uma cobra e, na parte esquerda da imagem, a silhueta de um macaco.

Figura 77 - *Amazon Burger*.



Fonte: Kerr (2019).

O desmatamento vinculado à produção de carne na Amazônia desencadeou uma série de ações do Ministério Público Federal (MPF) brasileiro. Em 2009, o MPF processou frigoríficos no Pará por adquirirem gado de áreas embargadas⁶⁴ pelo IBAMA, por desmatarem de maneira ilegal, e ainda ameaçou com processo supermercados e curtumes que comprassem desses frigoríficos (Barreto *et al.*, 2017). Para fugir das possíveis sanções e suspender processos, frigoríficos assinaram junto ao MPF um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que se comprometiam a não mais adquirir de fazendas com desmatamento posterior a outubro de 2009, com sobreposição territorial em áreas protegidas, incluindo terras indígenas, e propriedades rurais inseridas em cadastro do Ministério do Trabalho por terem sido autuadas em razão da presença de trabalho análogo à escravidão (Barreto *et al.*, 2017; Barreto *et al.*, 2023).

Estas medidas pretendiam combater o desmatamento ilegal e garantir que a carne produzida na Amazônia fosse produzida em áreas em conformidade com a legislação. No entanto, segundo Barretto *et al.* (2023), nas regiões que comercializavam animais com frigoríficos entre 2016 e 2020, o acúmulo de áreas desmatadas foi de cerca de 4,6 milhões de hectares, uma variação de 113%. E, enquanto cresce o desmatamento, a indústria da carne na Amazônia também cresce, registrando um aumento de cerca de 5% entre 2016 e 2022, quando abateu 65.336 cabeças de gado diariamente, segundo relatório elaborado por Barreto *et al.* (2023).

A indústria da carne se transformou em uma linha de produção, em que o produto final oculta a realidade dessa linha. O hambúrguer, que chega perfeitamente embrulhado em sua mesa, recheando um saboroso pão, acompanhado de saladas e batatas fritas, percorreu um longo e doloroso caminho. Esse processo produz invisibilidade e distancia o produto (carne) do ser vivo (animal). Seja na lanchonete ou no supermercado, o que é visualizado pelo consumidor é um belo corte animal, fresco e apetitoso (Heinrich Böll Foundation, 2015). Embora a indústria se utilize de um discurso positivo para promover a produção de carne, seja pelas preocupações ambientais ou com o bem estar animal, a verdadeira motivação é a busca pela lucratividade (Stibbe, 2012).

A charge de Kerr faz uma crítica contundente sobre a extirpação da floresta em favor da produção de carne bovina. Ao incluir elementos da vida animal, que ou fogem ou observam a cena, e pessoas sumindo com suas silhuetas enegrecidas, questiona o discurso do espaço vazio

⁶⁴ Segundo o Artigo 2º da Instrução Normativa 8 do IBAMA, de 25 de março de 2024, “a aplicação de medida de embargo tem por objetivos impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada” (Brasil, 2024).

e testemunha que a Amazônia é viva e pulsa em ecossistemas e na presença ancestral de povos indígenas (Pádua, 2021). A figura do bombeiro, diante da devastação em andamento, pode ser encarada como um discurso benéfico, já que mostra a preocupação e, sobretudo, a ação em reduzir os danos ambientais, fato que pode inspirar outras iniciativas e reverberar positivamente na construção de uma consciência ambiental coletiva (Stibbe, 2021).

7.2.4 As charges e a violência contra os povos amazônicos

A charge *Pray for Amazonia* (Reze pela Amazônia, em tradução livre) é uma criação conjunta do casal Cynthia Sousa e Sam Machado, radicados em Miami-EUA, e foi publicada em 15 de agosto de 2019. A imagem de uma mulher indígena, que protagoniza a charge, remete à Amazônia como território espiritual. Em suas mãos repousa uma árvore cercada por chamas, a exemplo de seu corpo. Ao redor, como uma moldura, uma mancha negra que aparenta ser fumaça.

Figura 78 - *Pray for Amazonia*.



Fonte: Sousa e Machado (2019).

Omama, diz Davi Kopenawa no livro *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami* (2015), que o branco chama de ecologia, é quem rege a floresta e tudo o que está nela. A floresta é viva, não se destrói sozinha, ao contrário, se recicla para garantir que seus habitantes tenham uma vida saudável, em convivência respeitosa e diversa – humanos, vegetais, animais e os espíritos (Kopenawa; Abert, 2015). A mudança de visão do humano na floresta, quando o branco passa a querer dominá-la, extrair suas riquezas e beleza, transforma essa em uma terra sem o sopro da vida, repetindo a destruição que já fizeram em outros lugares (Kopenawa; Abert, 2015). Imaginando que a mulher da charge seja a *Omama* Yanomami, sua expressão e atitude mostram um sinal de resistência, embalando uma árvore que representa a Amazônia toda.

Munduruku (1999, p. 37) afirma que “o mundo tem uma alma”, e isso explica porque os indígenas construíram uma relação afetiva com a natureza. Para o povo Munduruku, a floresta é representada como uma entidade feminina, a quem chamam de “mãe da mata, dos animais e das águas” (Munduruku; Silva, 2023, p. 6). A mãe da mata, de acordo com Munduruku e Silva (2023) é uma mulher que tem o controle da floresta, detentora do poder de agir contra humanos que destroem ou mesmo que adentram na floresta sem seu consentimento. Por isso, respeitar a natureza, a terra como mãe é um ato de veneração a quem deu a vida, o alimento e amor (Munduruku, 2009).

As narrativas acima fazem parte da cosmovisão de dois povos distintos da região amazônica - Yanomami e Munduruku -, que se utilizam da oralidade para transmitir e preservar suas visões de mundo. Em Couto, Couto e Silva (2021), essa interação que ocorre internamente em cada um desses povos se dá pela língua, e, embora sejam habitantes da Amazônia, estão em territórios próprios e falam línguas diferentes, o que dá forma ao ecossistema natural da língua. Pela oralidade exercitam e projetam sua condição de ser social, com intelecto para se comunicar e interagir com o mundo natural.

A charge de Sousa e Machado tem forte apelo reflexivo sobre como as sociedades indígenas se mantêm firmes em defender a natureza, em expressar como a vida na floresta é uma extensão de si e que também resiste, apesar de ser açoitada de maneira constante por atos e discursos voltados para a exploração predatória da Amazônia.

A charge abaixo, *Amazon Covid-19* (Amazônia Covid-19, em tradução livre), publicada em 26 maio de 2020, foi criada pelo cartunista italiano Paolo Lombardi e representa um dos momentos mais trágicos na história recente da humanidade: a pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Na imagem, dois indígenas com semblante triste, um segurando uma pá, estão diante de covas abertas (Figura 79).

Figura 79 - *Amazon Covid-19*.

Fonte: Lombardi (2020).

No dia 31 de dezembro de 2019, as autoridades chinesas comunicaram a Organização Mundial da Saúde (OMS), a ocorrência de um tipo desconhecido de pneumonia em Wuhan, capital da província de Hubei (Martin *et al.*, 2020). Se tratava da Covid-19, que provocou uma emergência em saúde de impacto mundial. Somente no Brasil, cerca de 716 mil mortes foram causadas pela Covid-19 (Brasil, 2025). Entre os povos indígenas, de acordo com Brasil (2025), foram 973 mortes confirmadas. Esses números são contestados por entidades como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e pelo Instituto Socioambiental (ISA), que sistematizaram dados oficiais e identificaram cerca de 1.300 mortes de indígenas provocadas pela Covid-19 (CIMI, 2022).

“A pandemia é um vento muito forte que está soprando sobre nós, vai balançar as árvores, vai levar as folhas, é uma forte tempestade e precisamos ser muito firmes para resistir” (Munduruku; Chaves, 2021, p. 11). Essa é a reflexão de Alessandra Korap Munduruku, ciente das inúmeras vezes em que doenças trazidas pelo branco dizimaram povos indígenas. O vírus chega até as aldeias levado pelos causadores de outras formas de violência com esses povos,

incubado em garimpeiros e madeireiros ilegais, causando a morte de membros sagrados, os longevos guardiões das memórias ancestrais (Munduruku; Chaves, 2021).

Para o povo Yanomami, essas epidemias trazidas pelo branco são chamadas *Xawara*, que também serve para designar os males originados pelo garimpo, pela *fumaça* do ouro extraído da terra e posteriormente derretido (Kopenawa, 1990). A percepção do xamã Davi Kopenawa sobre as epidemias demonstra a relação que existe entre a insana ganância com que opera a valoração econômica do cotidiano e o adoecimento. Nesse caso, a defesa institucionalizada da economia propiciou o avanço da pandemia em centros urbanos e levou a morte para todos os cantos do planeta.

No Brasil, a personificação do discurso pró-economia foi a figura de Jair Bolsonaro, então presidente brasileiro. Em pronunciamentos públicos, por várias vezes Bolsonaro questionou as medidas que previam isolamento social e quarentena, argumentando que isso seria prejudicial à economia do país, colocando a preservação da vida sempre em um plano secundário (Araújo, 2020). Economia, para Krenak (2020, s.p.) é intangível, representada pelo acúmulo de riqueza material, e inútil do ponto de vista prático, já que “ninguém come dinheiro”.

Nessa lógica, a humanidade se dividiu entre quem ignora (ou deseja ignorar) que o planeta enquanto organismo é indissociável do ser humano e em grupos que se sentem seguros e vivos ao comungar da natureza que a Terra oferece generosamente, como se fosse uma mãe (Krenak, 2020). A lamentar, além obviamente das mortes, é que passado o susto e o surto, as atenções da humanidade, em sua grande parte voltaram ao *antigo normal*⁶⁵, conforme previsto por Krenak (2022), de que a pandemia não seria aprendizado, apenas devastadora, já que o dinheiro novamente está no topo dos interesses humanos.

Stibbe (2021) considera que apesar de todo o pânico inicial causado pela Covid-19, com o passar do tempo surgiram grupos de suporte em comunidades, que objetivavam facilitar a vida de pessoas em dificuldade e com vulnerabilidades. Esses grupos pelo mundo incluem os indígenas da Amazônia Brasileira, que se organizaram para enfrentar a pandemia, por meio de associações, cobrando ações do poder público quanto a estrutura de saúde e o respeito ao isolamento voluntário dos povos indígenas (Rosa, 2022).

O cartunista cubano, radicado na Irlanda, Brady Izquierdo Rodríguez assina a charge *Killer parasite*, publicada no dia 14 de julho de 2020 (Figura 80). Nela, a representação de uma cobra, com a pele estampada com a bandeira do Brasil e a cabeça do ex-presidente Jair Bolsonaro com a boca ensanguentada, aparenta estar perfurando o solo que sangra em uma

⁶⁵ Uma contradição ao Novo Normal, expressão popularizada durante a pandemia (nota do autor).

floresta devastada. Acima, a figura de um indígena, com o corpo integrado à floresta, parece estar tentando fugir dessa destruição. Abaixo da charge publicada no Cartoon Movement, aparece como descrição: “*The President of Brazil has brought his country to a very difficult health situation, and he is destroying the territory of the Amazon and the indigenous communities with his dirty policies*”⁶⁶ (Cartoon Movement, 2020).

Figura 80 - *Killer parasite.*



Fonte: Rodríguez (2020).

A charge de Rodríguez apresenta uma proeminente relação com a obra de Daniel Iberê, IIRSA – A serpente do capital (2015). As duas expõem a natureza e seus recursos são

⁶⁶ “O presidente do Brasil levou seu país a uma situação de saúde muito difícil e está destruindo o território da Amazônia e as comunidades indígenas com suas políticas sujas” (Tradução livre).

explorados indiscriminadamente, deixando um rastro de morte e devastação. A Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) surgiu em 2000, durante reunião de presidentes de países da América do Sul, em Brasília, com o objetivo de implementar projetos de infraestrutura regionais (Iberê, 2015). Para justificar as investidas sobre o espaço de povos indígenas e outras comunidades locais, o artifício discursivo que a IIRSA utiliza é antigo, mas eficiente, embuçado em termos como desenvolvimento, integração e progresso (Iberê, 2015).

A serpente da charge, em uma atitude ameaçadora, reproduz muito bem a investida que Bolsonaro tentou a todo custo copiar da ditadura militar. Ainda candidato, fez questão de deixar claro que em seu governo não haveria demarcação de terras indígenas, defendendo abertamente, também, que as terras indígenas precisam ser exploradas, já que guardam muitas *riquezas* que são de interesse nacional (APIB, 2021). Quem sangra não é a serpente, mas sim a terra onde estão ecossistemas complexos, que se equilibram há muito tempo, institucionalmente atacada, revelando que destruir era uma política de Estado.

Ao indígena, perseguido pela serpente, só resta resistir. Ou fugir. Iberê (2015) narra que a serpente chegou aqui pequena, há muito tempo, trazendo como presentes espelhos e doenças, que espalhou para os povos que aqui habitavam. Sua fome era (e continua) insaciável, e, “quanto mais comia, mais fome tinha: gentes, ouro e prata, não saciaram sua fome continental” (Iberê, 2015, p. 24). Dizimou sociedades inteiras, em guerras e epidemias. Foi a morte do corpo, de riquíssimas memórias e de línguas (Jecupé, 2020).

Para Stibbe (2021, p. 86) a estratégia em se vender a ideia da economia sempre como algo positivo precisa ser desconstruído pela ADE, já que os indicadores econômicos são construídos a partir da exploração da percepção social, não de resultados concretos sobre o indivíduo, em aspectos como “felicidade e bem-estar”, mas refletem sim, na destruição do mundo natural e de seu equilíbrio ecológico.

A charge intitulada *Violence suffered by indigenous peoples* (Violência sofrida pelos povos indígenas, em tradução livre), foi criada pelo cartunista brasileiro Thiago Lucas⁶⁷ e publicada no dia 11 de maio de 2020 (Figura 81). Na imagem, a figura de um indígena sentado de costas, com algumas partes do corpo na cor verde. Uma máquina escavadeira está rasgando suas costas, de onde escorre sangue e parte da matéria verde já está no chão. Na sua frente, linhas vermelhas que lembram cercas de arame farpado. O fundo da imagem é uma mistura de vermelho e preto, gerando uma atmosfera sombria, que remete à violência e opressão.

⁶⁷ “Cartunista e ilustrador do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação. Graduado em História (UFPE). Pós-graduado em História do Nordeste (Unicap). Premiado em concursos de humor pelo mundo” (Cartoon Movement, 2025).

Figura 81 - *Violence suffered by indigenous peoples.*



Fonte: LUCAS (2020).

Nessa charge, estão representadas algumas das violências e ameaças a que são submetidos diariamente os povos indígenas: garimpo ilegal, desmatamento, invasão de territórios e o avanço do agronegócio sobre as terras indígenas. Eis a escavadeira como símbolo de dor e destruição. Por sua relação umbilical com a floresta, qualquer dano a ela causado irradia para os povos indígenas (Baniwa *et al.*, 2023). Dados compilados do relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil*, editado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), mostram que durante os quatro anos do governo Bolsonaro, as violências contra povos indígenas aumentaram consideravelmente. O relatório aborda a violência sob três categorias: contra o patrimônio, contra a pessoa e por omissão do poder público (CIMI, 2023).

De acordo com o CIMI (2023), entre 2019 e 2022 foram registradas 1.540 ocorrências de violência contra o patrimônio dos povos indígenas, destacando-se episódios de retirada de madeira, garimpo, caça e pesca ilegais e tentativas de grilagem de terras. No mesmo período, os crimes contra a pessoa indígena registraram 1.495 casos, incluindo assassinatos, homicídios e tentativas, ameaças diversas e violência sexual (CIMI, 2023). E, por último, as violências por omissão do poder público, que incluem mortes por falta de assistência em saúde, mortalidade infantil e suicídio registraram 4.995 casos (CIMI, 2023).

A omissão como projeto, posta em ação pelo governo Bolsonaro, foi a causa de uma onda de atentados aos povos indígenas, culminando com a morte de lideranças e de ativistas.

Uma verdadeira rede criminosa instrumentalizada pelo discurso oficial se lançou em ofensiva sobre comunidades amazônicas, como narram Rangel e Liebgott (2023), de que Bolsonaro se utilizou de órgãos ligados aos assuntos indígenas para atacar direitos, gerar insegurança jurídica e, literalmente, passar a boiada, banalizando a violência contra os povos indígenas.

Em 1º de novembro de 2019, uma emboscada armada por madeireiros ilegais na TI Arariboia, no Maranhão, vitimou Paulo Paulino Guajajara e deixou ferido Laércio Guajajara, ambos membros do grupo Guardiões da Floresta, que desde 2016 faz o monitoramento e fiscalização da TI Arariboia e da TI Caru, combatendo a ação de madeireiros e outros invasores que constantemente adentram as TI's (Domenici; Quadros, 2019; Guajajara, 2023).

Janildo Oliveira Guajajara é outro exemplo de violência contra lideranças indígenas. No dia 03 de setembro de 2022, em Amarante do Maranhão-MA, Janildo voltava em uma moto para a aldeia, com seu sobrinho de 14 anos na garupa, quando foram alvejados por disparos de arma de fogo, o que causou a morte de Janildo (Gonçalves, 2022). Alvo de constantes ameaças, Janildo, que também fazia parte do grupo Guardiões da Floresta desde 2018, é mais uma vítima desses conflitos que já custaram a vida de seis de seus cerca de 120 membros (CIMI, 2023; Guajajara, 2023).

A violência, vista pela ótica da ADE, demonstra o desrespeito com a vida e com a diversidade (Couto; Couto; Silva, 2021). As atitudes de confronto geram, não raramente, violências como as que os indígenas são submetidos constantemente, geradas pela falta de empatia, de respeito às diferenças e, dando ênfase, a resposta da comunhão de discursos entre autoridades e agressores. Tais discursos colocam em evidência termos superficiais ligados, principalmente à economia, como desenvolvimento e progresso, abstraindo o valor das vidas envolvidas, humanas ou não (Couto; Couto, 2016).

Assim encerramos as análises das propagandas e das charges. Um processo árduo, que suscitou sentimentos confrontantes e, por vezes, angústia. Os discursos elaborados pela ditadura colonizadora deixaram transparecer como a proposta estatal se centrou na exploração econômica, em detrimento às consequências ambientais negativas, ao deterioramento de estruturas sociais milenares e na alteração abrupta da relação do ser humano com o mundo natural na região amazônica. Por outro lado, a percepção dos artistas em suas charges contrapõe a ânsia capitalista em explorar a Amazônia, expondo as profundas e brutais violências utilizadas para atingir objetivos econômicos e dominadores. Esperamos que a leitura das análises seja tão proveitosa para você, leitor, como foi inquietante e desafiadora para nós.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho buscamos ampliar as percepções acerca da investida estatal sobre a região amazônica brasileira, as estratégias discursivas utilizadas para convencer a opinião pública acerca do papel da Amazônia no desenvolvimento do Brasil e quais as implicações para o meio ambiente, que se expandem de escala local para global. Mesmo não sendo pretensão recente, já que remonta ao processo de invasão europeia nos séculos XV e XVI, a obsessão por dominar a Amazônia reacendeu-se a partir da década de 1970, com os projetos faraônicos da Ditadura Militar.

O primeiro passo do processo da invasão recente na Amazônia, foi reafirmar o mito de que a região era um vazio demográfico, uma enorme parcela de terra rica em recursos naturais, porém desabitada. Tal atitude desconsiderava completamente a presença de povos indígenas e de outras comunidades, oriundas de movimentos migratórios anteriores, incentivados ou espontâneos. A visibilidade dada pelo Estado aos indígenas principalmente, está calcado na necessidade de realizar obras em seus territórios, momento que passam a ser empecilho para o *progresso*.

Acontece que pesquisas arqueológicas revelaram que as sociedades autóctones da região amazônica antropizaram de maneira consciente seus territórios, produzindo alimentos e construindo habitações para os numerosos membros de suas comunidades. Prova disso é a Cultura da Selva Tropical, esteada na relação harmoniosa entre distintas sociedades, com trocas comerciais, de produtos oriundos da caça e pesca e produção de tubérculos. Outra descoberta recente, de 2018, aponta para a domesticação do arroz selvagem na Amazônia, cerca de 4.000 AP. Dessa forma, considerar que a Amazônia fosse um espaço vago não condiz com a história da região.

Além disso, a ascensão dos militares ao poder, reacendeu o nacionalismo, e, um dos receios era de que a Amazônia fosse invadida e tomada por outros países. Então, surge o lema *integrar para não entregar*, que buscava mobilizar a sociedade brasileira em favor de uma grande movimentação para *ocupar* a Amazônia. É lançado então, pelo governo federal, o Plano de Integração Nacional (PIN), que visava criar mecanismos para gerar desenvolvimento econômico por todo o Brasil, em especial para a região Amazônica. O discurso era calcado na campanha “homens sem terra, para terra sem homens”, justificativa para incentivar a migração de habitantes de outras regiões para a Amazônia.

Durante a pesquisa, foi possível constatar que houve uma forte campanha publicitária para promover as ações do Estado na invasão da Amazônia. Para tanto, órgãos como SUDAM

e BASA agenciaram junto com empresas financiadas com dinheiro público, na produção de peças de propaganda que vendiam a ideia de que a região precisava ser *explorada*, já que seu potencial econômico era imensurável e não poderia ser desperdiçado. Empresas como a Volkswagen, Grupo Sílvio Santos, Construtora Mendes Junior, Vale e União de Bancos foram alguns desses aliados da Ditadura Militar em sua investida contra a Amazônia.

Ao analisar as propagandas da época sob a ótica da ADE, foi possível verificar que a natureza é apagada propositalmente. O que se destaca nessas peças publicitárias é o culto ao desenvolvimento econômico em detrimento dos efeitos nocivos nos ecossistemas da região. Houve um engajamento forte da imprensa nacional em ratificar as ações governamentais, seja por meio da publicação de anúncios ou na produção de edições especiais sobre a Amazônia, demonstrando as potencialidades e riquezas da região.

Nas charges com temática ambiental, a crítica às investidas exploratórias e predatórias do capital em direção a Amazônia, mobiliza cartunistas de várias partes do mundo. Essas criações refletem a guinada econômica entre 2016 e 2022, que a exemplo da Ditadura Militar, se esteia sobre o discurso desenvolvimentista e nacionalista, da exploração e da defesa da Amazônia de intervenções estrangeiras. Com a ADE, foi possível extrair das charges a contradição proposta pelas ações oficiais e o resultado prático nefasto sobre o ambiente e as sociedades que habitam a região amazônica.

Sobre os estudos da ADE, conseguimos perceber que as possibilidades de aplicação são muito amplas, visto que promove a expansão das percepções sobre o discurso, ambiente e populações. Pela sua característica holística, seus olhares abrangem mais do que as condições negativas do discurso, oferecendo aos estudiosos a condição de projetar resoluções positivas para determinadas situações conflituosas. Por ser uma matéria ainda jovem e ao mesmo tempo empolgante de ser estudada, esperamos que trabalhos como esse possam despertar em outros pesquisadores a viabilidade de aplicá-la em seus estudos.

Por fim, a Amazônia é um tema fascinante e com desdobramentos inúmeros. Por isso, esta pesquisa não pode ser considerada finalizada, mas sim, uma etapa concluída. Este pesquisador é inquieto por natureza, e por isso mesmo não vislumbra abandonar as pesquisas sobre a Amazônia e seus povos, mas, ao contrário, se sente cada vez mais envolvido com a exuberante história da região. Estudar a Amazônia me fez adentrar em suas matas, percorrer rios, dialogar com indígenas e ribeirinhos e, sobretudo, respeitar esse espaço como se fora

minha própria casa, sentir suas dores e perceber sua grandeza. *Mátsia pidzeekátaka nólhio, Amazônia!*⁶⁸

⁶⁸ Obrigado, Amazônia!, na língua Baniwa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A CRISE da borracha. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 8-12, fev. 1949. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/49225/48036>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- ACKER, Antoine. “O maior incêndio do planeta”: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 68, p. 13–33, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/XDXZs5W94Jrtgf3q8dK78Xh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2023.
- ACKER, Antoine. **Volkswagen in the Amazon. The tragedy of global development in modern Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- ACUÑA, Cristobal. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas. In: CARVAJAL, Gaspar; ROJAS, Alonso; ACUÑA, Cristobal de. **Descobrimientos do rio das Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- ADORNO, Theodor W. Progresso. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 27, p. 217–236, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/DKXQ4MsxVrmYpQzS33w8T4n/>. Acesso em: 19 maio 2024.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Tocantins (Situação atual)**. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/tocantins>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. **Resolução nº 382, de 11 de julho de 2002**. Brasília: ANEEL, 2002. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/res2002382.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- AGUIAR, Leonel Azevedo de; SCHAUN, ângela. Heurística do medo: mídia e meio ambiente na sociedade de risco. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, Curitiba, v. 1, n. 2, 2011. DOI:<http://dx.doi.org/10.5380/am.v1i2.26423>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/26423/17631>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- ALBUQUERQUE, Davi. Língua, comunidade e pluricentrismo à luz da Ecolinguística. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 7, n. 2, p. 101–122, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/39374/30644>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- ALBUQUERQUE, Renan. **Balbina: vidas despedaçadas**. São Paulo: Alexa Cultura, 2019.
- ALENCAR, Ane; MARTENEXEN, Luis Felipe; GOMES, Jarlene; *et al.* **Amazônia em Chamas nº 12 - Nota técnica**. Brasília: IPAM, 2024. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Amazonia-em-Chamas-12_v01.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.
- ALEXANDER, Richard; STIBBE, Arran. From the analysis of ecological discourse to the ecological analysis of discourse. **Language Sciences**, v. 41, p. 104–110, 2014. Disponível

em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0388000113000946>>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ALMEIDA, Lalo de. Pescadores arrastando canoa durante estiagem em 2022 na Volta Grande do Xingu. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/10/ribeirinhos-do-xingu-ficam-sem-peixe-apos-belo-monte-e-ibama-quer-reparacao.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ALVES FILHO, Manoel Sebastião; PIOVEZANI, Carlos. Discursos sobre os animais na sociedade brasileira contemporânea. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 24, p. 1–18, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ld/a/n4KLwcgXZYSqfHyFHKSYY7G/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Crescimento demoeconômico no Antropoceno e negacionismo demográfico. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p.1-25, 2022. DOI:

AMATO, Gabriel. “**Aula prática de Brasil**”: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985). Dissertação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/47334/1/AMATO%2C%20Gabriel.%20Aula%20pr%C3%A1tica%20de%20Brasil%20-%20ditadura%2C%20estudantes%20universit%C3%A1rios%20e%20imagin%C3%A1rio%20nacionalista%20no%20Projeto%20Rondon.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

AMPUERO, Angela *et al.* The forest effects on the isotopic composition of rainfall in the northwestern Amazon Basin. **JGR Atmospheres**, v. 125, n. 4, 27 Feb 2020. Disponível em: <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1029/2019JD031445>. Acesso em: 20 set 2022.

ANDRADE, Gilciandro Prestes de. A Amazônia e o Projeto Grande Carajás: entre as tentativas de desenvolvimento da região e os problemas causados às populações indígenas. **Mundo Amazônico**, v. 6, n. 2, p. 5–19, 2016.

ANDREAE, Meinrat O. *et al.* Biomass-burning emissions and associated haze layers over Amazonia. **Journal of Geophysical Research**, v. 93, n. D2, p. 1509–1527, 1988. Disponível em: <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1029/JD093iD02p01509>. Acesso em: 12 set. 2022.

ANGUS, Ian. **Facing the Anthropocene**: fossil capitalism and the crisis of the Earth System. New York: Monthly Review Press, 2016. Antropologia, *[S. l.]*, v. 7, n. 1-2, p. 49-64, 1959. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1959.110391. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110391>. Acesso em: 3 out. 2022.

APESP. Catálogo da Exposição Júlio Prestes, o último presidente da República Velha. Arquivo do Estado, 2016. Guia do Acervo. Disponível em: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/julio-prestes>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ARARA, Adalton Ferreira do Nascimento; FERREIRA, Eduardo Xavier; MÜLLER, Regina Polo; UTSUNOMIYA, Renata. A Casa de Memória Leôncio Arara e os Arara da Volta

Grande do Xingu. **Espaço Ameríndio**, v. 14, n. 1, p. 157–190, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/100737>. Acesso em: 25 set. 2022.

ARAÚJO, Gilberto Paulino de. Coronavírus, discurso e opinião pública: a vida ou o lucro. **Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)**, v. 6, n. 3, p. 73–94, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/34513>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ARAÚJO, Gilberto Paulino de. Florestas “(im)plantadas” e o discurso “verde” do agronegócio: um olhar sob a perspectiva da análise do discurso ecossistêmica. In: COUTO, Hildo Honório do; SILVA, Anderson Nowogrodzki da (Orgs.). **Boletim do Geple - Nº 10**. Brasília: GEPLÉ, 2022.

ARAÚJO, Gilberto Paulino de. **O conhecimento etnobotânico dos Kalunga**: uma relação entre língua e meio ambiente. 2014. 218 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ARAUJO, Roberto; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Desmatamento e as ideologias da expansão da fronteira agrícola: o caso das críticas ao sistema de monitoramento da floresta amazônica. **Sustainability in Debate**, Brasília, v. 10, n. 3, p. 354–378, 2019. DOI: 10.18472/SustDeb.v10n3.2019.27258. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/27258>. Acesso em: 22 nov. 2023.

ARBACH, Jorge Mtanios Iskandar. **O fato gráfico**: o humor gráfico como gênero jornalístico. 2007. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-22072009-182433/pt-br.php>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ARISTÓTELES. **A política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque e; MARIANO, Francisca Zilania; SIMONASSI, Andrei Gomes. Causas do desmatamento no Brasil e seu ordenamento no contexto mundial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 1, p. 119–140, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/pYBBTKchmnRTsYjMCqDtjxJ/>. Acesso em: 1 maio 2025.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?. **Revista USP**, [S. l.], n. 103, p. 13-24, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i103p13-24. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Dossiê internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil 2021**. APIB, Brasília, 2021. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2021/08/DOSSIE_pt_v3web.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.

ASTRADA, Carlos. **Hegel y la dialéctica**. Buenos Aires: Kairós, 1956.

AUDI, Amanda. O passado garimpeiro de Bolsonaro – e o perigo que essa paixão representa para a Amazônia. **Intercept Brasil**, 2018. Disponível em:

<https://www.intercept.com.br/2018/11/05/passado-garimpeiro-bolsonaro/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

ÁVILA, Ximena. Caricatura. In: FLORES, Ana Beatriz (Cord.). *Diccionario crítico de términos del humor y breve enciclopedia de la cultura humorística argentina*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2014.

AXELROD, Alan. **Selling the Great War: the making of American propaganda**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

AYUSO, Silvia. G7 anuncia fundo emergencial para Amazônia, mas Planalto planeja rejeitar verba. **El País Brasil**, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/25/internacional/1566742673_646488.html>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BACCHETTA, Victor. El periodismo ambiental. In: BACCHETTA, Victor (Org.). **Ciudadanía planetaria**. Montevideo: IFEJ/FES, 2000. p. 18-21.

BADASH, Lawrence. Henri Becquerel. In: **Encyclopædia Britannica**. Chicago: The Britannica Group, 2018. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Henri-Becquerel>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BADASH, Lawrence. Pierre Curie. In: **Encyclopædia Britannica**. Chicago: The Britannica Group, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Pierre-Curie>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BAGÚ, Sérgio. **Economía de la sociedad colonial**. Ensayo de historia comparada de América Latina. Buenos Aires: El Ateneo, 1949.

BALÁN, Jorge (Org). **Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo: Difel, 1974.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961—1964)**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BANIWA, André; SURUÍ, Gasodá Paiter; MUNDURUKU, Beka; *et al.* Somos Amazônia: saberes, desafios e visão de futuro dos povos da floresta - Agência BORI. **Agência BORI**, 2023. Disponível em: <https://abori.com.br/artigos/somos-amazonia-saberes-desafios-e-visao-de-futuro-dos-povos-da-floresta/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BARBALHO, Marcelo. Do engajamento cívico ao massacre da ponte: a fotografia e a sua contribuição à análise das relações sociais no garimpo de Serra Pelada. In: **10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**. Fortaleza: Compolítica, 2023. Disponível em: https://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2023/05/GT03_Barbalho-marcelo-leite-barbalho.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

BARBARA, Leila; MACÊDO, Célia Maria Macêdo de. Linguística sistêmico-funcional para a análise de discurso um panorama introdutório. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 10, n. 1, 2009.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Retirantes cearenses na província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877-1879). **Revista brasileira de história**, v. 35, n. 70, p. 131–155, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/HHtgr7H83cgfjWqdbbwQ67k/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 maio 2024.

BARNOSKY, Anthony D.; MATZKE, Nicholas; TOMIYA, Susumu; *et al.* Has the Earth's Sixth Mass Extinction Already arrived? **Nature**, v. 471, n. 7336, p. 51–57, 2011. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/nature09678>>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BARRETO, Paulo; PEREIRA, Ritaumaria; BRANDÃO JR., Amintas; BAIMAS, Sara. **Os frigoríficos vão ajudar a zerar o desmatamento na Amazônia?** Belém: Imazon; Cuiabá: Instituto Centro da Vida, 2017. Disponível em: <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/Frigorificos%20e%20o%20desmatamento%20da%20Amaz%C3%B4nia.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BARRETO, Paulo; PEREIRA, Ritaumaria; ROCHA, Arthur José da Silva. **Da “escassez” à abundância: o caso da pecuária bovina na Amazônia.** Belém: Amazônia 2030, 2024. Disponível em: <<https://bit.ly/amz2030-n62>>. Acesso em: 10 maio 2025.

BARRETO, Paulo; PEREIRA, Ritaumaria; ROCHA, Arthur José da Silva; TRIGUEIRO, Camila. **A cadeia de produção de carne continua contribuindo para o desmatamento na Amazônia.** Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2023. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/t1100022.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BARROS, Juliana Neves. **A mão de ferro da mineração nas terras de Carajás.** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2024.

BASTA, Paulo Cesar (Org.). **Impacto do mercúrio em áreas protegidas e povos da floresta na Amazônia: uma abordagem integrada saúde-ambiente - Relatório Técnico.** Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP, 2024.

BATISTELLA, Mateus; ROBESON, Scott; MORAN, Emilio. F. Settlement design, forest fragmentation, and landscape change in Rondônia, Amazônia. **Photogrammetric Engineering; Remote Sensing**, v. 69, n. 7, p. 805-812, 2003. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/105812/1/1236.pdf>. Acesso em: 10 ago 2022.

BAUDELAIRE, Charles. **Lo cómico y la caricatura.** Madrid: Visor, 1988.

BAUDELAIRE, Charles. **Oeuvres complètes: curiosités esthétiques.** Paris: Calmann-Levy, 1918.

BAUDRILLARD, Jean. **La sociedad de consumo: sus mitos, sus estructuras.** Madrid: Siglo XXI, 2009.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação.** Trad. Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R. **Ecologia: de indivíduos a ecossistemas**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BENCHIMOL, Samuel. **O cearense na Amazônia: Inquérito Antropogeográfico Sobre um Tipo de Imigrante**. Rio de Janeiro: SPVEA, 1965.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Um Pouco-Antes e Além-Depois**. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977.

BETA ANALYTIC. **Datação por Radiocarbono e Arqueologia**. Carbon Dating Service, AMS Miami - Beta Analytic. Disponível em: <https://www.radiocarbon.com/portugues/arqueologia.htm>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BIAVATTI, Cidiclei Alcione. **Stone after stone: a desconstrução da charge rupestre de Dan Piraro**. 2019. 193f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2019.

BIAVATTI, Cidiclei Alcione; ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Arte rupestre e charge: uma relação construída no tempo... *In*: OLIVEIRA, Gabriel F. de; PAIVA, Leandro; JUSTAMAND, Michel; ALMEIDA, Vitor José Rampaneli de (orgs). **Arte rupestre brasileira**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

BLOCH, Arnaldo. **Os irmãos Karamabloch: Ascensão e queda de um império familiar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BONÁCIO, Daiany. A teoria do discurso no cenário linguístico: uma nova via para o embate interior x exterior nos estudos da linguagem. **Acta Scientiarum Language and Culture**, v. 39, n. 4, p. 407–417, 2017.

BONFIGLIOLI, Cristina Pontes. Terra, nossa casa: superfície, cor e acontecimento na concepção ecológica da imagem da Terra. **Ghrebh- Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia**, v. 1, n. 13, p. 131–161, 2009. Disponível em: https://www.cisc.org.br/portal/jdownloads/Ghrebh/Ghrebh-%2013/09_bonfiglioli.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. A natureza da pandemia: uma análise ecolinguística crítica das representações do meio ambiente em textos sobre o coronavírus. **Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)**, v. 6, n. 3, p. 11–36, 2020.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOTELHO, Jonas; COSTA, Stefany C. P.; RIBEIRO, Júlia G.; *et al.* Mapping Roads in the Brazilian Amazon with Artificial Intelligence and Sentinel-2. **Remote Sensing**, v. 14, n. 15, p. 3625, 2022. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2072-4292/14/15/3625>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BOXUS, Dominique M. P. G. A França no século XIX: história, literatura e arte. Uma contribuição para os estudos em literatura comparada no Brasil. **A Palo Seco – Escritos de Filosofia e Literatura**, São Cristóvão-SE: GeFeLit, n. 2, p. 48–57, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/apaloseco/article/view/n2p48>. Acesso em: 21 ago. 2025.

BRAGA, Magno Michell Marçal. **Construtores do Brasil Grande**: trabalho e trabalhadores na rodovia Transamazônica (1970-1974). Tese, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2020. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/96377>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRAIT, Beth. Reflexões dialógicas: de olho no verbal, piscando para a imagem. In: MACHADO, Ida Lucia; LIMA, Helcira; LYSARDO-DIAS, Dylia (Orgs.). **Imagem e discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2013, p. 307–322.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In.: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Editora Da Unicamp, 2002.

BRANFORD, Sue. ONGs: a decisão do STF sobre o Código Florestal é, em grande parte, ruim para o meio ambiente e para a Amazônia. **Mongabay**, 2018. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2018/03/ongs-decisao-do-stf-codigo-florestal-grande-parte-ruim-meio-ambiente-amazonia/>>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL, Bruno. **Manchete**. Biblioteca Nacional Digital, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/manchete/> Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL, Bruno. Realidade: a mãe das atuais revistas jornalísticas no Brasil. **BNDigital**, 2021. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-realidade-a-mae-das-atuais-revistas-jornalisticas-no-brasil/>>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL, Iací Dandara Santos; MALLMANN, Adriane Avelhaneda; DALLA CORTE, Ana Paula; *et al.* PADRÃO DE DESMATAMENTO NAS PRINCIPAIS RODOVIAS FEDERAIS DA AMAZÔNIA LEGAL. **BIOFIX Scientific Journal**, v. 8, n. 2, p. 59, 2023.

BRASIL. 4ª Vara Federal/Criminal da Seção Judiciária do Pará. Petição Criminal. Processo nº 0054910-53.2021.1.00.0000. Relator: Juiz Federal Substituto Gilson Jader Gonçalves Vieira Filho. Data: 28/08/2023.

BRASIL. **Brasil 1942**: recursos e possibilidades. Rio de Janeiro: Divisão Econômica e Comercial - Itamaraty, 1943. Disponível em: <https://ia903406.us.archive.org/11/items/brasil1942recurs1942mini/brasil1942recurs1942mini.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. **BRASIL 1943 - 1944**: Recursos, Possibilidades. Divisão Econômica e Comercial – Itamaraty: Rio de Janeiro, 1944.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n^o 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. **Covid-19 Casos e Óbitos**. infoms.saude.gov.br. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Decreto Federal n^o 68.907, de 13 de julho de 1971. Cria a Reserva Indígena de Waimiri-Atroari, situada no Município de Airão, Estado do Amazonas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68907-13-julho-1971-411391-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. Decreto n^o 86.630, 23 de novembro de 1981. Declara interditada, temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas, área que discrimina nos Municípios de Novo Airão e Itapiranga, no Estado do Amazonas, e Caracaraí, no Território Federal de Roraima, e da outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1981/d86630.html. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. **Instrução Normativa n^o 8**, de 25 de março de 2024. Consolida critérios de análise e disciplina sobre o procedimento de pedidos de cessação de efeitos de medidas de embargo de obra ou atividade aplicadas em áreas rurais. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=139392>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Lei n^o 14.701, de 20 de outubro de 2023 - Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis n^{os} 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14701.htm#art32. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Lei n^o 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Estatuto do Índio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 31 maio 2025.

BRASIL. **Levantamento de recursos naturais**: Parte das folhas SC.23 Rio São Francisco e SC.24 Aracaju; geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1973.

BRASIL. **Painel Covid-19 SESAI (SasiSUS)**. infoms.saude.gov.br. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/sesai_covid_v2/sesai_covid_v2.html. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Portaria 83, de 13 de setembro de 2022. Institui Procedimento Operacional Padrão (POP) para o Levantamento de Informações, pela Fiscalização, para a Caracterização do Dano Ambiental em Áreas Alteradas ou Degradadas por Processo de Supressão de Vegetação Nativa sem prévia Licença/Autorização ou em Desacordo com Licença/Autorização Válida. Disponível em:

<<https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=139182>>.

Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 5173, de 26 de outubro de 1966. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 de out de 1966. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5173&ano=1966&ato=12cgXRE1UMZRVT5a5>. Acesso em: 5 set. 2022.

BRASIL: ame-o ou deixe-o. 1974. Centro de Memória e Informação Pessoal Yuri Victorino. Disponível em: <https://www.adb.inf.br/ach/app01/?p=digitallibrary/digitalcontent&id=2387>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRESSANIN, Melissa Stecca. Trajetória da Coleção. In: ZEQUINI, Anicleide; BONNA, Daisy Aparecida Ferraz de; BRESSANIN, Melissa Stecca. **Catálogo da Coleção Washington Luís**. Museu Republicano Convenção de Itu. Museu Paulista. Universidade de São Paulo. Itu. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003. Disponível em: <<https://www.bresserpereira.org.br/books/desenvolvimento-e-crise-no-brasil-5a-edicao/00000-desenvolvimento-e-crise-no-brasil-5a-edicao.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Conceito histórico de desenvolvimento econômico. **Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**, v. 157, p. 1–25, 2006. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6485398.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRIENEN, Roel *et al.* Long-term decline of the Amazon carbon sink. **Nature**, v. 519. 344–348 p, 18 mar 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nature14283>. Acesso em: 9 nov. 2022.

BRITANNICA. Marie Curie. In: **Encyclopedia Britannica**. Chicago: The Britannica Group, 2018. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Marie-Curie>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRITANNICA. Nicolaus Steno. In: **Encyclopædia Britannica**. Chicago: The Britannica Group, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Nicolaus-Steno>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRITANNICA. Wilhelm Conrad Röntgen. In: **Encyclopædia Britannica**. Chicago: The Britannica Group, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Wilhelm-Rontgen>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRITO, Vonínio; BARROS, Flávio Bezerra; MARÍN, Rosa Elizabeth Acevedo; RAVENA, Nirvia. Os vazanteiros, a agricultura de vazante e as barragens da destruição no Médio Rio Tocantins: perspectivas etnoecológicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 1, p. 65–

65, 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-1_04_os_vazanteiros. Acesso em: 4 mar. 2024.

BRUGGER, Walter. **Diccionario de filosofia**. Barcelona: Editorial Herder, 1969.

BRUNET, Michel. **Nous sommes tous des Africains: à la recherche du premier homme**. Paris: Éditions Odile Jacob, 2016.

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da vaidade particular**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BUENO, Wilson Costa. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. **Revista Comunicação & Sociedade – C&S**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 1, Jan. a Abr. 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/6974>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BUNKER, Stephen G. **Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state**. Chicago: University Of Chicago Press, 1988.

CADENA MONROY, Luis Álvaro. De los primeros homínidos al Homo sapiens. **Revista Colombiana de Bioética**, v. 8, n. 2, p. 49–63, 2025. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189230852005>>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CAGNIN, Antônio Luis. **Os quadrinhos**. São Paulo: Ática, 1975.

CALAZANS, Flávio Mário de Alcantara. **Propaganda subliminar multimídia**. São Paulo: Summus, 1992.

CALMON, Andrea. **O Grande Livro do Fusca: O Pioneiro Split Window**. Fascículo 1. Rio de Janeiro: Instituto Brasileira de Cultura, 2011.

CALÓGERAS, João Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

CÂMARA CASCUDO, Luis. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Araguaia – depois da guerrilha uma outra guerra: A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia de Segurança Nacional (1975-2000)**. Orientadora: Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG-2_ca4705ddf39dfb3518b442a9038329d4. Acesso em: 26 maio 2025.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Capital monopolista, ditadura e Estado no Brasil: o caso da trajetória da construtora Mendes Júnior. **Revista Debates**, v. 13, n. 2, p. 46–67, 2019.

Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/88450>>. Acesso em: 24 maio 2022.

CAMPOS, Pedro. As empreiteiras e a rodovia Transamazônica: Interesses econômicos e impactos sociais em um grande projeto da ditadura brasileira. **Cadernos do CEOM**, v. 34, n. 55, p. 67–82, 2021. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6406>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

CANGUILHEM, Georges. **O Conhecimento da Vida**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, CAREY, Alex. **Taking the risk out of democracy**: corporate propaganda versus freedom and liberty. University of Illinois Press, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). **O Brasil Republicano**: O Tempo do Nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo, v. 2, p. 107143. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRACCI, Agostino. Sheet of caricature heads. Birmingham: University of Birmingham - The Barber Institute of Fine Arts, 2018. Disponível em: <<http://barber.org.uk/agostinocarracci-1557-1602/>>. Acesso em: 15 set. 2023.

CARSON, Rachel. Primavera silenciosa. 2ed. Tradução de Raul de Polillo. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARTOON MOVEMENT. **Sobre**. Disponível em: <https://cartoonmovement.com/about>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CARVAJAL, Gaspar. Descobrimento do rio de Orellana. *In*: CARVAJAL, Gaspar; ROJAS, Alonso; ACUÑA, Cristobal de. **Descobrimientos do rio das Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVALHO, Joaquim Francisco de. Combustíveis fósseis e insustentabilidade. **Ciência e Cultura**, v. 60, n. 3, p. 30–33, 2008. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000300011>. Acesso em: 1 ago. 2025.

CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CARVALHO, Péricles Mello. “A concretização da “Marcha para o Oeste”. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, outubro de 1941.

CASADO, José. Devastação, com incentivos. **Opinião**, p. 12, 1976. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&pesq=%22Companhia%20Vale%20do%20Rio%20Cristalino%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4576>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1- A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTILHO, Alceu Luís; FIALHO, Bernardo; CARLINI, Eduardo Luiz Damiani Goyos; *et al.* **As veias abertas**: Bolsonaro garante garimpo ilegal nas terras indígenas e mantém MDB no comando da mineração empresarial. [s.l.]: De olho nos ruralistas, 2022. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/09/As-Veias-Abertas-2022-PTBR.pdf>>.

CASTRO NETTO, David A. “Uma palavra do nosso patrocinador”: a propaganda brasileira e suas relações com a ditadura militar. **Anais do VIII Congresso Internacional de História na Universidade Estadual de Maringá**, p. 759-767, 2017. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3903.pdf>. Acesso em: 15 set 2023.

CAVALCANTE JÚNIOR, Amadeu de Farias. Uma visão da Amazônia Legal durante a ditadura militar: capitalismo e desenvolvimento dependente no contexto da Sudam (1965/1977). **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 18, n. 40, p. 143-187, 2021.

CAVALCANTI, Jardel Dias. “Honoré Daumier: arte e política na temática das obras Emigrantes e Fugitivos”. *in*: **Revista-Valise**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, ano 2, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaValise/article/view/26269>. 16 nov. 2023.

CAVALCANTI, Lailson de Holanda. **Historia del humor gráfico en el Brasil**. [ebook] Lleida, Editorial Milenio, 2005.

CAZARIN, Ercília Ana; DE MENEZES, Eduardo Silveira. A mídia e o golpe de 1964: revista O Cruzeiro como aliada do discurso das forças militares. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, [S. l.], v. 9, n. 11, 2015. DOI: 10.22456/2594-8962.55145. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaolettras/article/view/55145>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CELTINS; THEMAG. **RIMA: Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente**. São Paulo: Themag, 1996. Disponível em: https://www.investco.com.br/sites/edpbrlajeadado/files/2rima_rel_impacto_sobre_meio_ambiente.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Índices - Exportação do Agronegócio**. Piracicaba: CEPEA, 2024. Disponível em: https://www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/ndices%20de%20Exporta%C3%A7%C3%A3o%20Agro_jan-set_24.pdf . Acesso em: 12 maio 2025.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. *In*: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato. **Análises do Discurso Hoje**, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Diccionario de análisis del discurso**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**, volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHAZDON, Robin L. Making Tropical Succession and Landscape Reforestation Successful. **Journal of Sustainable Forestry**, v. 32, n. 7, p. 649–658, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/263557465_Making_Tropical_Succession_and_Landscape_Reforestation_Successful>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CHEVALIER, Auguste. Le Deuxième Centenaire de la Découverte du Caoutchouc faite par Charles-Marie de La Condamine. In: **Revue de botanique appliquée et d'agriculture coloniale**, 16^e année, bulletin n°179, p. 519-529, 1936. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1256087t/f260.image.r=176>. Acesso em: 10 set. 2022.

CHIAVENATO, José Júlio. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 2012.

CHILDS, Elizabeth C. Big Trouble: Daumier, Gargantua, and the Censorship of Political Caricature. *Art Journal*, Vol. 51, n. 1, New York, spring, 1992. Stable URL: <<https://www.jstor.org/stable/777251>> Accessed: 03-01-2023.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

CHUVA. **Revista Ilustrada**. N° 335, Rio de Janeiro, 1898, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pesq=&pagfis=2384>. Acesso em: 12 nov. 2023.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Rio de Janeiro: IBASE, 2014. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2014-Projeto-Grande-Caraj%C3%A1s.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

COHEN, Joel E. **How many people can the Earth support?**. New York: W. W. Norton & Company, 1995.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Estados-membros**. www.cplp.org. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-2597.aspx>>.

CONDEMI, Silvana; SAVATIER, François. **As últimas notícias do Sapiens**. Trad. Mauro Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

CONGILIO, Celia Regina. Cadeia produtiva do aço: trabalho e mineração no Sudeste do Pará. In: CONGILIO, Celia Regina; BEZERRA, Rosemayre; MICHELOTTI, Fernando (Orgs.). **Mineração, trabalho e conflitos amazônicos no sudeste do Pará**. Marabá: iGuana, 2019, p. 123–141.

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2008, Natal. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: INTERCOM, 2008, p. 1-13. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/lista_area_IJJE.htm. Acesso em: 12 nov. 2023.

CONSEIL EUROPÉEN POUR LA RECHERCHE NUCLÉAIRE. **Notre histoire**. CERN. Disponível em: <<https://www.home.cern/fr/about/who-we-are/our-history>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Povos indígenas e o coronavírus**. CIMI. Disponível em: <https://cimi.org.br/coronavirus/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - Dados de 2022**. CIMI: Brasília, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

CONTINI, Elísio. **A colonização na Transamazônica**: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas. Rio de Janeiro: FGV, 1976

CONTRADIÇÃO. In: **DICIONÁRIO Michaelis** On-line. São Paulo: Melhoramentos, 2023.

COSTA, Francisco de Assis. **Capital estrangeiro e agricultura na Amazônia**: a experiência da Ford Motor Company (1922 - 1945). Orientadora: Maria Yedda Leite Linhares. 1981. 246 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Escola Inter americana de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, Belém, 1981. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9834>. Acesso em: 20 set. 2022.

COSTA, Helson M. da *et al.* Aspectos históricos da vulcanização. Polímeros [online]. 2003,

COTRIM, Alvaro. **O Rio na caricatura**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1965.

COUTINHO, Raissa Regina Silva; CARLOS, Erenildo João. A charge sob a ordem do discurso pedagógico: achados enunciativos no cenário da Educação de Jovens e Adultos. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 48, 2018. DOI: 10.21680/19811802.2018v56n48ID15172. Disponível em: <https://periodicos.ufrr.br/educacaoemquestao/article/view/15172>. Acesso em: 16 nov. 2023.

COUTO, Elza Kioko N. N. do; FERNANDES, Eliane M. da Fonseca. **Análise do discurso ecossistêmica**: teoria e prática. Brasília: Universidade de Brasília/Pós-graduação em Linguística, 2021. Disponível em: <<http://www.ecoling.unb.br/images/ADE.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. Revisitando a Análise do Discurso Ecológica (ADE). **ResearchGate**, v. 07, n. 01, p. 117–129, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/349725037_Revisitando_a_Analise_do_Discurso_Ecologica_ADE_Ecological_Discourse_Analysis_EDA_Revisited>. Acesso em: 21 ago. 2025.

COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; COUTO, Hildo Honório do. Ecolinguística, linguística ecossistêmica e análise do discurso ecológica (ADE). **Signótica**, v. 28, n. 2, p. 381–404, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/35532/22133>. Acesso em: 29 jul. 2025.

COUTO, Hildo Honório do. Análise do Discurso Ecológico – ADE. **Arbores y Rizomas**, v. II, n. 2, p. 1–14, 2020. Disponível em: <<https://revistas.usach.cl/ojs/index.php/rizomas/article/view/4634/26004684>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

COUTO, Hildo Honório do. **Contato interlinguístico: da interação à gramática**. 2. ed. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Linguística - UnB, 2017.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística**. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecosistema Integral da Língua**. Disponível em: <<https://meioambienteelinguagem.blogspot.com/2014/10/ecossistema-integral-da-lingua.html>>. Acesso em: 14 ago. 2025.

COUTO, Hildo Honório do. Linguística Ecológica. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9967/8800>>. Acesso em: 14 ago. 2025.

COUTO, Hildo Honório do. Os estudos ecolinguísticos no Brasil. **Rile – Revista Interdisciplinar de Literatura e Ecocrítica**, v. 1, n. 1, p. 157–181, 2018.

COUTO, Hildo Honório do; COUTO, Elza Kioko N. N. do; SILVA, Anderson Nowogrodzki da. Ecosystemic discourse Analysis (EDA). **Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)**, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2021.

COUTO, Hildo Honório do; COUTO, Elza Kioko N. N. Por uma análise do discurso ecológico. **Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)**, v. 1, n. 1, p. 82–104, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9968>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CRUTZEN, Paul J. Geology of mankind. **Nature**, v. 415, p. 23, 03 jan 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/415023a>. Acesso em: 20 outubro 2022.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The Anthropocene. **Global Change News Letter**, n. 41, p. 17–18, may 2000. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>. Acesso em: 20 outubro 2022.

CRYSTAL, David. **Language and the Internet**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CÚNEO-VIDAL, Rómulo. **Vida del conquistador del Perú, Don Francisco Pizarro**. Barcelona: Casa Editorial Maucci, 1927.

CUNHA, Ana Maria Botelho Marinho da; EARP, Márcia Viana Sá. **O setor mineral brasileiro e o impacto socioambiental causado pela exploração ilegal dos recursos minerais Série Estudos e Documentos**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2022. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/2624/1/SED-110.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios na Constituição. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 37, n. 3, p. 429–443, set-dez 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/d9Kq7jjTt8GqR8DqBSgQbTK/?lang=pt#>. Acesso em: 11 set. 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução. In: _____. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Luciana de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização, Quarta República (1964-1985). 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

DAHL-JENSEN, Dorthie; GUNDESTRUP, Niels S.; MILLER, Heinz; *et al.* The NorthGRIP deep drilling programme. **Annals of Glaciology**, v. 35, p. 1–4, 2002. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/annals-of-glaciology/article/northgrip-deep-drilling-programme/3F6E47B82CFDD5ED9A369C9F95A88793>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

DAMASCENO NETO, Hermes Marques. **Amazônia, borracha e imigração**: o caso Fordlândia (1925 – 1945). Orientador: Jorge Fernandes Alves. 2019. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/122649>. Acesso em: 22 set. 2022

DAVIDOFF, Carlos. **Bandeirantismo**: verso e reverso. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DAVIS, Shelton H. **Vítimas do Milagre**: O desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

DELESALLE, George. **Dictionnaire argot – français & français – argot**. Paris: Paul Ollendorff, 1896.

DENEVAN, William M. La población aborigen de la Amazonía en 1492. **Amazonía Peruana**, [s. l], n. 5, p. 3-41, 14 jun. 1980.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvona S. **The SAGE handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: SAGE, 2005.

DESCOLA, Philippe. **La selva culta**: simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar. Trad. Juan Carrera Colin; Xavier Catta Quelen. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1996.

DESMOND, Adrian J. Charles Darwin. In: **Encyclopedia Britannica**. Chicago: Britannica, 2018. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Charles-Darwin>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

DEUTSCHE WELLE. **Bolsonaro quer explorar Amazônia com os Estados Unidos**. DW. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-quer-explorar-amaz%C3%B4nia-com-os-estados-unidos/a-48257906>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DIAMOND, Jared. **O terceiro chimpanzé**. Trad. Maria Cristina Torquillo Cavalcanti. Rio de Janeiro: Record, 2010.

DIAS-FILHO, Moacyr Bernardino; LOPES, Monyck Jeane dos Santos. **Histórico e desafios da pecuária bovina na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2020. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1122941/1/Doc454.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2025.

DIAS JÚNIOR, Claudio Santiago; VERONA, Ana Paula. Os indígenas nos censos demográficos brasileiros pré-1991. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 3, p. 1–9, 2018. Disponível em: <<https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/1243/pdf>>. Acesso em: 12 out. 2025.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec; Nupaub; USP/CEC, 2008.

DOBYNS, Henry F. An appraisal of techniques with a new hemispheric estimate. **Current Anthropology**, v. 7, n. 4, p. 395–416. University of Chicago Press on behalf of Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, Sep., 1966.

DOMENICI, Thiago; QUADROS, Vasconcelo. Sobrevivente de emboscada a Paulino Guajajara conta o que viu. **Agência Pública**, 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/sobrevivente-da-emboscada-indigena-guajajara-relata-o-que-viu/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio; MANFREDINI, Sidneide. A produção de soja no Brasil e sua relação com o desmatamento na Amazônia. **Revista Presença Geográfica**, v. 01, n. 01, 2014. Disponível em: <<http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/274/2741086003/index.html>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8: História e Natureza, p. 177–197, jul-dez, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 6, n. Suplemento, p. 753–792, 1 set. 2000.

ELETROBRÁS FURNAS. **Usina de Santo Antônio**. Rio de Janeiro: Eletrobras Furnas, 2020. Disponível em: <https://www.furnas.com.br/santoantonio/?culture=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ELETROBRÁS. **Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 - Plano 2010**. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1987. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/anexo/and96652-88.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

ELETRONORTE. **UHE Kararaô: estudos de viabilidade - panorama atual**. São Paulo: CNEC, 1988. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/25D00081.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ELETRONORTE; CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES. **Aproveitamento hidrelétrico da bacia do Rio Xingu**: Complexo hidrelétrico de Altamira. Acervo ISA. Brasília; São Paulo: Eletronorte; CNEC, 1989. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/aproveitamento-hidreletrico-da-bacia-do-rio-xingu-complexo-hidreletrico-de>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ENERGY INSTITUTE. **Energy charting tool: 1965-2024**. Statistical review of world energy. Disponível em: <<https://www.energyinst.org/statistical-review/energy-charting-tool/energy-charting-tool>>. Acesso em: 1 ago. 2025.

entre língua e meio ambiente. Tese, Universidade de Brasília, 2014.

ENVIRONMENTAL INVESTIGATION AGENCY. **Tricks, Traders and Trees**: How Illegal Logging Drives Forest Crime in the Brazilian Amazon and Feeds EU and U.S. Markets. Washington: EIA US, 2025. Disponível em: <https://eia.org/wp-content/uploads/2025/04/EIA_US_Brazil_Timber_Report_0325_FINAL_SPREADS.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

ESPINOZA, Jhan-Carlo; JIMENEZ, Juan Carlos; MARENGO, José Antonio; *et al.* The new record of drought and warmth in the Amazon in 2023 related to regional and global climatic features. **Scientific Reports**, v. 14, n. 1, p. 8107, 2024. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41598-024-58782-5>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas**: origen y destino de la comunidad. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2003.

EVANS, Richard J. **A chegada do Terceiro Reich**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo. Saraiva, 2006.

FAIRCHILD, Thomas Rich. Planeta Terra: passado, presente e futuro. *In*: TEIXEIRA, Wilson; THOMAS RICH, Thomas Rich; TOLEDO, Maria Cristina Motta de; *et al* (Orgs.). **Decifrando a Terra**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009, p. 536–563.

FAIRCHILD, Thomas Rich; TEIXEIRA, Wilson; BABINSKI, Marly. Geologia e a descoberta da magnitude do tempo. *In*: TEIXEIRA, Wilson; FAIRCHILD, Thomas Rich; TOLEDO, Maria Cristina Motta de; *et al* (Orgs.). **Decifrando a Terra**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009, p. 280–305.

FAIRCLOUGH, Norman L. Critical and descriptive goals in discourse analysis. **Journal of Pragmatics**, v. 9, n. 6, p. 739–763, 1985.

FAIRCLOUGH, Norman. **Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FARIA, Ernesto. Dicionário escolar latino-português. Rio de Janeiro: FAE, 1962.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia**: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras – Volume 1. Manaus: Editora do Inpa, 2015. Disponível em: <<https://rgsgsc.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/01/livro-hidreletricas-v-1.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2025.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras – Volume 2. Manaus: INPA, 2019. Disponível em: https://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2019/Hidro-v3/Livro_Hidrel%C3%A9tricas_Vol_3.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

FEARNSIDE, Philip M. **O Desmatamento da Amazônia Brasileira: 1 – Resumo da série**. Manaus: Amazônia Real, 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/o-desmatamentoda-amazonia-brasileira-1-resumo-da-serie-28-09-2020/>. Acesso em: 01 out. 2020.

FEARNSIDE, Philip M. Serviços ambientais provenientes de florestas intactas, degradadas e secundárias na Amazônia brasileira. In: PERES, Carlos A.; BARLOW, Jos; GARDNER, Toby A.; *et al* (Orgs.). **Conservação da biodiversidade em paisagens antropizadas do Brasil**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2013, p. 26–57.

FEARNSIDE, Philip Martin. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 1, p. 113-123, jul. 2005.

FEARNSIDE, Philip. Fire in the Tropical Rain Forest of the Amazon Basin. In: GOLDAMMER, Johann Georg (Org.). **Fire in the tropical biota ecosystem: processes and global challenges**. Heidelberg: Springer-Verlag Berlin, 1990, p. 106–116. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/252295004_Fire_in_the_Tropical_Rain_Forest_of_the_Amazon_Basin. Acesso em: 21 jun. 2025.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Human carrying capacity of the brazilian rainforest**. New York: Columbia University Press, 1986.

FEARNSIDE, Philip. **Destruição e conservação da floresta Amazônica**. Manaus: INPA, 2022.

FEIJÃO, Antônio da Justa; PINTO, José Armino: Amazônia e a saga aurífera do século XX. in: BARBOSA, Livia; LOBATO, Ana Lucia; DRUMMOND, José Augusto (Orgs.). **Garimpo, Meio Ambiente e Sociedades Indígenas**, Niterói: EDUFF, 1992, p. 18–36.

FELLOWS, Martha *et al.* **As Cicatrizes do Garimpo em Terras Indígenas da Amazônia**

FERNANDES, Afonso Henrique de M. La vigencia de Gramsci en el estudio de las organizaciones de representación de empresarios y propietarios rurales durante la redemocratización brasileña (1986-1991). **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**,

n. 59, p. 33–50, 2024. Disponível em: https://turningland.com/sites/default/files/2025-03/Fernandes_La%20vigencia%20de%20Gramsci_2024.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

FERNANDES, Paulo Jorge. A miséria pode ter piada? In: QUEIROZ, Ana Isabel; DIREITO, Bárbara; SILVA, Helena da; PINTO, Lígia Costa. **Pobreza e fome, uma história contemporânea**. Temas, metodologias e estudos de caso. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2022.

FERRAZ, Francisco César. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Coordenadora); GODOY, Ana Boff de. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS/Instituto de Letras, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. In: Alzira Alves de ABREU et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FERREIRA, Sylvio Mario Puga; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)**. Campinas: IE/Unicamp, 2016. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3461/TD266.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2025.

FEST, Joachim. Hitler. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda. Os pilares básicos da repressão. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FIGUEIRA, Ana Paula; PENA, Diego Liz; LIMA, Antonio Augusto Borges de; MENDONÇA, Bruna Craveiro de Sá e. **Relatório de Análise de Impacto Regulatório nº 1/2020/CORSH/SOE**. Brasília: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, 2020. Disponível em: https://participacao-social.ana.gov.br/api/files/Relatorio_de_AIR_-_Sistema_Hidrico_do_Rio_Tocantins-1607537134591.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

FLAGG, James Montgomery. **First call I need you in the Navy this minute! Our country will always be proudest of those who answered the first call**. 1917. Photograph. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2001699144/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil: Conferência realizada em 23 de setembro de 1916 na Escola Nacional de Belas Artes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, t. 80, v. 134, 1917.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 4, p. 141–156, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/bzmFrBhVYLhJXQcbcQKB8XN/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 12 jun. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Cássio. **A economia da borracha**. Rio de Janeiro: Comissão Executiva de Defesa da Borracha, 1950.

FONSECA-MORELLO, Thiago; RAMOS, Rossano; STEIL, Lara; PARRY, Luke; BARLOW, Jos; MARKUSSON, Nils; FERREIRA, Amanda. Queimadas e incêndios florestais na Amazônia brasileira: porque as políticas públicas têm efeito limitado? **Ambiente & Sociedade**, v. XX, n. 4, p. 19–40, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/Dswy6z5PVbnR7FLWcqVVLDD/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 21 jun. 2025.

FONTAINE, Brooksie. **To Believe the Green Light**: Review for The Great Gatsby. The Book Warrior, 2022. Disponível em: <<https://www.thewritingdragon.com/home/to-believe-the-green-light-review-for-the-great-gatsby#/>>. Acesso em: 8 ago. 2025.

FORBES, Robert James. **Man the maker**: a history of technology and engineering. London: Constable & CO LTDA, 1958.

FOUQUET, Roger; PEARSON, Peter J. G. A thousand years of energy use in the United Kingdom. **The Energy Journal**, [S.l.], v. 19, no. 4, 1998. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/41322802>. Acesso em: 20 set 2022.

FOWLER, Roger. Sobre a linguística crítica. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, p. 207–222, 2010.

FRANCO, José Luiz de Andrade. A história ambiental no Brasil e os seus clássicos.

Sociedade e Estado, v. 18, n. 1-2, p. 389–394, 2003. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/se/a/kBLSJ7xL7VBKYXNK9Ct7sHR/?lang=pt>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FUCHS, Vanessa Boanada. Chinese-driven frontier expansion in the Amazon: four axes of pressure caused by the growing demand for soy trade. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 1, p. 16, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/civitas/a/SkYsvL9ty7gTsH6qHTPN3tQ/abstract/?lang=en> . Acesso em: 26 dez. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Índios do Igarapé Omerê - Conflitos madeireiras e fazendeiros: Dossiê**. Brasília: Funai, 1986. Disponível em:

<<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/indios-do-igarape-omere-conflitos-madeireiras-e-fazendeiros-dossie>>.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo/Lisboa: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. Disponível em: <<https://archive.org/details/celso-furtado-o-mito-do-desenvolvimento-economico/page/n1/mode/2up>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

FURTADO, Huana da Silva. A garimpagem de ouro e suas interfaces na Amazônia brasileira. **Labirinto**, v. 32, n. 1, p. 242–261, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/download/4377/3530/19896>. Acesso em: 31 jan. 2023.

G1 MT. **Justiça rejeita pedido de extinção do Parque do Cristalino II**. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2025/05/01/justica-rejeita-pedido-de-extincao-do-parque-do-cristalino-ii-em-mt.ghtml>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. México DF: Siglo Veintiuno Editores, 2004.

GARCIA, Nelson Jahr. **Propaganda: Ideologia e Manipulação**. São Paulo: Rocket Edition, 2005.

GARFIELD, Seth. **In Search of Amazon: Brazil, the United States, and the nature of a region**. Durham: Duke University Press, 2013.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 57, p. 19-65, 2009. Disponível em:

GARFIELD, Seth. The environment of wartime migration: labor transfers from the brazilian northeast to the amazon during World War II. *Journal of Social History*, Oxford, v. 43, n.4, p. 989-1019 (summer 2010). Published By: Oxford University Press *Journal of Social History* Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40802014>>. Acesso em: 20 set. 2022.

GARRIDO, Bibiana Alcântara. Dia do Fogo, três anos depois: mais da metade da floresta queimada na Amazônia virou pasto. **InfoAmazonia**, 2023. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2023/08/04/dia-do-fogo-tres-anos-depois-mais-da-metade-da-floresta-queimada-na-amazonia-virou-pasto/>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

GARZON, Luis Fernando Novoa. Desastre socioambiental como negócio: usinas a fio d'água na Amazônia e seus efeitos desastrosos continuados. **Amazônia Real**, 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/desastre-socioambiental-como-negocio-usinas-a-fio-dagua-na-amazonia-e-seus-efeitos-desastrosos-continuados/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GATTI, Bernardere Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GATTI, Luciana V. *et al.* Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. **Nature**, v. 595, p. 388- 393, 14 jul 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>. Acesso em: 8 nov. 2022.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. **Domínios da Imagem**. Londrina, vol. 2, nº 2, p. 7-26, 2008. Disponível em:

GERWING, Jeffrey J. Degradation of forests through logging and fire in the eastern Brazilian Amazon. **Forest Ecology and Management**, v. 157, n. 1-3, p. 131–141, 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378112700006447>. Acesso em: 12 out. 2023.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges; MASSIERER, Carine; *et al.* Caminhos e Descaminhos do Jornalismo Ambiental. **Comunicação & Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 131–152, 2012.

GOLDEWIJK, Kees Klein. Estimating global land use change over the past 300 years: the HYDE database. **Global Biogeochemical Cycles**, v. 15, n. 2, p. 417–433, 2001.

GOMES, Ângela Maria de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio Janeiro: Zahar, 1982

GOMES, Kelson Dias; MARQUES, Elineide Eugênio; PARENTE, Temis Gomes. Percepções dos Pescadores Sobre as Alterações Ambientais e da Pesca a Jusante da Barragem da Usina Hidroelétrica do Lajeado, Brasil. **OLAM–Ciência & Tecnologia**, v. 10, n. 1, p. 158–183, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/3891/3347>. Acesso em: 18 jun. 2025.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis: Vozes, 1988.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira; CORNETTA, Andrei; ALVES, Fábio; BARBOSA, Leonard Jeferson Grala. Médio Xingu. In: ALVES, Fábio (Org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016, p. 199–274. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/10100156.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GONÇALVES, Josi. Guardião da Floresta da TI Arariboia é assassinado. **Amazônia Real**, 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/guardiao-da-floresta-assassinado/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GONZÁLEZ REYNA, Susana. **Gêneros periodísticos 1**: periodismo de opinión y discurso. México, D. F.: Trillas, 1999.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. **O novo olhar de Sebastião Salgado sobre Serra Pelada**. El País Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/26/cultura/1564157673_876694.html. Acesso em: 24 maio 2025.

GOUDIE, Andrew. **The human impact**: man's role in environmental change - past, present and future. 7. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia**: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

GRUDA, Mateus Pranzetti Paul. Uma análise do discurso do humor. **Revista Travessias**, Cascavel, v. 5, n. 1, p. e4317, 2011. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/4317>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; OLIVEIRA, Ariel Lara de. Cartoon Movement: colaboração, independência e diversidade. *Discursos Fotográficos*, Londrina, v.11, n.19, p.11-34, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/23406/18062>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GUAJAJARA, Edivan. Guardiões da Floresta: luta e resistência no território Tenetehara. **Agência Pública**, 2023. Disponível em: <https://apublica.org/video/2023/08/guardioes-da-floresta-sao-esperanca-de-futuro-para-os-jovens-indigenas/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico geomorfológico**. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

GUGLIELMO, Antonio Roberto. **A Pré-história uma abordagem ecológica**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GUILHERME JUNIOR, José Antônio; LOBATO, Mateus Monteiro; ROCHA, Gilberto de Miranda. Trajetória espacial da pecuária na amazônia paraense. **Revista Campo-Território**, v. 17, n. 46 Ago., p. 223–243, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/65076>. Acesso em: 21 jun. 2025.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 09, p. 95-102, dez. 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>. Acesso em: 27 ago. 2022.

GUIMARÃES, Maria. Baixa vazão na Volta Grande do Xingu impede a reprodução de peixes e inviabiliza o modo de vida de indígenas e ribeirinhos. **Pesquisa Fapesp**, n. 346, p. 58–61, 2024. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2024/11/058-061_belo-monte-xingu_346.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

HAECKEL, Ernst. **Generelle Morphologie der Organismen**. 1. ed. Berlin: Druck Und Verlag Von Georg Reimer, 1866.

HARTWELL, Robert. A revolution in the chinese iron and coal industries during the Northern Sung, 960-1126 A.D. **The Journal of Asian Studies**, v. 21, n. 2. p. 153-162, feb. 1962. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2050519>. Accessed: 09 out 2022.

HATA, Luli. A potência do falso: a cosmogonia Yanomami na obra de Claudia Andujar. **Esferas**, v. 3, n. 22, p. 16, 2021.

HAUGEN, Einar. The ecology of language. **The Linguistic Reporter**, v. 13, p. 19–26, 1971. Disponível em: <https://www.cal.org/wp-content/uploads/2022/05/LinguisticReporterVolume13.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

HAUTMANN, Michael. Extinction: End-Triassic Mass Extinction. **eLS**, p. 1–11, 2021.

HEAD, Martin J. Formal subdivision of the Quaternary System/Period: Present status and future directions. **Quaternary International**, v. 500, p. 32–51, 2019. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1040618219304343>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

HEINRICH BÖLL FOUNDATION. **Atlas da carne**: fatos e números sobre os animais que comemos. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_da_carne_2_edicao_-_versao_final-_bollbrasil.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

HEMMING, John. **Red Gold**: the conquest of the brazilian Indians. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media. London: The Bodley Head, 2008.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

HIGUCHI, Niro. **Inventário Florestal da UHE de Balbina**. Manaus: INPA, 1983.

HILBERT, Lautaro; NEVES, Eduardo Góes; PUGLIESE, Francisco; *et al.* Evidence for mid-Holocene rice domestication in the Americas. **Nature Ecology & Evolution**, v. 1, n. 11, p. 1693–1698, 2017.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFMEISTER, Naira; CAMPOS, André. Justiça do Mato Grosso manda anular reserva ambiental na Amazônia após pedido de desmatadores. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2022. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/621182-justica-do-mato-grosso-manda-anular-reserva-ambiental-na-amazonia-apos-pedido-de-desmatadores>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; PANTALEÃO, Olga. Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista. In: AB'SABER, Aziz Nacib *et al.* **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, Volume. 1: A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2007. p. 165-196.

HOOKE, Roger LeBaron. On the history of humans as geomorphic agents. **Geology**, v. 28, n. 9, p. 843–846, september 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.1130/00917613\(2000\)28<843:OTHOHA>2.0.CO;2](https://doi.org/10.1130/00917613(2000)28<843:OTHOHA>2.0.CO;2). Acesso em: 27 out. 2022.

HUBAU, Wannes *et al.* Asynchronous carbon sink saturation in African and Amazonian tropical forests. **Nature**, v. 579, n. 80. 87 p, 04 mar 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2035-0>. Acesso em: 8 nov. 2022.

HUEBNER & AMARAL. Manáos: Rua Municipal. **Biblioteca Nacional Brasil**, 1909. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1464420/icon1464420.jpg. Acesso em: 1 jul. 2023.

HUTTON, James. **Theory of the Earth, with Proofs and Illustrations**. Salt Lake City: The Project Gutenberg, 2004. v. 1

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IANNI, Octávio. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil - Território e população**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2ed, revisada e ampliada do volume 3 de Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21431.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em síntese**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/PP/A/40/T/Q>>. Acesso em: 1 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agropecuária**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/bovinos/br>>. Acesso em: 13 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Portaria n. 83, de 11 de setembro de 2022. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, 29 de setembro de 2022, p. 36. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-83-de-13-de-setembro-de-2022-432620140>. Acesso em: 20 out. 2022.

IBERÊ, Daniel. **IIRSA: a serpente do capital: pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina (Santo Antônio e Jirau)**. Rio Branco: Edufac, 2015. Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change Cambridge University Press. Cambridge University Press: Cambridge; New York, 2022. Disponível em:

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **PRODES**. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 29 set. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Área Queimada 1km: Programa Queimadas**. Inpe.br. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/aq1km/#>. Acesso em: 20 jun. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Caminhos para o espaço: 30 anos do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. Disponível em: <http://urlib.net/6qtX3pFwXQZsFDuKxG/DPjmK>. Acesso em: 19 jun. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Prodes – Monitoramento Anual da Supressão da Vegetação Nativa – Amazônia/Cerrado/Pantanal/Caatinga/Mata Atlântica/Pampa**. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Desmatamento 2024 Amazônia e Cerrado: INPE revela dados atualizados de desmatamento Amazônia e Cerrado – BIG**. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2024. Disponível em: <<https://data.inpe.br/big/web/inpe-divulga-dados-de-desmatamento-para-2024-na-amazonia-legal-brasileira-alb-e-no-cerrado/>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **PRODES**. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 29 set. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS DO NORTE. **Síntese das atividades de colonização na Transamazônica em 1971**. Brasília: Embrapa, 1971.

INSTITUTO ESCOLHAS. **Caracterização da economia do garimpo na Amazônia**. São Paulo: Instituto Escolhas, 2023. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/o4d00005.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2025.

INSTITUTO ESCOLHAS. **De onde vem tanto mercúrio?** São Paulo: Instituto Escolhas, 2024. Disponível em: <https://escolhas.org/wp-content/uploads/2024/06/SUMARIO_MERCURIO_Final.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terras Indígenas no Brasil**. terrasindigenas.org.br. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE: **Climate Change 2022:**

INTERNATIONAL COMMISSION ON STRATIGRAPHY. **Global Boundary Stratotype Section and Points**. stratigraphy.org. Disponível em: <<https://stratigraphy.org/gssps/>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World Energy Outlook 2024**. Singapore: IEA, 2024. Disponível em: <<https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2024>>. Acesso em: 1 ago. 2025.

INVESTCO. **A Usina**. EDP Lajeado. Disponível em: <https://www.investco.com.br/pt-br/a-usina>. Acesso em: 16 jun. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change Cambridge University Press. Cambridge University Press: Cambridge; New York, 2022. Disponível em: https://report.ipcc.ch/ar6/wg2/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf. Acesso em: 10 ago 2022.

IS THIS TOMORROW: America Under Communism!. Catechetical Guild Educational Society 1947. Disponível em: <https://lcamtuf.coredump.cx/communism/Is%20This%20Tomorrow:%20America%20Under%20Communism!/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

IUBEL, Aline Fonseca. Terras de ouro: narrativas e experiências indígenas e não indígenas acerca do garimpo de ouro na Amazônia Brasileira. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 1, p. 289–305, 2020. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/aa/pdf/4995>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

JACOBI, Pedro Roberto; BARCELLOS, Luiza Muccillo. Amazônia em risco pelo desmonte da política ambiental no Brasil e caminhos para sua superação. *In*: RIBEIRO, Wagner Costa; JACOBI, Pedro Roberto (org.). **Amazônia: alternativas à devastação**. [recurso eletrônico], São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2021.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio**. São Paulo: Peirópolis, 2020.

JOWETT, Garth S.; O'Donnell Victoria. **Propaganda and persuasion**. Los Angeles: SAGE, 2012.

KELLY, Bruno. Rio Parima destruído pelo garimpo. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

KEMENES, Alexandre. **Emissão de metano e gás carbônico pela Hidrelétrica de Balbina**. Tese, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia/Universidade Federal do Amazonas, 2006. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/11457>. Acesso em: 6 jun. 2025.

KEMENES, Alexandre; FORSBERG, Bruce; MELACK, John. As hidrelétricas e o aquecimento global. **Ciência Hoje**, v. 41, n. 245, p. 44–49, 2008.

KIEFER, Michael. **Deutschlands Befreiung**. Plakat der NSDAP zur Haftentlassung Hitlers. 1924. Poster. Disponível em: <https://www.weimarer-republik.net/themenportal/chronik-1918bis-1933/1924/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

KISHINAMI, Roberto. Na Amazônia – onde está o maior potencial hidrelétrico a ser explorado no País – existem os maiores exemplos de projetos hidrelétricos não sustentáveis

do ponto de vista ambiental ou econômico. In: **Almanaque Brasil Socioambiental (2008)**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2007.

KOCH, Alexander *et al.* Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 1492. **Quaternary Science Reviews**, v. 207, p. 13–36, 1 march 2019.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, 16 (45), 37-61. São Paulo, 2002.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOPENAWA, Davi. “Foi ele (Bolsonaro) que matou”, denuncia Davi Kopenawa. [Entrevista concedida a] Felipe Medeiros. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/tragedia-humanitaria/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

KOPENAWA, Davi. Descobrindo os brancos. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 15–22.

KOPENAWA, Davi. **Xawara**: O ouro canibal e a queda do céu. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/yanomami/xawara.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. 1. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2015.

KOPPER, Christopher. **A VW do Brasil durante a Ditadura Militar brasileira 1964-1985: Uma abordagem histórica**. Wolfsburg: Volkswagen Aktiengesellschaft, 2017. Disponível em: <https://uploads.vw-mms.de/system/production/documents/cws/001/741/file_en/853fcc58905ddf336feff19ba28386838ed5a743/VW_do_Brasil_in_the_Brazilian_Military_Dictatorship_1964_-_1985_Portuguese.pdf?1683809640>. Acesso em: 8 jul. 2025.

KOTSCHO, Ricardo. Manhã na vida de bamburrados e blefados. **Folha de São Paulo**, p. 21, 1983. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/54252_20210527_114939.PDF. Acesso em: 26 maio 2025.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KROEBER, Alfred Louis. Native american population. **American Anthropologist**, v. 36, nº1, p. 1-25. Jan-Mar 1934.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1991.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas. Brasília: Senado Federal, 2000.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LAMBIN, Eric F. Monitoring Forest Degradation in Tropical Regions by Remote Sensing: Some Methodological Issues. **Global Ecology and Biogeography**, v. 8, n. 3/4, p. 191–98, 1999. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2997882>. Acesso em: 03 ago 2022.

LARÉE, Victor. **A Campanha e o cujo**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1837. 1 grav., litograv., pb, 31 x 41,5cm em papel 37 x 48cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon326037/icon326037.jpg. Acesso em: 23 set. 2023.

LE TOURNEAU, F.-M. Roça yanomami, aldeia Yaritha, na fronteira do Brasil com a Venezuela. **Instituto Socioambiental**, 2006. Disponível em: https://img.socioambiental.org/v/publico/pibmirim/antes-de-cabral/ro_amalocayanomami.jpg.html. Acesso em: 2 maio. 2025

LEAKEY, Richard. **A origem da espécie humana**. Tradução de Alexandre Tort. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEPARGNEUR, Hubert. **O Futuro dos índios no Brasil**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Hachette, 1975.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA FILHO, Francisco Luis; BRAGANÇA, Arthur; ASSUNÇÃO, Juliano. **A Economia da Pecuária na Amazônia: Grilagem ou Expansão da Fronteira Agropecuária?** Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2021. Disponível em:

<https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2021/10/Cattle-PT_2.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

LIMA, Adila Maria Taveira de; BUSCHBACHER, Robert; OLIVEIRA, Nilton Marques; PINTO, Mac David Silva; ALVES, Erisvaldo; MARQUES, Elineide. Efeito pós-barragem nos municípios impactados por usinas hidrelétricas no estado do Tocantins/Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 10, n. 3, p. 138–155, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336711582_Efeito_pos-barragem_nos_municipios_impactados_por_usinas_hidreletricas_no_estado_do_TocantinsBrasil. Acesso em: 17 jun. 2025.

LIMA, Herman. História da Caricatura no Brasil. 4 vols. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1963.

LIMA, Layanna Giordana Bernardo. **Akwẽ-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais**. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Tese, (Doutorado em

Geografia Humana). Tese, (Doutorado em Sociologia) Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11042017-082645/publico/2017_LayannaGiordanaBernardoLima_VCorr.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

LIMA, Tânia Stolze. **Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva**. São Paulo; Rio de Janeiro: Unesp; ISA; NuTI, 2005.

LINS, Fernando Freitas. **Aspectos diversos da garimpagem de ouro**. 1. ed. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1992. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/165/1/stm-54.pdf>. Acesso em: 26 maio 2025.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. **Morte e ressurreição da SUDAM: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional**. 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2005.

LIVRE da gravidade. **Pesquisa Fapesp**, v. 64, p. 6–7, maio 2021.

LONGERICH, Peter. **Joseph Goebbels: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE. O ativismo no jornalismo ambiental: como quatro momentos-chave ajudaram a configurar uma prática engajada no Brasil. *SciELO Preprints*, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6065. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6065>. Acesso em: 23 out. 2023.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. 4. ed. Belém: Editora Cultural Brasil, 2015.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados** [online]. v.16, n.45, p.107-121, ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008>. Acesso em 7 set. 2022.

LUCA, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2011,

MACÁRIO, Kita; ALVES, Eduardo Queiroz. Efeito de reservatório marinho na costa do Brasil. **Quaternary and Environmental Geosciences**, v. 9, n. 1, p. 11–17, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/abequa/article/view/53210>>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MACHADO, Ida Lucia; LIMA, Helcira; LYSARDO-DIAS, Dylia (orgs.). **Imagem e discurso**. Belo Horizonte: FAE/UFGM, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/15588572/imagem_e_discurso. Acesso em: 12 nov. 2023.

MACOMBER, Richard W. William Smith. In: **Encyclopædia Britannica**. Chicago: The Britannica Group, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/William-Smith-British-geologist>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MACOMBER, Richard. Charles Lyell. In: **Encyclopædia Britannica**. Chicago: The Britannica Group, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Charles-Lyell>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MAGALHÃES, Marcos Pereira. Introdução. In: _____. (Org). **Amazônia antropogênica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Tucuruí: A relocation policy in context. In: SANTOS, Leinard Ayer de O.; ANDRADE, Lúcia Mendonça Morato (Orgs.). **Hydroelectric dams on Brazil's Xingu river and indigenous peoples**. Cambridge: Cultural Survival, 1990.

MAHAR, Dennis John. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA, 1978. 259 p.

MAIRAL USÓN, Ricardo; ALBA, Maria Beatriz Pérez Cabello de; GARCÍA, Ismael Iván Teomiro; *et al.* **Teorías lingüísticas**. Madrid: Editorial UNED, 2019.

MALDONADO, Manuel Arias. **Antropoceno**: la política em la era humana. Barcelona: Taurus, 2018.

MALHI, Yadvinder; GARDNER, Toby A.; GOLDSMITH, Gregory R.; SILMAN, Miles R.; ZELAZOWSKI, Przemyslaw. Tropical Forests in the Anthropocene. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 39, n. 1, p. 125–159, 2014. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-environ-030713-155141>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MALM, Olaf. Gold Mining as a Source of Mercury Exposure in the Brazilian Amazon. **Environmental Research**, v. 77, n. ER983828, p. 73–78, 1998. Disponível em: https://mddconsortium.org/wp-content/uploads/2014/11/Malm_1998-READ.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

MANCHETE. **As fotos da revolução**, edição extra, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1964. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20196&pesq=revolu%C3%A7%C3%A3o&pagfis=55810>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MAPBIOMAS. **Área ocupada pela mineração no Brasil cresce mais de 6 vezes entre 1985 e 2020**. 2023. Disponível em <https://mapbiomas.org/area-ocupada-pela-mineracao-no-brasil-cresce-mais-de-6-vezes-entre-1985-e-2020>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MAPBIOMAS. **Destaques do mapeamento anual de cobertura e uso da terra: pastagem Coleção 9**. São Paulo: MapBiomias, 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/12/Factsheet-Pastagem_C9_05.12_v3.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MAPBIOMAS. **Destaques do mapeamento anual de mineração no Brasil -1985 A 2022: o avanço garimpeiro na Amazônia**. São Paulo: MapBiomias, 2023. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/09/MapBiomias-FACT_Mineracao_21.09.pdf. Acesso em: 30 maio 2025.

MAPBIOMAS. Destaques: Proximidade de garimpo, rios e lagos na Amazônia. **MapBiomias Land Cover and Use**, v. 1, 2024. Disponível em: <https://data.mapbiomas.org/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.58053/MapBiomias/MSWH1U>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MAPBIOMAS. **Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil - Coleção 9.** São Paulo: MapBiomias, 1 out. 2024. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/10/Factsheet-Amazonia_C9_01.10_v2.pdf. Acesso em: 3 maio. 2025.

MARCELINO, Vitor. Entre o alinhamento e a dissonância: a fotografia na revista Realidade Amazônia (1971) e a defesa da colonização da floresta. **Anais do Museu Paulista**, v. 31, 2023. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/212123/200191>>. Acesso em: 9 ago. 2025.

MARCELINO, Wanielle Brito (org). **Discursos selecionados do presidente João Goulart.** Brasília: FUNAG, 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Dicionário da comunicação.** São Paulo: Paulus, 2009.

MARENGO, José A. Drought, floods, climate change, and forest loss in the amazon region: a present and future danger? **Frontiers Young Minds**, v. 7, Article 147, 14 January 2020. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/frym.2019.00147/pdf>>. Acesso em 15 out. 2022.

MARENGO, José A.; SOUZA JR, Carlos. **Mudanças Climáticas: impactos e cenários para a Amazônia.** São Paulo: CEMADEN; IMAZON, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345239454_Mudancas_Climaticas_impactos_e_cenarios_para_a_Amazonia. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARGULIS, Sergio. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira:** Trabalho em andamento para discussão pública. Brasília: Banco Mundial, 2003. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/10D00567.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro.** 3. ed. Campos de Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARTIN, Pollyanna da Silva; *et al.* História e Epidemiologia da COVID-19. **Ulakes Journal of Medicine**, v. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/ulakes/article/view/253/232>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MARTINS CORDEIRO, Janaina. Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura civil-militar. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 25, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/28595>. Acesso em: 23 out. 2023.

MARTINS, Rafael Moro; BRUM, Eliane; AGUIAR, Pablito. A Natureza levou mais vida à Volta Grande do Xingu e Belo Monte agora quer de volta. **SUMAÚMA**, 2025. Disponível em: <https://sumauma.com/a-natureza-levou-mais-vida-a-volta-grande-do-xingu-e-belo-monte-agora-quer-de-volta/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura militar e propaganda política: a revista manchete durante o governo Médici**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

MATHIS, Armin. Garimpagem de ouro e valorização da Amazônia: a formação de relações de trabalho sob o quadrângulo mercado internacional, Estado Nacional, região e natureza (Paper 101). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, p. 1–19, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11847>. Acesso em: 26 maio 2025.

MATHIS, Armin. Serra Pelada. **Papers do NAEA**, v. 050, p. 1–19, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/11954/8270>. Acesso em: 24 maio 2025.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2009.

MAZZA, Amanda. **Disputas na terra, no prato e nas ideias: o agronegócio e a fome no Brasil (2019-2022) em perspectiva ecolinguística stibbeana**. Dissertação, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-17012025-120643/publico/2024_AmandaGuedesMazza_VOrig.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2025.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg**. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1972.

MCNEILL, John Robert; ENGELKE, Peter. **The great acceleration: an environmental history of the Anthropocene since 1945**. Cambridge: The Belknap Press Of Harvard University Press, 2014.

MCNEILL, John Robert. **Something new under the sun: an environmental history of the twentiethcentury world**. New York: W. W. Norton & Company, 2000.

MCNEILL, John. The Industrial Revolution and the Anthropocene. *In*: ZALASIEWICZ, JAN *et al.* **The Anthropocene as a geological time unit: a guide to the scientific evidence and current debate**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

MCQUAIL, Denis. Media Performance. *In*: **The International Encyclopedia of Political Communication**. Online: 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781118541555.wbiepc095>. Acesso em: 15 set 2023.

MCQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Sob o signo da fé**. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). Brasília: Presidência da República; Biblioteca da Presidência da República, 1970.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Revista Symposium**, Recife, Ano 5, n. 1, p. 45-55, janeiro-junho de 2001.

MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Tradução de Maria Yedda Linhares. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MELLO, Júlio Almeida de. Revisitando o grotesco: O indefinível como transgressão na arte. **Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura**, Porto, v. 3, n. 2, pp. 57-70, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/taa/article/view/10252>. Acesso em: 25 out. 2023.

MENEZES, Lidiane. Sete propostas de Jair Bolsonaro contrárias ao meio ambiente. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/583859-sete-propostas-de-jair-bolsonaro-contrarias-ao-meio-ambiente>. Acesso em: 1 jun. 2025.

METUKTIRE, Raoni. **Raoni anuncia apoio a Lula**: “Bolsonaro quer a extinção dos indígenas”. [Entrevista concedida a] Daniel Camargos. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/10/raoni-anuncia-apoio-a-lula-bolsonaro-quer-a-extincao-dos-indigenas/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Coletâneas de charges da imprensa sindical: fontes visuais para uma história a contrapelo. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, vol. 8, núm. 18, pp.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, [s. l.], n. 34, p. 287-324, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 40 n. 40, 2018.

MINERBI, Alessandra. **A história ilustrada do nazismo**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório de Vistoria Interinstitucional na Volta Grande do Xingu**: Garantia da vida e proteção do patrimônio natural e socioambiental da Volta Grande do rio Xingu. Altamira: MPF, 2019. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/Relatorio_VGX_2019.pdf. Acesso em: 13 jun. 2025.

MOLINA, Luísa *et al.* **O cerco do ouro**: garimpo ilegal, destruição e luta em terras Munduruku. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2021.

MONDZAIN, Marie-José. **L'image peut-elle tuer?** Montrouge: Bayard, 2015.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu *et al.* Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 7, n. 13, p. 131–158, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233145459.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 187–207, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Z8KwYg7qrYKsmN4Wc58yCqC/?lang=pt>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu.; COELHO, Maria Célia Nunes; SILVA, Regiane Paracampos da Silva. **A ICOMI no Amapá**. Florianópolis: Observatório Social, mar. 2003. Disponível em: http://www.iepa.ap.gov.br/arquivopdf/ftp_pdf/ReGeicomport.pdf. Acesso em: 19 maio. 2025.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia; *et al.* Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 7, n. 13, p. 131–158, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233145459.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2025.

MONTEIRO, Telma. **As Hidrelétricas do Madeira**: as lições não aprendidas que se repetem em Belo Monte. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2011. Disponível em: [https://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Outros%20documentos/As%20Hidreletricas%20do%20Madeira%20as%20licoes%20n%C3%83o%20aprendidas%20que%20se%20repetem%20em%20Belo%20Monte%20\(1\).pdf](https://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Outros%20documentos/As%20Hidreletricas%20do%20Madeira%20as%20licoes%20n%C3%83o%20aprendidas%20que%20se%20repetem%20em%20Belo%20Monte%20(1).pdf). Acesso em: 10 jun. 2025.

MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumo à Amazônia, terra da fartura**: Jean-Pierre Chabloz e os cartazes concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. 2012. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais), Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em:

MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Vida nova na Amazônia: a cor como elemento de persuasão em cartaz da “Campanha da Borracha” In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548858767_aa72bbe4279282db2540ee9f4631b3af.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

MOREIRA NETO, C. de A. Relatório sobre a situação atual dos índios Kayapó. *Revista de Antropologia, [S. l.]*, v. 7, n. 1-2, p. 49-64, 1959. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1959.110391. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110391>. Acesso em: 3 out. 2022.

MOREIRA, Alceu. **FPA referenda decisão do STF sobre constitucionalidade do Código Florestal - Agência FPA**. Agência FPA. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2018/02/28/fpa-referenda-decisao-do-stf-sobre-constitucionalidade-do-codigo-florestal/>>. Acesso em: 19 jul. 2025.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MUNDURUKU, Alessandra Korap; CHAVES, Kena Azevedo. “A pandemia é um vento muito forte”: mulheres Munduruku e enfrentamento ao coronavírus. In: COLETIVO OCARETÉ; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Retratos da Pandemia**: ensaios para um outro mundo. São Paulo: Balão Editorial, 2021, p. 8–20. Disponível em:

https://ocarete.org.br/wp-content/uploads/2021/11/ocarete_livro_retratos_da-pandemia_ebook_v3.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem da cultura brasileira. São Paulo: Editora Angra, 1999.

MUNDURUKU, Estélio Lopes Cardoso; SILVA, Adnilson de Almeida. **Mundo dos Munduruku**: uma episteme que não é mitológica. Palmas: Anpege, 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV187_MD6_ID1492_TB104_13112023004212.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

NAESS, Arne. **Ecology, community and lifestyle**: outline of an ecosophy. London: Cambridge University Press, 1989.

NAESS, Arne. La crisis del medio ambiente y el movimiento ecológico profundo. In: VALDÉS, Margarita M. (Org.). **Naturaleza y valor: una aproximación a la ética ambiental**. 1. ed. México, DF: UNAM, Instituto de Investigaciones Filosóficas, 2004, p. 213–224. Disponível em: https://docs.enriquedussel.com/txt/Textos_200_Obras/Filosofia_ambiental/Naturaleza_valor-Margarita_Valdes.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.

NAESS, Arne. The deep ecology movement: Some philosophical aspects. In: DRENGSON, Alan; GLASSER, Harold (Eds.). **Selected Works of Arne Naess -Volume X**. Dordrecht: Springer, 2005.

NAESS, Arne. The shallow and the deep, long range ecology movement: a summary. **Inquiry**, v. 16, p. 95-100, 1973.

NAESS, Arne; SESSIONS, George. **Basic Principles of Deep Ecology**. [s.l.]: Deep ecology.org, 1984. Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/arne-naess-and-george-sessions-basic-principles-of-deep-ecology>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. Aconteceu, virou Manchete: notícias da ditadura [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION. **ABLE 2**. NASA. Disponível em: <https://asdc.larc.nasa.gov/project/ABLE%202>. Acesso em: 19 jun. 2025.

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION. **First Photo of Earth From a Weather Satellite, TIROS-1**. NASA, 2 abr. 2009. Disponível em: <<https://www.nasa.gov/image-article/first-photo-of-earth-from-weather-satellite-tiros-1/>>. Acesso em: 30 jul. 2025

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION. **The Earth from Apollo 8**. NASA, 2019. Disponível em: <<https://www.nasa.gov/wp-content/uploads/2018/12/earth-from-apollo8-21-dec-1968.jpg>>. Acesso em: 30 jul. 2025

NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION. **Special Supplement**

to the **Bulletin of the American Meteorological Society**, Vol. 104, No. 9, Compiled by NOAA's, set. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1175/2023BAMSStateoftheClimate.1>. Acesso em: 2 set 2023.

NENÊ, Protásio. **Em imagem que rodou o mundo, Tuíre coloca um facão no rosto de um diretor da Eletronorte em 1989**. 2024. Fotografia. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/08/tuira-ameaca-com-um-facao-um-diretor-da-eletronorte-em-1989-1723303950065_v2_900x506.jpg.webp>. Acesso em: 8 ago. 2025.

NEVES, Felipe Schaeffer; FOLLY, Maiara. **Crimes ambientais como crime organizado: a extração ilegal do ouro na Amazônia**. Rio de Janeiro: Plataforma CIPÓ, 2021.

NEVES, Walter Alves *et al.* Coivara: cultivo itinerante na floresta tropical. **Ciência Hoje**, v. 50, n. 297, p. 26–30, out. 2012.

NEVES, Walter Alves; ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui Sergio Sereni; *et al.* Coivara - Cultivo itinerante na floresta tropical. **Ciência Hoje**, v. 50, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/16455184/Coivara_Cultivo_itinerante_na_floresta_tropical>. Acesso em: 1 ago. 2025.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:nimuendaju-1981-mapa>. Acesso em: 25 ago 2022.

NOAA. **Special Supplement to the Bulletin of the American Meteorological Society**, Vol. 104, No. 9, Compiled by NOAA's, set. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1175/2023BAMSStateoftheClimate.1>. Acesso em: 2 set 2023.

NOBEL PRIZE. **The Nobel Prize in Chemistry 1995**. Nobel Prize. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/chemistry/1995/press-release/>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

NOBRE, Antonio Donato. **O futuro climático da Amazônia**: relatório de avaliação científica. São José dos Campos: ARA; CCST-INPE; INPA, 2014. Disponível em: <https://www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/11/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2025.

NOBRE, Carlos A. *et al.* **Nova Economia da Amazônia**. São Paulo: WRI Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/2023-06/Nova_Economia_da_Amazonia-Relatorio_Completo-Portugues-2023.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

NOSSA, Leonencio. **Mata!** O major Curió e as guerrilhas no Araguaia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

O CORCUNDÃO. Nº 01, Recife, 25 de abril de 1831, p. 1 Consulta: **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=818860&pesq=>. Acesso em: 15 jun. 2022.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, ano 1878, 28 abr. 1878. 6 p. Editorial. Disponível em:

O RETIRANTE: Orgam das victimas da secca. Fortaleza, ano 1, 30 jun. 1877. Editorial.

O'NEILL, William L. **World War II: a student companion**. New York: Oxford University Press, 1999.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Emissões GEE. Plataforma Seeg. 2022. Disponível em: <https://plataforma.seeg.eco.br/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

ODUM, Eugene P. Fundamentos de Ecologia. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. **Terra Livre**, v. 1, n. 26, p. 13–43, 2015. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/206>>. Acesso em: 15 set. 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publica%C3%A7%C3%B5es.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. **Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da corte à capital federal (1864 - 1910)**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15092006-231444/ptbr.php>. Acesso em: 5 jan. 2022.

OLIVEIRA, Raphael. **Otimismo em tempos de representação: a publicidade inspirada na propaganda do governo Médici**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World population prospects 2022**. New York, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World urbanization prospects: the 2003 revision**. New York, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

ORTIZ URIBE, Frida Gisela. **Diccionario de metodología de la investigación científica**. México: Limusa, 2003.

OSGOOD, Kenneth. **Total Cold War: Eisenhower's secret propaganda battle at home and abroad**. Lawrence: University Press of Kansas, 2006.

OVIEDO, Antonio; LIMA, William Pereira de; AUGUSTO, Cicero. **O arco do desmatamento e suas flechas**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2019. Disponível em: <https://site->

antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nova_geografia_do_arco_do_desmatamento_isa.pdf . Acesso em: 16 maio 2025.

OXHOLM, Einar. Tree Burning at Night, Fordlandia, Brazil, 1929. **Collections of The Henry Ford Museum**, 1929. Disponível em: <https://www.thehenryford.org/collections-andresearch/digital-collections/artifact/358372/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PAASCHE, Øyvind; BAKKE, Jostein. The Holocene Turnover - A global climatic shift at ~4 Ka. **EGU General Assembly**, v. 11, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/253921583_The_Holocene_Turnover_-_A_global_climatic_shift_at_4_Ka>. Acesso em: 31 jul. 2025.

PÁDUA, Gesner Duarte. Manchete: a cortesã do poder. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, vol.2, n.2, 2013. Disponível em: <https://www.unicentro.br/rbhm/ed04/artigos/06.pdf>. Acesso em 15 nov. 2023.

PÁDUA, José Augusto. Antropoceno 3.0. [Entrevista cedida a] Amália Safatle. Página 22, n. 104, p. 8-13, out-nov. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/pagina22/article/view/64616>>. Acesso em: 1 ago. 2025.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10468> . Acesso em: 3 nov. 2022.

PÁDUA, José Augusto. Com a palavra, José Augusto Pádua. In: **Sob a pata do boi: como a Amazônia vira pasto**. Rio de Janeiro: Associação O Eco, 2021. p. 18–19. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/oeco-lanca-ebook-sob-a-pata-do-boi-como-a-amazonia-vira-pasto-saiba-como-baixar/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

PÁDUA, José Augusto. In.: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e SALDANHA, Rafael (orgs.). **Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à idade da Terra**, v. 1. Rio de Janeiro: Machado, 2022.

PÁDUA, José Augusto. Vivendo no Antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In.: OLIVEIRA, Luiz Alberto. **Museu do amanhã**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.

PARÁ. Gado da Fazenda Theresina, Ilha do Marajó, 1908. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/albums/albumdoestadopara1908/239/#zoom=z>>. Acesso em: 6 maio 2025.

PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA, Cynthia Mara. Impactos socioculturais e gênero nos reassentamentos da Usina Luis Eduardo Magalhães - TO. **Varia Historia**, v. 30, n. 53, p. 557–570, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/hXkbbGMnmBhW4BGxwGSpwVP/>. Acesso em: 31 maio 2023.

PAVARINO, Rosana Nantes. Publicidade e propaganda: emergência e atualidade. **Comunicologia - Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, v. 6,

n. 2, p. 201-220, 17 set. 2014. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/5284> . Acesso em: 15 set 2023.

PÊCHEUX, Michel. **Hacia el análisis automático del discurso**. Madrid: Editorial Gredos, 1978.

PECORA, Ana Rafaela; MARQUES, Thamiris; SAGGESE, Bianca Lopes. As memórias do Fusca: um “carro brasileiro” nos Anos Dourados. In: SÁ, Celso Pereira de; MENANDRO, Paulo Rogério Meira; NAIFF, Luciene Alves Miguez (Orgs.). **Psicologia social e o estudo da memória histórica: o caso dos anos dourados no Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2013, p. 265–293. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/327134156_As_memorias_do_Fusca_um_carro_brasileiro_nos_Anos_Dourados>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PEDROSO JÚNIOR, Nelson Novaes; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 153–174, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/41390001_The_slash-and-burn_agriculture_a_system_in_transformation>. Acesso em: 2 maio 2025.

PEREIRA, Elenita Malta. A Amazônia em chamas e a queima do futuro. **Estudios Rurales**, v. 9, n. 18, 2019. Disponível em: <https://estudiosrurales.unq.edu.ar/index.php/ER/article/view/21/62> . Acesso em: 18 jun. 2025.

PÉREZ, Carlota. **Technological revolutions and financial capital: the dynamics of bubbles and golden ages**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

PESCE, Lucila e ABREU, Claudia Barcelos de Moura. Pesquisa qualitativa: considerações sobre as bases filosóficas e os princípios norteadores. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade** [online], vol. 22, n. 40, pp. 19-29, 2013.

PESSIS, Anne-Marie. **Toca do Boqueirão da Pedra Furada**. Disponível em: <https://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2018/12/fumdham-parque-nacional-serra-da-capivara-3-_208101.jpg>. Acesso em: 27 abr. 2025.

PEZZUTI, Juarez; CARNEIRO, Cristiane; MANTOVANELLI, Thais; *et al.* **Xingu, o rio que pulsa em nós: monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2018. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/jnd00022.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PHILIPON, Charles. In: Universalis, 2018. Disponível em: <<https://www.universalis.fr/encyclopedie/charles-philipon/>>. Acesso em: 05 jan. 2023.
Philosophical Transactions A, v. 369, issue 1938, p. 846-867, march 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rsta.2010.0327>. Acesso em: 23 out. 2022.

PINTO, Lúcio Flávio. De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 7, n. 3, p. 777–782, 2012. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/SfFgPd9bj7g33VTskL9kVmQ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 maio 2025.

PINTO, Lúcio Flávio. O maior incêndio de todos os tempos. **Lúcio Flávio Pinto**. São Paulo, 08 dez. 2021. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2021/12/08/o-maior-incendio-de-todos-os-tempos/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PIRAN, Adécio. Dia do Fogo - Produtores planejam data para queimada na região. **Folha do Progresso**, 2019. Disponível em: <<https://www.folhadoprogresso.com.br/dia-do-fogo-produtores-planejam-data-para-queimada-na-regiao/>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

PIVELLO, Vânia R. The use of fire in the cerrado and amazonian rainforests of Brazil: past and present. **Fire Ecology**, v. 7, n. 1, p. 24–39, 2011. Disponível em: <https://fireecology.springeropen.com/articles/10.4996/fireecology.0701024>. Acesso em: 21 jun. 2025.

PLANÈTE ENERGIES. **Summary Table of Units of Energy Measurement - Exajoules**. www.planete-energies.com. Disponível em: <<https://www.planete-energies.com/en/media/figures/summary-table-units-energy-measurement>>. Acesso em: 1 ago. 2025.

PONTES, Fabio. Visita a um garimpo ilegal em terra indígena custou R\$ 163 mil no cartão corporativo de Bolsonaro. **((o)) eco**, 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/visita-a-um-garimpo-ilegal-em-terra-indigena-custou-r-163-mil-no-cartao-corporativo-de-bolsonaro/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

PORTELA, Roberto Campos; MENEZES JÚNIOR, Eumar Evangelista de; SILVA, Sandro Dutra e. Marco temporal: o projeto político do agronegócio e a ameaça aos direitos dos povos indígenas. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 3, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Hq8cYhN5CHt9q8YTJmH6GM/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

POTTER, Hyury. As pistas da destruição: Amazônia tem 362 pistas de pouso clandestinas perto de áreas devastadas pelo garimpo. **Intercept Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/08/02/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO; Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da Primeira República. In: BORIS, Fausto (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930)**, Tomo III, vol. 8. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v.20, n.3, p. 601–636, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642342>. Acesso em: 8 set. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Toolkit para a Identificação e Quantificação de Fontes de Mercúrio, Relatório e Diretrizes de Referência para o Inventário Nível 2, Versão 1.3**. Genebra: UNEP Chemicals Branch,

2015. Disponível em:

<https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/11852/Tlk2Ref2015PT.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 30 maio 2025.

PROGRAMA PARAKANÃ. **Parakanã**. Brasília: Eletronorte, 1988.

PUNTONI, Pedro. **Guerras do Brasil (1504-1654): ataques e invasões durante o Brasil Colônia**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Perú Indígena**, Lima, V. 13, n.29, 1992.

RABELAIS, François. **Gargantua**. Lyon: François Juste, 1534. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb11935145x>. Acesso em: 15 out. 2023.

RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; LIMA, Raphael Jonathas da Costa. Modelos de produção na manufatura: o que aconteceu com o fordismo e o pós-fordismo? In: TOLEDO, Enrique De la Garza; NEFFA, Julio César; ROMO, Marcela Hernández; *et al* (Orgs.). **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo (II): desafíos y debates en el siglo XXI**. Buenos Aires: CEIL-CONICET, 2024., p. 331–364.

RAMOS, Ademir. **A Paranapanema nas terras dos Waimiri-Atroari**. [s.l.]: Universidade do Amazonas, 1992. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/WTD00096.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2025.

RAMOS, Adriana. Amazônia sob Bolsonaro. **Aisthesis**, n. 70, p. 287–310, 2021. Disponível em: <https://revistaaiesthesis.uc.cl/index.php/RAIT/article/view/40567>. Acesso em: 20 jul. 2025.

RAMOS, Everardo. Origens da imprensa ilustrada brasileira (1820-1850): imagens esquecidas, imagens desprezadas. *Escritos*, n. 3, p. 285-309. Fundação Casa de Rui Barbosa: [Escritos_3/FCRB_Escritos_3_14_Everardo_Ramos.pdf](#). Acesso em 15 jan. 2019.

RANGEL, Lucia Helena; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Sob Bolsonaro, o genocídio dos povos indígenas foi naturalizado. In: **Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2022**. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2023, p. 17–21. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

RED AMAZÓNICA DE INFORMACIÓN SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA. **Deforestación en la Amazonía (1970-2013)**. São Paulo, 2015.

REGINATTO, Ana Carolina. **Quem é quem no debate sobre mineração em Terras Indígenas**. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2022.

REIS, Auricélia França de Souza; SIQUEIRA, Graciele Karine; FREITAS, Thiago Nogueira de (organizadores). **SEMTA: Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia** - por Jean-Pierre Chabloz. Fortaleza: Mauc, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/68494>. Acesso em: 1 jul. 2023.

REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. **Encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia. Rio de Janeiro:** Conselho de Imigração e Colonização, Ano IV, n. 1, 1943. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=143030&pagfis=3930>. Acesso em: 07 out 2022.

REVISTA ILLUSTRADA. Nº 1, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1876, p. 1. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747b&pesq=>. Acesso em: 12 jun. 2022.

REVISTA ILLUSTRADA. Nº 739, Rio de Janeiro, 1898, p. 1. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747b&pesq=>. Acesso em: 12 jun. 2022.

REVKIN, Andrew. **Global Warming: understanding the forecast**. New York: Abbeville Press, 1992.

RIBEIRO, Amanda; MENEZES, Luiz Fernando. Como a desinformação sobre urnas abasteceu a artilharia de Bolsonaro contra o sistema eleitoral. **Aosfatos.org**, 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/desinformacao-urnas-abasteceu-artilharia-bolsonaro-contra-sistema-eleitoral/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **Amazônia urgente**. Coleção biblioteca básica brasileira, 39. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: SIA, 1962.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

RIBEIRO, Maria Beatriz N.; KAYAPÓ, O-é Paiakan; KAYAPÓ, Maial Paiakan. Mulheres M'p'engôkre Kayapó: Conquistando Novos Espaços. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (Org.). **Povos Indígenas no Brasil, 2017-2022**. São Paulo: ISA, 2023, p. 469–472. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/publicacoes-isa/povos-indigenas-no-brasil-2017-2022-2a-ed>. Acesso em: 12 jun. 2025.

RIBEIRO, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante. **Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás (1821-1988)**. 2. ed. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1b8h8D0FvV5LIROdkcNDp9Wy4JwjFMVtH/view>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RIBEIRO, Wagner Costa. Desmatamento na Amazônia: causas, consequências e alternativas. In: RIBEIRO, Wagner Costa; JACOBI, Pedro Roberto (org.). **Amazônia: alternativas à devastação**. [recurso eletrônico], São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2021.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste: A influência da "Bandeira" na formação social e política do Brasil**. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo; Livraria José Olympio Editora, 1970.

RICARDO, Fany. As usinas hidrelétricas e os índios. *In*: CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (Org.). **Povos Indígenas no Brasil 87/88/89/90**. São Paulo: Cedi, 1991, p. 70–83. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/povos-indigenas-no-brasil-1987-88-89-90>.

Acesso em: 12 jun. 2025.

RIVERO, Sérgio; ALMEIDA, Oriana; ÁVILA, Saulo; *et al.* Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, v. 19, n. 1, p. 41–66, 2009. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/46302938_Pecuarria_e_desmatamento_Uma_analis_e_das_principais_causas_diretas_do_desmatamento_na_Amazonia>. Acesso em:

3 maio 2025.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas indígenas brasileiras**. Brasília: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, 2013.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística**: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo. Maringá: Eduem, 2000.

ROOSEVELT, Anna. Arqueologia amazônica. *In*: Manuela Carneiro da Cunha (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROQUE, Daniel Salomão. A eleição em que Bolsonaro defendeu urna eletrônica como antídoto contra fraude no voto impresso - BBC News Brasil. **BBC News Brasil**, 2022.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62311882>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

ROSA, Marlise. “Isso é uma emergência!”: panorama da mobilização da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) para o enfrentamento da Covid-19. *In*: ALARCON, Daniela Fernandes; PONTES, Ana Lúcia de Moura; CRUZ, Felipe Sotto Maior; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **A gente precisa lutar de todas as formas**: povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

ROSA, Michel Fernandes da. **Os Atingidos de Belo Monte**: Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira. Orientador: João Arriscado Nunes. Tese, (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2016.

ROSA, Pollyana Ferreira. **A comédia satânica de Honoré Daumier**: A caricatura política na aurora da comunicação de massa. 2014. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. 154 f.

ROSENBLAT, Ángel. **La población indígena de América desde 1492 hasta la actualidad**. Institución Cultural Española, Serie Stirps Quaestionis, 3. Buenos Aires: Peuser, 1945.

RÜDIGER, Francisco. **Ciência social crítica e pesquisa em comunicação**: trajetória histórica e elementos de epistemologia. Porto Alegre: Gattopardo, 2009.

SABARU, Marcos. **Não ao marco temporal!** Cartilha sobre o julgamento decisivo para o futuro dos povos indígenas do Brasil e o enfrentamento da crise climática. Brasília:

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, 2023. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2023/06/marcotemporal_cartilha_v7.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

SAKAMOTO, Leonardo. Bolsonaro repetiu a “oferta” para que os EUA explorassem a Amazônia. **UOL**, 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/08/25/bolsonaro-insistiu-no-convite-para-que-os-eua-venham-explorar-a-amazonia.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SALATI, Eneas; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Os problemas decorrentes da ocupação do espaço amazônico. **Pensamento Iberoamericano: Revista de Economía Política**, Madrid, v.12, p. 79-94, jul-set. 1987.

SALATI, Eneas; RIBEIRO, Maria de Nazaré Góes. Floresta e clima. **Supl. Acta Amazonica**, v. 9, n. 4, p. 15–22, 1979. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/RW56TXsDscp4LvbBBybnJXj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SALATI, Eneas; VOSE, Peter B. Amazon basin: a system in equilibrium. **Science**, v. 225, n. 4658, p. 129–138, 1984. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/sci/225/4658/129.full.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SALGADO, Sebastião. **Serra Pelada, Brazil**. 1987. Fotografia. Disponível em: <<https://www.icp.org/browse/archive/objects/serra-pelada-brazil-10>>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SANI, Giacomo. Propaganda. *In.*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco. **Dicionário de política**. V. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
SANSON, Nicolas. **The course of the river of the Amazons, based on the account of Christopher d’Acugna**. Library of Congress, 1680. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2021668298/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SANTOS JUNIOR, Marcelo Augusto dos; YANA, Aurora Miho; SOUSA JUNIOR, Francisco Oliveira; *et al.* **BR-319 como propulsora de desmatamento: Simulando o impacto da rodovia Manaus-Porto Velho**. Manaus: Idesam, 2018. Disponível em: <<https://idesam.org/wp-content/uploads/2019/01/simula-desmatamento-br319.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2025.

SANTOS, Daniel; LIMA, Manuele; VERÍSSIMO, Beto; SILVA, Caíque. **Fatos da Amazônia 2024**. [s.l.]: Amazônia 2030, 2024.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Roberto. **Direito e mudança social**: o problema da terra na Amazônia brasileira. Belém: UFPA, 1981.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: _____ **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAUTCHUK, Jaime. Governo quer fazer no Pará hidrelétrica maior que Itaipu. **Folha de São Paulo**, 1986. Disponível em:

https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/53231_20210208_112726.PDF. Acesso em: 12 jun. 2025.

SCHNEIDER, Nina. Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a ditadura militar em perspectiva comparada. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 333-345, 2017.

SECRETO, María Verónica. “Mais Borracha Para A Vitória”. Campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas. **Estudios Rurales**, Bernal, v. 1, n. 1, p. 79-107, 2011. Disponível em: <<https://estudiosrurales.unq.edu.ar/index.php/ER/article/view/223>>. Acesso em: 25 out. 2022.

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “discurso do Rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 40, p. 115-135, jul-dez. 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1288>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SEROA DA MOTTA, Ronaldo; JORGE, Mário; MENDONÇA, Cardoso; NEPSTAD, Daniel DIAZ, Maria del Carmen Vera; ALENCAR, Ane; GOMES, João Carlos; ORTIZ, Ramon Arigoni. **O custo econômico do fogo na Amazônia - Texto para discussão N° 912**. Brasília: IPAM; IPEA; WHRC, 2002. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2802/1/TD_912.pdf. Acesso em: 21 jun. 2025.

SETA, Isabel. Decisão do Ibama sobre Belo Monte retoma disputa entre energia e vida tradicional no Xingu. **Agência Pública**, 2025. Disponível em:

<https://apublica.org/2025/02/decisao-do-ibama-sobre-belo-monte-retoma-disputa-entre-energia-e-vida-tradicional-no-xingu/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SETZER, Alberto Waingort; PEREIRA, Marcos da Costa; PEREIRA JÚNIOR, Alfredo da Costa; ALMEIDA, Sérgio Alberto de Oliveira. **Relatório de atividades do Projeto IBDF-INPE**. Brasília: INPE; IBDF, 1988. Disponível em: <http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/iris@1912/2005/07.19.12.15/doc/thisInformationItemHomePage.html>.

Acesso em: 19 jun. 2025.

SETZER, Alberto Waingort; PEREIRA, Marcos; PEREIRA, Alfredo. O uso de satélites NOAA na detecção de queimadas no Brasil. **Climanálise**, v. 7, n. 8, p. 41–53, 1992.

Disponível em: [http://mtc-](http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/iris@1912/2005/07.19.23.41.58/doc/INPE%207693.pdf)

[m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/iris@1912/2005/07.19.23.41.58/doc/INPE%207693.pdf](http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/iris@1912/2005/07.19.23.41.58/doc/INPE%207693.pdf).

Acesso em: 19 jun. 2025.

SEVÁ, Oswaldo. Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.). **Tenotã-mô**: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: IRN, 2005, p. 29–

54. Disponível em: https://riverresourcehub.org/wp-content/uploads/files/attached-files/tenota_mo_portugues.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

SHIRER, William Lawrence. **Ascensão e queda do Terceiro Reich, volume I: triunfo e consolidação (1933-1939)**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SILVA, Ergon Cugler de Moraes. **Desinformação sobre urnas eletrônicas persiste fora dos períodos eleitorais - Nota Técnica 16**. São Paulo: Grupo de Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.monitordigital.org/wp-content/uploads/2023/05/nota-tecnica-16.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SILVA, Fábio Carlos da. **Capitalismo na floresta: história econômica e social do município de Redenção, Sul do Pará**. Belém: NAEA Editora, 2019.

SILVA, Maristela Marques da; ROCHA, Carla Giovana Souza. Mudanças na agricultura de corte e queima em Altamira, Pará. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e11611528087–e11611528087, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28087/24383>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SILVA, Reijane Pinheiro da; GRÁCIO, Héber Rogério. O modelo de desenvolvimento do Tocantins e o povo Akwẽ-Xerente: impactos socioambientais e desafios da interculturalidade. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 13, n. 2, p. 131–131, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349256360_O_modelo_de_desenvolvimento_do_Tocantins_e_o_povo_Akwe-Xerente_impactos_socioambientais_e_desafios_da_interculturalidade. Acesso em: 17 jun. 2025.

SILVA, Samuel de Sousa. Vista do Agro é pop, o agro-é-tóxico: Análise ecodiscursiva da campanha publicitária o “Agro é tudo”. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 010, n. 2, p. 68–80, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/55330/40957>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, Súsie Fernandes Santos. **O paraíso tropical entre ouro, pedras e palmeiras: percepções ambientais dos barraqueiros das praias artificiais no lago da Usina Hidrelétrica Estreito**. Tese, Universidade Federal do Tocantins, 2023. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/6780/1/S%c3%basie%20Fernandes%20Santos%20Silva%20-%20Tese.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SIMULA, Markku. Towards defining forest degradation: Comparative analysis of existing definitions. **Forest Resource Assessment Working Paper**, 154. FAO: Rome, 2009. Disponível em: https://www.ardot.fi/Documents_2/Degradationdefinitions.pdf. Acesso em: 10 ago 2022.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo - 1964 – 1985**. Tradução de Mário Salviano Silva. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Anthony Douglas. **Myths and memories of the nation**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SMITH, Bruce Lannes. Propaganda. *In.*: SILLS, David L. **International encyclopedia of the social science**. V. 12. New York: The Macmillan Company & The Free Press, 1968.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

SMOLIAK, Nikolai Petrovich. 'Us' We convert the desert into a blooming land. 'Them' They convert cities and villages into a desert. 1950. Poster. Disponível em:

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SONWANI, Saurabh; SAXENA, Pallavi. Introduction to Greenhouse Gases: Sources, Sinks and Mitigation. *In*: SONWANI, Saurabh; SAXENA, Pallavi (Orgs.). **Greenhouse Gases: Sources, Sinks and Mitigation**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2022.

SOUSA, José Pedro Galvão de. Anarquismo. *In*: SOUSA, José Pedro Galvão de; GARCIA, Clovis Lema; CARVALHO, José Fraga Teixeira de. **Dicionário de política**. São Paulo: TA Queiroz, 1998.

SOUZA, Ana Laura Monteiro de. **Avaliação de impacto ambiental gerado pelas UHEs do Rio Madeira com base em aspectos funcionais de bioindicadores aquáticos**. Orientador: Rogério Fonseca. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) - Universidade Federal do Amazonas, 2023. Disponível em:

https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9638/6/DISS_AnaLauraSouza_PPGCIFA.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

SOUZA, Haryson Alves de; COSTA, Lucy Regina Farias de Melo Miranda; TAVARES, Olga. Jornalismo Ambiental e Humor nas Charges do Jornal Correio da Paraíba. XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2008, Natal. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: INTERCOM, 2008, p. 1-13. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/lista_area_IJJE.htm. Acesso em: 12 nov. 2023.

SOUZA, Márcio. **Amazônia indígena**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, Matilde de. Transamazônica: integrar para não entregar. **Nova Revista Amazônica**, Bragança, vol. 8, nº1, p. 133-152, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/8624>. Acesso em: 15 out. 2022.

SOUZA, Sônia Maria. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no norte goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. *In*: GIRALDIN, Odair (Org). **A (Trans) formação Histórica do Tocantins**. Goiânia. Ed. UFG. Palmas. Unitins, 2002.

STAAL, Jonas. Propaganda art from the 20th to the 21st century [online]. Thesis (PhD). Leiden University, 2018. Available from: <https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/60210> [Accessed 1 September 2023].

STEBBINS, Robert Alan. Exploratory Research. In: GIVEN, Lisa M. (Ed.). **The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2008.

STEFFEN, Will *et al.* The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. **Philosophical Transactions A**, v. 369, issue 1938, p. 846-867, march 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rsta.2010.0327>. Acesso em: 23 out. 2022.

STEFFEN, Will; BROADGATE, Wendy; DEUTSCH, Lisa; *et al.* The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review**, v. 2, n. 1, p. 81–98, 2015. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053019614564785>>. Acesso em: 1 ago. 2025.

STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul J.; MCNEILL, John R. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature? **Ambio**, v. 36, n. 8, p. 614-621, Dec 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25547826>. Acesso em: 20 out. 2022.

STEWART, Julian H. **Handbook of south american Indians**: Volume 5 - The Comparative Ethnology of South American Indians. Washington: Smithsonian Institution, 1949.

STIBBE, Arran. **Animals erased**: discourse, ecology, and reconnection with the natural world. Middletown: Wesleyan University Press, 2012.

STIBBE, Arran. **Critical Discourse Analysis and Ecology**: the search for new stories to live by. In: FLOWERDEW, John; RICHARDSON, John (Orgs.). **Routledge Handbook Of Critical Discourse Studies**. Oxon: Routledge, 2020.

STIBBE, Arran. **Ecolinguistics and Erasure**: restoring the natural world to consciousness. In: HART, Christopher; CAP, Piotr (Orgs.). **Contemporary Critical Discourse Studies**. London: Bloomsbury Publishing, 2014, p. 583–602.

STIBBE, Arran. **Ecolinguistics**: Language, Ecology and the Stories we live by. Oxon: Routledge, 2021.

STIBBE, Arran. **Econarrative**: ethics, ecology, and the search for new narratives to live by. London: Bloomsbury Publishing, 2024.

STOPPANI, Antonio. **Corso de geologia**, v. III. Milano: G. Bernardoni e G. Brigola Editori, 1873.

SUÁREZ, Adriana Amado; ZUÑEDA, Carlos Castro. **Comunicaciones Públicas**: el modelo de la comunicación integrada. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 1999.

SWEDBERG, Richard. **Theorizing in social science**: the context of discovery. Stanford: Stanford University Press, 2014.

SWITKES, Glenn. **Análise da revisão do inventário hidrelétrico da Bacia do Xingu**: esboço para discussão. Acervo ISA. Berkeley: International Rivers Network, 2008. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/analise-da-revisao-do-inventario-hidreletrico-da-bacia-do-xingu-esboco-para>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SWITKES, Glenn; SEVÁ, Oswaldo. Resumo Executivo. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.). **Tenotã-mô**: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: IRN, 2005, p. 14–26. Disponível em: https://riverresourcehub.org/wp-content/uploads/files/attached-files/tenota_mo_portugues.pdf. Acesso em: 13 jun. 2025.

TÁCITO, Públio Cornélio. **Anais**. Trad. José Liberato Freire de Carvalho. 1. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2022.

TARBUCK, Edward J.; LUTGENS, Frederick K. **Ciencias de la tierra: una introducción a la geología física**. Madrid: Pearson Educación, 2005.

TAYLOR, Paul. **DK Eyewitness Books: Fossil**. New York: Dorling Kindersley Limited, 2004.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. O traço como texto: história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Papéis Avulsos, nº 38. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.

TEIXEIRA, Wilson. **Tempo geológico**: a história da Terra e da vida. São Paulo: USP/UNIVESP/EDUSP, 2014. Disponível em: https://midia.atp.usp.br/impressos/lic/modulo02/geologia_PLC0011/geologia_top11.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

TELLES, Angela Cunha da Motta. **Desenhando a nação**: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. Brasília: FUNAG, 2010

The Routledge Handbook of Environment and Communication. Abingdon: Routledge, 2022. Disponível em: <https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9781003119234-25>. Acesso em: 18 nov. 2023.

TODD, Anne Marie. Cartoons and the environment. In: HANSEN, Anders; COX, Robert. **The Routledge Handbook of Environment and Communication**. Abingdon: Routledge, 2022. Disponível em: <https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9781003119234-25>. Acesso em: 18 nov. 2023.

TODOROV, Tzvetan. **Los generos del discurso**. Caracas: Monte Avila Editores Latinoamericana, 1996.

TONELLI, Guido. **Tempo**: o sonho de matar Chronos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and civil society**. New York: Cambridge University Press, 2001.

TORRES, Mauricio; BRANFORD, Sue. A saga da Família Vilela, os maiores pecuaristas e destruidores de florestas do Brasil | Intercept Brasil. **Intercept Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2017/03/22/a-saga-da-familia-vilela-os-maiores-pecuaristas-e-destruidores-de-florestas-do-brasil/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

TORRES, Maurício; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. **Dono é quem desmata**: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo; Altamira: Urutu-branco; Instituto Agrônomo da Amazônia, 2017.

TOSCANI, Oliviero. **Adiós a la publicidad**. Barcelona: Omega, 1996.

TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TOWNSEND, Colin R.; BEGON, Michael; HARPER, John L. **Fundamentos em ecologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Guia da urna**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/institucional/catalogo-de-publicacoes/arquivos/guia-da-urna/@@download/file/guia-da-urna.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

TULLY, John Andrew. **The devil's milk**: a social history of rubber. New York: Monthly Review Press, 2011.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. **PES Cristalino II**. <https://uc.socioambiental.org>. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/arp/1391>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **World population monitoring, 2003: population, education and development**. New York: United Nations, 2005. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139516>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Emissions Gap Report 2024**. Nairóbi: UNEP, 2024. Disponível em: <<https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2024>>. Acesso em: 1 ago. 2025.

UNITED NATIONS. **Cities and Climate Action**. Nairobi: UN-HABITAT, 2024. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/2024/11/wcr2024_-_full_report.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2025.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2022: Summary of Results**. New York: United Nations, 2022. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Frontline City Frankfurt will be held**. Museum's Holocaust Encyclopedia. Washington, 2023. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/photo/1945-nazi-propaganda-poster>. Acesso em: 12 nov. 2023.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Jews are lice; They cause typhus**. Museum's Holocaust Encyclopedia. Washington, 2023. Disponível em:

URQUIJO, Pedro S. Consideraciones para una aproximación a la historia ambiental. In: URQUIJO, Pedro S.; LAZOS, Adi E.; LEFEBVRE, Karine (Orgs.). **Historia ambiental de América Latina: Enfoques, procedimientos y cotidianidades**. Morelia: Centro de Investigaciones em Geografia Ambiental, 2022.

USSHER, James. **The annals of the world**. Green Forest: Master Books, 2010.

VALE. **Relatório de Produção e Vendas 2024**. Rio de Janeiro: Vale, 2025. Disponível em: <<https://vale.com/pt/w/relatorio-de-producao-e-vendas-2024>>. Acesso em: 20 maio 2025.

VALE. **Vale: nossa história**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso y poder**: Contribuciones a los estudios críticos del discurso. Barcelona: Gedisa, 2009.

VAN DIJK, Teun A. **El discurso como estructura y processo**. Barcelona: Gedisa, 2001.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem**: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VARGAS, Getúlio. Discurso do rio Amazonas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2 p. 259-262, abr – jun 1942. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n2.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

VEIGA, Marcello M.; MAXSON, Peter A.; HYLANDER, Lars D. Origin and consumption of mercury in small-scale gold mining. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, n. 3-4, p. 436–447, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652605000752>. Acesso em: 25 maio 2025.

VEIGA, Marcello Mariz da; SILVA, Alberto Rogério B.; HINTON, Jennifer J. O garimpo de ouro na amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. In: **Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002, p. 267–295. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/1233>. Acesso em: 21 out. 2024.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. **O Cruzeiro**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRUZEIRO%20O%20>. Acesso em: 25 out. 2023.

VENÂNCIO, Marcelo; CHELOTTI, Marcelo Cervo. A construção da barragem de Lajeado no rio Tocantins e o Programa de Compensação Ambiental Xerente. **Campo - Território**, v. 16, n. 40 Abr., p. 409–438, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/58337>. Acesso em: 3 nov. 2023.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. **Recursos naturais do Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021. VERÍSSIMO, José. **A Amazônia**: aspectos econômicos. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Brazil, 1892.

VESSELS, Joel. **Drawing France**: french comics and the republic. Jackson: University Press of Mississippi, 2010.

VILLAS-BÔAS, André; ANDRADE, Anna Maria; POSTIGO, Augusto (Orgs.). **Terra do Meio/Xingu: os saberes e as práticas dos beiradeiros do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio no Pará**. 1. ed. São Paulo: ISA-Instituto Socioambiental, 2017. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/terra-do-meioxingu-os-saberes-e-praticas-dos-beiradeiros-do-rio-iriri-e>. Acesso em: 16 jun. 2025.

VITAL, Nicholas; GATTI, Claudio. A fórmula secreta da pecuária. **Dinheiro Rural**, 2009. Disponível em: <<https://dinheirorural.com.br/a-formula-secreta-da-pecuaria>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

VOOSEN, Paul. The Anthropocene is dead. Long live the Anthropocene. **Science**, 2024. Disponível em: <<https://www.science.org/content/article/anthropocene-dead-long-live-anthropocene>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

WALKER, Mike; HEAD, Martin J.; BERKELHAMMER, Max; *et al.* Formal ratification of the subdivision of the Holocene Series/Epoch (Quaternary System/Period): two new Global Boundary Stratotype Sections and Points (GSSPs) and three new stages/subseries. **Episodes**, v. 41, n. 4, p. 213–223, 2018.

WALTON, Douglas. **Media Argumentation: dialectic, persuasion, and rhetoric**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WANDERLEY, Luiz Jardim. Projeto de Lei nº 191, de 2020: Terras Indígenas como nova fronteira mineral. In: REGINATTO, Ana Carolina. **Quem é quem no debate sobre mineração em Terras Indígenas**. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2022, p. 7–11.

WARBURG – BANCO COMPARATIVO DE IMAGENS. **Agostino Carracci**. Campinas: 2019. <warburg.chaa-unicamp.com.br/artistas/view/1434>. Acesso em: 22 set. 2023.

WEBER, Maria Helena. Comunicação e espetáculos da política. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGRS, 2000.

WEINBERG, Gerhard L. **A world at arms: a global history of World War II**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2010.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1993.

WENZEL, Fernanda. Depois da madeira vem o gado: o desmatamento em Santo Antônio do Matupí. In: **Sob a pata do boi: como a Amazônia vira pasto**. Rio de Janeiro: Associação O Eco, 2021, p. 20–27. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/oeco-lanca-ebook-sob-a-pata-do-boi-como-a-amazonia-vira-pasto-saiba-como-baixar/>. Acesso em: 3 maio 2025.

WICANDER, Reed; MONROE, James S. **Fundamentos de geología**. 2. ed. México: International Thomson Editores, 2009.

WILLIAMS, Jeremy B.; MCNEILL, Judith M. The Current Crisis In Neoclassical Economics and the Case for an Economic Analysis Based on Sustainable Development. **U21Global**

Working Paper, n. 1, 2005. Disponível em:

<https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1606342>. Acesso em: 6 jul. 2025.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, p. 223–243, 2025. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/linguagem_discurso/article/view/297>. Acesso em: 10 ago. 2025.

WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **History of the Web**. World Wide Web Foundation. Disponível em: <<https://webfoundation.org/about/vision/history-of-the-web/>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8: História e Natureza, p. 198-215, jul-dez, 1991.

WORSTER, Donald. **Shrinking the Earth**: the rise and decline of American abundance. New York: Oxford University Press, 2016.

XERENTE, Genivaldo Romkre. **Alimentos Tradicionais dos Akwẽ-Xerente**. Projeto, UFG, Núcleo Takinahaky de Formação Superior de Professores Indígenas - Universidade Federal de Goiás, 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/116/o/Xerente_Genivaldo-PEE.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

XERENTE, Valcir Sumekwa. **Conhecimentos Akwẽ e conhecimentos científicos ocidentais sobre meio ambiente e interações das espécies da fauna. Um estudo na interdisciplinaridade e interculturalidade**. Dissertação, Universidade Federal do Tocantins, 2020. Disponível em: <https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFT_163f14def0ab02ab3b1cb7b61c27f466>. Acesso em: 3 ago. 2025.

YAKUSHOVA, Alexandra Fedorovna; GORSHKOV, Georgi. **Geología general**. Moscou: Editoria Mir, 1970.

ZALASIEWICZ, Jan. The epoch of humans. **Nature Geoscience**, v. 6, n. 1, p. 8–9, 2012. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/ngeo1674>>. Acesso em: 15 out. 2019.

ZALASIEWICZ, Jan; WATERS, Colin N.; WILLIAMS, Mark; *et al.* A General Introduction to the Anthropocene. In: ZALASIEWICZ, Jan; WATERS, Colin N.; WILLIAMS, Mark; *et al* (Orgs.). **The Anthropocene as a geological time unit**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 2–4.

ZONTA NETO, Alvaro João; PELOSO, Marília; BATISTA, Felipe (Orgs.). **UHE Cana Brava - Relatório Anual**: Acompanhamento das Condições da Licença de Operação. Cavalcante: ENGIE, 2024. Disponível em: https://www.engie.com.br/wp-content/uploads/2023/10/RELATORIO_ANUAL_UHCB_2023_compressed.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

REFERÊNCIAS DAS PROPAGANDAS E CHARGES

PROPAGANDAS

Figura 51 – O CRUZEIRO. **Sudam e o Imposto de Renda**. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=184712>. Acesso em 10 mai. 2024.

Figura 52 – O CRUZEIRO. **Fusão VW 1500 na Transamazônica**. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=181902>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Figura 53 – MANCHETE. **Construtora Mendes Júnior e a Transamazônica**. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=118083>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Figura 54 – MANCHETE. **Volkswagem e o chamamento estatal**. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=158954>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Figura 56 – MANCHETE. **A Amazônia já era!** Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=139022>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Figura 57 – O CRUZEIRO. **VW made in Amazônia**. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=lendas&pagfis=179999>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Figura 58 – O CRUZEIRO. **A carne é forte!** Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=lendas&pagfis=223355>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Figura 59 – REALIDADE. **A boiada e o progresso**. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213659&pasta=ano%20197&pesq=%22Banco%20da%20Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=11783>. Acesso em 10 mai. 2024.

Figura 60 – REALIDADE. **O boi é o melhor amigo do empresário**. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213659&pasta=ano%20197&pesq=%22Banco%20da%20Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=30957>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Figura 61 – MANCHETE. Volkswagen Sudam, modelo 77. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=167008>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Figura 62 – MANCHETE. **Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM**. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=168631>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Figura 63 – O CRUZEIRO. **Pedra fundamental**. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=lendas&pagfis=186270>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Figura 64 – MANCHETE. **Coração**. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=102801>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Figura 65 – REALIDADE. **União de Bancos**. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213659&pasta=ano%20197&pesq=%22Banco%20da%20Amaz%C3%B4nia%22&pagfis=11725>. Acesso em: 10 mai. 2024.

CHARGES

Figura 66 - ROYAARDS, Tjeerd. **Bolsonaro and the Amazon**. Disponível em:

<https://www.cartoonmovement.com/cartoon/bolsonaro-and-amazon?cartoonist=/cartoonist/95>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 67 - PAREDES, Galo. **Amazonia Tour**. Disponível em:

<https://www.cartoonmovement.com/cartoon/amazonia-tour?cartoonist=/cartoonist/5059>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 68 - AMORIM. **Deforestation**. Disponível em:

<https://www.cartoonmovement.com/cartoon/deforestation-3>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 69 - TRUANT. **DIY - Do it yourself**. Disponível em:

<https://www.cartoonmovement.com/cartoon/diy>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 70 – DE ANGELIS, Marcos. **Brazilian flag**. Disponível em:

<https://www.cartoonmovement.com/cartoon/brazilian-flag>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 71 – KAMENSKY, Marian. **Bolsonaro don't need the help**. Disponível em:

<https://www.cartoonmovement.com/cartoon/bolsonaro-dont-need-help>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 72 – MATOS, Rodrigo de. **Bolsonero**. Disponível em:

<https://www.cartoonmovement.com/cartoon/bolsonero>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 73 – DESCHEEMAER, Luc. **Rainforest on fire**. Disponível em:

<https://www.cartoonmovement.com/cartoon/rainforest-fire>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 74 – SLUKA, Gatis. **Deforestation in Brazil**. Disponível em:

<https://www.cartoonmovement.com/cartoon/deforestation-brazil>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 75 – WOLTERINK, Maarten. **Amazon forest: Buy here!**. Disponível em:

<https://www.cartoonmovement.com/cartoon/amazon-forest-buy-here>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 76 – OSPINA, Elena. **Jungles of America**. Disponível em: <https://www.cartoonmovement.com/cartoon/jungles-america>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 77 – KERR, David. **Amazon Burguer**. Disponível em: <https://www.cartoonmovement.com/cartoon/amazon-burger>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 78 – SOUSA, Cynthia; MACHADO, Sam. **Pray for Amazonia**. Disponível em: <https://www.cartoonmovement.com/cartoon/pray-amazonia?cartoonist=/cartoonist/942>. Acesso em 15 jun. 2024.

Figura 79 – LOMBARDI, Paolo. **Amazon Covid-19**. Disponível em: Cartoon Movement - <https://www.cartoonmovement.com/cartoon/amazon-covid-19>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 80 – RODRÍGUEZ, Brady Izquierdo. **Killer parasite**. Disponível em: <https://www.cartoonmovement.com/cartoon/killer-parasite>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Figura 81 – LUCAS, Thiago. **Violence suffered by indigenous peoples**. Disponível em: <https://www.cartoonmovement.com/cartoon/violence-suffered-indigenous-peoples>. Acesso em: 15 jun. 2024.